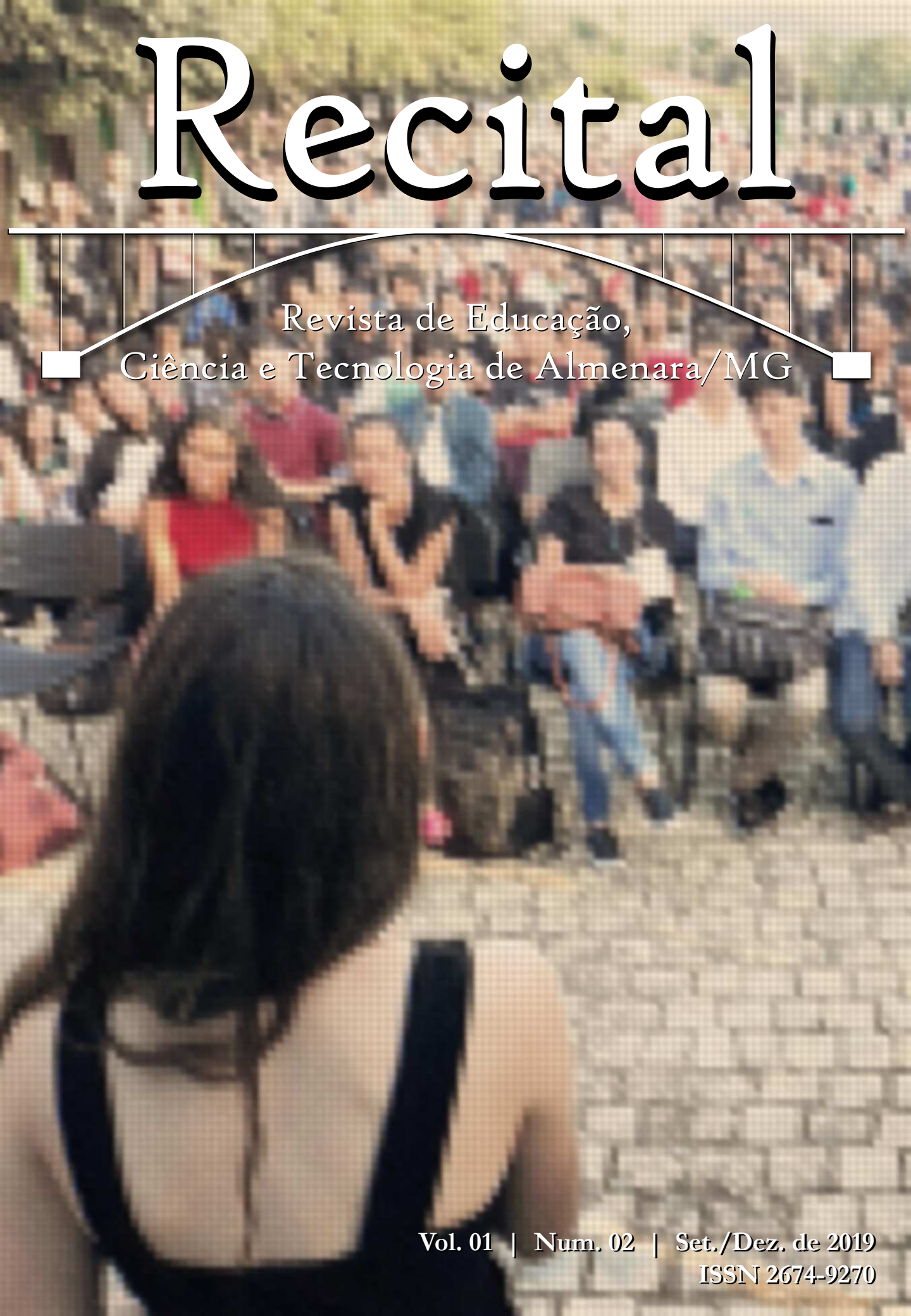
Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG



Vol. 01 | Num. 02 | Set./Dez. de 2019
ISSN 2674-9270

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

***Reitor**: José Ricardo Martins da Silva*

IFNMG – Campus Almenara

***Diretor Geral**: Joan Brálio Mendes Pereira Lima*

***Diretora de Ensino**: Roberta Pereira Matos*

Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

***Coordenador**: Ednilton Moreira Gama*

Conselho Editorial

Alex Lara Martins

Alfredo Costa

Ednilton Moreira Gama

Luiz Célio Souza Rocha

Mariana Mapelli de Paiva

Paulo Eduardo Ferreira dos Santos

Roberta Pereira Matos

Valdete Maria Gonçalves de Almeida

Suporte Técnico

Renato Duarte Souza Pinheiro

Imagem da Capa

Assembleia de encerramento do IFMundo 2019. Foto e arte de Alfredo Costa.

Diagramação

Alex Lara Martins e Alfredo Costa

ISSN: 2674-9270

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

INSTITUTO FEDERAL
Norte de Minas Gerais
Campus
Almenara

v. 01 | n. 02 | set./dez. 2019

Copyright© dos trabalhos pertencem aos seus autores. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária do IFNMG-campus Almenara

R297 Recital: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG / Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFMG. Almenara: IFNMG, 2019.

v. 1, n. 2, set./dez. 2019
Quadrimestral
Modo de acesso: <http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital>
ISSN: 2674-9270

1. Educação. 2. Ciência e Tecnologia. I. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG. II. *Campus* Almenara – MG.

CDD: 370

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara
Rodovia BR 367 Almenara/Jequitinhonha, km 111,
Zona Rural, Almenara-MG - CEP: 39900-000
Telefone: (38) 3218-7385 – www.ifnmg.edu.br/almenara
Email: comunicacao.almenara@ifnmg.edu.br

Recital: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG
v. 1, n. 2, set./dez. 2019

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Alex Lara Martins

Alfredo Costa

Ana Maria Pita Ruiz

Anna Cristina Alvares Ribeiro Machado

Camila Stéfani Estancial Fernandes

Cláudia Adriana Souza Santos

Deivson Vinícius Barroso

Ednilton Moreira Gama

Emanuelly Alves Pelogio

Eyleen Nabyla Alvarenga

Ian Coelho de Souza Almeida

Isabelle Arruda Barbosa

Jiego Balduino Fernandes Ribeiro

José Maria Gomes Neves

Lays Araújo Nery

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Leonardo Machado Palhares

Luiz Célio Souza Rocha

Mariana Mapelli de Paiva

Mayara Archieris Amorim

Maysa Alvarenga Ferreira

Olden Hugo Silva Farias

Regina Mendes Araújo

Romário Rocha Sousa

Ronivaldo Ferreira Mendes

Tais Moala

Tânia Maria Mares Figueiredo

Vívian Castro Lemos

Recital: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG
v. 1, n. 2, set./dez. 2019

SUMÁRIO

Apresentação
Alfredo Costa.....**7**

SEÇÃO ESPECIAL SOBRE O IFMUNDO

Simulação da Conferência de Berlim de 1884/1885: uma proposta para o ensino de história das relações internacionais
Gabriel Fernandes Pimenta
Joelton Lima
Rodrigo Corrêa Teixeira.....**10**

Alguns apontamentos sobre a diversidade de gênero nos esportes
Anna Cristina Alvares Ribeiro Machado.....**37**

Parâmetros históricos e filosóficos para a revisão da Declaração Universal dos Direitos Humanos no século XXI
Alex Lara Martins
Regina Mendes de Araújo.....**61**

Dumping ambiental como variável da disputa internacional de mercados
Alfredo Costa
Anna Cristina Alvares Ribeiro Machado
Ednilton Moreira Gama
Roberta Matos.....**82**

ARTIGOS

Influência dos grandes centros produtores nos preços da mandioca de mesa e seus derivados das regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do Estado de Minas Gerais
Luiz Célio Souza Rocha
Thânia Rodrigues Oliveira
Emanuelly Alves Pelogio
Raí Inácio Quadros de Souza.....**103**

Flutuações no sistema vocálico do português brasileiro
Cláudia Adriana Souza Santos.....**118**

RELATOS DE PROJETOS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO

Relato de experiência sobre a participação dos jovens embaixadores do Vale do Jequitinhonha (IFNMG-Almenara) no MINIONU (PUC-Minas)
Débora Pinheiro Sobral
Náthila Mayone Olvieira Lacerda
Ana Luiza Ferreira Batista.....**127**

IFMundo 2019: narrative experience on IFNMG - Campus Almenara - student´s participation in the UN English-language simulated committee
Celio Medina Gonçalo.....**132**

As trilhas percorridas na construção da escola do campo no distrito de Itapiru, município de Rubim/MG: emancipação, resistência e luta
Gilda Rodrigues Rocha
Rosineide Pereira Mubarack Garcia **140**

RESENHA

IFMundo: diálogos sobre pedagogia da simulação e cidadania global
Sérgio Lana Morais.....**150**

RECITAL ARTÍSTICO

Mar Ingrato
Rosangela Ferreira Ribeiro.....**155**

Não desça os degraus sozinho, tio Jales!
Leonardo Luiz Silveira Silva **156**

ENTREVISTA

RECITAL entrevista o prof. Leonardo Luiz Silveira da Silva (IFNMG)
Alex Lara Martins
Alfredo Costa
Leonardo Luiz Silveira da Silva.....**169**

APRESENTAÇÃO

As chamadas *hard sciences* se notabilizam pelo rigor na construção de modelos com os quais se realizam ensaios, simulações e testes controlados que predizem fenômenos e explicam os processos de causa e efeito. Se as implicações deste tipo de atitude científica valessem para a educação e para as ciências humanas, seríamos capazes de testar e simular algumas experiências políticas e diplomáticas, em ambiente controlado, de maneira a alargar as possibilidades de acordos e soluções para problemas comunitários e globais. Neste caso, o rigor objetivista é amenizado pela aleatoriedade das trocas sociais nas mais diversas configurações, já que a compreensão do objeto de estudo está apenas a meio caminho: será ainda necessário retirar daí a pedra da moral e, então, produzir os consensos. Essa é a proposta pedagógica dos modelos de simulação, entre os quais se destaca o IFMundo, projeto integrador e institucional do IFNMG, para o qual a Recital reservou parte desta edição.

A formação da cidadania global, objetivo máximo do projeto IFMundo, pressupõe a construção de relações mais justas e sustentáveis em um ambiente aberto e de práticas inovadoras. Apoia-se nos quatro pilares da educação da Unesco – aprender a ser, a aprender, a fazer, e a conviver – e em um quinto, que vem ganhando força, o de aprender a transformar-se e, assim, transformar a sociedade. Essa noção ganha especial relevância no contexto das mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais – que incluem as mobilidades humanas, de mercadorias, de energia, de ideias e de informações, nas mais diversas escalas –, que tem sido capazes de redefinir os indivíduos e sua percepção de totalidade, e que se ampliam à medida que surgem novas e sofisticadas formas de exploração dos sentidos e de superação virtual dos limites geográficos.

A segunda edição da Revista Recital traz, além dos trabalhos submetidos em fluxo continuo, um conjunto de contribuições relacionadas ao maior evento de ensino do IFNMG em 2019, o IFMundo. A motivação para elaboração de uma edição especial logo quando a revista começa dar os seus primeiros passos vai de encontro ao desejo dos editores de dar ampla divulgação a um dos mais relevantes projetos de educação desenvolvidos no IFNMG, que provoca ações de pesquisa e extensão entre estudantes e professores, requerendo, ainda, espaços na gestão educacional da própria instituição.

Buscou-se, nos textos selecionados, a apresentação de temas, metodologias e relatos que demonstram a capacidade do modelo de simulação de aproximar estudantes do ensino médio a temáticas contemporâneas de interesse ao mesmo tempo global e local. Assim, esta edição contempla 13 trabalhos, dentre os quais quatro artigos, dois relatos de experiência e uma resenha relacionados ao IFMundo 2019, além de uma entrevista com o coordenador-geral do evento. A edição contem, também, outros trabalhos de igual importância, decorrentes da política de fluxo continuo da revista, entre os quais dois artigos, um relato de experiência, e dois textos artísticos e literários.

Gabriel Fernandes Pimenta, Joelton Lima e Rodrigo Corrêa Teixeira, autores convidados para essa edição, apresentam o trabalho intitulado **Simulação da Conferência de Berlim de 1884/1885: uma proposta para o ensino de história das relações internacionais**. Trata-se de um artigo que propõe uma metodologia para a transposição didática dos elementos das relações internacionais para a sala de aula, trazendo em seu bojo todas as ferramentas necessárias à elaboração de uma simulação da Conferência de Berlim do final do século XIX.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Em seguida, Anna Cristina Alvares Ribeiro Machado assina o artigo **Alguns apontamentos sobre a diversidade de gênero nos esportes**, tema que foi abordado na simulação do Comitê Olímpico Internacional (COI) do IFMundo 2019. Trata-se de uma complexa discussão que traz à tona o que há de mais recente sobre o assunto, com principal ênfase no debate sobre a regulamentação da participação de atletas transgênero em competições oficiais, ressaltando não apenas os aspectos biológicos e anatômicos, como também aqueles sociais e culturais.

O terceiro artigo, de autoria de Alex Lara Martins e Regina Mendes de Araújo, **Parâmetros históricos e filosóficos para a revisão da Declaração Universal dos Direitos Humanos no século XX**, baseou-se da discussão do comitê simulado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) no IFMundo 2019. No texto, são expostos os novos desafios éticos, jurídicos, sociais e existenciais do século XXI em relação ao documento elaborado em 1948, levando em consideração as conquistas emancipatórias e de direitos difusos assistidas mundialmente nos últimos 70 anos.

O quarto trabalho desta seção especial foi baseado na temática discutida no comitê simulado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), de autoria de Alfredo Costa, Anna Cristina Alvares Ribeiro Machado, Ednilton Moreira Gama e Roberta Pereira Matos, denominado **Dumping ambiental como variável da disputa internacional de mercados**. O artigo evidencia o agravamento do fenômeno da poluição mundial e o desafio da violação dos direitos humanos em face da busca por vantagens competitivas produtivas e comerciais em escala internacional.

O artigo seguinte é de autoria de Luiz Célio Souza Rocha, Thânia Rodrigues Oliveira, Emanuelly Alves Pelogio e Raí Inácio Quadros de Souza, que assinam **Influência dos grandes centros produtores nos preços da mandioca de mesa e seus derivados das regiões norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais**. O trabalho traça um panorama sobre as principais características da produção da mandioca e seus derivados nas porções norte e nordeste de Minas Gerais e investiga, com aplicação de métodos quantitativos, a hipótese da existência de influência dos preços praticados em outras regiões do Brasil – especialmente no Paraná – na variação dos valores praticados nas regiões em análise.

O último artigo é de autoria de Cláudia Adriana Souza Santos, **Flutuações no sistema vocálico do português brasileiro**. Partindo das ideias de que as línguas são dinâmicas, tais como organismos vivos, e de que há momentos ao longo da história que provocam mudanças nas palavras, a autora demonstra que o sistema vocálico do português brasileiro passa por um processo de neutralização e que as oscilações do sistema pretônico na língua portuguesa estiveram presentes por toda a sua trajetória, marcando as flutuações do seu sistema vocálico.

A seção de relatos de experiência é aberta pelo texto das estudantes do IFNMG campus Almenara Débora Pinheiro Sobral, Náthila Mayone Oliveira Lacerda e Ana Luiza Ferreira Batista, intitulado **Relato de experiência sobre a participação dos jovens embaixadores do Vale do Jequitinhonha (IFNMG-Almenara) no MINIONU (PUC-Minas)**. As estudantes se destacaram como participantes do IFMundo 2019 e tiveram a oportunidade de participar do maior evento de simulação da ONU para estudantes do ensino médio do Brasil, o MINIONU, organizado pela PUC/MG.

Em seguida, é apresentado o **Relato de experiência sobre a participação de estudantes no comitê simulado da ONU em língua inglesa no IFMundo 2019**, de autoria de Célio Medina Gonçalo. O autor relata a trajetória de preparação dos estudantes para a participação do comitê simulado do ACNUDH em língua inglesa, incluindo as estratégias utilizadas para enfrentar os

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

desafios que se lhes apresentaram. Destaca-se que este é o primeiro trabalho publicado em língua estrangeira na Recital.

O último relato de experiência dessa edição é de autoria de Gilda Rodrigues Rocha, que apresenta **As trilhas percorridas na construção da escola do campo no distrito de Itapiru, município de Rubim/MG: emancipação, resistência e luta**. No relato, a autora demonstra como a utilização da metodologia de pesquisa-ação foi capaz de criar e fortalecer a identidade campesina de uma escola rural do Baixo Jequitinhonha, com envolvimento de toda a comunidade escolar.

Na seção seguinte, Sérgio Lanna Morais resenha, a convite da Recital, o livro **IFMundo: diálogos sobre a pedagogia da simulação e cidadania global**, de organização de Alfredo Costa, Alex Lara Martins e Leonardo Machado Palhares. Trata-se de um livro que convidou 51 autores entre estudantes, professores e servidores do IFNMG e de outras escolas, a discutir os desdobramentos da edição de 2018 do IFMundo em face dos desafios da construção cidadã global nas regiões norte e nordeste de Minas Gerais.

Na seção artística, essa edição traz duas interessantes contribuições: a poesia **Mar Ingrato**, de Rosângela Ferreira Ribeiro, e o envolvente conto **Não desça os degraus sozinho, tio Jales!**, de Leonardo Luiz Silveira da Silva.

Esta edição da Recital é finalizada com uma entrevista ao Professor Doutor Leonardo Luiz Silveira da Silva, coordenador-geral do evento IFMundo 2019, conduzida pelo editor-chefe da revista Alex Lara Martins, e pelo editor-adjunto Alfredo Costa. Na entrevista, são debatidos os avanços e os desafios da organização do IFMundo, além de aspectos relacionados à geopolítica e às relações internacionais, temas de especial interesse e pesquisa do entrevistado. Não é coincidência: ele é o mesmo autor do conto da seção anterior!

Por fim, é sempre bom lembrar:

Um recital é um conjunto de Peças poéticas, poesias declamadas, concerto musical de vozes e instrumentos, em regime escolar, de aprendizado por estímulo, tentativa e sucesso. Esse é também o espírito desta revista: estimular a produção acadêmica e científica, sem jamais perder a ternura.

Alfredo Costa

Editor-Adjunto da Revista Recital.

Responsável pela edição especial sobre o IFMundo 2019.

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE BERLIM DE 1884/1885: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Simulation of the Berlin Conference of 1884–85: a proposal for teaching history of international relations

Gabriel Fernandes PIMENTA
Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
pimenta.gabriel@gmail.com

Joelton LIMA
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
joeltonlima2@yahoo.com.br

Rodrigo Corrêa TEIXEIRA
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
rteixeira@pucminas.br

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar uma transposição didática para a área das Relações Internacionais, tratando da proposta de uma Simulação da Conferência de Berlim de 1884/1885. Para tal, é realizado um breve histórico das atividades de simulação nessa área, começando pela fase do surgimento em sua versão moderna e chegando ao desenvolvimento das versões nacionais de tais atividades. Em sequência, alguns conceitos básicos da teoria e da história das Relações Internacionais englobados pela atividade são apresentados, com ênfase na relevância deles para o estudo do tema, assim como conceitos pedagógicos a serem trabalhados pela

simulação. Por fim, apresenta-se o material desenvolvido para esta transposição, em versão fac-similar àquela disponibilizada para os estudantes.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais. Transposição didática. Simulação. História da África. Conferência de Berlim.

.

Abstract

The paper intends to present a didactic transposition for the International Relations area, approaching the proposal of a 1884/1885 Berlin Conference Simulation. For this, a brief historical of the simulation activities is made, starting by the phase of its modern creation until the development of the Brazilian version of such activities. In sequence, some of the basic concepts of International Relations theory and history encompassed by the activity are presented, with emphasis on its relevance for the study of the field, as well as pedagogical concepts to be developed by the simulation. In the end, the material developed for the simulation is showed, in a facsmile version of that made available to the students.

Keywords: International Relations History. Didactic transposition. Simulation. African history. Berlin Conference.

INTRODUÇÃO

A Simulação da Conferência de Berlim de 1884/1885 é uma atividade voltada para alunos dos primeiros períodos do curso de Relações Internacionais, e está inserida no contexto da disciplina de História das Relações Internacionais I, que cobre o período entre o Congresso de Westfália de 1648 e a desarticulação do Concerto Europeu, no fim do século XIX. Seu objetivo é desenvolver nos alunos habilidades fundamentais ao analista internacional e apresentar o período histórico estudado por meios auxiliares às aulas de exposição de conteúdo.

Além da fundamentação teórica, proposição metodológica da Simulação e análise histórica sobre a Conferência de Berlim, este é um guia prático com os documentos (anexos) para replicação da simulação em situações distintas, assim, procuramos disponibilizar aos leitores e interessados um passo a passo para fomento de organização de simulações nas instituições de ensino.

1 SIMULAÇÕES: HISTÓRIA E PRÁTICA

A simulação de temas relacionados à política internacional possui seus primeiros registros nos exercícios efetuados por forças militares, que criavam cenários de batalha para treinar seus comandantes e verificar a eficácia de suas táticas. Segundo Smith (SMITH, 2010), jogos e simulações de guerra (*war games*) são parte do treinamento militar desde o ano 3000 A.C, constituindo práticas comuns por todo o mundo. As versões atuais destas simulações podem ser

encontradas em artigos de entretenimento, como jogos eletrônicos para computadores e videogames.

A criação das Relações Internacionais como um campo de estudos separado de áreas correlatas, como a História, o Direito e, principalmente, a Ciência Política, é recente. A criação do primeiro curso universitário neste campo científico se deu em 1918, na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales. Dentre os novos empreendimentos acadêmicos do campo, a proximidade dos temas por ele englobados com a lógica envolvida nos *war games* conduziu à criação de projetos de pesquisa que buscavam simular situações e prever comportamentos por parte de tomadores de decisão (STARKEY; BLAKE 2001). O uso das simulações com objetivos de pesquisa e predição de comportamento começou a decair a partir da década de 1960, curiosamente, no período em que houve um avanço nos métodos de pesquisa da área após o clamor de Morton Kaplan por seu aprimoramento (KAPLAN, 1966). A redução do uso das simulações nas Relações Internacionais não significou um abandono total da ferramenta. Em uma das obras fundamentais da área, Waltz (1979) defende o poder explicativo das situações estilizadas: "(...) um modelo retrata a realidade ao simplificá-la, digamos, por meio da omissão ou por meio da redução de escala" (WALTZ, 1979, p. 7).

A simulação, enquanto modelo, retém a capacidade de apresentar características de determinados fenômenos, sendo útil pelos seus propósitos científicos e, especialmente, pedagógicos. Se, por um lado, as simulações perderam relevância enquanto ferramentas de pesquisa, por outro, houve a popularização de tais atividades com objetivos pedagógicos no mesmo período (STARKEY; BLAKE, p. 2001).

Segundo pesquisas recentes do campo do aprendizado associado a técnicas pedagógicas específicas, simulações de situações de negociação e debate no âmbito político são positivas para o *deep learning*. O conceito abrange os quatro campos do aprendizado, quais sejam, o factual, o procedimental, o comportamental e o metacognitivo. As simulações são úteis, portanto, tanto para ensejar ganhos de repertório relativo ao domínio de informações básicas quanto para servir de plataforma para o aprendizado contínuo (ENGEL; PALLAS; LAMBERT, 2017). Ademais, eventos voltados para atividades de simulação auxiliam na formação de capital cívico não apenas por tratarem de situações políticas, mas também por incentivarem interações colaborativas intergeracionais. Há incentivos para que atribuições organizacionais sejam progressivamente delegadas para jovens ao longo do processo de institucionalização das simulações, além da formação de associações mais intensas e longevas entre professores e alunos nos âmbitos acadêmico e de trabalho (LEVY, 2016). Em um contexto de mudanças aceleradas no meio de inserção dos estudantes, com alta permeabilidade da sala de aula em relação aos desenvolvimentos da tecnologia digital, as simulações servem ainda como método de incorporação de inovações de modo controlado e com fins didáticos (DINNEN, 2016).

O início das tentativas de reprodução de situações de tomada de decisão em âmbito internacional se dá na década de 1920, quando a Universidade de Harvard organizou simulações da Liga das Nações entre seus alunos. Depois da fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), a mesma universidade cria o *Harvard National Model United Nations* (HNMUN), em 1955 evento realizado anualmente até hoje (RANDIG, 2010). O acrônimo MUN, que indica a simulação de comitês da ONU, é hoje uma marca dos eventos do gênero, ainda que, com o passar dos anos, muitos deles tenham extrapolado a proposta inicial – há atividades que buscam reproduzir a dinâmica de situações de outras organizações internacionais, assim como aquela de períodos anteriores aos da criação da ONU. Dado o caráter pedagógico das simulações, elas ocorrem não somente em nível universitário, mas também são realizadas para estudantes de

nível médio. No primeiro caso, elas cumprem com a função de apresentar temas e situações específicos, com o objetivo de aprofundar o conhecimento do estudante sobre um determinado tema. No segundo, elas objetivam servir de porta de entrada para o campo das Relações Internacionais, oferecendo atividades práticas e interativas.

No Brasil, o primeiro evento do gênero foi o *Americas Model United Nations* (AMUN), realizado pela Universidade de Brasília em 1998 e voltado para o público universitário. Em 2000 foi criado o Modelo Intercolegial da Organização das Nações Unidas (MINIONU), primeiro modelo brasileiro para estudantes do ensino médio. Desde então, houve uma intensa popularização das simulações, simétrica à expansão da área das Relações Internacionais, com eventos realizados por universidades para públicos de diversas idades. Mais recentemente, colégios cujos estudantes participam de eventos promovidos por universidades passaram a organizar simulações para seus alunos. Não há um registro oficial do número de modelos no Brasil – em janeiro de 2018, a página da Wikipedia sobre o tema registrava a realização de 37 modelos abertos, definidos como aqueles que permitem a participação de membros de diversas instituições, e 20 modelos fechados, que só admitem estudantes da instituição que os realiza, formato mais comum para os modelos feitos por instituições de ensino médio.

2 SIMULAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE BERLIM: CONCEITOS

Os conceitos abordados pela simulação podem ser divididos dois grandes grupos. O primeiro grupo é das competências cognitivas e habilidades instrumentais a serem aprimorados pelos alunos por meio de sua participação na simulação. O segundo, a ser tratado na sequência em maior detalhe, é dos conceitos relativos ao conteúdo ministrado na disciplina de História das Relações Internacionais no curso de Relações Internacionais da PUC-Minas, que envolvem termos de compreensão histórica e cotejos com a Teoria de Relações Internacionais.

Relativamente às competências cognitivas e habilidades instrumentais, a condução da simulação de forma adequada incentiva o desenvolvimento de algumas competências cognitivas e habilidades instrumentais importantes: domínio da norma culta da Língua Portuguesa por meio da elaboração de documentos de trabalho; desenvolvimento da capacidade lecto-escrita; identificação e análise de documentos históricos; desenvolvimento da capacidade de leitura e análise de imagens , tais como ilustrações, fotos, charges, pinturas, esculturas, cartazes de propaganda; desenvolvimento da capacidade de leitura e interpretação de mapas e organogramas; desenvolvimento da capacidade de construção de argumentação e elaboração de propostas; desenvolvimento da capacidade de compreensão e classificação de fenômenos sociais; desenvolvimento da capacidade de enfrentar situações-problema; desenvolvimento da capacidade de elaborar propostas; organização sequencial e cronológica de eventos; identificação de permanências e rupturas no processo histórico; desenvolvimento inicial de coleta de dados e informações; identificação, distinção e ordenação de fenômenos religiosos, econômicos e políticos.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

2.1 CONCEITOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

a) Estado, Razão de Estado e Nacionalismo: os alunos, ao representarem países na simulação, entram em contato simultâneo com três unidades fundamentais do estudo das Relações Internacionais. O Estado, sua unidade de análise principal, presente como uma burocracia que atua de forma unívoca, de forma condizente com a formulação clássica de Weber (WEBER, 1982). A Razão de Estado, como o cálculo feito pela burocracia estatal com o intuito de discernir as ações mais propícias para sua sobrevivência, aparece na atividade como a consideração que os alunos devem fazer de quais seriam os arranjos ideais para os países que representam. O Nacionalismo figura como o elemento cultural intersubjetivo da construção da representação, que os alunos devem compreender para construir as narrativas que sustentarão a argumentação durante as negociações da simulação.

b) Construção de memória coletiva: A partir de uma análise do eurocentrismo e do desenvolvimento da capacidade crítica em relação à história dos conflitos, que deve ser realizada pelo professor após a atividade, os alunos deverão compreender as diferentes versões da história e a edificação da memória coletiva. O fio condutor da exposição deve passar pela comparação entre a historiografia apresentada no guia de estudos e outras fontes, que tratam da colonização africana por outros vieses. O tema da construção da memória coletiva atende também os objetivos de introduzir o tema da História da África.

c) Foros internacionais de tomada de decisão: a atividade simula um ambiente de negociações diplomáticas, em situação *sui generis* no período – os encontros multilaterais só viriam a se tornar rotineiros no século XX (RITTBERGER; ZANGL, 2006) -, mas que apresenta muitas características dos processos e encontros diplomáticos contemporâneos. Dessa forma, o aluno apreende processos como o da negociação por meio de discursos e o registro dos trabalhos em documento final, redigido por um membro do encontro.

d) História da África: As ideias populares e públicas de que na conferência de Berlim de 1884-1885 foi realizada a partilha da África, e de que os delegados delimitaram com uma régua as linhas retas que definiam as esferas de influências das potências europeias no continente, não se traduzem em verdade histórica (DOPCKE, 1999). A Conferência de Berlim não dividiu o continente em colônias, mas fixou princípios para evitar conflitos entre as potências europeias que se lançaram à partilha da África. Na década seguinte, as potências europeias apressaram-se em estabelecer bases coloniais e traçar fronteiras, a fim de garantir a soberania sobre os territórios que começavam a ocupar.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO

De acordo com a estrutura analítica elaborada pelo historiador das Relações Internacionais Adam Watson, a autoridade de Napoleão levou o sistema europeu a seu extremo no sentido da estruturação imperial entendida como a centralização do poder. Essa autoridade foi oposta com sucesso tanto por outros Estados quanto pelos muitos nacionalismos de cunho anti-francês. Essas forças atuaram no sentido de levar todo o sistema de volta na direção da extremidade da escala onde se situam as independências; mas não forma capaz de trazê-lo todo de volta ao

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

padrão do séc. XVIII. Desenvolveu-se então, a partir do Concerto da Europa no século XIX, a chamada "Hegemonia Coletiva". O império napoleônico mudou as estruturas sociais da Europa e o sistema que surgiu do Acordo de Viena (1814-1815), ao fim de um quarto de século de levantes e de guerras, situa-se mais ou menos equidistante do sistema napoleônico e daquele do séc. XVIII no espectro pendular. Em alguns aspectos, o Concerto pode ser considerado uma síntese a partir de duas maneiras opostas de organizar a Europa: de um lado, a forma imperial, do outro, a dispersão completa do poder.

A derrota de Napoleão na Rússia (1812) restaurou a Áustria a uma condição de independência, fazendo do país o elemento móvel responsável por um equilíbrio complexo. Metternich, o arquiteto da política austríaca, via ameaças provenientes de mais de um campo no espectro político. A cooperação com a Rússia para destruir Napoleão colocaria aquela numa posição demasiado forte e ele trabalhou para evitar isso. Para sua sorte, a Grã-Bretanha saía da guerra como uma potência industrial, financeiramente reforçada, e estava disposta a fazer alianças para evitar o domínio da Europa por qualquer potência individual. A Rússia, assim como a Grã-Bretanha, estava interessada em expandir-se para além da área da cristandade latina. Dirigir as energias russas no sentido do Império Otomano, e ainda mais para o Oriente, parecia ao Czar Alexandre mais factível do que tentar uma hegemonia na Europa. As duas potências concordaram, então, que suas políticas com relação à Europa implicavam limitações que não se aplicavam fora dela.

Convinha à Rússia e à Inglaterra restabelecer a Áustria e a Prússia como grandes potências independentes, nominalmente iguais a elas próprias, e dar a mesma posição à França restaurada. Ou seja, elas reconheceram, assim como Metternich, que o sistema ficaria instável se um elemento tão dinâmico como o francês se opusesse fundamentalmente ao acerto e que, portanto, ela deveria ser parte de uma Europa estável e equilibrada.

A Declaração de Aachen (Aquisgrana) (1818) – foi a formalização da parceira entre as 5 grande potências , na qual declaravam sua intenção de manter uma união íntima de consultas regulares para a preservação da paz com base no respeito para com os tratados, e concordaram em convidar outros Estados a suas reuniões em que os assuntos de tais Estados fossem tratados.

A questão da ordem internacional no pós-Napoleão – o tema foi revertido superficialmente ao padrão do século XVIII. Contudo, a Revolução Francesa e Napoleão mostraram as vantagens da ordem liberal trazida pelo império napoleônico e os grandes Estados estavam conscientes que tais vantagens não seriam alcançadas com a volta ao sistema do século XVIII.

A questão da intervenção – um dos princípios norteadores das relações entre Estados do século XVIII era o da não-intervenção. Contudo, os franceses haviam difundido valores e doutrinas revolucionárias que sancionavam intervenções, semelhantemente às Cruzadas. Além disso, tal questão por outro lado influenciava o contra-movimento da legitimidade dinástica, que se via no direito de intervir para restaurar dinastias legítimas depostas e conter o ímpeto revolucionário. As intervenções com a finalidade de manter a paz e a segurança internacionais com base nos termos dinásticos colocaram a prática do início do século XIX na Europa um pouco mais perto da extremidade imperial do espectro da divisão do poder do que da hegemonia.

A Europa não deveria ser dividida em esferas de influência separadas: as cinco potências concordaram que era necessária uma maquinaria coletiva para manter e modificar o acordo. As cinco potências não confiavam umas nas outras para intervir unilateralmente a fim de lidar com ameaças à paz e à segurança; mas nos casos em que concordaram em agir juntas, elas puderam

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

exercer coletivamente uma hegemonia difusa que nenhuma concordaria em que outra exercesse sozinha. A harmonia entre elas orquestraria o Concerto Europeu.

O concerto europeu pode ser dividido em três períodos:

a) 1815-1848 – Um pouco mais do que uma hegemonia difusa. Ao proclamar e exercer o direito de intervenção coletiva, as grandes potências puderam manter algo como um domínio sobre a parte fragmentada da sociedade europeia fora de sua administração. Os desacordos entre as cinco diziam respeito à administração do sistema, mais do que a conflitos bilaterais de interesse direto. Os estadistas aristocráticos sentiam durante essas três décadas uma solidariedade de fins: eles temiam os riscos que ameaçavam seu mundo, mas não uns aos outros. Controlando-se e equilibrando-se uma a outra e, no entanto, ao mesmo tempo, reconhecendo suas responsabilidades para com a sociedade europeia e uma para com a outra, Grã-Bretanha e Rússia proporcionaram o quadro essencial em que o concerto da Europa podia funcionar e manobrar: comparativamente Grã-Bretanha e Rússia foram as superpotências da época. Em suma, foi um período de paz entre as grandes potências e de repressão de revoluções sociais e políticas.

b) 1848-1871 – correspondeu a uma revitalização do nacionalismo popular, de revoluções contra a ordem política estabelecida e de guerras de ajuste entre as grandes potências. No ano de 1848, o descontentamento da classe média com o "sistema Metternich" e com a legitimidade dinástica fermentou em verdadeira revolução em muitas comunidades europeias, notavelmente na França e em terras alemãs e italianas. Havia então uma nova legitimidade capaz de desafiar a antiga: o direito dos "povos" a determinar por si mesmos a que Estado queriam pertencer e como tal Estado deveria ser governado. Os nacionalistas do séc. XIX tampouco gostavam de sugestões de que seus Estados-nações devessem ser limitados por um sistema ou concerto europeu. Eles desejavam uma independência plena, liberdade com relação a limitações externas e o exercício soberano da vontade popular geral. Assim, o nacionalismo e a democracia levaram o sistema europeu mais à frente na direção da extremidade do espectro das independências múltiplas. Ameaças imediatas ao equilíbrio europeu eram o pan-germanismo (que se manifestava em terras que abrangiam da Holanda à Rússia e da Itália à Dinamarca), o pan-eslavismo e o pan-italianismo. Esses movimentos ameaçavam mais imediatamente aquele que era o baluarte do sistema existente: o Império Austríaco da família Habsburgo, multinacional e absolutista. Neste período, a junção da impulsividade e inaptidão política de Napoleão III com a prudência da Prússia culminaram na organização do Estado Alemão em 1871 após a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana. As duas características do período foram, portanto, o nacionalismo revolucionário por guerras de ajuste.

c) 1871-fim do século – Um período de paz. Contudo, essa paz não era confortável: a esponja de pequenos Estados alemães da Europa Central - importante para todos, perigosa para nenhum - não existia mais. Em seu lugar havia o novo Reich alemão, a potência mais forte do continente europeu. O equilíbrio que havia se mantido e se ajustado desde Viena, primeiro na paz, e depois em guerras menores, tornou-se instável. Durante alguns anos, o controle considerável de Bismarck e seu hábil malabarismo político mantiveram a ordem europeia. Em todo o sistema, ele fez com que a Prússia aumentada se comportasse como uma potência satisfeita e pronta a cooperar. Enquanto isso, a revolução industrial e o nacionalismo popular geravam crescente pressão na Europa, de forma a tornar a Alemanha

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

> potencialmente hegemônica. A integração econômica e depois política e as reformas sociais que a acompanharam liberaram novas fontes de energia semelhantes àquelas liberadas na França pela revolução. À época de Bismarck, em 1890, a Alemanha havia passado a Inglaterra como potência industrial. Em função de desacordos políticos, Bismarck sai do governo em 1890 e a partir daí os governos alemães, em especial o governo de Guilherme II, comportaram-se de uma maneira mais nacionalista e afirmativa e negligenciaram o cuidadoso cultivo das relações com a Rússia e a Grã-Bretanha. Em suma, foi novamente um período de paz na Europa, porém, com o concerto dominado em grande medida por Bismarck, o que levou ao consequente desequilíbrio quando de sua saída.

Diante disso, podemos considerar inclusive que a África partilhada pelas potências europeias constituiu-se em amplo processo de unificação à força a despeito dos interesses dos africanos. A Conferência da África unificou territórios, povos, etnias, impérios, e, portanto, criou unidades territoriais sem base cultural, linguística, política e econômica para os africanos. Neste sentido, este processo de conquista visou restringir a ampla diversidade cultural, linguística, religiosa, política e econômica dos diferentes grupos, povos e etnias, impondo uma cultura, uma língua, uma religião, um regime político, uma economia, a partir da força, da escrita e de um aparato legal-jurídico alheio à realidade dos africanos.

Visualizando a cartografia dos Estados africanos e suas fronteiras, de imediato vem à mente o que foi perspectivado na Conferência de Berlim. Pode-se entender que se tem exagerado e mistificado a importância da referida Conferência na determinação das fronteiras coloniais africanas (WESSELING, 1998; BRUNSCHWIG, 1974). No entanto, é inquestionável que tem sido com as fronteiras então delineadas que a comunidade internacional tem se contentado, uma vez que as legitimou sem as questionar (DOPCKE, 1999).

A fixação das fronteiras africanas subordinou-se aos interesses da exploração dos recursos naturais e do comércio local pelas potências colonizadoras e, no movimento feroz da ocupação efetiva que urgia, as potências europeias não tiveram nem poderiam ter tido em conta (não se evitar o anacronismo), a realidade pré-existente: é que só então os europeus se viram obrigados a penetrar numa África profunda que desconheciam e que tinha estado entregue às suas próprias dinâmicas internas até à hora da partilha.

Apesar da não contestação das fronteiras traçadas em Berlim (1884-1885), havia dinâmicas territoriais pré-existentes à divisão que em muito condicionariam os contextos do desenvolvimento dos países africanos que ascenderiam à independência, na sua grande maioria, na segunda metade do século XX. Pouco estudadas ou mesmo esquecidas, essas mesmas dinâmicas são hoje recuperadas para a compreensão da África, como fica claro em estudos sobre os atuais conflitos étnicos na região.

REFERÊNCIAS

AMUN, Americas Model United Nations. Disponível em http://amun.org.br/2011/ Acesso em 13 set. 2012.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra** São Paulo: Perspectiva, 1993.

CARRETERO, Mario. **Documentos de identidades**: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONRAD, Joseph. **The Heart of Darkness** London, Penguin Books, 1994.

DINNEN, M. *et alii*. Is participation in technology-enhanced Model United Nations Conferences the employability skills solution for learners? Report prepared for the Learning and Teaching Support Unit, **Australian Department of Education and Training**, 2016.

DOPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra *in* **Revista Brasileira de Política Internacional**, no. 42, vol.1, pp 77 – 109, 1999.

DUROSELLE, Jean-Baptiste **A Europa de 1815 aos nossos dias**: Vida política e relações internacionais. São Paulo: Pioneira, 1985.

ENGEL, S., PALLAS, J. & LAMBERT, S. (2017). Model United Nations and deep learning: theoretical and professional learning. **Journal of Political Science Education**, 13 (2), 171-184.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem** Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

KAPLAN, Morton A. **The new great debate** *in* **World Politics,** Vol. 19, n. 1, 1966.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**, Rio de Janeiro, Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**, New York, Simon and Schuster, 1994.

KI-ZERBO, Joseph **África – História crítica da África ao sul do Saara** in JAGUARIBE, Hélio (org.) **Um Estudo crítico da história**, São Paulo, Paz e Terra, 2001.

LEVY, Brett. "Advising a Model United Nations club: A scaffolded youth-adult partnership to foster active participation and political engagement" (2016). **Educational Theory and Practice Faculty Scholarship**. 14.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluralidade epistêmica *in* SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-710.

MINIONU, Modelo Intercolegial das Nações Unidas. Disponível em http://www.pucminas.br/mini-onu/index_padrao.php Acesso em 13/09/2012.

MODELO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS, Wikipedia.org, Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Modelo_de_organiza%C3%A7%C3%B5es_internacionais Acesso em 03/09/2012.

PAKENHAM, Thomas. **The scramble for Africa** London, George Weidenfeld & Nicholson, 1991.

RANDIG, Rodrigo Wiese. **Simulações e modelos das Nações Unidas** – Os diplomatas que brincavam de ser diplomatas *in* **Revista Juca**, n. 4, Brasília, 2010.

RITTBERGER, Volker; ZANGL, Bernhard. **International Organization** Polity, Politics and Policies, New York, Palgrave Macmillan, 2006.

SMITH, Roger. **The long history of gaming in military training** *in* **Simulation & Gaming**, n. 41, 2010.

STARKEY, Brigid A.; BLAKE, Elizabeth L. **Simulation in International Relations Education** *in* **Simulation & Gaming**, n. 32, 2001.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**, Reading, Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**, Rio de Janeiro, LTC, 1982.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar** – a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

APÊNDICE 1 – APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE

SIMULAÇÃO: CONFERÊNCIA DE BERLIM SOBRE A ÁFRICA OCIDENTAL – 1884/1885

Disciplina: História das Relações Internacionais I

INTRODUÇÃO

O fim do século XIX é um período de grande relevância para o estudo das Relações Internacionais. O sistema europeu de hegemonia coletiva rumava para seu fim, perdendo sua elasticidade em um contexto de auto-afirmações nacionalistas engendradas pelas alterações na balança de poder regional, causadas pela unificação alemã. A sociedade europeia de Estados, por sua vez, independente de arranjos locais, realizava a expansão definitiva de suas regras, instituições e práticas, abrangendo todo o planeta. Os dois processos, simultâneos e de influência recíproca, são essenciais para a compreensão de eventos posteriores, tenham eles ocorrido pouco depois, como a escalada militarista que levou à Primeira Guerra Mundial, ou quase um século após, como os últimos esforços de descolonização africana.

Esta atividade é uma tentativa de trazer o estudo de ambos os processos para uma esfera mais prática. Para tal, a Conferência de Berlim sobre a África Ocidental será simulada de forma estilizada, de forma a ressaltar alguns aspectos importantes para o entendimento do período. Espera-se que a pesquisa voltada para a simulação e as atividades de caráter interativo sejam não apenas formas de fugir à rotina das aulas expositivas, como também possibilitem debates sobre outras questões, normalmente subjacentes aos eventos históricos – existe uma lógica por trás da ação dos agentes históricos? Até que ponto a História é determinada por fatores estruturais, como poder econômico e militar? Qual a importância do indivíduo na História?

As regras que orientarão a simulação da conferência, assim como a feitura das duas peças escritas e os critérios de avaliação serão detalhados abaixo.

1 REPRESENTAÇÕES

Os grupos deverão ser formados por quatro ou cinco alunos. Cada grupo receberá a designação de um dos países presentes na Conferência de Berlim, feita por sorteio em sala. A partir desse momento, o grupo passará a responder, dentro da atividade, como representante oficial do governo do país em questão. Os Estados presentes na Conferência são: Alemanha, Bélgica,

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Império Austro-húngaro, Império Otomano, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Rússia e Suécia.

2 RELATÓRIO 1

Após descobrir sua designação, cada grupo deverá produzir um relatório a ser entregue antes da simulação. Deverão constar do relatório:

a) um texto (3000-3500 caracteres com espaços) no qual o grupo analisa a posição de seu país dentro do sistema regional europeu, descrevendo suas relações com os demais países e quais são seus interesses e possibilidades nesse sistema;

b) um texto (3000-3500 caracteres com espaços) no qual o grupo analisa a posição de seu país no sistema extra-europeu, isto é, suas relações com colônias, povos e demais Estados de fora do continente, e descreve quais são seus interesses e possibilidades neste âmbito;

c) um texto (2000-2500 caracteres com espaço) no qual o grupo, baseado nos itens a e b, apresenta quais serão suas posições quanto os tópicos a serem debatidos na conferência e a estratégia para defendê-las;

d) as opções do grupo para Presidente da Primeira Sessão, Relator da Primeira Sessão, Presidente da Segunda Sessão, Relator da Segunda Sessão. O grupo deverá votar em países diferentes para cada uma das opções, considerando a estratégia apresentada no item c.

e) Referências Bibliográficas.

Tendo em vista a extensão limitada dos itens a, b e c, os grupos estão dispensados de citar no corpo dos itens as referências usadas para o trabalho, bastando que constem do item e. O relatório deverá ser entregue uma aula antes da aula na qual ocorrerá a primeira sessão da simulação.

3 SIMULAÇÃO

A simulação da Conferência de Berlim ocorrerá em duas aulas, durante as quais os grupos debaterão os tópicos definidos, com o objetivo de chegar a dois documentos, um sobre cada tema, que orientarão a ação dos países representados quanto à ocupação da África. Na primeira aula, os debates deverão abordar a questão da navegação nos rios africanos e da abertura da região para o comércio. Espera-se que os participantes definam as diretrizes para a navegação em rios que atravessam domínios coloniais de mais de um Estado, a questão da navegação em caso de conflitos locais ou extrarregionais e a abertura dos estuários e portos. Devem ser

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

também discutidos e definidos parâmetros de comércio entre os Estados europeus e as colônias africanas, incluindo o comércio entre colônias e as transações entre as colônias e Estados que não suas metrópoles.

Na segunda aula, deverão ser debatidos os critérios para a anexação de território na África. Espera-se que os participantes considerem para tal os diversos fatores envolvidos na questão, como o costume europeu no tocante à definição fronteiriça, as unidades políticas locais, os possíveis mecanismos para a solução de divergências e os parâmetros para a demarcação.

3.1 REGRAS DA SIMULAÇÃO

Quórum

A sessão terá início quando dois terços (2/3) das delegações credenciadas estiverem presentes. Para que as resoluções sejam votadas, é preciso a presença de dois terços (2/3) das delegações credenciadas. As delegações que chegarem após o início da sessão serão automaticamente reconhecidas.

Debate

As sessões ocorreram em constante debate moderado, isto é, não haverá o estabelecimento de uma lista de discursos, cabendo à presidência da sessão escolher as representações que farão seus discursos de forma a garantir o bom andamento do debate. Para realizar um discurso, a delegação deverá manter sua placa identificadora em posição vertical até ser reconhecido pela presidência da sessão, e somente após o reconhecimento pela presidência a delegação poderá fazer seu discurso. Apenas um representante de cada delegação poderá discursar em cada discurso.

A presidência é livre para estabelecer o tempo de discursos mais adequado, podendo inclusive mudar o tempo estabelecido caso verifique que o tempo anteriormente adequado não era o ideal para o fluxo do debate. Considerando o tempo curto da simulação, recomenda-se que o tempo máximo de cada discurso não ultrapasse os dois minutos. Uma vez que as sessões serão realizadas em constante debate moderado, não será possível a sessão de tempo de uma delegação para outra.

Durante o discurso, os representantes deverão fazer declarações pertinentes ao tema do debate, expondo seus posicionamentos de modo claro, e primar pelo decoro. Casos de desobediência grave às normas poderão ser punidos pelo professor com retirada da simulação e perda automática dos pontos da atividade.

Questões

Entre os discursos, os delegados poderão levantar questões relativas ao debate, adereçadas à presidência da sessão. São elas:

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

a) Questão de privilégio pessoal: caso a representação esteja sentindo algum desconforto, como não conseguir ouvir o discurso de algum delegado.

b) Questão de dúvida: caso a representação possua alguma dúvida sobre os procedimentos do debate.

Para fazer essas questões, o delegado portador da placa identificadora deverá levantá-la acima da cabeça no intervalo entre o reconhecimento de um discurso e outro pela presidência da sessão. Assim como no caso dos discursos, os delegados devem esperar serem reconhecidos para fazer sua questão.

Documentos

Na Conferência, caberá às representações eleitas como relatoras sumariar as posições apresentadas pelos participantes. Elas deverão ser condensadas em um documento que apresente as diretrizes debatidas e sirva como base para as futuras ações europeias na África relativas ao tópico da sessão. A delegação relatora irá escrever o documento após a sessão à qual coube a ela relatar, e trará o documento para a sessão ou aula seguinte. No início da sessão ou aula seguinte, o documento estará automaticamente em votação, caso estejam presentes ao menos dois terços (2/3) das delegações credenciadas. São necessários os votos afirmativos de dois terços (2/3) das delegações credenciadas para a aprovação de um documento. A votação será feita por chamada em ordem alfabética, e as delegações poderão votar "a favor", "contra", se abster ou passar o voto. As que optarem por passar o voto irão votar após o término da votação em lista, podendo então votar "a favor" ou "contra".

4 RELATÓRIO 2

Após o termino da simulação, cada delegação deverá apresentar um segundo relatório escrito, do qual constarão as seguintes partes:

a. Um texto (entre 3000 – 3500 caracteres com espaços) no qual as delegações farão uma avaliação da atuação da delegação na simulação, relacionando o que foi decidido nos documentos finais com os interesses previamente delineados no Relatório 1

b. Um texto (entre 3000 – 3500 caracteres com espaços) contrastando o que foi decidido nos documentos finais com os documentos da Conferência de Berlim real, mostrando as semelhanças e diferenças e identificando as possíveis razões de ambas.

c. Referências Bibliográficas

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Tendo em vista a extensão limitada do item b, os grupos estão dispensados de citar no corpo do item as referências usadas para o trabalho, bastando que constem do item c.

5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O trabalho será avaliado por meio de pontuação. Serão critérios de avaliação a acuidade histórica das pesquisas feitas para os relatórios 1 e 2, o uso da lógica na aplicação da pesquisa para a construção do posicionamento da delegação, a participação nos debates e a observância das regras do debate.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

APÊNDICE 2 – GUIA DE ESTUDOS DA ATIVIDADE

Guia de estudos – Conferência de Berlim sobre a África Ocidental

Caros alunos,

O guia de estudos a seguir é composto por uma série de fragmentos coletados em livros e documentos, e seu objetivo é compor um quadro de informações que contextualize historicamente o trabalho sobre a simulação da Conferência de Berlim, tanto em sua fase escrita quanto nas atividades em sala. Apesar de abrangente, o conteúdo deste guia não é exaustivo, isto é, não abrange todo o escopo de informações necessário para a feitura do trabalho. Vocês deverão tê-lo somente como base e orientação de leitura para uma pesquisa mais aprofundada.

Boa leitura!

1 O QUADRO ECONÔMICO, SOCIAL E TECNOLÓGICO

"Não obstante, todas essas guerras[1] (...) levavam à uma conclusão geral: as potências derrotadas eram as que tinham deixado de adotar a "revolução militar" de meados do século XIX, de adquirir as novas armas, de mobilizar e equipar grandes exércitos , de usar as melhores comunicações proporcionadas pelas ferrovias, o navio a vapor e o telégrafo, e não dispunham de uma base industrial produtiva para manter as forças armadas." (KENNEDY, 1989, p. 188).

"(...) o meio século que se seguiu à batalha de Waterloo caracterizou-se por um firme crescimento de uma economia internacional, pelos aumentos produtivos em grande escala provocados pelo desenvolvimento industrial e modificações técnicas, pela relativa estabilidade do sistema de grandes potências e a ocorrência de guerras apenas localizadas e de curta duração. Além disso, embora houvesse alguma modernização dos armamentos militares e navais, o progresso dentro das forças armadas foi muito menor do que nas esferas civis, sujeitas tanto à Revolução Industrial como a uma transformação politico-constitucional. (...) A partir da década de 1860, além do mais, essas tendências se intensificariam. O volume de comércio mundial e, o que é mais importante ainda, o crescimento da produção manufatureira aumentaram rapidamente." (KENNEDY, 1989, p. 188).

"A concorrência foi substituída pelo monopólio. Os pequenos negociantes foram expulsos do mercado pelos grandes. O pequeno negócio foi esmagado pelo grande negócio, ou com ele se fundiu para fazer um negócio ainda maior. Em toda parte houve crescimento, fusão,

[1] Nota do Editor: Os conflitos entre 1815 e 1885, à exceção da Guerra Civil Americana, classificados pelo autor como "campanhas menores (...) limitadas em aspectos significativos (...)".

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

concentração – indústrias gigantescas e formavam, indústrias que buscavam o monopólio. A substituição gradual da concorrência pelo monopólio não foi uma imposição externa, mas uma evolução da própria concorrência. O monopólio surgiu de dentro da concorrência (...) O monopólio não foi um invasor estranho que atacasse e conquistasse a concorrência. Foi um crescimento natural da própria concorrência." (HUBERMAN, 1986, p. 239)

"Dentro das grandes indústrias, a capacidade de produzir superava a capacidade de consumir. Todas tinham um excedente de mercadorias manufaturadas, para as quais necessitavam encontrar mercados externos." ." (HUBERMAN, 1986*,* p. 246)

"O imperialismo é a tentativa dos grandes controladores da indústria de ampliar o canal para o fluxo de sua riqueza excedente, procurando mercados estrangeiros e investimentos estrangeiros que consumam as mercadorias e o capital que não podem vender ou empregar internamente." (HOBSON *apud* HUBERMAN, 1986, p. 250).

"De fato, a sua civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha." (HOBSBAWM, 2011, p. 107).

"Para explorar minas, construir vias férreas ou barragens, criar plantações em países novos e em sua maioria inexplorados tornava-se necessário chegar até eles e neles permanecer. Entre os capitais, simples fundos de giro das firmas comerciais, e os investimentos exigidos por esses trabalhos de infra-estrutura, havia uma diferença fundamental. A técnica moderna permitia aos brancos penetrar na África e aí se manter. Cabia à política assegurar-lhes o controle desses territórios e de assumir os custos de sua aquisição." (BRUNSCHIWIG, 1974. p. 21).

"Contudo, a densidade mesma da rede global de comunicações, a própria facilidade do acesso a países estrangeiros intensificaram, direta ou indiretamente, o confronto e a entremescla dos mundos ocidental e exótico. Eram poucos os que conheciam e refletiam sobre ambos, embora esse número tenha sido aumentado no período (...)" (HOBSBAWM, 2011, p. 132-133)

"Grande parte do mundo não desenvolvido não possuía estados deste [tipo, constitucional], nem, por vezes, de nenhum tipo. Parte dele era composto de colônias das potências europeias diretamente administradas por elas (...) Alguns deles, no interior da África, por exemplo, consistiam de unidades políticas às quais o termo "Estado", no sentido corrente na Europa, não podia ser rigorosamente aplicado, embora outros termos então correntes ("tribos") não fossem muito melhores." (HOBSBAWM, 2011, p. 45).

2 O SISTEMA EUROPEU

"A *Realpolitik* – política externa baseada em cálculos de poder e no interesse nacional – gerou a unificação da Alemanha. E a unificação da Alemanha fez com que a *Realpolitik* se voltasse contra si mesma, obtendo o oposto do que se esperava que ela conseguisse. Afinal, a prática da *Realpolitik* evita corridas armamentistas e guerras somente se os atores principais do sistema internacionais são livres para ajustar suas relações de acordo com as circunstâncias que se alteram, ou se eles são coagidos por um sistema de valores compartilhados, ou ambos.

Após sua unificação, a Alemanha se tornou o país mais forte do continente, e estava se fortalecendo a cada década, destarte revolucionando a diplomacia europeia. Desde a emergência do sistema moderno de Estados no tempo de Richelieu, os poderes das margens da Europa – Grã-Bretanha, França e Rússia – estiveram exercendo pressão sobre o centro. Agora, pela primeira vez, o centro da Europa estava se tornando suficientemente poderoso para pressionar a periferia. Como iria a Europa lidar com este novo gigante em seu meio?

A geografia criou um dilema insolúvel. De acordo com as tradições da *Realpolitik*, as coalizões europeias provavelmente se ergueriam para conter o crescente, potencialmente dominante, poder alemão. Uma vez que a Alemanha estava localizada no centro do continente, ela permanecia sob perigo constante daquilo que Bismarck chamava de "*le cauchemar des coalitions*" – o pesadelo das hostis, envolventes coalizões. Mas se a Alemanha tentasse se proteger de uma coalizão de todos os seus vizinhos – Leste e Oeste – simultaneamente, era certo que ela os ameaçaria individualmente, acelerando a formação de coalizões. Profecias que se auto-cumprem se tornaram uma parte do sistema internacional. O que ainda era chamado de O Concerto da Europa era de fato dividido por dois esquemas de animosidades: a inimizade entre a França e a Alemanha e a hostilidade crescente entre os impérios Austro-Húngaro e Russo[2]." (KISSINGER, 1994, p. 137-138).

"Metternich tinha sido capaz de estabelecer algo próximo do governo europeu porque os governantes da Europa consideravam sua unidade ideológica como o quebra-mar indispensável

[2] Tradução nossa. Do original: "Realpolitik – foreign policy based on calculations of power and the national interest – brought about the unification of Germany. And the unification of Germany caused *Realpolitik* to turn on itself, accomplishing the opposite of what it was meant to achieve. For the practice of *Realpolitik* avoids armaments races and war only if the major players of an international system are free to adjust their relations in accordance with changing circumstances or are restrained by a system of shared values, or both.
After its unification, Germany became the strongest country on the Continent, and was growing stronger with every decade, thereby revolutionizing European diplomacy. Ever since the emergence of the modern state system in Richelieu's time, the powers at the edge of Europe – Great Britain, France and Russia – had been exerting pressure on the center. Now, for the first time, the center of the Europe was becoming sufficiently powerful to press on the periphery. How would Europe deal with this new giant in its midst?
Geography has created an insoluble dilemma. According to all the traditions of *Realpolitk*, European coalitions were likely to arise to contain Germany's growing, potentially dominant, power. Since Germany was located in the center of the Continent, it stood in constant danger of what Bismarck called "le cauchemar des coalitions" – the nightmare of hostile, encircling coalitions. But if Germany tried to protect itself against a coalition of all of its neighbors – East and West – simultaneously, it was certain to threaten them individually, speeding up the formation of coalitions. Self-fulfilling prophecies became a part of the international system. What was still called the Concert of Europe was in fact riven by two sets of animosities: the enmity between France and Germany, and the growing hostility between the Austro-Hungarian and the Russian Empires"

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

contra a revolução. Porém, por volta da década de 1870, ou o medo da revolução tinha diminuído ou os vários governos pensavam que poderiam derrota-lo sem assistência de fora. Quando as Grandes Potências viam umas às outras, elas não mais viam parceiros em uma causa comum, mas rivais perigosos, talvez mortais. A confrontação emergiu como o método diplomático padrão.[3]" *Idem*, p.145

"Assim, as principais características do sistema internacional que surgiria em fins do século XIX já eram perceptíveis[4], mesmo que poucos observadores pudessem vê-las claramente. De um lado, a pentarquia relativamente estável do sistema de Concerto, depois de 1815, se dissolvia, não só por estarem seus membros mais dispostos a lutarem uns contra os outros na década de 1860 do que algumas décadas antes, mas também porque alguns desses Estados eram duas ou três vezes mais poderosos do que outros. (KENNEDY, 1989, p.189).

"A paz na Europa [em 1878] era tão frágil quanto sua própria saúde, apesar de seu triunfo no Congresso de Berlim, esmagando as tentativas russas de selar a vitória recente sobre os turcos com novos ganhos territoriais na Europa. E fora da Europa, o gabinete já tinha uma guerra impopular nas suas mãos: uma invasão do Afeganistão. Isso estava sendo forçado sobre eles por um obstinado Vice-rei, Lord Lytton, que clamava ser esse o único modo de proteger a Índia do abraço de urso da Rússia[5]." (PAKENHAM, 1991, p. 57).

"O "sistema bismarckiano", o qual o tinha feito famoso, era preocupado exclusivamente com a Europa. "Aqui está a Rússia e aqui está a França", ele mais tarde disse para um surpreso explorador alemão, "com a Alemanha no meio. Esse é meu mapa da África."[6]' (PAKENHAM, 1991, p. 203).

3 O SISTEMA COLONIAL ATÉ 1884

"Entretanto, mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi, com toda clareza, o de impacto mais imediato. (...) Os imperadores

[3] Tradução nossa. Do original: "Metternich had been able to establish an approximation of European government because the rulers of Europe considered their ideological unity as the indispensable breakwater against revolution. But by the 1870s, either the fear of revolution had subsided or the various governments thought they could defeat it without outside assistance (…) When the Great Powers viewed each other, they no longer saw partners in a common cause but dangerous, even mortal, rivals. Confrontation emerged as the standard diplomatic method."

[4] N.E: Em meados da década de 1880

[5] Peace in Europe was as fragile as his own health, despite his triumph at the Congress of Berlin, thwarting the Russians' attempts to seal their recent victory over the Turks by new territorial gains in Europe. And outside Europe, the Cabinet had already one unpopular war on their hands: an invasion of Afghanistan. This was being forced on them by a headstrong Viceroy, Lord Lytton, who claimed it was the only way to protect India from the Russian bear hug.

[6] The Bismarckian 'system', which he had made famous, was exclusively concerned with Europe. 'Here is Russia and here is France', he later told a startled German explorer, 'with Germany in the middle. That is my map of Africa.'

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (...) foi introduzida na política na Grã-Bretanha, nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década." (HOBSBAWM, 2011, p. 102-103)

"O Rei Peter e os chefes Quachi e Wuaka, considerando que é de seu interesse estabelecer relações comerciais com um povo rico e bom, e organizar-se sob a soberania de seu poderoso monarca, instituem diante de testemunhas subscritas os artigos do tratado que se segue (...)

Artigo 1 – A plena soberania do país e do Rio de Grand Bassam é concedida ao Rei dos franceses; os franceses terão portanto sozinhos o direito de aí arvorar seu pavilhão e de aí fazer todas as construções e fortificações que julgarem úteis ou necessárias, comprando as terras dos proprietários atuais.

Nenhuma outra nação poderá estabelecer-se aí em razão da soberania concedia ao Rei dos franceses. (...)

Artigo 3. Em troca dessas concessões, será outorgada ao Rei e a seu povo a proteção dos navios de guerra franceses. Ademais, será pago ao Rei, quando da ratificação do tratado, o seguinte:

10 peças de tecidos sortidos,

5 barris de pólvora de 25 libras,

10 fuzis de um tiro,

1 saco de tabaco,

1 barril de aguardente,

5 chapéus brancos,

1 guarda-sol,

2 espelhos,

1 realejo. (...)

Artigo 5 – Se algumas desavenças surgirem entre as partes contratantes e os nativos, devem ser solucionadas pelo comandante do primeiro navio de guerra que chegar ao país, o qual deve fazer justiça aos culpados não importa a que lado pertençam. (...)

Artigo 7 – O presente tratado vigorará a partir de hoje quanto à soberania estipulada; do contrário os signatários exporiam seu país aos rigores da guerra que nesse caso lhes fariam os navios de guerra franceses." [Tratado de 19 de fevereiro de 1842 com o Rei Peter de Grand Bassam] (BRUNSCHIWIG, 1974, 76)

"O que ele tinha descoberto teria sido um golpe violento para Livingstone. Todas as evidências mostravam que o Lualaba era o Congo, não o Nilo. Ainda assim Cameron acreditava que essa fonte desconhecida do Congo era de fato a maior de todas as descobertas de Livingstone. Quatro vezes o tamanho do Nilo, quando ainda a 1000 milhas do mar, o Congo serviria, muito melhor

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

que o Nilo, como o caminho aberto para levar o comércio e a Cristandade para o coração da África[7].” (PAKENHAM, 1991, p. 7)

“[Na Conferência Geográfica de Bruxelas de 1878] Os delegados dividiram-se em dois grupos separados – mantendo os delegados alemães cuidadosamente separados dos franceses – para decider qual a melhor forma de coordenar o trabalho de exploração. No dia seguinte a conferência discutiu os planos dos sub-comitês: a localização das ‘estações’ (entrepostos) a serem construídos pela África Central entre Luanda e Zanzibar. No terceiro dia a conferência tinha chegado a um acordo sobre formas e meios. O novo organismo internacional seria chamado de Associação Internacional Africana. Haveria uma instância governante chamada de Comissão Internacional, uma executiva internacional e finalmente os vários comitês nacionais para cada país[8].” (PAKENHAM, 1991, p. 22).

“Em 1878 o público britânico tinha pouco apetite por novas colônias na África tropical. Um ano antes, em 12 de abril de 1877, o governo de Disraeli tinha feito um ousado movimento inesperado na África do Sul, a 2000 milhas ao sul do Congo. Em uma mordida, a Grã-Bretanha tinha anexado a república boer do Transvaal. O motivo principal era estratégico: proteger a base britânica no Cabo[9]” (PAKENHAM, 1991, p. 39)

“No outono de 1878 Stanley tinha se comprometido formalmente com Leopoldo: servir ao Rei Leopoldo II na África por um período de cinco anos. Os planos eram vagos, e ele fora avisado para manter as coisas em segredo enquanto possível (…) Três hospitais e estações científicas entre Boma e Stanley Pool, um plano de transporte para ligar o Congo superior ao inferior: isso era tudo a que a missão ‘filantrópica e científica’ buscava, e era parte da cruzada de Leopoldo para abrir a África sob os auspícios da Associação Internacional Africana[10].” (PAKENHAM, 1991. p. 60).

[7] What he had discovered would have been a crushing blow to Livingstone. For all the evidence showed that the Lualaba *was* the Congo, not the Nile. Yet Cameron believed that this unknown source of the Congo was in fact the greatest of all Livingstone’s discoveries. Four times the size of the Nile, when still 1.000 miles from the sea, the Congo would serve, far better than the Nile, as the open path to bring commerce and Christianity into the heart of Africa. (p. 7)

[8] In due course delegates divided into separate groups – keeping the German delegates carefully separate from the French – to decide how best to co-ordinate the work of exploration. Next day the conference discussed the plans of the sub-committees: the location of ‘stations’ (depots) to be built across Central Africa between Loanda and Zanzibar. By the third day the conference had agreed on ways and means. The new international body would be called the International African Association. There would be a governing body called the International Commission, an international executive, and finally the various national committees for each country.

[9] In 1878 the British public had little appetite for new colonies in tropical Africa. A year earlier, on 12 April 1877, Disraeli’s government had made an unexpectedly bold move in South Africa, 2000 miles south of the Congo. In one bite, Britain had annexed the Boer republic of the Transvaal. The chief motive was strategic: to protect the British base at the Cape.

[10] Late in the autumn of 1878 Stanley had formally committed himself to Leopold: to serve King Leopold II in Africa for a term of five years. The plans were vague, and he was warned to keep things secret as long as possible. (…) Three hospitals and scientific stations between Boma and Stanley Pool, a transport plan to link the upper and the lower Congo: this was all his ‘philanthropic and scientific’ mission amounted to, and it was part of Leopold’s crusade to open up Africa under the auspices of the International African Association.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

"A Tunísia era a chave estratégica para a Argélia, a principal colônia da França. Era também a chave para regenerar a França. Ou eles agarravam a chance, adotavam uma política progressista em questões exteriores, o que significava uma política de expansão colonial, e cumpriam com a opção secreta de proteger a Argélia ao ocupar a Tunísia. Ou eles se resignariam a ser a piada da Europa, desdentada e impotente, enquanto a Itália capturava a Tunísia sob seus narizes[11]." (PAKENHAM, 1991, p. 109)

"Na verdade, o pomo de Bismarck havia mudado tudo. Com a abertura de uma ópera bufa, uma nova era colonial havia começado. O prelúdio estava quase no fim. Uma nova fase de repartições estava começando e a corrida pela África estava apenas a um ano de começar. Somente uma coisa evitava isso: a *entente* de quarenta anos entre a Grã-Bretanha e a França. Foi Gladstone, o principal anti-imperialista de sua era, quem cortou a fita e acidentalmente começou a corrida, enquanto estava enterrado até o pescoço nas areias do Egito[12]." (PAKENHAM, 1991, p. 122)

"Como líderes da SPG, eles agora constituíam formalmente o Comitê Nacional Francês da Associação Internacional Africana (AIA) de Leopoldo. Ademais, Jules Ferry, como ministro da Instrução Pública, tinha prometido 100000 francos (4000 libras) do dinheiro do governo francês para as iniciativas privadas do novo comitê francês. Como resultado do lobby de Montaignac, acordou-se que a expedição de Brazza deveria receber metade desse pequeno subsídio. Brazza iria estabelecer uma das duas estações para o comitê francês, ligando o Ogowe superior no Gabão com o Congo superior. Era no Congo inferior que Stanley, comissionado por Leopoldo e pela AIA principal em Bruxelas, já tinha começado a trabalhar mais cedo naquele ano, 1879.

Poder-se-ia imaginar que haveria cooperação entre as duas expedições. Afinal de contas, ambas estavam tentando explorar o mesmo rio e eram ambas patrocinadas pela mesma associação, a AIA. Ao contrário, cada uma delas era mantida mais secretamente o possível da outra. Quanto mais Brazza, Montaignac e seus apoiadores no comitê francês descobriam sobre Leopoldo e o comitê principal, mais eles tinham dúvidas[13]." (PAKENHAM, 1991, p. 145)

[11] Tunisia was the strategic key to Algeria, France's principal colony. It was also the key to regenerating France. Either they seized their chance, adopted a forward policy in foreign affairs, meaning a policy of colonial expansion, and took up their secret option for protecting Algeria by occupying Tunisia. Or else they must resign themselves to being the laughing stock of Europe, toothless and impotent, while Italy snatched Tunisia from under their noses.

[12] In fact, Bismarck's pear had changed everything. With an opera bouffe overture, a new colonial era had begun. The prelude was nearly over. A new phase of partition was beginning and the race for Africa was only a year ahead. Only one thing prevented this: the forty-year *entente* between Britain and France. It was Gladstone, the leading anti-imperialist of his era, who snapped the link and inadvertently started the race, while up to his neck in the sands of Egypt.

[13] As leaders of the SGP they were now formally constituted as the French National Committee of Leopold's International African Association (IAA). Moreover, Jules Ferry, as Minister of Public Instruction, had promised 100000 francs (4000 pounds) of French government money for the private ventures of this new French committee. As a result of Montaignac's lobbying, it was agreed that Brazza's expedition should get half of this small subsidy. Brazza would set up one of the two stations for the French committee, linking the upper Ogowe in Gabon with the upper Congo. It was in the lower Congo that Stanley, commissioned by Leopold and the main IAA in Brussels, had already started work earlier that year, 1879.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

"Brazza se levantou, cartuchos em sua mão direita, tecido em sua esquerda, e disse para os chefes "Homens brancos tem duas mãos. A mais forte é a mão da guerra. A outra mão é a mão do comércio. Qual mão os Abanhos querem?" "Comércio" eles todos gritaram. Então Brazza jogou os cartuchos em um buraco, plantou nele uma árvore e disse "Que não haja guerra novamente até que essa árvore dê um cacho de cartuchos."

Enquanto isso, em 10 de setembro, Makoko tinha solenemente colocado sua assinatura em um tratado politico da mais alta importância. Ele dava a Brazza tudo – isto é, tudo aquilo necessário para esmagar Stanley. Makoko cedeu seus direitos de herança como chefe para a França, e colocou-se sob proteção da bandeira francesa[14]." (PAKENHAM, 1991, p. 148)

"Mas do outro lado do Pool a bandeira da AIA tremulava sobre Leopoldville, a quarta estação de Stanley. A menos que o governo francês agisse rapidamente para ratificar o tratado, a França perderia qualquer acesso para a riqueza do Congo. Leopoldo afirmava que seu trabalho na África era internacional e filantrópico, mas desde então seus agentes tinham assinado tratados com os nativos no Congo inferior em Vivi que deram-no direitos comerciais exclusivos para explorar a produção daquela área[15]." (PAKENHAM, 1991, p. 154)

"Leopoldo decidiu criar uma nova frente chamada Associação Internacional do Congo. Seria nesse vestido diplomático que ele fundaria o Estado Livre do Congo. (…) Era mais seu estilo usar uma coroa como chefe de estado do que uma cartola em um escritório da City. Sob o novo plano as frentes seriam dispensadas e revelariam-no como o mandatário absoluto de um estado soberano, *le roi souverain* cuja meta altruísta era levar a civilização à África. (…) Sua mudança tinha um toque de gênio. O Estado Livre iria encorajar os negócios mas não faria ele próprio os negócios. Essa isca para investidores privados – livre-comércio, pelo menos no papel (...)[16]" (PAKENHAM, 1991. p. 161).

One might have imagined that there would be co-operation between the two expeditions. After all, they were both trying to open up the same river and were both sponsored by the same association, the IAA. On the contrary, each of the two expeditions was kept as secret as possible from the other. The more that Brazza, Montaignac and his other backers on the French committee of the IAA learnt about Leopold and the main committee, the more they had begun to wonder.

[14] Brazza jumped up, cartridges in his right hand, trade cloth in his left, and said to the chiefs, 'White men have two hands. The stronger hand is the hand of war. The other hand is the hand of trade. Which hand do the Abanhos want?' 'Trade,' they all cried. Then Brazza threw the cartridges in a hole, planted a tree on top, and said, 'May there never be war again until this tree bears a crop of cartridges.'
Meanwhile, on 10 September, Makoko had solemnly put his mark to a political treaty of the highest importance. It gave Brazza everything – that is, everything required to thwart Stanley. Makoko ceded his inheritance rights as overlord to France, and placed himself under the protection of the French flag

[15] But on the other side of the Pool the flag of the IAA flew over Leopoldville, Stanley's fourth station. Unless the French government acted swiftly to ratify the treaty, France would lose all access to the wealth of the Congo. Leopold claimed that his work in Africa was international and philanthropic, but already his agents had signed treaties with natives on the lower Congo at Vivi that gave him exclusive commercial rights to exploit the produce of that area.

[16] Leopold decided to create a new front called the International Association of the Congo. It would be in this diplomatic dress that he would found the Congo Free State. (…) It was more his style to wear a crown as a head of state, than a top hat in a City boardroom. Under the new plan the fronts would be discarded and reveal him as

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

"Um protetorado de papel, virtualmente sem administração, não custaria nada comparado com uma colônia real – pelo menos nos primeiros anos. Então protetorado seria. Mas mesmo o custo insignificante do protetorado – salários de dois ou três vice-cônsules, digamos 5000 libras por anos mais as suas despesas – era um fardo muito pesado[17]." (PAKENHAM, 1991, p. 198)

"Eu concordo com você em que há algo absurdo na súbita disputa por colônias, e eu estou tão pouco disposto quanto você a me juntar a ela; mas há uma diferença entre querer novas aquisições e manter as que nós temos; (…)[18]" (DERBY *apud* PAKENHAM, 1991, p. 217)

4 ÁFRICA: REAL E IMAGINADA

"Antes de mais nada, o Estado representa um princípio e um sistema. O princípio consiste em substituir o poder individual e as lealdades a ele associadas por um órgão abstrato que detém o monopólio da violência legítima e da criação de normas aplicáveis a todos os seus súditos. A forma como esse sistema está organizado difere de um país para outro. Na África, muitas sociedades preferiram permanecer sem tal estrutura, mas tinham um governo linear, ou baseado em clãs, por vezes extremamente sofisticado. Além disso, em vez de centralizar a sua administração, homogeneizando toda a população, as monarquias e os impérios abriam às vezes uma oportunidade para o autogoverno, na medida em que o único vínculo permanente com a "autoridade central" era o pagamento de um tributo e uma "homenagem" periódica." (KI-ZERBO, 2001)

"Quando eu era um cara novo eu tinha uma paixão por mapas. Eu olharia por horas para a América do Sul, ou África, ou Austrália, e me perderia em todas as glórias da exploração. Naquela época havia muitos espaços vazios na terra. (...) Verdade, nessa época não era mais um espaço vazio. Ele se encheu desde minha infância com rios e lagos e nomes. Ele tinha deixado de ser um espaço vazio de mistério deleitante – um naco branco para que um garoto sonhasse gloriosamente.[19]" (CONRAD, 1994)

absolute ruler of a sovereign state, *le roi souverain* whose selfless aim was to bring civilization to Africa. (…)His volte-face had a touch of genius. The Free State would encourage business but not do business itself. This bait for private investors – free trade, on paper at least (…)

[17] A paper protectorate, with virtually no administration, would cost nothing compared with a real colony – at least in the early years. So protectorate it must be. But even the trifling cost of the protectorate – salaries of two or three vice-consuls, say 5000 pounds a year plus their expenses – was a too heavy burden (…)

[18] I agree with you that there is something absurd in the sudden Scramble for colonies, and I am as little disposed to join in as you can be; but there is a difference between wanting new acquisitions and keeping what we have; (…)

[19] Tradução nossa. Do original: "Now when I was a little chap I had a passion for maps. I would look for hours at South America, or Africa, or Australia, and lose myself in all the glories of exploration. At that time there were many blank spaces on the earth, (…) True, by this time it was not a blank space any more. It got filled since my

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

"O principal objetivo na missão de vocês no Congo não é ensinar aos crioulos a conhecer Deus, isso eles já sabem. Eles falam com e se submetem a um Mungo, um Nzambi, um Nzakomba e sei lá mais o que. Eles sabem que matar, dormir com a mulher de outro e mentir e insultar é ruim. Tenha coragem de admitir, você não irá ensiná-los o que eles já sabem. O papel essencial de vocês é facilitar a tarefa dos administradores e industriais, o que quer dizer que vocês irão interpretar a palavra de Deus da forma que será a melhor para os seus interesses naquela parte do mundo.[20]" Carta aos missionários belgas no Congo, disponível em http://malema.byo24.com/index.php?id=iblog&iblog=473

"O descobrimento casual do diamante no Transvaal em 1867, depois o do ouro no Rand em 1881 e do cobre na Rodésia, colocaram a África entre os continentes onde, como na Austrália e na América, emigrantes de espírito aventureiro podiam realizar fortunas fabulosas" BRUNSCHIWIG, 1974, p. 18)

"Abrir para a civilização a única parte do globo onde ela ainda tem de penetrar, furar a escuridão que envolve populações inteiras, é, eu ouso dizer, uma cruzada válida do século de progresso[21]." (LEOPOLD *apud* PAKENHAM, 1991).

"Bonny era o lugar onde os barcos dos correios despejavam suas levas de tecidos de Manchester e cargas de rifles obsoletos, entre as paredes verde-escuras do mangue, lamaçais e as fábricas brancas dos comerciantes. As pessoas diziam que Bonny era um bom lugar quando se acostumava com ele – se você sobrevivesse tanto[22]." (PAKENHAM, 1991, p. 191)

"Que eu seja escolhido para sucedê-lo na abertura da África à luz brilhante da Cristandade! Meus métodos, porém, não serão os de Livingstone. Cada homem tem seu modo. Os dele, creio eu, tinham seus defeitos, ainda que o velho, pessoalmente, tenha sido quase um cristo for sua bondade, paciência...e auto-sacrifício. O mundo egoísta e cabeça-dura precisa de comando, assim como de caridade amorosa[23]." (STANLEY *apud* PAKENHAM, 1991, p. 26)

boyhood with rivers and lakes and names. It had ceased to be a blank space of delightful mystery – a white patch for a boy to dream gloriously over."

[20] Your principal objective in your mission in the Congo is never to teach the niggers to know God, this they know already. They speak and submit to a Mungo, one Nzambi, one Nzakomba and what else I don't know. They know that to kill, to sleep with someone else's wife and to lie and to insult is bad. Have courage to admit it, you are not going to teach them what they know already. Your essential role is to facilitate the task of administrators and industrials, which means you will go to interpret the gospel in the way it will be the best your interests in that part of the world.

[21] To open to civilization the only part of our globe where it has yet to penetrate, to pierce the darkness which envelops whole populations, it is, I dare to say, a crusade worthy of the century of progress.

[22] Bonny was the place where the mail steamers dumped their loads of Manchester cottons and crates of obsolete rifles, among the walls of dark green mangrove, mud flats and white factories of the traders. People said Bonny was a nice place once you got used to it – if you lived that long.

[23] May I be selected to succeed him in opening up Africa to the shining light of Christianity! My methods, however, will not be Livingstone's. Each man has his own way. His, I think, had its defects, though the old man, personally,

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

"Se vocês Wasungu [homens brancos] estão desejosos de jogar suas vidas for a, isso não é razão para que nós árabes o fizessem. Nós viajamos aos poucos para conseguir marfim e escravos, e são anos nisso – fazem sete anos que eu deixei Zanzibar – mas vocês homens brancos somente procuram por rios e lagos e montanhas, e vocês gastam suas vidas sem nenhuma razão e para nenhum propósito[24]." (TIP *apud* PAKENHAM, 1991, p. 29)

"O homem dos remédios (sic) [então] se levanta e se ajoelha na minha frente, segurando sua lança e sua espada…depois disso ele coloca sua mão na minha como sinal de respeito.

Então eu faço o chefe saber que eu também sou um chefe em meu país, e que quando dois chefes se encontram, eles se cumprimentam...então eu vou e o cumprimento, e então eu sento ao seu lado em um amontoado[25]." (BRAZZA *apud* PAKENHAM, 1991, p. 147).

"Agora a bacia do Congo é um vazio, um desperdício infrutífero, uma área desolada e improdutiva…tem sido nosso propósito preencher esse vazio com vida, redimir esse desperdício, plantar e colher para que o homem negro possa acumular, vivificar as amplas, selvagens terras esquecidas pela Europa. Mas amaldiçoado seja ele ou eles que, animado pela inveja sem causa e espírito de perturbação, nos leve a dispensar nossa estação, destruir nosso trabalho começado de forma tão notável, e abandonar a África à sua carência anterior e selvageria[26]." (STANLEY *apud* PAKENHAM, 1991, p. 159-160)

"Cara madame [Rainha Vitória],

(…) Nós queremos ter todos os costumes alterados, também nós queremos fazer de acordo com a palavra de seu cônsul. Muitas guerras no nosso país. Muitos assassinatos e muito adoradores de ídolos. (…)

Nós falamos com o cônsul inglês muitas vezes sobre ter um governo inglês aqui. Nós nunca tivemos resposta sua, então nós queremos nós mesmos escrever para você; Quando nós soubemos do rio Calabar, como eles tem leis inglesas em suas cidades, e como eles deixaram

has been almost Christ-like for goodness, patience,…and self-sacrifice. The selfish and wooden-headed world requires mastering, as well as a loving charity.

[24] If you Wasungu [white men] are desirous of throwing away your lives, it is no reason we Arabs should. We travel little by little to get ivory and slaves, and are years about it – it is nine years since I left Zanzibar – but you white men only look for rivers and lakes and mountains, and you spend your lives for no reason, and to no purpose.

[25] The medicine man [then] gets up and kneels in front of me, holding his spear and his sword…after that he lays his hands on mine as a mark of respect. Then I let the chief know that I am a chief in my own country, and that when two chiefs meet, they shake hands…Then I go and shake his hand, and then I sit down beside him on a bale.

[26] As yet the Congo basin is a blank, a fruitless waste, a desolate and unproductive area…It has been our purpose to fill this blank with life, to redeem this waste, to plant and sow that the dark man may gather, to vivify the wide, wild lands so forgotten by Europe. But cursed be he or they who, animated by causeless jealousy and a spirit of mischief, will compel us to fire our station, destroy our work so conspicuously begun, and abandon Africa to its pristine helplessness and savagery.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

de lado suas superstições, oh, nós ficaríamos muito gratos em ser como Calabar agora[27]." (KING AQUA *apud* PAKENHAM, 1991, p. 182-183).

5 A CONFERÊNCIA DE BERLIM

"(...) era essa nada menos que a primeira vez que a África era objeto de uma conferência internacional. Bismarck abandonou o pequeno palco em que marinheiros e colonos se agitavam sob o controle mais ou menos desleixado de seus governos, para introduzir-se no grande teatro da diplomacia internacional." (BRUNSCHIWIG, 1974, p. 36).

"Na tarde de sábado, logo antes das duas horas, os dezenove plenipotenciários, com quinze assistentes, representando quatorze grandes e pequenas potências, subiram as escadas até ao grande salão de música e tomaram seus assentos com as brilhantes vestes do corpo diplomático[28]." (PAKENHAM, 1991, p. 239).

"Sob muitos aspectos a Conferência de Berlim sobre a África Ocidental pode ser considerada, simbolicamente, como o zênite do período de predomínio da Velha Europa nos assuntos globais." (KENNEDY, 1989, p. 191).

Recebido em: *03 de dezembro de 2019*

Aceito em: *20 de fevereiro de 2020*

[27] Dearest Madam,
(…). We wish to have your laws at our towns. We want to have every fashion altered, also we will do according to your Consul's *word*. Plenty wars here in our country. Plenty murder and plenty idol worshippers. (…)
We have *spoken* to the English consul plenty times about having an English *government* here. We never have answer from you, so we wish to write you *ourselves*. When we heard about Calabar River, how they have all English *laws* in their towns, and how they have put away their *superstitions*, oh, we shall be very glad to be like Calabar now.

[28] On Saturday afternoon, just before two o'clock, the nineteen plenipotentiaries, with fifteen assistants, representing fourteen great and lesser Powers, climbed the stairs to the large music room and took their seats at the glittering court dress of the diplomatic corps.

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS ESPORTES

Some notes on gender diversity in sports

Anna Cristina Alvares Ribeiro MACHADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
annacristina.sociologia@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar o atual estado do debate acerca da participação de atletas transexuais em competições esportivas oficiais. Em um ambiente que mantém aspectos conservadores e no qual parece prevalecer a concepção da superioridade biológica dos corpos masculinos sobre os femininos, discursos sobre a concorrência inadequada de indivíduos transexuais com indivíduos cisgêneros têm ganhado espaço, principalmente nos esportes femininos. Embora aceita pelo Comitê Olímpico Internacional desde 2003, a crescente participação de atletas transgêneros em competições oficiais é motivo de debate entre esportistas, técnicos, médicos e a sociedade em geral, com posicionamentos conflitantes relacionados à inclusão desses indivíduos em uma atividade pautada no desempenho corporal. Para além das diferenças biológicas entre corpos *cis* e *trans*, a questão se mostra mais complexa, uma vez que envolve aspectos sociais e culturais, e uma notável mudança no que diz respeito aos direitos LGBTQ+, seja em escala local ou em escala global.

Palavras-chave: Diversidade de gênero. Competições esportivas oficiais. Direitos LGBTQ+.

Abstract

This article aims to shed light on the current state of debate about the participation of transgender athletes in official sporting competitions. In an environment that maintains conservative aspects and in which the conception of the biological superiority of male bodies over female ones seems to prevail, discourses about the inadequate competition of transgender

individuals with cisgender individuals have gained space, especially in female sports. Although accepted by the International Olympic Committee since 2003, the increasing participation of transgender athletes in official competitions is a matter of debate among athletes, coaches, doctors and society in general, with conflicting positions related to the inclusion of these individuals in an activity based on body performance. Beyond the biological differences between cis and trans bodies, the issue proves to be more complex as it involves social and cultural aspects, and a remarkable change with respect to LGBTQ+ rights, either locally or globally.

Keywords: Gender diversity. Official sporting competitions. LGBTQ+ rigths.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar o atual estado do debate acerca da participação de atletas transexuais em competições esportivas oficiais, considerando a escassez de publicações acadêmicas em língua portuguesa *vis-à-vis* a significativa quantidade de publicações em língua inglesa.

Nos últimos anos tem-se observado o aumento do número de atletas transexuais em competições esportivas oficiais (JONES et al., 2016). Em um ambiente que mantém aspectos conservadores e no qual parece prevalecer a concepção da superioridade biológica dos corpos masculinos sobre os femininos – considerando-se atributos como força, velocidade, resistência e consequente desempenho – discursos sobre a concorrência inadequada de indivíduos transexuais com indivíduos cisgêneros[1] têm ganhado espaço, principalmente nos esportes femininos (TEETZEL, 2013; JONES et al., 2016).

Ainda que seja amplo o debate sobre a questão, a participação de atletas transexuais em campeonatos oficiais já é aceita pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), organização responsável pela administração e legislação dos Jogos Olímpicos. Criado em junho de 1894 por Pierre de Frédy – o Barão de Coubertin –, o Comitê tem suas diretrizes e regras compiladas na Carta Olímpica. O documento reúne os códigos éticos e legais do COI e das competições olímpicas, e não tem caráter estático: com vistas a se adequar às mudanças sociais ao longo da história, a Carta passa por revisões que atualizam as normas olímpicas, como ao definir o papel do esporte no desenvolvimento sustentável ou ao rever a participação feminina no Comitê (GIGLIO, RUBIO, 2017). Por essa razão, não causa espanto que o COI, desde o início do século XXI, tenha adotado uma política que visa regulamentar a participação de indivíduos transexuais em suas competições, em consonância com a mobilização cada vez ativa dessa comunidade na luta pela conquista de direitos (MISKOLSCI, 2012).

A participação de atletas transexuais em campeonatos oficiais foi inicialmente aceita em 2003, quando o COI definiu que eles poderiam participar das Olimpíadas desde que fossem submetidos à terapia de reposição hormonal por pelo menos dois anos antes das competições,

[1] Quando a identidade de gênero corresponde ao sexo biológico fala-se em cisgêneros, tanto para homens quanto para mulheres. Quando não há essa correspondência utiliza-se o termo transgêneros, expressão guarda-chuva que abarca diferentes possibilidades como transexuais, travestis, *crossdressers*, *drag queens* e *drag kings*.

realizassem a cirurgia de reconstrução genital para o gênero com o qual se identificassem e mudassem seu gênero em todos os documentos oficiais. Já nesse momento a preocupação maior referia-se àqueles que transitavam do sexo masculino para o feminino, por acreditar-se que, nesses casos, as atletas cisgêneros ficariam em posição de desvantagem (COI, 2003). Ao final de 2015, o Comitê modificou as regras, ao entender que as mulheres *trans* não teriam vantagens sobre as mulheres nascidas no sexo feminino desde que seus níveis de testosterona fossem equivalentes. Assim, passam a ser impostos testes que comprovem que os níveis da atleta estejam dentro da faixa determinada, no mínimo 12 meses antes das competições, e durante o período dos testes de elegibilidade para poder competir na categoria feminina. Foi retirada também a exigência pela cirurgia de reconstrução genital, uma vez que a mesma não teria impacto relevante na performance dos atletas (DAMASCENO, 2018). A aplicação dessas regras é obrigatória apenas no contexto dos Jogos Olímpicos, mas servem como parâmetro para as federações das modalidades esportivas que, ao organizarem seus torneios, podem ou não utilizar a cartilha do COI.

No entanto, a decisão iniciou uma série de discussões, notadamente quanto às supostas vantagens que as jogadoras *trans* teriam sobre as *cis*. No cerne do debate, afirma-se que o nível de testosterona não é um parâmetro suficiente para definir a equidade nas competições esportivas. Além disso, acredita-se que a política do COI encoraja a discriminação às mulheres *cis* que apresentam naturalmente uma quantidade elevada desse hormônio (condição denominada hiperandrogenismo), a exemplo das velocistas Dutee Chand (indiana) e Caster Semenya (sul-africana), que foram banidas de competições devido aos índices de testosterona superiores aos indicados pelo Comitê (EXCELLE SPORTS, 2017).

Diante da dificuldade de determinar a equivalência entre atletas, uma vez que cada indivíduo possui vantagens e desvantagens pessoais, autores como Bianchi (2017) afirmam que a comunidade *queer*[2] coloca na pauta de discussão a possibilidade de erradicar a divisão binária nas competições esportivas, propondo, como opção, as competições baseadas nos níveis dos atletas de maneira geral, ou nos níveis de testosterona, no caso de mulheres *trans*.

A inclusão de atletas transexuais nas diretrizes do Comitê Olímpico Internacional caracteriza-se como uma mudança significativa, uma vez que os esportes foram, durante muito tempo, uma atividade oficialmente destinada aos homens, a qual as mulheres conquistaram o direito à participação lenta e gradativamente (FIRMINO; VENTUR, 2017). Ainda segundo esses autores, tidos como um espaço de culto à virilidade, onde a masculinidade alcançava seu apogeu, os esportes deixaram de ser um espaço exclusivamente masculino e, com as reivindicações *queer* é possível pensar que caminham – a passos lentos – na transformação para um espaço que comporta as diferenças e se afasta do modelo binário masculino-feminino.

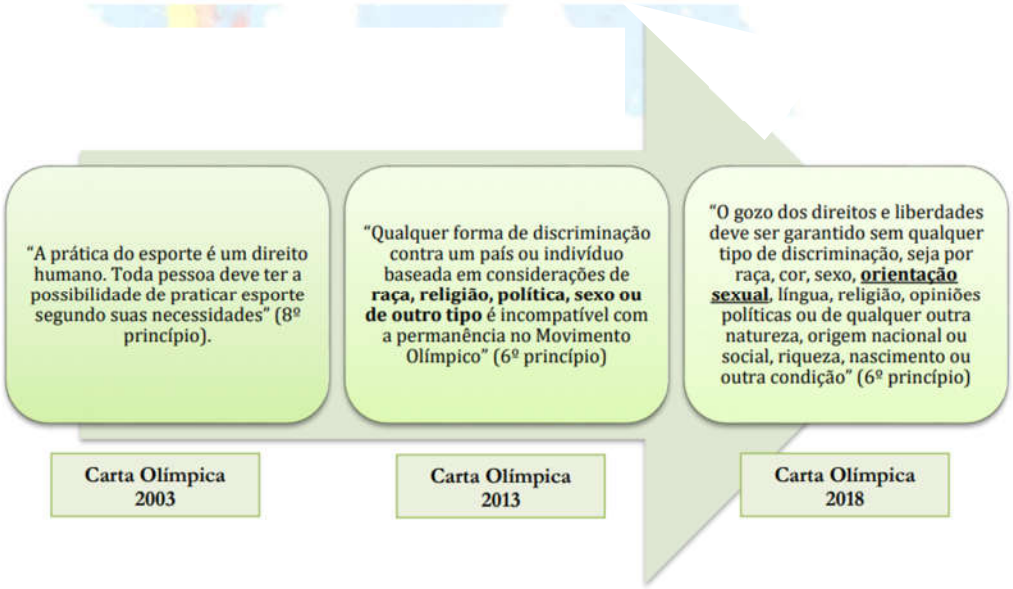
Além das diretrizes para a participação de atletas transexuais nas competições, observa-se outra alteração significativa: se até o ano de 2003 os princípios fundamentais do COI previam o esporte como um direito humano e afirmavam que todos deveriam ter a possibilidade de praticá-lo segundo suas necessidades (COI, 2003), atualmente o texto também pontua o direito de praticá-lo sem qualquer forma de discriminação (COI, 2018), o que inclui a discriminação sexual. Vale ressaltar que desde 2013, ao atender a demanda de dezenas de países, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma campanha pela liberdade, igualdade e

[2] A palavra *queer* em inglês significa estranho, esquisito, e foi utilizada por muito tempo para designar depreciativamente os homossexuais. Posteriormente foi incorporada por essas minorias para descrever algo exótico, porém com conotação positiva (MASSIMO, 2019).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

respeito aos direitos dos LGBT (UNFE, 2014), iniciativa que demonstra como essa comunidade tem adquirido visibilidade em sua luta por espaço na sociedade.

Figura 1 – Evolução da Carta Olímpica: princípios relacionados à diversidade de gênero.



Fonte: Elaborado pela autora.

1 POR QUE A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO IMPORTA?

A despeito dos avanços observados em relação à discussão e aos direitos adquiridos pela comunidade LGBTQ+[3], os indivíduos com orientações sexuais que destoam do padrão social ainda são estigmatizados (PRECIADO, 2011). Dentre eles, encontram-se os transexuais, sujeitos que, apesar de nascerem sobre um determinado sexo, não se identificam com ele (JONES et al.. 2016; BIANCHI, 2017). Embora, comumente, o sexo biológico carregue expectativas sobre os interesses e comportamentos dos indivíduos (como a preferência por algum brinquedo ou a inclinação para determinadas carreiras), Butler (2003) defende que não existe uma correlação direta e inevitável entre sexo e gênero, sendo então necessário compreender a existência de sujeitos que não se adequam ao padrão no qual a identidade é regida pelo sexo biológico. Por essa razão, mesmo que haja uma concepção padronizada do papel masculino e feminino na sociedade, aqueles que não se encaixam nesse modelo têm questionado essa lógica e buscado o reconhecimento de sua condição.

[3] Diferentes siglas são usadas para designar essa comunidade, de forma a englobar as variadas sexualidades dos sujeitos. O uso do símbolo "+" ao fim do acrônimo LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queers/questioning*) busca representar todas as identidades de gênero, inclusive dos indivíduos que ainda não se reconheceram em uma determinada categoria (MEHRA, 2019).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

A luta pela conquista de direitos pela comunidade transexual tem ganhado, aos poucos, espaço no debate dos pilares que sustentam a sociedade atual. A condição de exclusão destinada a esses indivíduos tem sido questionada e sua entrada em diferentes segmentos e grupos sociais é motivo de mobilização crescente. Butler (2003) e Preciado (2011), ao debaterem a existência de uma lógica dominante definidora do que é tido como normal ou anormal e que perpetua formas de dominação e de concentração de poder, afirmam que romper a divisão entre normalidade e anormalidade no que diz respeito aos gêneros e às orientações sexuais é romper com a hegemonia de uma sociedade que dita as regras do jogo pautando-se nos diferentes pesos atribuídos a homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, cisgêneros e transgêneros.

Nessa linha de raciocínio, Miskolsci (2012) afirma que a coletividade costuma invisibilizar aqueles que são considerados como uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade por destoarem daquilo que é considerado normal. Assim, a existência desses indivíduos, por não ser aceita, seria também negada. Para o autor, essa invisibilidade (que ele denomina de **abjeção**) "constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é comunidade" (MISKOLSCI, 2012, p. 24). Butler complementa essa ideia ao dizer que as pessoas abjetas são aquelas às quais a sociedade atribui uma posição quase não humana, sofrendo, assim, um desprezo coletivo.

Os transexuais, ao mobilizarem-se e reivindicarem direitos buscam modificar não apenas a forma pela qual a sociedade os enxerga, mas tentam também garantir sua participação em diferentes áreas. Através do movimento denominado "*Queer*", tem-se a aglutinação de ideais e de forças transgressoras e esses indivíduos, aos poucos, adquirem visibilidade e voz, ocupando, assim, espaços que antes lhes eram negados. Porém, mesmo com os avanços obtidos é preciso perguntar: esses indivíduos têm sido, de fato, incluídos na sociedade?

2 DIREITOS DAS POPULAÇÕES LGBTQ+ NO MUNDO E A DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS LGBTQ+ COMO DIREITOS HUMANOS NA ONU

2.1 DIREITOS LGBTQ+ NO MUNDO

Tratada como pecado, transgressão ou patologia, a homossexualidade enfrentou diferentes tentativas de combate ao longo da história, sejam esses motivados por discursos religiosos, legais ou científicos (MOTT, 2006). Atualmente, verificam-se avanços como a retirada da homessexualidade da Classificação Internacional de Doenças e a implantação de políticas protetivas efetivas, bem como aquelas que garantem a união estável, o casamento e o direito à adoção. Mesmo assim, há países em que o indivíduo ainda pode ser condenado à morte em razão de sua homossexualidade, e outros em que ele pode ser condenado à prisão.

A seguir, são analisados dados cartográficos sobre os direitos transgêneros produzidos pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA),

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

representados em quatro mapas[4] (Figura 2 a Figura 5). A ILGA foi fundada em 1978 no Reino Unido com o objetivo de promover e proteger direitos humanos, entre os quais aqueles relacionados à causa LGBTQ+. Atualmente, representa mais de 1200 associações em 132 países, e tem status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. A associação publica anualmente relatórios dedicados à análise do avanço da legislação pró direitos LGBTQ+ no mundo, que incorporam a proposição e análise de índices e de uma cartografia voltada à evidenciação dos contratastes intrínsecos à abordagem legal do tema em cada país.

A Figura 2 traz um mapa que busca sintetizar as leis relacionadas à orientação sexual no mundo em 2019, e que consideram desde a criminalização da cópula consensual de pessoas adultas do mesmo sexo até a proteção contra a discriminação baseada na orientação sexual. Neste sentido, é proposta uma classificação em que os países são apresentados de acordo com o grau de proteção à população LGBTQ+, e a coloração varia entre aqueles com maior aparato protetivo legal – quanto maior a intensidade do azul maior a proteção de direitos –, e aqueles com maior aparato legal voltado à criminalização, em que quanto maior a intensidade do vermelho, mais agressivas são as penalidades. O mapa ainda indica aqueles países em que o casamento e /ou união legal homoafetiva é legalizada, em quais países casais do mesmo sexo podem realizar adoções, em quais países há barreiras legais à liberdade de expressão relacionada a aspectos sociais e econômicos LGBTQ+, e em quais países há barreiras legais quanto à operação para mudança de sexo ou para registro do nome social.

A partir desta classificação, verifica-se que nove países apresentam proteção constitucional, 52 dispõem de proteções amplas, 73 de proteção no emprego e oito apresentam proteções limitadas ou desequilibradas. Por outro lado, dois países preveem a criminalização da homossexualidade, 31 a penalizam com até oito anos de prisão, 26 fazem condenações que variam de 10 anos de prisão à prisão perpétua, e em 11 há pena de morte, entre os quais em cinco ela é possível, e em seis ela é efetiva. Em 55 países não há registros de leis protetivas ou criminalizatórias.

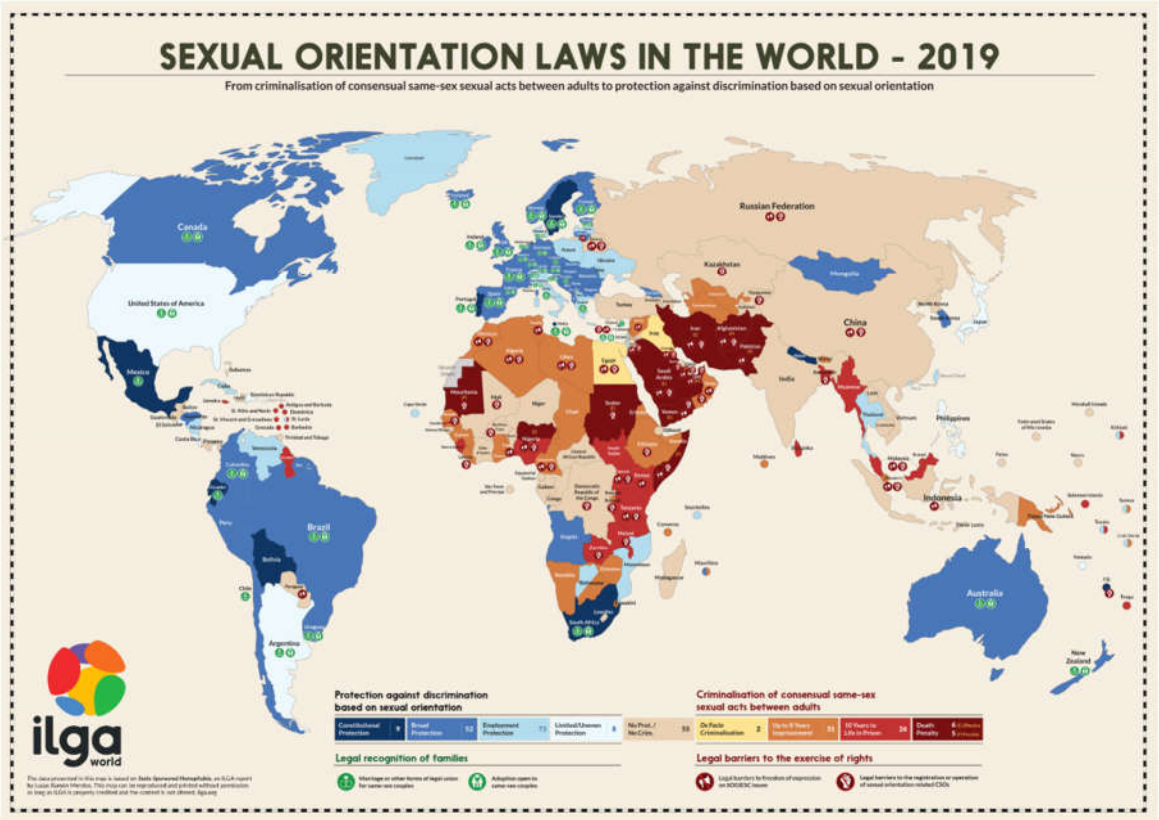
A leitura do mapa permite verificar que, na maior parte do mundo ocidental (Américas, Europa, Austrália e Nova Zelândia), predomina o aparato legislativo protetivo, sendo México, Portugal e Suécia os países nos quais tal legislação é mais avançada. Na Ásia, notadamente na região do oriente médio, predominam países com leis criminalizatórias, dentre os quais estão a maior parte daqueles em que homossexuais podem ser condenados à morte. Nos países asiáticos de maior extensão territorial e maior população – Rússia, China, Índia e Cazaquistão – não há leis protetivas ou criminalizatórias. Os países asiáticos em que há proteção legal são minoria: Nepal, Israel, Georgia, Mongólia, Coréia do Sul e Tailândia.

Na África, por sua vez, à exceção da África do Sul, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Ilhas Seychelles, os demais países ou não possuem qualquer legislação, ou possuem leis que criminalizam os LGBTQ+. Por fim, na Oceania, boa parte dos países não possui qualquer legislação, e chama a atenção a quantidade deles – via de regra, localizados em pequenos arquipélagos –, em que a população convive com conjuntos de leis que ao mesmo tempo protegem e criminalizam os LGBTQ+. É o caso da Ilha de Fiji, em que esses indivíduos possuem proteção constitucional contra a discriminação, mas ao mesmo tempo enfrentam barreiras à realização de cirurgias de mudança de sexo e de registro do nome social.

[4] Abaixo de cada figura há um link. Os autores sugerem que eles sejam utilizados para visualização online dos mapas em alta definição.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 2 – Leis relacionadas à orientação sexual no mundo*, 2019.



Fonte: Extraído de Mendos (2019)

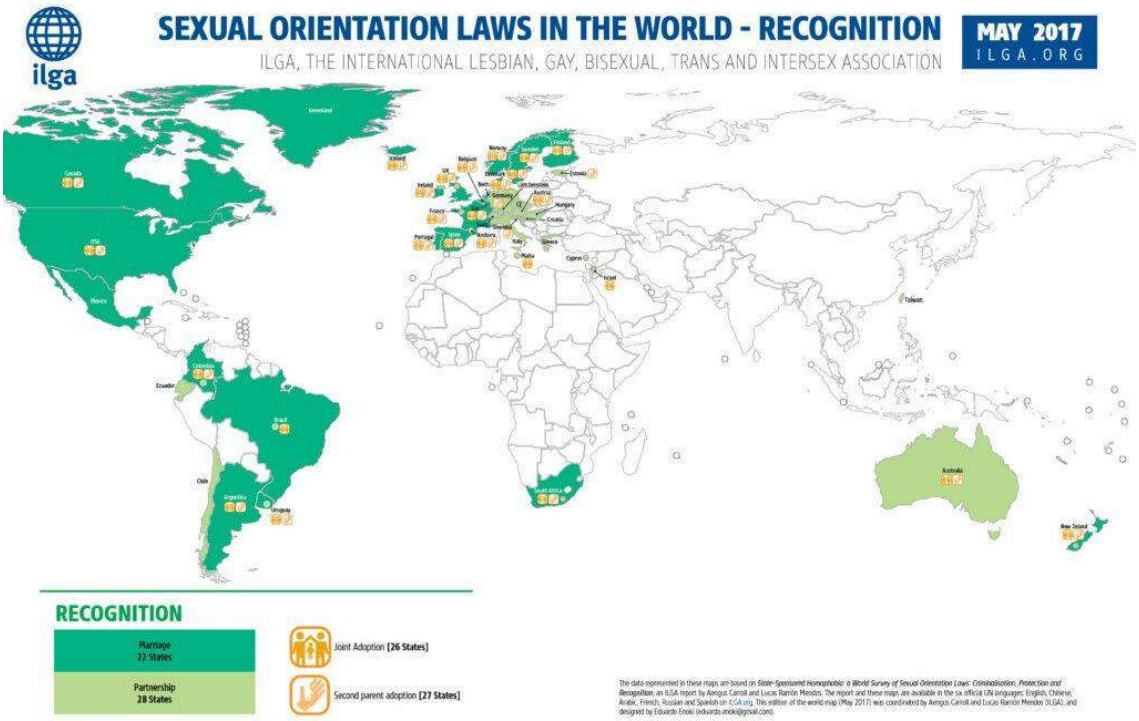
(*) Para melhor visualização, ver: https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws

A Figura 3, por sua vez, traz um mapa que versa sobre a presença de leis de reconhecimento da diversidade de orientações sexuais. Verifica-se que em 22 países é possível o casamento de pessoas do mesmo sexo (em verde escuro), e em 28 é possível a união civil (em verde claro), a maior pare deles na Europa e nas Américas. O mapa mostra também em quais países a adoção por casais do mesmo sexo é permitida, e em quais a adoção por um segundo pai[5] (*second-parent adoption* ou *co-parent*, em inglês), é possível.

[5] Em termos simples, a adoção por um segundo pai ou mãe é um processo pelo qual um indivíduo pode adotar um filho biológico ou adotivo do seu parceiro sem alterar os direitos do primeiro pai legal. Este processo é interessante para muitos casais uma vez que a paternidade legal permite que o parceiro dos pais tenha autonomia, por exemplo, para tomar decisões médicas ou obter a custódia em caso da morte do genitor biológico.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 3 – Leis de reconhecimento da diversidade de orientações sexuais no mundo*, 2017.



Fonte: Extraído de Mendos (2019).

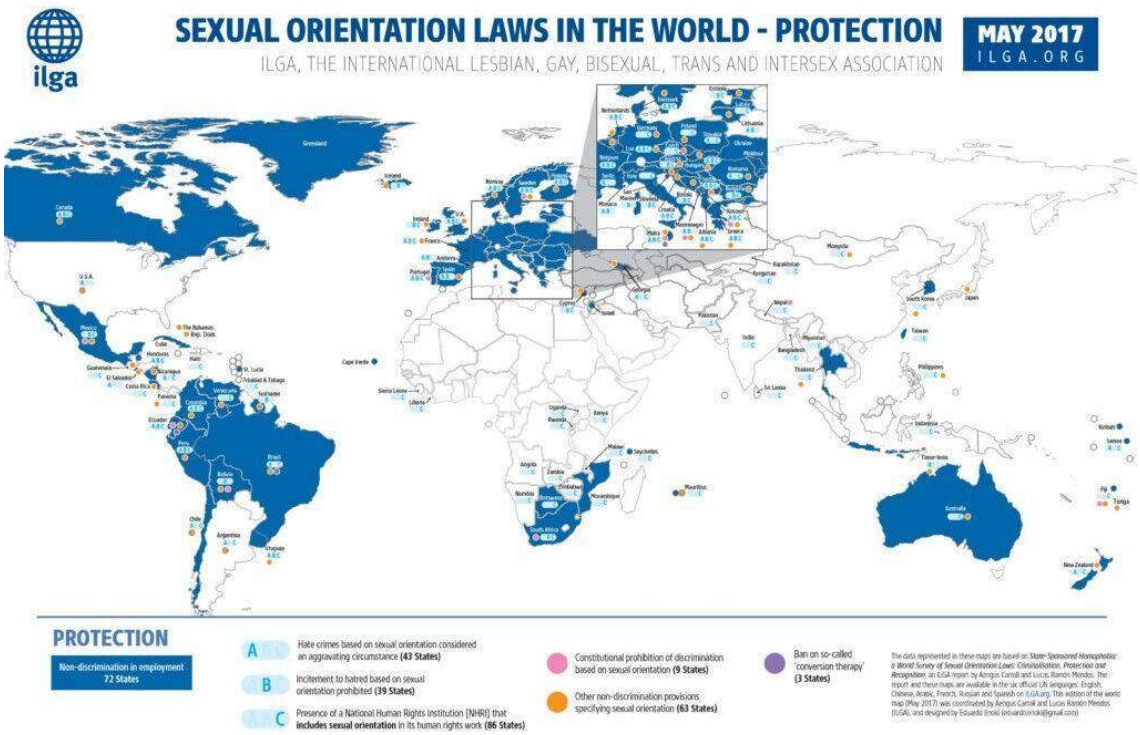
(*) Para melhor visualização, ver: https://ilga.org/map-sexual-orientation-laws-recognition-2017.

Já na Figura 4 é possível visualizar a intensidade das proteções legais aos LGBTQ+ naqueles países que apresentavam legislação voltada à temática em 2017. Os 72 países em azul são aqueles em que a leis proibindo a discriminação em ambiente de trabalho. O mapa traz, ainda, dois outros conjuntos de informação: o primeiro, representado por letras, trata da amplitude das proteções constitucionais. 43 países apresentam a letra A, indicativo de que ali a fundamentação de crimes de ódio na orientação sexual da vítima é considerada um agravante legal. Em 39 países há a letra B, o que significa que neles há proibição da incitação ao ódio baseado na orientação sexual. Por fim, a letra C indica que, em 86 países, há a presença de instituições nacionais voltadas aos direitos humanos que incluem em seu trabalho a promoção de direitos LGBTQ+ (observe que um país pode apresentar mais de uma letra).

O segundo conjunto de informações, representados por circunferências coloridas, dizem respeito a medidas não discriminatórias. Em nove países há a circunferência rosa, o que significa que neles há proibição constitucional de discriminação baseada na orientação sexual. Por sua vez, 63 países apresentam a circunferência laranja, que significa que ali existem outros dispositivos voltados especificamente à não discriminação da orientação sexual. Por fim, em três países há a circunferência roxa – Brasil, Equador e Malta – onde é proibida a chamada terapia de reorientação sexual.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 4 – Intensidade das proteções legais aos LGBTQ+ no mundo (*), 2017.



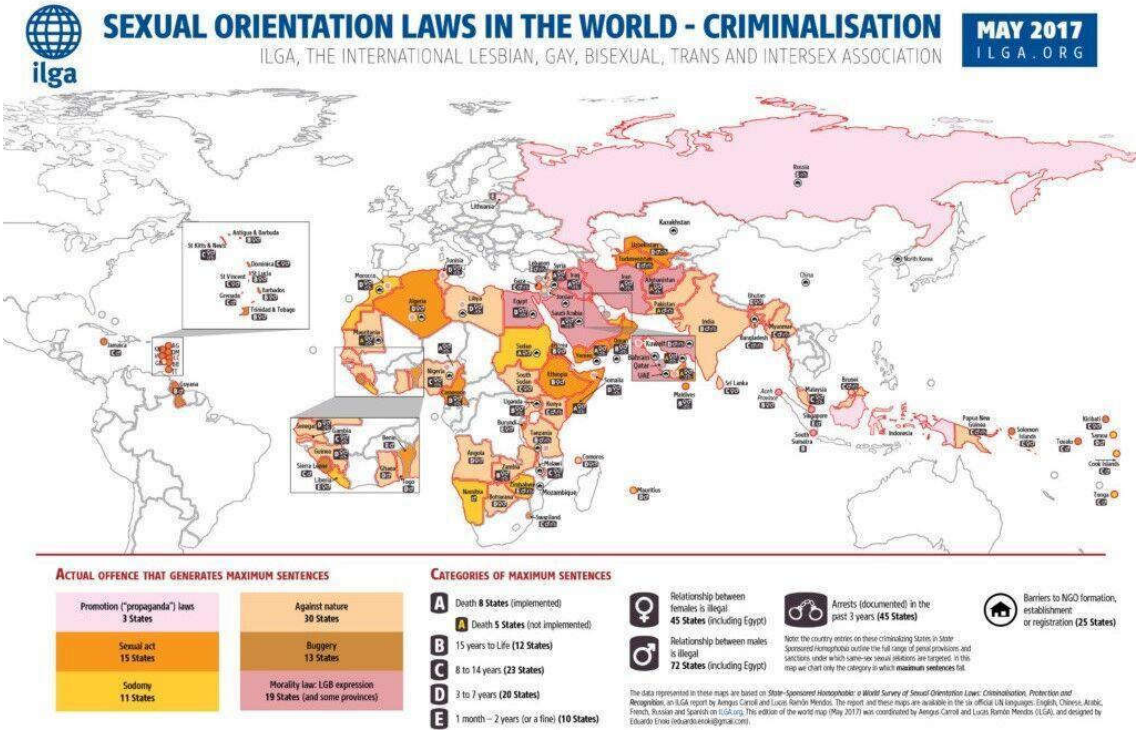
Fonte: Extraído de Mendos (2019).

(*) Para melhor visualização, ver: https://ilga.org/map-sexual-orientation-laws-protection-2017.

A Figura 5, por fim, apresenta um mapa da distribuição e intensidade das leis de criminalização relacionadas às orientações sexuais LGBTQ+ em 2017. Nele, as informações são apresentadas em três níveis de simbologia. As cores dos países representam os delitos que podem levar a penas máximas, as letras representam as sentenças máximas por categorias, e os símbolos representam que tipo de relacionamento de fato é ilegal. Como já verificado na Figura 1, as leis de criminalização relacionada a manifestações LGBTQ+ predominam nos continentes africanos e asiáticos, com maior severidade naqueles do Oriente Médio.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 5 – Distribuição e intensidade das leis de criminalização relacionadas às orientações sexuais LGBTQ+(*), 2017.



Fonte: Extraído de Mendos (2019).

(*) Para melhor visualização, ver: https://ilga.org/map-sexual-orientation-laws-criminalisation-2017.

A despeito de que o aparato legal de um país seja capaz de refletir, via de regra, tradições e chaves de interpretação do mundo em sua sociedade, em raríssimas oportunidades há consenso em relação a temas que afetam diretamente as liberdades individuais, o que pode significar desde bullying, comportamentos preconceituosos, racistas e segregatórios, até ameaças, perseguições, espancamentos e assassinatos. Assim, para além do aparato legal, é interessante apresentar o Gay Travel Index[6], o mais famoso índice do gênero no mundo (LEHMANN; SEITZ, 2016), elaborado anualmente pelo site de entretenimento LGBTQ+ Spartacus, já referenciado em trabalhos científicos como os de Perez (2014), Lehmann; Steitz (2016) e Frary (2018). Nele são classificados 138 países de acordo com o nível de segurança e amigabilidade oferecida a esse público. Segundo os organizadores, o índice

> é montado usando 14 critérios em três categorias. A primeira categoria é de direitos civis. Entre outras coisas, avalia se gays e lésbicas têm permissão para se casar, se existem leis antidiscriminação, ou se a mesma idade de consentimento se aplica a casais heterossexuais e homossexuais. Qualquer discriminação é registrada na segunda categoria. Isso inclui, por exemplo, restrições de viagem para pessoas soropositivas e a proibição de paradas de

[6] O índice é parte do influente Guia Turístico "Spartacus International Gay Guide", em circulação desde 1970 nos idiomas inglês, alemão, italiano, francês e espanhol.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

> orgulho ou outras manifestações. Na terceira categoria, as ameaças aos indivíduos por perseguição, sentenças de prisão ou pena de morte são avaliadas. As fontes avaliadas incluem a organização de direitos humanos Human Rights Watch, a campanha "Free & Equal" da ONU e informações durante todo o ano sobre violações de direitos humanos contra membros da comunidade LGBT (SPARTACUS, 2019, s/p, em tradução livre).

Em 2019, verificou-se que os dez países mais recomendáveis para turismo LGBTQ+ eram Canadá, Portugal, Suécia, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Luxemburgo e Malta. Por sua vez, aqueles classificados como menos recomendados para visitas são Malawi, Catar, Afeganistão, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Iémen, Irã, Arábia Saudita, Somália e Chechênia. O Brasil se encontra na 68ª posição no ranking.

2.2 A DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS LGBTQ+ COMO DIREITOS HUMANOS NA ONU

Embora as liberdades individuais façam parte das discussões da ONU como direitos inalienáveis desde a sua criação, a pauta dos direitos LGBTQ+ é relativamente nova. Foi apenas em julho de 2011 que a ONU aprovou, com uma pequena margem, a Resolução 17/19, primeira a versar sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero (ONU, 2013)[7]. Tal resolução foi pivô na criação em 2012, pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, do primeiro relatório da ONU sobre o tema que, entre outros aspectos, ressaltava que a violência e a discriminação em relação à população LGBTQ+ era sistemática e obedecia a padrões, observados em suas especificidades nos mais variados locais de convivência social. Como resposta, foi proposto um conjunto de recomendações e estabelecidas, como diretrizes, cinco obrigações legais dos países voltados à proteção dos direitos humanos de pessoas LGBTQ+. Tais obrigações podem ser sintetizadas em cinco grandes grupos:

a) Proteger indivíduos de violência homofóbica e transfóbica;
b) Prevenir tortura e tratamento cruel, desumano e degradante de pessoas LGBTQ+;
c) Descriminalizar a homossexualidade;
d) Proibir discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero;
e) Respeitar as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica.

Tais obrigações legais voltadas à proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTQ+, já previstas no regime internacional de direitos humanos, foram adequadas às realidades de diversos países signatários da ONU. De acordo com o texto prevê-se que

> (...) todas as pessoas, independente de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, têm direito de gozar da proteção assegurada pelo regime internacional dos direitos humanos, inclusive em relação aos direitos à vida, à segurança pessoal e à privacidade, o direito de ser livre de tortura, detenções

[7] Votaram a favor: Argentina, Bélgica, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, França, Guatemala, Hungria, Japão, México, Noruega, Polônia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República da Coréia, República de Maurício, Suíça, Tailândia, Ucrânia, Uruguai. Votatam contra: Angola, Arábia Saudita, Bahrein, Bangladesh, Camarões, Catar, Djibuti, Gabão, Gana, Jordânia, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Nigéria, Paquistão, República da Moldávia, Rússia, Senegal, Uganda. Absteram-se: Burkina Faso, China, Zâmbia.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

> e prisões arbitrárias, o direito de ser livre de discriminação e o direito às liberdades de expressão, de reunião e de associação pacífica (ONU, 2013).

A pauta, já adotada pela ONU, trouxe uma imensa variedade de elementos e colaborou para a divulgação e ampliação sobre a consciência voltada à causa.

3 O RECENTE DEBATE SOBRE TRANSGÊNEROS NOS ESPORTES

Dentre as tentativas de transpor o lugar que a sociedade destina à população LGBTQ+ encontra-se a presença crescente de transexuais em competições esportivas. No entanto, não há consenso sobre essa questão, assim como são divergentes as opiniões sobre a legitimidade de sua participação ou sobre os critérios utilizados atualmente para que mulheres transexuais integrem equipes femininas. A esse respeito, Teetzel (2013) retoma as discussões apresentadas por Schneider (2000), que apresentou o desafio de responder, na atualidade, "o que faz de uma mulher uma mulher" (tradução livre). Segundo ela

> [as] perguntas de Schneider (2000): "O que torna uma mulher uma mulher? São cromossomos, a genitália, o modo de vida, o conjunto de papéis que exerce na sociedade, ou registro médico?" são ainda mais relevantes desde a criação da política de Estocolmo pelo COI e da política da Associação Internacional de Federações de Atletismo sobre hiperandrogenismo e distúrbios do desenvolvimento sexual (DDS). A única maneira de evitar definir características essenciais das mulheres para fins de elegibilidade é erradicar completamente as categorias de sexo ou confiar que as participantes selecionem a categoria em que competirão. Corpos que desafiam a divisão dualística de atletas do esporte em categorias masculinas e femininas são problemáticos para um sistema que apenas começa a reconhecer o continuum de corpos que se enquadram na interseção entre os entendimentos convencionais do que é masculino e feminino (TEETZEL, 2013, p. 115, tradução livre[8]).

Desde novembro de 2015 as regras do COI definem que homens *trans* podem participar de competições masculinas sem restrições. No entanto, as mulheres *trans* precisam atender quatro condições para disputar competições femininas, sendo elas

a) ter reconhecimento civil como mulher;
b) apresentar níveis de testosterona abaixo de 10 nanomol /l nos doze meses que antecedem a estreia no campeonato;
c) manter esses níveis durante o período de chamada para competições e
d) ser submetida a testes frequentemente com o objetivo de monitorar os níveis hormonais (COI, 2019).

[8] Texto original: Schneider's (2000) questions, 'What makes a woman a woman? Is it chromosomes, genitalia, a way of life or set of roles, or a medical record?' are even more relevant since the IOC's creation of the Stockholm policy and the IAAF's policy on hyperandrogenism and disorders of sex development (DSD). The only way to avoid defining essential characteristics of women for the purpose of eligibility is to eradicate sex categories entirely, or to trust participants to self-select the category in which they will compete. Bodies that challenge sport's dualistic division of athletes into male and female categories are problematic for a system only beginning to recognize the continuum of bodies that fall between conventional understandings of male and female (TEETZEL, 2013, p. 115).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Se de um lado o critério estabelecido pelo COI tem sido questionado por atletas, técnicos, médicos e pelo público em geral, por outro, defende-se o direito dos transexuais de atuarem como atletas profissionais sem sofrerem preconceitos ou segregação em razão de sua identidade de gênero. A seguir, são apresentados de maneira suscinta os argumentos favoráveis e contrários à aceitação dos transgêneros nos esportes; alguns apontamentos sobre as relações entre dopping, hiperandrogenia, e o controverso debate sobre o desempenho corporal; e o posicionamento das principais organizações científicas.

3.1 ARGUMENTOS CONTRÁRIOS

Dentre os argumentos utilizados por aqueles que se posicionam contra a liberação do COI para que mulheres *trans* integrem equipes femininas, prevalece o de que, devido às diferenças biológicas entre os sexos, mulheres *trans* teriam vantagens consideráveis sobre as demais jogadoras, principalmente se atravessaram a puberdade como homens, tendo, assim, um desenvolvimento corporal regido por hormônios masculinos (BIANCHI, 2017; HENKEL, 2018). Aqueles que defendem essa posição afirmam que o "parâmetro estabelecido pelo COI não reverte os efeitos do hormônio masculino na já finalizada construção de ossos, tecidos, órgãos e músculos ao longo de décadas" (HENKEL, 2018, s.p.), como o desenvolvimento de melhor capacidade cardíaca e pulmonar e um percentual diferente entre músculo e gordura do que aqueles observados nas mulheres (SYKES, 2006). Para esse grupo, de maneira objetiva, biologicamente, mulheres *trans* seriam homens (WILLIAMS, 2018), o que concederia vantagens no desempenho esportivo que não seriam modificadas com poucos anos de transição hormonal (VIEIRA, 2018).

Baseados no argumento de que, mesmo com cirurgia de redesignação sexual e/ou controles hormonais, as mulheres *trans* continuariam a ser, biologicamente, do sexo masculino (ainda que sua identidade de gênero seja feminina), esse grupo conclui que não seria justo homens disputarem com mulheres: "não faz sentido misturar homens e mulheres em modalidades onde a força física faz diferença no resultado final" (HENKEL, 2018, s.p.). Dentre os aspectos defendidos, aponta-se que permitir a participação de indivíduos desenvolvidos sob a testosterona, que adquiriram altura, força e capacidade aeróbica de homens resultaria no constrangimento, humilhação e exclusão de mulheres de um espaço duramente conquistado por elas (HENKEL, 2018). No entanto, é preciso lembrar que, embora esse argumento seja focado nas mulheres *trans* que passaram pelo processo de mudança de sexo após a puberdade, o discurso contra a inclusão parece não estabelecer ressalvas para aquelas que iniciaram a transformação antes da adolescência.

Médicos apontam que os estudos sobre desempenho físico de transgêneros ainda são incipientes, inconclusivos (conforme visto em JONES et al., 2016), e que o uso da testosterona como parâmetro de avaliação da equidade entre jogadoras *cis* e *trans* é superficial. José Ricardo Claudino Ribeiro, chefe do departamento de processos técnico-científicos e saúde do esporte do time de vôlei Minas Tênis Clube, exemplifica a questão pautando-se em dois estudos: um que avaliou a perda e ganho muscular em homens e mulheres *trans* (que demonstrou alterações diferentes entre os dois grupos após tratamentos hormonais) e outro que aponta que a avaliação deve ser pautada no desempenho dos atletas, não apenas nos níveis de testosterona (DAMASCENO, 2018). Haroldo Christo, cardiologista e médico de times mineiros, afirma que

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

qualquer conclusão sobre a vantagem ou desvantagem de uma jogadora transexual é precipitada, uma vez que não há estudos suficientes para pautar a discussão:

> Um dos desafios da medicina esportiva é definir se a redesignação de gênero pode proporcionar ao atleta alguma vantagem fisiológica. E não existe essa resposta ainda (...). Não posso me pautar apenas num exame, numa dosagem hormonal, para dizer que a atleta submetida a intervenções hormonais para a redesignação de gênero esteja em pé de igualdade com outra. É necessário que sejam criados mecanismos, estudos, do ponto de vista médico para tentar avaliar quais parâmetros devem ser adotados para medir a influência na performance (DAMASCENO, 2018, s.p).

Vieira (2018), pesquisador que discorda dos parâmetros e resoluções do COI, afirma que os estudos citados pelos favoráveis à inclusão não possuem evidências suficientes para justificar a política esportiva, devido à amostra reduzida realizada por eles. Para ele, a discussão tem sido focada em questões políticas e morais, que defendem a necessidade de inclusão dos transexuais nos diferentes espaços sociais. Vieira afirma que, se os estudos ainda são incipientes, não se pode usar essa lacuna para uma solução rápida da questão. Mesmo porque, para ele, se há um conflito insolúvel entre inclusão e mérito, o esporte deveria estar mais preocupado com mérito, pela própria natureza da atividade.

3.2 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS

Os argumentos utilizados por aqueles que defendem a participação de atletas transexuais nos esportes focam, principalmente, em duas questões: (i) refutar a crença de que os indivíduos nascidos sob o sexo masculino seriam necessariamente melhores atletas do que os nascidos sob o sexo feminino (mesmo porque, como afirma Bianchi (2017), vantagens genéticas são frequentes nos esportes e não são necessariamente injustas); (ii) ressaltar a importância de uma análise propositiva que busque soluções para a inclusão desses sujeitos e não os exclua do espaço esportivo, seja ele profissional ou não.

No primeiro caso as críticas voltam-se ao discurso que afirma que os transexuais que fizessem a transição após a puberdade teriam ganhos corporais que se manteriam mesmo após a redesignação sexual. Segundo a pesquisadora americana Joanna Harper, a diminuição da testosterona é suficiente para igualar as competidoras transexuais às mulheres biológicas. Portanto, os critérios utilizados pelo COI seriam satisfatórios para provar que as atletas podem competir juntas:

> Terapia hormonal para mulheres *trans* normalmente envolve um bloqueador de testosterona e um suplemento de estrógeno. Quando os níveis do "hormônio masculino" se aproximam do esperado para a transição, a paciente percebe uma diminuição na massa muscular, densidade óssea e na proporção de células vermelhas que carregam o oxigênio no corpo (CONTAIFER, 2018).

Harper ainda pontua que, ao mesmo tempo, o estrógeno (hormônio feminino) aumenta as reservas de gordura, principalmente nos quadris e que, juntas, essas mudanças levam a uma perda de velocidade, força e resistência. Para reforçar seu ponto, Harper afirma que uma de suas

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

pesquisas concluiu que corredoras *trans* amadoras não apresentaram ganho de performance na comparação com atletas *cis*. Na mesma direção, Regis Rezende, professor de educação física e fisiologista, pontua que estudos mostram que em alguns esportes a performance de atletas submetidas à terapia hormonal é inferior à de mulheres cisgênero (CONTAIFER, 2018).

O endocrinologista Magnus Dias ressalta que não há ainda metodologia capaz de mensurar com segurança os ganhos esportivos de atletas *trans*. Mesmo que acredite ser precipitado negar essa possibilidade, é categórico ao afirmar que o fator biomético não é suficiente para a análise:

> Nosso gênero é uma constituição multifacetada. Ela envolve a biologia, mas envolve sobretudo outras atitudes, um conjunto de experiências e vivências de gênero. Reduzir essa questão de inclusão do atleta *trans* no esporte ao ponto de vista exclusivamente biológico é, no mínimo, imprudente (CESARINI; VECCHIOLI, 2018).

As ponderações de Jorge Knijnik, professor da Escola de Educação Física da USP e autor do livro "A mulher brasileira e o esporte - seu corpo, sua história[9]", em entrevista à revista Superinteressante, reforçam essa análise: "mensurar as diferenças físicas ou biológicas entre homens e mulheres teria relevância apenas se conseguíssemos apagar os efeitos de aspectos históricos e sociais envolvidos no desenvolvimento da mulher no esporte" (SUPERINTERESSANTE, 2003). Knijnik, ao discutir os aspectos que sustentam a separação dos esportes entre homens e mulheres afirma que essa divisão tem raízes sociais profundas. Assim, é preciso pensar algumas questões que podem influenciar na suposta "superioridade" masculina:

- é possível que atletas limitem seu condicionamento físico para não serem consideradas muito masculinas, já que o desenvolvimento muscular exigido as tornaria menos femininas aos olhos da sociedade;
- os homens são, desde muito cedo, incentivados a desenvolver capacidades como força e resistência, enquanto paira ainda sobre as mulheres expectativas relacionadas a delicadeza e sensibilidade;
- atletas masculinos podem ter um melhor preparo pois têm patrocínios melhores, já que a mídia prioriza o esporte masculino (estudos no Brasil e nos Estados Unidos comprovam que mais de 75% da cobertura do esporte é dedicada aos homens);
- a separação entre os sexos nas competições pode prejudicar o rendimento feminino devido aos parâmetros de competitividade. Assim, se uma atleta já é a melhor de sua categoria, não sentiria a necessidade de aumentar seu esforço (Jorge Knijnik, em entrevista à SUPERINTERESSANTE, 2003).

Embora Knijnik critique a divisão de esportes entre os sexos mas não faça menção aos transexuais, seus apontamentos, ao indicarem uma ruptura na concepção da superioridade biológica masculina, podem ajudar a compreender o debate aqui apresentado sob um novo prisma. Afinal, se os resultados masculinos nos esportes não estiverem relacionados apenas a questões genéticas, não seria possível afirmar que as mulheres *trans* possuem vantagens sobre as mulheres *cis*.

[9] KNIJNIK, Jorge Dorfman. A mulher brasileira e o esporte - seu corpo,sua história. 1ª. ed. Editora Mackenzie, 2003. v. 1. 133p..

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Se nos debruçarmos sobre o apoio psicológico e financeiro necessário para que um indivíduo transexual consiga se tornar um atleta reconhecido e ocupe lugar de destaque, veremos que as condições a que estão submetidos, em sua maioria, os coloca em posição desvantajosa. Para Bruna Benevides, secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, o número baixo de transexuais que buscam espaço nos esportes se explica pela exclusão que a sociedade homofóbica promove. Segundo ela, "na escola, antes da transformação, os homens afeminados são proibidos de jogar com as meninas e dificilmente vão participar dos jogos com outros meninos" (CONTAIFER, 2018, s.p.), não desenvolvendo, portanto, interesse e habilidade nessa atividade: "diante deste panorama, o esporte não tem sido um lugar acolhedor. As mulheres *trans* e travestis ainda sofrem de um estigma muito grande no Brasil. Não à toa, 90% da nossa população ainda é jogada compulsoriamente para a prostituição" (BENEVIDES apud CONTAIFER, 2018).

Além da falta de incentivo para se tornar atleta, é preciso também considerar o baixo número de transexuais se comparados com a população em geral, o que deslegitima o argumento de que as mulheres *trans* tomariam o espaço das mulheres *cis*: "a quantidade de atletas *trans* é ínfima em relação à quantidade de mulheres. A própria comunidade de transexuais varia em torno de 1,1% da população, como é possível que em algum momento teremos tantas atletas *trans* para disputar em pé de igualdade?" (BENEVIDES apud CONTAIFER, 2018). Tal posição é defendida também pelo pesquisador Reeser: "a incidência da síndrome da disforia de gênero é baixa e, consequentemente, a frequência com que os atletas transexuais podem ter um impacto significativo em um determinado esporte deve ser similarmente baixa" (2005, p. 698[10]). Ademais, não seria razoável admitir que um número significativo de pessoas trans desejem se tornar atletas de alta performance a ponto de gerar desequilíbrio na disputa por posições nas diferentes modalidades esportivas.

O baixo percentual de mulheres *trans* nos esportes enfraquece o argumento de que elas ameaçariam o espaço duramente conquistado pelas mulheres *cis* e de que os clubes e times poderiam iniciar um processo de substituição dessas em busca de melhores resultados. Da mesma forma, para alguns, inviabiliza a formação de equipes compostas exclusivamente por atletas transexuais. Tiffany Abreu, jogadora *trans* na equipe de vôlei do Bauru (SP), posiciona-se contrariamente à criação de uma categoria exclusiva não apenas em razão da inexistência de um número mínimo de jogadores, mas também porque acredita que a proposta deve pautar-se na inclusão e não na separação. Em sua opinião, se o desempenho desses atletas tem causado debates, ao invés de tentar banir esses indivíduos ou obrigá-los a atuar em times que não correspondem com sua identidade de gênero é preciso pensar em formas propositivas para equilibrar as competições: "Nós temos cotas para jogadoras estrangeiras e por que não uma cota para jogadoras *trans*? Nós temos pontuação para uma jogadora olímpica[11] e por que não uma pontuação para jogadoras *trans*? Se ela for boa o suficiente, vai ter a sua pontuação (apud GLOBO ESPORTE, 2018b).

[10] "the incidence of gender dysphoria syndrome is low, and consequently the frequency with which transsexual athletes might be expected to have a significant impact on a given sport should be similarly low" (REESER, 2005, p. 698).

[11] Nesse formato, cada atleta possui uma pontuação em um ranking geral, de forma a evitar que as equipes fiquem desequilibradas. Para a temporada 2017/18 da Superliga feminina de vôlei, por exemplo, os clubes participantes definiram a não limitação de pontos para cada time, sendo a única restrição a presença de, no máximo, duas jogadoras com pontuação máxima em cada equipe (GLOBO ESPORTE, 2017).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

3.3 *DOPPING*, HIPERANDROGENIA, TRANSEXUAIS E O CONTROVERSO DEBATE SOBRE O DESEMPENHO CORPORAL

Como visto, o principal argumento para impedir a participação de transsexuais nos esportes, sobretudo de mulheres *trans*, diz respeito às possíveis vantagens que seus corpos lhes proporcionariam em competições de força, velocidade ou resistência. Neste caso, as vantagens seriam proporcionadas pela alta concentração de testosterona em seus corpos durante a juventude, já que esse hormônio é responsável pela virilização do corpo, o que lhes proporcionaria ganhos ósseos e musculares que, mesmo com a sua diminuição na fase adulta, não seriam comprometidos.

Em 1935 a testosterona já era utilizada em soldados alemães para aumento de sua agressividade no campo de batalha. A ideia de que o hormônio poderia melhorar o desempenho humano foi sugerida em 1939, mas aplicada apenas em 1954 em um torneio de levantamento de peso em Viena. Porém, seu uso difundiu-se, de fato, a partir de 1964 (LISE et al., 1999) e a partir dos anos 80, essa e outras substâncias passaram a serem consideradas ilícitas por provocarem vantagens competitivas que não seriam naturais. A prática, denominada de *dopping* pelo COI, é definida pelo consumo de substâncias em quantidades anormais com o objetivo de aumentar o desempenho atlético do indivíduo. Há, entre elas, os esteroides anabólico-androgênicos (EAA), compostos por testosterona e seus derivados.

Segundo Lise et. al. (1999), a eficácia dos EAA é discutível, na medida em que não se sabe se sua ingestão sem exercícios físicos seria capaz de provocar por si só aumento muscular. Nesse sentido, os autores apontam para a existência de um efeito psicológico em sua ingestão, que faz com que os usuários reforcem seu treinamento em busca de melhores resultados. Os dados analisados pelos autores demonstram que a maior parte das pessoas que fazem uso de EAA não buscam o aumento do prazer na atividade, mas sim a superação de expectativas externas, como de treinadores, amigos e os próprios pais.

Embora o consumo de testosterona possa trazer sérios prejuízos à saúde de um indivíduo, verifica-se que sua alta concentração natural pode trazer aumento de performance. É o que afirma um artigo publicado no British Journal of Sports pelos autores Stéphane Bermon e Pierre-Yves Garnier em 2017, contendo os resultados de uma pesquisa encomendada pela Federação Internacional de Atletismo. Segundo os autores, verificou-se uma diferença estatisticamente expressiva de atletas do sexo feminino com elevados níveis de testosterona em eventos diversos de atletismo selecionados entre 2011 e 2013, incluindo campeonatos mundiais.

Os dados analisados demonstraram que o desempenho médio das atletas com os mais altos níveis de testosterona – em alguns casos, com hiperandrogenia – variou em até 4,5% em relação àquelas com os níveis mais baixos. Entre os benefícios que tais atletas possuem, estão a maior capacidade de circulação de oxigênio pelo sangue, maior capacidade visual-espacial, aumento da agressividade e maior desenvolvimento muscular (BERMON; GARNIER, 2017, p. 05). Os autores concluem que a melhor solução para categorizar atletas seria via a concentração de testosterona no sangue, que poderia inclusive superar a tradição divisão entre categorias masculinas e femininas, o que também é defendido por Bianchi (2017).

Como visto, a discussão não é simples. Naturalmente, as diferentes estruturas genéticas podem acarretar em vantagens ou desvantagens, dependendo do que um indivíduo se dispõe realizar. Um interessante exemplo é o do esportista finlandês multimedalhista Eero Mäntyranta que, por possuir uma mutação genética, produzia naturalmente grandes quantidades de eritropoietina

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

(Policitemia Congênita), hormônio que controla a produção de células vermelhas no sangue, o que tornava seu sangue 50% mais eficiente em transportar oxigênio. Outros atletas que tentassem atingir as mesmas concentrações da eritropoietina de maneira artificial eram banidos do esporte por *dopping*. Por sua vez, a cafeína, obtida naturalmente a partir da infusão de grãos de café e capaz de aumentar a performance do corpo humano, tem seu consumo permitido. Essa reflexão sugere os seguintes questionamentos:

a) É razoável estabelecer níveis aceitáveis de substâncias no corpo humano para competição?
b) Os atletas deveriam ser livres para melhorar sua performance, mesmo que através do uso de substâncias artificiais?
c) É justa a competição de corpos naturalmente desiguais? E de corpos artificialmente desiguais?

3.4 POSICIONAMENTO DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS

Em texto de revisão bibliográfica, Jones et al. (2016) examinaram 31 regulamentações esportivas que incorporavam diretrizes especificas para atletas transgêneno e concluíram que, em sua, maioria, as restrições impostas não eram baseadas ou justificadas com evidências científicas. Os autores concluem em seu artigo que trata-se de uma prática discriminatória, dada a ausência de evidências que comprovam que atletas *trans* possuem algum tipo de vantagem sobre os atletas *cis*.

Já segundo levantamento realizado por Ghirotto (2018), entre as 33 federações internacionais encarregadas das modalidades disputadas nas Olimpíadas de Tóquio no ano de 2020, 13 seguem as diretrizes estabelecidas pelo COI para a participação de atletas transgêneros. São elas: ciclismo, escalada, golfe, halterofilismo, handebol, hóquei na grama, judô, pentatlo moderno, remo, rúgbi, tênis, tiro e tiro com arco. Parte das entidades que não seguem as diretrizes estabelecidas pelo COI são apresentadas no quadro a seguir (Quadro 1):

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Quadro 1 – Modalidades que não seguem as recomendações do COI (2018).

Modalidade	Regras
Atletismo	Atletas que transitaram do sexo masculino para o feminino passam por análise hormonal. Também são avaliadas a idade, se a redesignação sexual foi feita antes ou depois da puberdade, se o procedimento foi cirúrgico ou não, o período de tempo desde que a atleta completou a transição e os resultados de tratamentos feitos após sua conclusão. Cirurgia de redesignação não é obrigatória.
Badminton	Regulamentações serão estipuladas caso a caso. Federações nacionais são livres para adotar políticas próprias.
Basquete	Analisa documentação da atleta e, se apropriado, o impacto que sua participação teria nas competições femininas. Por recomendação da comissão médica, não torna pública as diretrizes.
Ginástica artística, rítmica e trampolim	Não tem regulamentação especifica. Eventuais casos serão examinados a partir de um entendimento próprio.
Natação, polo aquático, saltos ornamentais e nado sincronizado	Análises de eventuais casos serão feitas pelo comitê de medicina esportiva e pela ala jurídica.
Vôlei e vôlei de praia	Delega a inclusão em torneios nacionais às entidades que cuidam das competições. Classificação de gênero é feita com base nos documentos de identificação emitidos pelas autoridades do país de origem do atleta. Possui uma comissão médica para análise dos casos. Requisitos são sigilosos e estão sendo atualizados.

Fonte: Ghitotto, 2018.

A federação responsável pela modalidade futebol disse não ter política própria para transgêneros porque nunca precisou tratar de um caso dessa natureza e a responsável pelo hipismo afirmou não haver política para transgêneros porque homens e mulheres competem juntos. As entidades do beisebol/softbol, boxe, canoagem, esgrima, luta greco-romana, skate, surfe, taekwondo, tênis de mesa, triatlo e vela não responderam ao contato da reportagem e a federação da modalidade caraté não quis se manifestar (GHIROTTO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX, os sociólogos Émile Durkheim e Marcel Mauss chamaram atenção para a tendência dos grupos humanos em criar categorias, que expressam as maneiras pelas quais os grupos apreendem o mundo e constroem as representações do mesmo. Para eles, "classificar coisas é ordená-las em grupos distintos entre si, separados por linhas de demarcação nitidamente determinadas" (1981, p. 400). Mas além de dividir, esses autores mostram que as classificações implicam em uma ordem hierárquica, pois "classificar não é apenas constituir grupos: é dispor estes grupos segundo relações muito especiais. Nós os representamos como coordenados ou subordinados uns aos outros (...). Há os que dominam, outros que são dominados, outros que são independentes entre si" (1981, p. 403).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Ao reclamarem um espaço nas competições esportivas, os transexuais questionam não apenas seu direito à atividade em si, mas questionam também a forma como o mundo encontra-se organizado, ordenado, classificado. O movimento de entrada de jogadores transexuais em competições esportivas oficiais força o debate sobre um assunto do qual tem-se esquivado já há algum tempo: a posição desses indivíduos na sociedade. Vistos por vezes como seres abjetos, eles são colocados à margem da comunidade e convivem com um preconceito diário que afeta suas vidas tanto de forma psicológica, quanto através da violência física. Os levantamentos de Antunes (2010) demonstram que a expectativa de vida de mulheres transexuais é de 35 anos, ao passo que a média dos indivíduos do sexo feminino é de 75,5 anos. Isso acontece muito em razão das condições que lhes são oferecidas: pela grande dificuldade de entrada no mercado de trabalho, a maior parte dessa população encontra na prostituição sua principal forma de sobrevivência, estando assim mais propícia ao uso de drogas, à violência e também a contraír doenças.

Em uma realidade na qual o preconceito é uma força que motiva o extermínio desses indivíduos, é fundamental que se repense o tratamento a eles destinado e, por essa razão, a decisão do COI em garantir a participação de transexuais nas competições é um avanço significativo. A perspectiva de carreira como atleta surge como uma opção de trabalho e de convivência em sociedade e pode, a longo prazo, contribuir com a diminuição do preconceito e com a melhoria das condições de vida dos transexuais. Particularmente no caso dos esportes, a luta para adentrar esse espaço pode trazer ganhos simbólicos ainda maiores, uma vez que se trata de um ambiente dominado por tradições heteronormativas masculinas e com significados e valores cultuados por grande parte da sociedade. Os atletas, muitas vezes, ganham notoriedade em seus países, sendo admirados e respeitados pelo trabalho realizado. Portanto, ainda que na atualidade seja difícil imaginar um cenário no qual uma figura transexual seja tomada como modelo apreciado, sua presença em uma atividade com tal destaque é uma ruptura social que pode servir de estímulo para romper paradigmas.

É fato que o debate sobre a inclusão de transexuais no esporte ainda tem um longo caminho a percorrer, tanto no que diz respeito à sua aceitação pela sociedade quanto às regulamentações necessárias para essa nova realidade. Conforme demonstrado, não há estudos verdadeiramente conclusivos que respondam aos questionamentos sobre as vantagens de mulheres *trans* atuando em times femininos. Trata-se de uma questão que envolve aspectos não apenas sociais, mas também biológicos, e é preciso pensar se esses últimos têm servido de argumentos para aqueles que desejam manter os transexuais em sua condição de abjeção. Posições que afirmam ser pautadas na ciência e na fisiologia reclamam um caráter de inquestionabilidade, e enquanto não houver estudos definitivos sobre os parâmetros adotados para as resoluções do COI, tais justificativas continuarão a ecoar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?** 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

BERMON, Stéphane; GARNIER, Pierre-yves. Serum androgen levels and their relation to performance in track and field: mass spectrometry results from 2127 observations in male and female elite athletes. **British Journal Of Sports Medicine**, [s.l.], v. 51, n. 17, p.1309-1314, 3 jul. 2017. BMJ. http://dx.doi.org/10.1136/bjsports-2017-097792.

BIANCHI, Andria. Transgender women in sport. **Journal Of The Philosophy Of Sport**, [s.l.], v. 44, n. 2, p.229-242, 17 abr. 2017. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/00948705.2017.1317602.

BUTLER, Judith. **Problemas de gêner**o: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESARINI, Beatriz; VECCHIOLI, Demétrio. **Prós e Contras: entenda o que está em discussão no caso Tiffany**, 2018. Disponível em https://www.uol.com.br/esporte/volei/ultimas-noticias/2018/01/24/pros-e-contras-entenda-o-que-esta-em-discussao-no-caso-tifanny.htm. Acesso em 10 de abril de 2019.

COI – Comitê Olímpico Internacional. **Carta Olímpica de 2003**. Disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/CartaOlimpica2003.pdf. Acesso em 14 de abril de 2019.

COI – Comitê Olímpico Internacional. **Carta Olímpica de 2013**. Disponível em https://issuu.com/olimpicocol/docs/carta_olimpica_2013. Acesso e, 13 de abril de 2019.

COI – Comitê Olímpico Internacional. **Carta Olímpica de 2018**. Disponível em https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/ES-Olympic-Charter.pdf#_ga=2.26956541.1797457027.1555195300-1595864551.1555195300. Acesso em 13 de abril de 2019.

CONTAIFER, Juliana. Afinal, atletas transexuais têm mais força que as jogadoras cisgênero?, 2018. Disponível em Https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/afinal-atletastransexuais-tem-mais-forca-que-as-jogadoras-cisgenero. Acesso em 17 de abril de 2019.

DAMASCENO, Renan. **Transexual Tiffany gera polêmica na superliga feminina de vôlei**, 2018. Disponível em https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/volei/2018/01/22/noticia_volei,453889/transexual-tiffany-gera-polemica-na-superliga-feminina-de-volei.shtml. Acesso em 12 de abril de 2019.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação**. Contribuição para o estudo das representações coletivas (1903). In: MAUSS, M. Ensaios de sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 399-455.

EXCELLE SPORTS. **Do trans athletes have an unfair advantage in sports?**, 2017. Disponível em http://www.excellesports.com/news/trans-athletes-unfair-advantage-sports/ . Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

FIRMINO, Carolina Bortoleto; VENTUR, Mauro de Souza. A evolução histórica da participação feminina nos Jogos Olímpicos da Era Moderna e a inclusão das mulheres no esporte de competição. **Tríade – revista de comunicação, cultura e mídia**, Sorocaba, v. 5, n. 10, p. 247-260, dez. 2017.

FRARY, Mark. Freedom to travel v travel towards freedom: Exclusive new data analysis for the magazine on whether tourists worry about a holiday resort's reputation for media freedom. **Index On Censorship**, [s.l.], v. 47, n. 2, p.39-44, 20 jun. 2018. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/0306422018784529.

GIGLIO, Sérgio Settani; RUBIO, Katia. A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** (USP) v. 31, p. 291-305, jan-mar, 2017.

GHIROTTO, Edoardo**. Atletismo tem regras mais rígidas do que o COI para atletas transgênero**, 2018. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/04/atletismo-tem-regras-mais-rigidas-do-que-o-coi-para-atletas-transgenero.shtml. Acesso em 18 de abril de 2019.

GLOBO ESPORTE. **"Respeito mas não concordo com ela no feminino", diz Tandara sobre Tiffany,** 2018a. Disponível em https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/respeito-mas-nao-concordo-com-ela-no-feminino-diz-tandara-sobre-tifanny.ghtml. Acesso em 10 de abril de 2019.

GLOBO ESPORTE. **Tiffany descarta liga exclusiva e apoia a criação de cotas para atletas trans**, 2018b. Disponível em https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tifanny-descarta-liga-exclusiva-e-apoia-criacao-de-cotas-para-atletas-trans.ghtml. Acesso em 10 de abril de 2019.

GOELLNER, Sílvia Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: Entre incentivos e interdições elas fazem história. **Revista Pensar a prática**. 2005; v. 8, n. 1: 85-100.

HENKEL, Ana Paula. **Carta aberta ao Comitê Olímpico Internacional**, 2018. Disponível em http://politica.estadao.com.br/blogs/ana-paula-henkel/carta-aberta-ao-comite-olimpico-internacional/. Acesso em 10 de abril de 2019.

IOC – INTERNACIONAL OLIMPIC COMMITTEE. Disponível em https://www.olympic.org/the-ioc. Acesso em 14 de abril de 2019.

JONES, Bethany Alice et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine**, [s.l.], v. 47, n. 4, p.701-716, 3 out. 2016. Springer Science and Business Media LLC. http://dx.doi.org/10.1007/s40279-016-0621-y.

LEHMANN, Erik E.; SEITZ, Nikolaus. Freedom and innovation: a country and state level analysis. **The Journal Of Technology Transfer**, [s.l.], v. 42, n. 5, p.1009-1029, 25 abr. 2016. Springer Science and Business Media LLC. http://dx.doi.org/10.1007/s10961-016-9478-3.

LISE, M. L.Z.; DA GAMA E SILVA, T.S.; FERIGOLO, M.; BARROS, H.M.T.. O abuso de esteroides anabólico androgênicos em atlestismo. **Rev Ass Med Brasil** 1999; 45(4): 364-70.

MASSIMO, Maria Fernanda. **Gênero e Sociabilidade no ciberespaço: o transfeminismo nas páginas online**. Belo Horizonte, 2019. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

MEHRA, Bharat. What is “LGBTQ+” Information? Interdisciplinary Connections. In: **LGBTQ+ Librarianship in the 21st Century: Emerging Directions of Advocacy and Community Engagement in Diverse Information Environments**, publicação on-line, v. 45, p. 15-47, abril de 2019. Disponível em https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/S0065-283020190000045002/full/html. Acesso em 07 de fevereiro de 2020.

MENDOS, Lucas Ramón. **State-Sponsored Homophobia 2019:** Global Legislation Overview Update (ILGA World). Geneva: Ilga, 2019. 178 p. Disponível em: <https://ilga.org/downloads/ILGA_World_State_Sponsored_Homophobia_report_global_legislation_overview_update_December_2019.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP, 2012.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, setembro de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200011. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos**. Tradução: Maricy Apparicio/UNAIDS Brasil. 2013. 68 p. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf. Acesso em 16 de abril de 2019.

PEREZ, Justin. Ranking Homophobia: Comments on the Spartacus International Gay Travel Index. **SPW Working Papers**, No. 9, October, 2014.

PÚBLICO. **Estudo científico comprova vantagem das atletas com excesso de testosterona**. Disponível em: https://www.publico.pt/2017/07/04/desporto/noticia/estudo-cientifico-comprova-vantagem-das-atletas-com-excesso-de-testosterona-1777909. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

PRECIADO, Paul Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002. Acesso em 15 de abril de 2019.

REESER, Jonathan C. **Gender identity and sport:** is the playing field level?, 2005. Disponível em https://bjsm.bmj.com/content/39/10/695. Acesso em 09 de abril de 2019.

SPARTACUS – Gay Travel Index 2019. Disponível em https://spartacus.gayguide.travel/blog/gay-travel-index-2019/. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

SUPERINTERESSANTE. **Guerra dos sexos**, 2003. Disponível em https://super.abril.com.br/ciencia/guerra-dos-sexos-2/. Acesso em 17 de abril de 2019.

SYKES, Heather. Transsexual and transgender policies in sport. **Women in Sport & Physical Activity Journal**; Spring 2006; v. 15, n. 1; ProQuest Research Library. Disponível em https://www.questia.com/library/journal/1G1-220135981/transsexual-and-transgender-policies-in-sport. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

UNFE – UNITED NATIONS FREE & EQUAL. **The history of LGBT rights at the UN**, 2014. Disponível em https://www.unfe.org/un-leaders-sport-stars-activists-join-forces-equality/. Acesso em 10 de abril de 2019.

TEETZEL, Sarah. The Onus of Inclusivity: Sport Policies and the Enforcement of the Women's Category in Sport**. Journal Of The Philosophy Of Sport**, [s.l.], v. 41, n. 1, p.113-127, 19 nov. 2013. Informa UK Limited.

UOL. **Ativistas falam da polêmica de Tiffany na liga feminina***:* "é achismo", 2018. Disponível em https://estilo.uol.com.br/noticias/redacao/2018/01/23/e-opiniao-e-achismo-ativistas-trans-comentam-a-polemica-de-tiffany-abreu.htm. Acesso em 12 de abril de 2019.

VIEIRA, Eli. Transexuais no esporte feminino: 5 motivos pelos quais as entidades do esporte estão passando o carro na frente dos bois, 2018. Disponível em https://blog.elivieira.com/esportrans/. Acesso em 17 de abril de 2019.

WILLIAMS, Rachel Anne. **Why it's fair for trans femme athletes to compete with women***,* 2018*.* Disponível em https://medium.com/@transphilosophr/why-its-fair-for-trans-athletes-to-compete-against-women-bb7a45ef1b42 . Acesso em 17 de abril de 2019.

Recebido em: *12 de dezembro de 2019*

Aceito em: *14 de janeiro de 2020*

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

PARÂMETROS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS PARA A REVISÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XXI

Historical and philosophical parameters for the revision of the Universal Declaration of Human Rights in the 21st century

Alex Lara MARTINS
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
alex.lara@ifnmg.edu.br

Regina Mendes de ARAÚJO
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
regina.araujo@ifnmg.edu.br

Resumo

Este ensaio expõe os desafios e os parâmetros para a revisão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo em vista torna-la adequada aos novos desafios éticos, jurídicos, sociais e existenciais do século XXI. Trata-se de uma tarefa complexa, que pode ser testada num modelo de simulação das Nações Unidas. Os objetivos deste trabalho envolvem tanto a retomada de marcos históricos que precederam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto a consideração de direitos difusos que surgem do debate sobre o conceito de minorias e das novas configurações sociais do século XXI. Esses direitos difusos podem colocar em litígio a noção de universalidade dos direitos humanos, a menos que se reconheçam os erros do argumento relativista.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Minorias. Simulação. Ética.

Abstract

This essay outlines the challenges and parameters for revising of the Universal Declaration of Human Rights in order to make it appropriate to the ethical, legal, social and existential challenges of the 21st century. This complex task can be tested in a United Nations simulation model. The objectives of this paper involve both the retaking of historical milestones that preceded the Universal Declaration of Human Rights, as well as the consideration of diffuse rights arising from the discussion on the concept of minorities and the 21st century social arrangements. These diffuse rights may challenge the very notion of the universality of human rights unless the mistakes of the relativist argument are admitted.

Keywords: Human Rights. Minoryties. Simulation. Ethics.

INTRODUÇÃO

Não está em disputa a ideia de que os Direitos Humanos devam ser universais e universalizáveis, isto é, válidos e ao alcance de todos. O que gera controvérsias é a decisão sobre quais são os direitos fundamentais dos seres humanos, onde e quando surgem os direitos universais, por que eles são deveres universais, como esses consensos podem ser alcançados, quais são os recursos jurídicos para a aplicação (se é que são aplicáveis) das regras estabelecidas, e como os direitos e deveres universais podem se sobrepor a costumes e valores específicos das diversas comunidades.

Esses são os tópicos de um debate necessário em nosso tempo. Há pelo menos três séculos, países e comunidades se reúnem na tentativa de estabelecer um acordo sobre os princípios e as ideais para a convivência pacífica e respeitosa entre os povos. Na seção 1, explicamos a origem e a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o documento mais importante produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em mais de 500 idiomas, a Declaração é o documento mais traduzido do mundo (ACNUDH, 2019) e, diga-se, a carta internacional de direitos mais longeva e abrangente produzida.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) criou-se uma comissão, presidida pela ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Eleonor Roosevelt, para confeccionar um documento onde seriam escritos os direitos que toda pessoa do mundo deveria ter. Na segunda seção, discutiremos o alcance universalista dos direitos humanos, observando os seus pressupostos filosóficos a partir da sátira de George Orwell aos sistemas autoritários do início do século XX. O pós-1945 foi marcado pela necessidade de democratização, descolonização, emancipação e luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. Essa comissão, formada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais, trabalhou no sentido de atender esses anseios num documento de consensos, embora ainda revelasse os dissensos das disputas políticas binárias da Guerra Fria.

A DUDH foi anunciada, em Paris, na 3ª Assembleia Geral da ONU, no dia 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217A, como norma comum que deveria orientar todos os povos e nações signatários[1]. O seu preâmbulo explicita a necessidade de se respeitar os princípios humanitários, isto é, o "ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações". Assinaram o documento 48 países de todas as regiões do planeta. Trata-se de uma declaração, sem o poder vinculativo das resoluções e dos tratados, embora se configure como o documento elementar para outros pactos e acordos internacionais, tais como (1) o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, (2) o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, (3) a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, (4) a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, (5) a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, (6) a Convenção sobre os Direitos da Criança; (7) a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esses tratados compõem o corpo do direito internacional dos direitos humanos. Juntamente com a DUDH, os dois pactos citados formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos (ACNUDH, 2015). Na terceira seção, apresentamos um panorama histórico dos novos regulamentos e tratados internacionais sobre direitos humanos.

Em dezembro de 2018, celebrou-se o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que pretendeu estabelecer os princípios gerais entre os povos, tais como a paz, a liberdade, a igualdade, a dignidade e o progresso. Temas de ética aplicada tão díspares como a bioética, a criminologia, a imigração, a internet, a mudança climática e a previdência social devem ser submetidos a discussões prévias, em espaços internacionais deliberativos, uma vez que as tomadas de decisão sobre estes tópicos possuem repercussões multilaterais. A longevidade e a capilaridade da DUDH denotam a sua importância como fundamento para qualquer discussão sobre cidadania no século XXI. Tornar-se fundamento não significa, necessariamente, que o seu edifício seja inabalável e dispense qualquer tipo de reforma.

O artigo 3º, por exemplo, afirma que "todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". O conceito fundamental deste artigo preliminar situa a vida humana nos lugares da condição e do critério para outros direitos: apenas um ser humano vivo pode gozar de liberdade, assim como a liberdade é o que torna a vida humana digna e significativa. Considerando este exemplo, a discussão entre os países passou a ser sobre o quanto de liberdade e quais tipos de liberdade são necessários para assegurar a humanidade das pessoas? Algumas vezes, a liberdade irrestrita colide com outros direitos fundamentais, igualmente importantes, como a segurança e os valores comunitários. Tendo em vista as novas configurações sociais, regionais ou transnacionais, de culturas globalizadas, imersas

[1] São signatários da DUDH: Afeganistão, Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Birmânia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Islândia Índia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Paquistão, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Tailândia, Suécia, Síria, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela. Nações que se abstiveram: Checoslováquia, Polônia, Arábia Saudita, União Soviética, Bielo-Rússia, Ucraniano, África do Sul, Iugoslávia. Não votaram: Honduras e Iêmem. No início da Guerra Fria, os países do bloco soviético alegaram, para justificar a abstenção, que a DUDH não tinha o vigor suficiente para condenar os regimes fascista e nazista.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

em redes de tecnologias, numa complexa teia de novos valores e anseios, a quarta seção deste artigo esboça os desafios e os parâmetros para se requerer de órgãos como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) a revisão da DUDH para contextualizá-la ao século XXI e atender os novos anseios sociais. A revisão não deve ser apenas terminológica ou filosófica, mas responder aos desafios éticos e morais da implementação prática em diversos os setores das sociedades.

1 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Ao longo da história da humanidade os povos procuraram criar leis e tratados para organizar a convivência das diversas civilizações. Nesse sentido, lançaremos o olhar sobre alguns momentos da história quando se verificaram as primeiras preocupações com a organização de direitos que atendessem a todos.

Na Antiguidade, por volta de 539 a. C, o rei da Pérsia gravou em um cilindro de barro, após a conquista da Babilônia, um tratado considerado o primeiro documento que trata do Direito do Homem. O Cilindro de Ciro (fig. 1), como ficou conhecido, estabeleceu a libertação dos escravos da Babilônia, declarando a igualdade racial e que todos eram livres para escolher a sua própria religião (GUIMARÃES, 2010).

Figura 1: O Cilindro de Ciro



Fonte: THE ECONOMIST, 2013. Atualmente o Cilindro de Ciro encontra-se no British Museum em Londres.

Nos séculos V e IV a.C. as primeiras experiências democráticas dos atenienses já demonstravam uma preocupação sobre o direito dos cidadãos de expressarem suas ideias livremente e participarem das decisões da coletividade. Nas assembleias, que ocorriam em praça pública, os cidadãos atenienses escolhiam os responsáveis por garantir a execução das deliberações, baixavam decretos e designavam os membros da câmara de justiça. Por meio da votação de maioria simples, "todos" participavam das tomadas de decisões e possuíam o direito de fazer o uso da palavra (STAR, 2005). Cabe lembrar que apenas os homens atenienses, adultos e livres eram considerados cidadãos. As mulheres, os escravos e os

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

estrangeiros estavam excluídos das tomadas de decisões. Elizabeth Fonseca Guimarães observa:

> O exemplo ateniense evidencia o caráter histórico dos direitos humanos: a sociedade que respeita a vontade geral da maioria dos cidadãos, que têm a liberdade de se manifestar publicamente pela palavra de forma direta em assembleia é, também, aquela que se assenta sobre o trabalho escravo e exclui a participação das mulheres das decisões da comunidade, entre outras questões atualmente inadmissíveis (GUIMARÃES, 2010, p. 98).

Já na Idade Média, a Carta Magna Inglesa, de 1215, assinada pelo rei João Sem Terra (John Lackland), se apresenta como o primeiro documento constitucional a expressar o descontentamento com as estruturas de poder estabelecidas na época e a necessidade da garantia de direitos como a liberdade pessoal, a propriedade privada e a participação nas decisões. No documento, evidencia-se a preocupação com a sujeição ao poder do rei e a busca pelas liberdades individuais dos súditos. Considerada como a baliza para a monarquia constitucional inglesa, a Carta Magna destaca-se historicamente como precursora dos direitos humanos "por sua representatividade, em si mesmo, e pela trajetória em defesa de direitos fundamentais que deveriam ser resguardados e que o Estado não poderia desrespeitar ou ignorar" (GUIMARÃES, 2010, p. 100).

No século XVII concebeu-se a Petição de Direitos. Elaborada por lordes espirituais, temporais e comuns, a Petição tinha o objetivo de conter os excessos e estabelecer limites ao reinado de Carlos I. Detenções arbitrárias a opositores políticos levaram à insatisfação do parlamento inglês, que, em contrapartida, impôs ao monarca a assinatura do documento estabelecendo que nenhum tributo poderia ser cobrado sem o consentimento do parlamento. Além disso, a Lei Marcial não poderia ser utilizada em tempo de paz e nenhum súdito seria preso sem motivo aceitável. Ainda buscando limitar as ações dos reis, os ingleses, anos mais tarde, editaram a Declaração ou Carta de Direitos (*Bill of Rights*). Em 1688, o trono era ocupado por Jaime II, rei católico que governava de forma autoritária, representando uma ameaça para os protestantes. O sobrinho-genro do rei juntou-se a sete lordes ingleses, que invadiram a Inglaterra e destronaram Jaime II. Esse acontecimento ficou conhecido como a Revolução Gloriosa.

Antes de Guilherme e sua esposa Maria II serem coroados, o Parlamento impôs a eles a assinatura da *Bill of Rights*, que limitou as ações do monarca e significou uma advertência para evitar que "[...] se reproduzam os atentados contra 'a religião, direitos e liberdades', no país" (ALTAVILA, 1989, p. 289). Portanto, a declaração foi elaborada pelo parlamento a fim de evitar os mesmos abusos cometidos pelo rei anterior, protegendo o povo, os súditos e o país. De acordo com Guimarães, de meneira geral, eles foram "resguardados dos abusos da coroa e os direitos à liberdade de expressão e à propriedade privada estendidos a todos" (GUIMARÃES, 2010, p. 102).

A *Bill of Rights* inspirou, no século XVIII, a independência dos Estados Unidos. Segundo Aldy Mello de Araújo Filho (1998), a carta aflorou o desejo de liberdade presente entre os colonizados e abriu espaço para discussões até então impossíveis. Nesse sentido, concebeu-se, em 12 de junho de 1776, a Declaração de Direitos da Virgínia (*The Virginia Declaration of Rights*), considerada a primeira declaração dos direitos humanos da era moderna. Ela traz alguns avanços consideráveis, por exemplo, ao determinar em seu primeiro artigo que os

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

direitos são "certos, essenciais e naturais". Enquanto os outros documentos procuravam apenas estabelecer limites ao poder do rei, essa declaração tornou matéria constitucional os direitos concebidos, que passaram a ser inquestionáveis e irrevogáveis (GUIMARÃES, 2010, p. 103).

Além da influência dos documentos anteriores, percebe-se na Declaração de Direitos da Virgínia a presença dos ideais iluministas. O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu na Europa no século XVIII. Este movimento defendia o uso da razão contra o Antigo Regime e pregava maior liberdade política e econômica. Filósofos e filósofas como Jean-Jacques Rousseau, John Locke e Mary Wollstonecraft defendiam, respectivamente, os direitos naturais da liberdade e vontade popular, a tolerância e a propriedade privada, e o direito universal à educação. Wollstonecraft aproveitou o influxo da Revolução Francesa para reivindicar uma sociedade igualitária em relação aos sexos. Surgia aqui uma discussão sobre os direitos naturais (essenciais) do ser humano, que não poderiam ser trocados nem retirados, independente da circunstância, isto é, ter nascido homem ou mulher (WOLLSTONECRAFT, 2015).

As influências iluministas se estenderam à declaração de Independência dos Estados Unidos em 4 de julho de 1776. Assim como a Declaração de Direitos da Virgínia, o documento estabeleceu a emancipação das 13 colônias defendia a vida, a liberdade, a felicidade, a segurança e a propriedade enquanto direitos inalienáveis. Enquanto isso, a França revolucionária provava, em 26 de agosto de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que refletia os ideais iluministas e rejeitava o controle absoluto do poder pelo rei ao propor a tripartição dos poderes em legislativo, judiciário e executivo, tal como propunha o barão de Montesquieu. Assim como os documentos produzidos nos Estados Unidos, a ideia do ser humano portador de direitos naturais e imprescritíveis aparece novamente. Segundo Elizabeth Fonseca Guimarães,

> [o] preâmbulo do documento francês, assim como o da Declaração da Independência dos Estados Unidos, concebe a felicidade como um objetivo a ser alcançado por todos. Além disso, carrega consigo toda a influência dos documentos ingleses que a antecederam, principalmente da Carta Magna de 1215, da Petição de 1628 e do *Bill of Right*, de 1689, que já delineavam uma postura liberal expressa nas limitações do poder do rei (GUIMARÃES, 2010, p. 104).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi um marco na busca pelo direito absoluto à liberdade. Além disso, este documento expandiu o próprio conceito de direito humano. O texto propunha "a igualdade dos cidadãos", "a livre comunicação das ideias e das opiniões" e o respeito às "opiniões religiosas". Ele serviu de referência aos novos documentos e movimentos com propostas semelhantes na Europa e na América Latina que ocorreram posteriormente. (GUIMARÃES, 2010).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Quadro 1: As declarações de direitos humanos pré-DUDH

Documento	Data	Motivação	Objetivo
Cilindro de Ciro (Pérsia)	539 a.C	Desorganização social e mudança de governo	Garantia de liberdade religiosa e igualdade étnico-racial.
Carta Magna (Inglaterra)	1215	Violação de costumes e leis (contra o Rei)	Independência eclesiástica, direito à herança e à propriedade, diminuição de impostos.
Paz de Augsburgo (Império Germânico)	1555	Reforma Protestante e Contrarreforma Católica	Estabelecimento da tolerância religiosa dos súditos em relação à religião do Governante.
Petição de Direitos (Inglaterra)	1628	Política econômica impopular do Rei, e prisões arbitrárias	Reforma fiscal, *habeas corpus* e medidas contra guerras.
Tratado de Westfália (Europa Central)	1648	Surgimento do Direito Internacional	Fim de conflitos e reconhecimento do princípio de soberania nacional.
Carta de Direitos (Inglaterra)	1689	Mudança de dinastia e insatisfação popular	Liberdade e limitação do poder Real
Declaração de Direitos da Virgínia (França)	1776	Colonização	Independência nacional, liberdade e segurança
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França)	1789	Monarquia absolutista e privilégios do clero	Liberdade, igualdade, propriedade, segurança, e resistência à opressão
Primeira Convenção de Genebra (16 países europeus)	1864	Desrespeito e desonra em momentos de guerra	Tratamento médico de soldados em combate
Declaração Universal dos Direitos Humanos (48 países/seis continentes)	1948	Segunda Guerra Mundial	Princípios universais racionalmente estabelecidos, resolução pacífica de conflitos

Fonte: Elaborado pelos autores.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Todos os movimentos que se desenvolveram ao longo do século XIX, os princípios e as características da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão influenciaram a escrita Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada em 1948.

Além dos prejuízos materiais, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) deixou ao mundo perdas morais e humanitárias irreparáveis. Os países atingidos tiveram que se reerguer. Entre vencedores e vencidos, surgiu a preocupação de garantir que conflitos como aquele não ocorressem novamente. Com esse espírito pacificador, em 20 de junho de 1945, inicialmente com 51 estados-membros, a ONU foi criada. Estabeleceram-se medidas com o objetivo de garantir à população alguma condição mínima de humanidade, que o terror da guerra havia retirado. Nesse processo de busca pela dignidade humana, pela promoção do diálogo e pelo estabelecimento da cultura de paz, formou-se a comissão, referida anteriormente, para confeccionar a DUDH, anunciada três anos depois, na 3ª Assembleia Geral da ONU, realizada em Paris.

Para além da repulsa às barbáries cometidas pelas ações ditatoriais durante a guerra, a DUDH resulta da necessidade de humanização das relações sociais. À Declaração de 1948 coadunam as aspirações necessárias à dignidade humana. Até hoje ela é o referencial para o combate contra a tirania, a desigualdade, as ameaças de paz e tudo aquilo que nos coloca em risco enquanto seres humanos.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 2: Documento adotado na AGNU, Paris, 1948.



Fonte: ACNUDH, 2019.

2 DIREITOS DE TODOS OU APENAS DOS PODEROSOS?

No clássico **A Revolução dos bichos** (*Animal Farm*), George Orwell satiriza os regimes autoritários do século XX. Liderados por porcos, os animais de uma fazenda expulsaram os humanos que os exploravam, de modo a construir um novo tipo de sociabilidade, pautado na igualdade entre os animais. Após a Revolução, os líderes, que eram letrados e inteligentes, escreveram os mandamentos fundamentais da granja em um letreiro:

1. Qualquer coisa que ande sobre duas pernas é inimigo.
2. Qualquer coisa que ande sobre quatro patas, ou tenha asas, é amigo.
3. Nenhum animal usará roupas.
4. Nenhum animal dormirá em cama.
5. Nenhum animal beberá álcool.
6. Nenhum animal matará outro animal.
7. Todos os animais são iguais (ORWELL, 2007, p. 27-28).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Para que todos compreendessem as leis, os porcos ordenaram às ovelhas que resumissem tudo a "quatro pernas bom, duas pernas mau" e repetissem este lema incessantemente, numa espécie de *marketing* político de propagação de ideologias. Em seguida, os mandatários distribuíram funções para os outros animais. Não tardou para que os porcos quebrassem as próprias regras: eles passaram a andar sobre duas patas, usar roupas, dormir em cama, beber álcool e, às vezes, matar outro animal. Então decidiram mudar as regras universais:

> 4. Nenhum animal dormirá em cama **com lençóis**.
>
> 5. Nenhum animal beberá álcool **em excesso**.
>
> 6. Nenhum animal matará outro animal **sem motivo** (ORWELL, 2007, p. 93).

Nos regimes de exceção não existe segurança jurídica, isto é, os cidadãos têm suspensos os direitos e as garantias constitucionais e universais. As exceções valem mais que as regras e justificam as ações dos governantes. Em compensação, o poder passa a ser concentrado, autoritário, desregulado. O regime político dos porcos se tornou tão ruim quanto o dos humanos. Os cachorros oprimiam. As ovelhas entoavam e repetiam que os de quatro patas eram bons, mas os de duas patas eram melhores. Confusos e oprimidos, os animais trabalhadores buscaram os seus direitos. Contudo, no letreiro se podia ler, então, apenas uma lei: "7. Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros" (ORWELL, 2007, p. 135).

O problema desta última regra consiste em estabelecer um princípio de igualdade ("todos os animais são iguais") que diferencia entre quem detém e quem não detém direitos, isto é, quem possui menos ou mais igualdade. É como se o direito universal valesse apenas para um grupo de indivíduos, a saber, ironicamente, os responsáveis por indicar quem pertence e quem está fora deste grupo. Uma ocorrência do mesmo paradoxo acontece quando ouvimos a seguinte frase: "Direitos humanos para humanos direitos". Quem diz isso tem a intenção de qualificar quem pode e quem não pode estar coberto por direitos. Segundo essa opinião, os direitos humanos pertencem apenas a uma classe de indivíduos. Para o restante, para aqueles que não se comportam da maneira correta ou da maneira esperada, nenhum direito é garantido.

Os porcos da sátira de Orwell diziam: *todos têm direitos iguais, desde que…* A opinião citada afirma: *todos têm direitos humanos, desde que…* Em ambas as frases, o primeiro erro se localiza na posição de fala: em geral, quem diz coisas como essas se coloca na classe de indivíduos que pretendem deter os direitos. São os porcos que dizem que os próprios porcos são "mais iguais que os outros". São os humanos que se consideram "direitos" que dizem que apenas os próprios "humanos direitos" merecem proteção. Ambos excluem, segregam e oprimem com o objetivo de manter a sua classe imune ao perigo de viver em um mundo sem garantias legais. O mesmo vale para quem discrimina entre os "cidadãos de bem" e os demais.

O segundo erro ocorre quando se estabelece uma condição extra à regra geral. Inicialmente, para se ter o direito à igualdade, bastava que o indivíduo da granja fosse um animal. Do mesmo modo, para se ter o direito humano, basta que o indivíduo seja um humano. Este é o critério que utilizamos, inclusive, para tratar outros animais. Nada mais deve ser exigido. Não importam as características subjetivas, por exemplo, se o indivíduo anda sobre duas patas ou é careca, ou torce para o Cruzeiro ou é vegano ou cometeu algum crime, mesmo que

todas essas características e comportamentos infrinjam e contrariem as leis civis e a moralidade estabelecidas por uma comunidade.

O terceiro erro tem a ver com a confusão entre as leis fundamentais e as leis ordinárias. As primeiras são compostas por princípios gerais, incondicionais, imutáveis e inalienáveis. Elas valem para todos, sem distinção, não mudam e não podem ser perdidas nem doadas. As constituições democráticas as chamam de cláusulas pétreas e as referem a direitos individuais e coletivos especiais. A proibição da tortura e da escravidão, por exemplo, são cláusulas fundamentais. As leis fundamentais estão acima das leis ordinárias. Isso significa que o direito ordinário que oferece aos indivíduos liberdade de expressão é menor e restrito do que a qualicação do ser humano como fundamentalmente livre. Dizer que a tortura e o tratamento desumano possam ser realizados contra humanos "que não são direitos" relativiza as cláusulas pétreas. Por isso, alguns códigos penais restringem a liberdade de expressão, considerando criminosa (apologia ao crime) a opinião favorável à tortura. Esta hierarquia de direitos está consagrada na DUDH. A dignidade humana deve ser entendida como um "valor nuclear" do ordenamento jurídico, em torno do qual gravitam os outros direitos. Nesse sentido, a dignidade humana é um supraprincípio, a partir do qual leis ordinárias podem ou não fazer sentido (ROCHA, 2014, p. 6).

O último erro revela o perigo da relativização das leis fundamentais. Quando os humanos, na fábula de Orwell, oprimem os animais da granja, a superioridade da raça humana parece justificar leis que protegem os humanos e prejudicam os outros. Quando os porcos assumem o poder, a superioridade da raça porcina parece justificar leis que protegem os suínos e prejudicam os outros. O que se quer dizer é: se não há garantias para todos, o tempo todo, então até os indivíduos que estão no poder se sujeitam, em algum momento, a não terem os seus direitos protegidos. Nesse sentido, a contradição em defender a tortura para quem não se comportou como um "humano direito" é que o defensor da tortura, por ter cometido um crime (apologia ao crime), deve estar disposto a ser torturado, já que o seu comportamento criminoso não está adequado nem humanizado. Por outro lado, não há contradição em defender que ninguém deva ser torturado, sejam aqueles que se enquadrem ou aqueles que não se enquadrem na categoria "humanos direitos". Quem defende isto inclui a si mesmo, sempre, debaixo do guarda-chuva dos direitos.

Estamos esclarecendo estas questões para fundamentar a discussão sobre a revisão da DUDH. Como forma de superar os quatro erros e dificuldades apontados anteriormente, resumiremos a seguir, os pontos de consenso inicial para uma a proposta de revisão da DUDH. Esperamos que a revisão ocorra nos parlamentos de organizações como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humaos (ACNUDH):

1º A reflexão sobre direitos humanos não é apenas sobre si, mas sobre o ponto de vista do outro sobre si mesmo. O movimento de colocar-se em lugar de outrem, experimentando a empatia, é essencial para buscarmos máximas de ação e princípios éticos transversais, que não resultem da soma de pontos de vista, mas que revelem a complexidade humana sem excluí-la.

2º A defesa dos direitos humanos é irrestrita. Portanto, ela tende a superar o julgamento sobre as características e comportamentos individuais. Só existe garantia de direitos humanos para um indivíduo se este for capaz de defender os mesmos direitos para os outros, independente do contexto.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

3º Existe uma hierarquia de direitos. Princípios como a dignidade humana estão consagrados no núcleo da DUDH e orientam as outras regras. O respeito, a solidariedade e a fraternidade são condições para as outras normas e protegem os cidadãos do arbítrio do poder estatal.

4º Os direitos humanos possuem caráter universalista, portanto tendem a superar interesses de classe (de maiorias), barreiras e algumas diferenças culturais. Ela tende a ser cada vez mais inclusiva e globalizante. Daí a necessidade de se estabelecer os parâmetros para a inclusão e um sistema de responsabilidades em relação à integralidade de direitos das gerações futuras.

O ACNUDH possui escritórios em todas as regiões do planeta. Esse organismo foi fundado em 1993 com o objetivo de promover e proteger os Direitos Humanos ao redor do mundo, conforme normas e tratados internacionais. Ele atua na promoção da cooperação e do diálogo entre governos, instituições e sociedade civil, oferecendo assistência técnica e capacitação para a criação de observatórios, realização de pesquisas, organização de fóruns e divulgação de informações a respeito dos direitos humanos. Dentro do organograma das Nações Unidas, o ACNUDH está vinculado ao Secretariado do Conselho de Direitos Humanos (CDH) e possui escritórios em todas as regiões do mundo. De tempos em tempos, este organismo promove a Revisão Periódica Universal (RPU), buscando adaptar, ampliar e reinterpretar alguns artigos das cartas de regulam os Direitos Humanos. As ações do ACNUDH são garantidas por Pactos e Acordos Internacionais estabelecidos após a DUDH. Tratamos dos principais documentos a seguir.

3 REGULAMENTOS E TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

A comunidade internacional, diante das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), reconheceu a necessidade da proteção dos direitos humanos. Nas palavras de Fábio Konder Comparato:

> após três lustros de massacres e atrocidades de toda sorte, iniciados com o fortalecimento do totalitarismo estatal nos anos 30, a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da história, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio a aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos (COMPARATO, 2005, p. 54).

Dessa forma, o pós-guerra, conforme Noberto Bobbio, marca o início da "Era dos Direitos", pois "somente depois da 2ª Guerra Mundial é que esse problema passou da esfera nacional para a internacional, envolvendo – pela primeira vez na história – todos os povos" (BOBBIO, 2004, p. 49). Em sua evolução, os direitos humanos nascem como direitos universais que, ao longo do tempo, "desenvolvem-se como direitos positivos particulares". A partir deste fenômeno, são incorporados às constituições nacionais os princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos "para finalmente encontrar a plena realização como direitos positivos universais" (BOBBIO, 2004, p. 30).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Destaque-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos em 2018, não cristalizou os seus 30 artigos. Existe a necessidade de avanços. Outros documentos, ao longo desses anos, foram produzidos com o propósito de reforçar o combate a opressão, a tirania e a desigualdade, incorporando-se novos princípios e valores vinculados a novas formas de sociabilidade. Etienne-Richard Mbaya (1997) observa que a ONU passa por um processo de evolução, com destaque para os seguintes objetivos:

> precisar e elaborar o teor real das normas; tornar mais claras as obrigações dos Estados correspondentes a tais normas; estabelecer mecanismos de controle da execução dos direitos humanos pelos Estados; estabelecer procedimentos que permitam reagir contra as violações; descobrir as ligações entre os direitos humanos e os outros problemas fundamentais da comunidade mundial, tais como o desenvolvimento e a busca da paz (MBAYA, 1997, p. 19).

Nessa busca por evolução, após duas décadas de debates e tentativas de consenso, os Estados membros da ONU aprovaram dois pactos: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos que entrou em vigor em março de 1976, e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais que passou a vigorar a partir de janeiro de 1976. Os dois pactos deram obrigatoriedade jurídica a muitas das disposições presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos foi complementado por dois protocolos facultativos. Esses protocolos ampliaram determinadas disposições ao estipular o direito de petição individual, ou seja, a possibilidade de particulares apresentarem denúncias. Além disso, este documento defende a abolição da pena de morte, em consonância com o princípio de preservação da vida. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais estabeleceu que seus membros devem trabalhar para a concessão de direitos econômicos, sociais e culturais, em benefício das pessoas físicas, incluindo os direitos ao trabalho, à saúde, à educação e a um padrão de vida adequado. A reunião dos Pactos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com os protocolos facultativos formam a Carta Internacional de Direitos Humanos (*International Bill of Rights)*.

Além dos pactos citados, realizaram-se Convenções contra as discriminações, com destaque para a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, a Convenção Americana relativa aos Direitos Humanos, a Declaração de Bangkok, a Convenção internacional sobre os direitos da criança, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, entre outros (Quadro 2).

Quadro 2: Principais tratados internacionais pós-DUDH no século XX.

Tratados	Ano	Países signatários
Convenção Europeia dos Direitos Humanos	1950	Conselho da Europa

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	1965	França, Egito, Argélia, Rússia, Guatemala, Burkina, Romênia, Togo, China, Paquistão, Dinamarca, Índia, Brasil, Colômbia, Tanzânia, Estados Unidos, Grécia, Reino Unido
Convenção Americana relativa aos Direitos Humanos	1969	Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente, São Cristóvão, Suriname, Trinidad e Tobago, Estados Unidos, Uruguai, Venezuela
Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	1975	Mais de cinquenta países que ratificaram a convenção, o fizeram sujeito a certas declarações, reservas e objeções, incluindo 38 países que rejeitaram o artigo aplicação 29, que trata de meios de resolução de litígios relativos à interpretação ou aplicação da convenção. Os Estados Unidos e Palau assinaram, mas não ratificaram o tratado.
Convenção internacional sobre os direitos da criança	1989	Todos os membros da ONU com exceção dos Estados Unidos.
Declaração de Bangkok	1993	Bahrein, Bangladesh, Butão, Brunei, China, Chipre, Coreia do Norte, Fiji, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Kiribati, Kuwait, Laos, Malásia, Maldivas, Mongólia, Mianmar, Nepal, Omã, Paquistão, Nova Guiné, Filipinas, Coreia do Sul, Samoa, Cingapura, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Síria, Tailândia, Emirados Árabes, Vietnã.
Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	1998	África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundia, Cabo Verde, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djbouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Gâmbia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malauí, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Níger, Quênia, República Centro Africana, República Democrática Congo, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, São Tomé e Príncipe, Tanzania , Togo, Tunisia, Uganda, Zimbabué, Zâmbia.

Fonte: Elaborado pelos autores

4 DESAFIOS PARA A REVISÃO DA DUDH

A Carta Internacional de Direitos Humanos é uma ferramenta de proteção universalista, estruturada por uma ética deontológica. A ética deontológica consiste em estabelecer regras gerais de ação que são, ao mesmo tempo, individualmente livres e coletivamente obrigatórias.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Elas são livres porque se realizam por meio de um sentimento individual de dever e responsabilidade, independente das consequências que a ação produza e dos meios socioambientais que a ação motiva. E são obrigatórias porque deliberadas conforme o princípio da razão, segundo o qual a ação correta é aquela que pode ser transformada em regra ou máxima universal. Esta universalização ocorre antes em função de o indivíduo privilegiar a posição de um outro agrupamento social do que da imposição de sua própria visão de mundo. O privilégio à alteridade, fundamentado no respeito entre os povos, é a principal alternativa da ONU para atingir o seu principal objetivo, a saber, a paz entre as nações.

Alguns críticos deste posicionamento ético alegam que os direitos humanos são uma invenção do Ocidente para fazer prevalecer os seus valores sobre outras culturas. Ainda mais quando compreendemos a história do colonialismo e do evangelismo ocidental sobre as Américas, a Ásia e a África. Esses fatos fazem com que países não-ocidentais desconfiem dos modelos universalistas propostos. Portanto, a primeira barreira para a efetivação da universalidade é o relativismo cultural, teoria segundo a qual os comportamentos só podem ser julgados a partir de uma perspectiva interna à própria cultura que produziu um indivíduo com determinado comportamento.

Quando um aborígene, que jamais teve contato com a civilização, sacrifica um recém-nascido com deficiência física, devemos considerar esta ação um atentado contra a vida (art. 3º) ou respeitar o princípio de autodeterminação dos povos (art. 27)? É possível julgar este comportamento como sendo eticamente reprovável ou devemos nos abster de qualquer juízo de valor sobre ações de outras culturas? Os relativistas culturais argumentam que o conceito de "vida digna" pode variar culturalmente. O infanticídio pode ser interpretado de outro modo, segundo a cultura indígena local, como uma prática que tem em vista evitar, justamente, que a criança sofra e não consiga viver dignamente, já que a deficiência física inviabilizaria as vivências necessárias dentro da floresta. Afinal de contas, como a própria ONU alega em sua Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a preservação da diversidade cultural e patrimonial é um requisito para a dignidade: o Taj Mahal, as pirâmides do Egito e os sítios arqueológicos no Irã são expressões de cultura local tanto quanto o Coliseu romano, mas protegê-los a todos significa também garantir dignidade para toda a humanidade. Do mesmo modo, a preservação das florestas da Amazônia e da Austrália, das calotas polares da Antártida e da biodiversidade genética interessam a todos e não apenas aos habitantes locais. É preciso encontrar o equilíbrio, portanto, entre as necessidades internacionais e globalizantes e a legitimidade nacional e multicultural, ainda mais quando se tratar de projetos globais que afetam direitos ambientais de gerações futuras. De fato, as ameaças ambientais globais colocam-nos o desafio de estabelecer, em conjunto, um novo paradigma civilizacional, sob a pena de extinção da própria espécie humana (BOFF, 2003, p. 69).

Durante a preparação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em 1993, autoridades de países asiáticos propuseram a Declaração de Bangkok (Quadro 2), em que reafirmaram o seu compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Apesar disso, a Declaração de Bangkok enfatizou a necessidade de respeito à autodeterminação e não-interferência externa, exigindo maior ênfase aos direitos econômicos, sociais e culturais – em particular, colocando o direito

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

ao desenvolvimento econômico acima dos direitos civis e políticos. A Declaração de Bangkok é considerada uma expressão marcante dos valores asiáticos e é vista como uma crítica ao universalismo dos direitos humanos, na medida em que pretende promover outro tipo de equilíbrio entre os direitos – no caso da DUDH, os direitos civis e políticos são tão importantes quanto os direitos econômicos. Países de maioria muçulmana alegam que a DUDH apresenta uma visão judaico-cristã de mundo, sendo incompatível com as leis da Sharia, que reúne as regras religiosas do Islã, por exemplo, no que diz respeito à função de mulheres dentro do pacto social e à liberdade de expressão (que pode ser invocada para dissimular a blasfêmia, tal como foi interpretada a sátira do Charlie Hebdo).

A segunda barreira à implementação dos direitos humanos no século XXI possui caráter histórico. De acordo com Boaventura de Souza Santos:

> Enquanto a primeira geração de direitos humanos (os direitos cívicos e políticos) foi concebida como uma luta da sociedade civil contra o Estado, considerado como o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos culturais, da qualidade de vida etc.) pressupõem que o Estado é o principal garante dos direitos humanos (SANTOS, 1997, p. 12-13).

Como não se trata mais de uma prioridade para o Estado (pelo menos não tanto quanto as prioridades econômicas), a defesa dos direitos humanos foi relegada a Organizações Não-Governamentais (ONGs), as quais, por protegerem indivíduos muitas vezes marginalizados, são igualmente marginalizadas, por exemplo, quando escutamos alguém dizer equivocadamente que os ativistas de direitos humanos apenas defendem criminosos e minorias. Apesar disso, essas organizações possuem grande importância por revelar experiências e anseios escondidos sob o aparato oficial dos governos. Por exemplo, a Anistia Internacional publica um relatório anual denominado **O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**, que ranqueia os países por meio de diferentes critérios de preservação de direitos e, diga-se, da própria noção de Estado (Democrático) de Direitos.

Minorias não são definidas quantitativamente. A Paz de Augsburgo (1555, ver Quadro 1) foi o acordo histórico que reivindicou os direitos das minorias (maior parte da população) em relação à liberdade de cultos religiosos, mesmo que fossem diferentes da religião do Soberano. Com um significado muito mais amplo, a ONU redigiu a Carta de Paris (1990), que tratou da necessidade de proteção religiosa, linguística e cultural das minorias, culminando na criação do Alto Comissariado para as Minorias Nacionais. Este organismo identificou casos de criminalização de minorias: 35% dos países membros da ONU (70 de 193) criminalizam, em algum grau, a relação homoafetiva, dos quais 3 criminalizam a apologia (propaganda), 15 o ato sexual, 24 o denominam sodomia, 30 instituem o crime contra a natureza e 17 instituem o crime contra a moralidade (Figura 2). As punições variam entre multa, detenção, prisão perpétua e a pena capital, prevista nos seguintes países: Afeganistão, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes, Irã, Iraque, Iêmen, Mauritânia, Nigéria, Paquistão, Síria, Somália e Sudão.

Em relação ao continente africano, elaborou-se, em 1998, o dispositivo internacional de proteção aos direitos fundamentais, civis e sociais, incluindo a proteção à minorias e à saúde física e moral (art. 18). Com exceção do Sudão do Sul, todos os países africanos assinaram, ratificaram e depositaram a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos,

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

> [r]econhecendo que, por um lado, os direitos fundamentais do ser humano se baseiam nos atributos da pessoa humana, o que justifica a sua proteção internacional, e que, por outro lado, a realidade e o respeito dos direitos dos povos devem necessariamente garantir os direitos humanos [...]. Conscientes do seu dever de libertar totalmente a África cujos povos continuam a lutar pela sua verdadeira independência e pela sua dignidade, e comprometendo-se a eliminar o colonialismo, o neocolonialismo, o apartheid, o sionismo, as bases militares estrangeiras de agressão e quaisquer formas de discriminação, nomeadamente as que se baseiam na raça, etnia, cor, sexo, língua, religião ou opinião política (ACHPR, 1998).

O último desafio para a revisão da DUDH está ligado à estrutura jurídica do direito internacional. No âmbito doméstico, o Estado é o fiador do direito e a autoridade que garante a ordem jurídica, conformando os limites da cidadania ao sistema de legitimidade da maioria, por exemplo, numa democracia representativa, ou ao puro arbítrio, em estados autocráticos. No plano internacional, conforme nos lembra Rezek (2011), não existe uma autoridade superior capaz de punir e garantir a ordem jurídica, mas interesses convencionados de modo horizontal, pautados no princípio da soberania nacional. Sobre qual princípio repousam os ordenamentos internacionais, além da boa-fé de quem os assina e ratifica? A questão gira em torno de decidir o grau hierárquico normativo dos direitos humanos universais sobre os ordenamentos jurídicos nacionais (MAUTONE JUNIOR; SOUZA, p. 78).

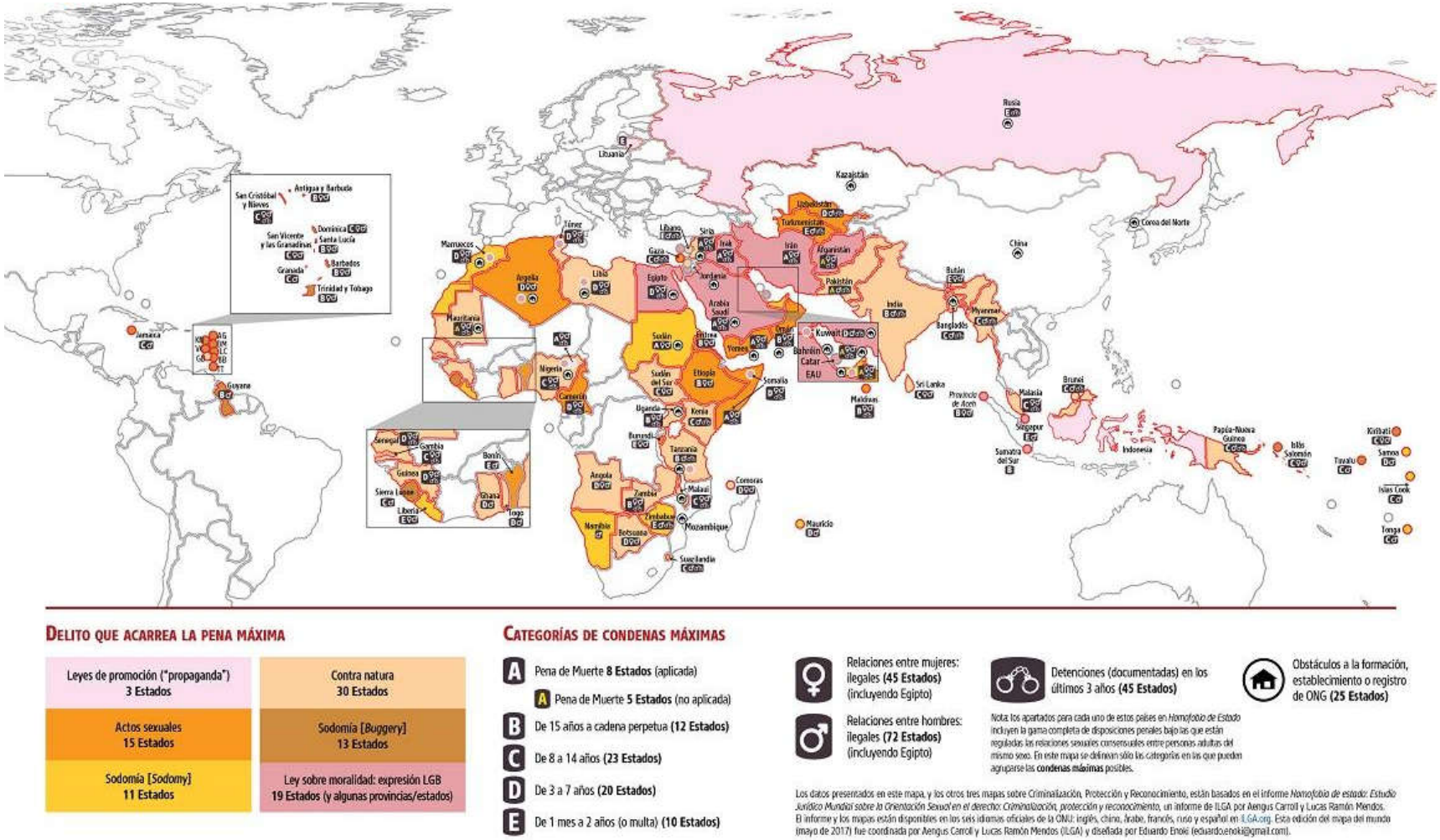
No caso do Brasil, por exemplo, a Constituição Federal rege, em seu artigo 4º, os princípios das relações internacionais, baseados em ordenamentos internacionais, especialmente a Carta de Direitos Humanos. Os princípios são a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

A revisão da DUDH para o século XXI deverá pautar-se em alguns parâmetros: (1) Fundação de uma ética planetária: a reelaboração de preceitos teóricos ecocentrados. (2) Hierarquia e equilíbrio de direitos: Princípios de dignidade humana, direitos individuais, direitos difusos e direitos coletivos (Quadro 3). (3) Construção de soluções multiculturais para os Direitos Humanos, como maneira de garantir a sua aplicação em diferentes contextos culturais, incluindo-se a responsabilidade com as gerações futuras. (4) Universalidade da DUDH: seja a busca por consensos mínimos e razoáveis, seja a aplicação de em *ethos* considerando os princípios da globalização.

Entre as pautas de discussão, os componentes econômicos, financeiros e tecnológicos poderão prevalecer sobre os componentes éticos, sociais e econômicos. Vale discernir se a universalização dos direitos humanos caminha no mesmo sentido da globalização da economia e das finanças mundiais, de modo a considerar como as velhas e as novas desigualdades sociais e econômicas que estão surgindo no mundo inteiro.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 3: Leis de criminalização da orientação sexual no mundo (em espanhol).



Fonte: ILGA, 2017. Disponível em https://ilga.org/downloads/2017/ILGA_WorldMap_SPANISH_Criminalisation_2017.pdf

Quadro 3: Resumo dos artigos da DUDH e questões relevantes

Artigos	Descrição	Questões
Preâmbulo	Causas históricas e sociais que levaram à necessidade de redigir a Declaração.	Quais são as novas necessidades do s. XXI?
1-2	Conceitos básicos de dignidade, liberdade, igualdade e fraternidade.	A demanda por segurança pode modificar a hierarquia de direitos? Seria a definição de vida do art. 1º adequada (cientificamente, culturalmente) ao nosso tempo?
3-5	Outros direitos individuais, como o direito à vida, à segurança e a proibição da escravidão e da tortura.	A pena de morte e a criminalização do aborto podem estar em contradição com o princípio da vida?
6-11	Legalidade fundamental dos direitos humanos com os remédios para sua defesa quando violados.	É possível estabelecer os Deveres Universais dos Direitos Humanos, que nos protegessem de atrocidades?
12-17	Direitos do indivíduo em relação à comunidade (incluindo aspectos como liberdade de movimento).	Quando o direito à associação interfere em outros direitos, qual deles é mais relevante?
18-21	Diferentes tipos de liberdade: liberdades espirituais, públicas e políticas, como liberdade de pensamento, opinião, religião e consciência, palavra e associação pacífica do indivíduo.	O direito de "não matar" e recusar-se a servir o seu país em guerras deve ser incluído nas liberdades individuais, como defende a Anistia Internacional?
22-27	Direitos econômicos, sociais e culturais de um indivíduo, incluindo os serviços de saúde, com menção à proteção da maternidade e da infância.	Direitos econômicos são mais relevantes que os demais, como pensam os signatários da Declaração de Bangkok?
28-30	As formas gerais de usar esses direitos, as áreas nas quais esses direitos não podem ser aplicados e nem ser usados contra o indivíduo.	Como fazer para dar mais efetividade aos Direitos Humanos?

Fonte: Elaborado pelos autores

A revisão da Declaração dos Direitos Humanos deve respeito à multiculturalidade. Isso porque o indivíduo constrói a sua personalidade por meio de sua cultura. Portanto, o respeito aos direitos individuais implica que se proteja as diferenças culturais, para as quais não existe um critério científico ou técnica de avaliação qualitativa que determine a superioridade de um padrão cultural sobre outro. Apesar disso, as culturas não são a única fonte de julgamento moral e ético. Se o fossem, não poderíamos julgar como equivocadas – para dizer o mínimo – as ações do nazi-fascismo, cujas consequências implicaram a criação da própria DUDH. Encontrar este equilíbrio de direitos e uma forma de torná-los efetivos são os desafios propostos para as próximas gerações de indivíduos e coletividades no âmbito das relações internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAVILA, Jayme. **Origem dos direitos dos povos**. São Paulo: Ícone, 1989.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS [ACNUDH]. Guia prático para a sociedade civil: o campo de ação da sociedade civil e o sistema dos Direitos Humanos das Nações Unidas. ONU: Geneva, 2015. Disponível em https://www.ohchr.org/Documents/AboutUs/CivilSociety/CS_space_UNHRSystem_Guide_PT.pdf Acesso em 15 mar. 2019.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS [ACNUDH]. About the Universal Declaration of Human Rights Translation Project. ONU: Geneva, 2019. Disponível em https://www.ohchr.org/en/udhr/pages/introduction.aspx Acesso em 16 abr. 2019.

ARAUJO FILHO, Aldy Mello de. **A Evolução dos Direitos Humanos**: Avanços e Perspectivas. São Luís: EDUFMA; São Luís: AAUFMA, 1998.

BOBBIO, Noberto. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CARTA MAGNA. 1215. Net. Disponível em http://corvobranco.tripod.com/dwnl/magna_carta.pdf Acesso em 04 de abril de 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em redes.** Trad. Roneide Majer. 6. Ed. Vol. 1. São Paulo: Terra e Paz, 1999.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2005.

COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS [ACPR]. **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**. 1998. Disponível em http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/ Acesso em 20 abr. 2019.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Trad. Peter Pál Pelbart. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, p. 219-226, 1992.

GUIMARÃES, Elizabeth Fonseca. A construção histórico-sociológica dos direitos humanos. In: **Revista ORG & DEMO**, Marília, v.11, n.2, p.95-112, jul./dez., 2010.

MAUTONE JUNIOR, Franco; SOUZA, Márcia Viana de. A hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no cenário jurídico brasileiro. In: Juliana Giovanetti Pereira da Silva; Ana Letícia Anarelli Rosati Leonel; Juliano de Oliveira Leonel (Orgs.)-- **Temas Transversais de Direitos Humanos**, v. 2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 77-90.

NUNES, João Arriscado. Um novo cosmopolitismo? Reconfigurando os direitos humanos. In: BALDI, César Augusto (Org.).**Direitos humanos na sociedade cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em

http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso: 13 abr. 2018.

ORWELL, George. **A Revolução dos bichos**. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2007.

PETIÇÃO DE DIREITO. Disponivel em http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/peticao-de-direito-1628.html. Acesso 04 abr. 2019.

RESOLUÇÃO 217 A. Disponível em https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217(III)&Lang=E Acesso em 30 mar. 2019.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Fundamentos de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 11-31, jun. 1997. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF Acesso em 20 abr. 2019.

STAR, Chester G. **O nascimento da democracia ateniense**. A assembleia no século V a. C. São Paulo: Odysseus, 2005.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Edipro/Boitempo, 2015.

Recebido em: *08 de janeiro de 2019*

Aceito em: *07 de fevereiro de 2020*

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

DUMPING AMBIENTAL COMO VARIÁVEL DA DISPUTA INTERNACIONAL DE MERCADOS

Environmental dumping as a variable in the international market dispute

Alfredo COSTA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
alfredo.costa@ifnmg.edu.br

Anna Cristina Alvares Ribeiro MACHADO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
annacristina.sociologia@gmail.com

Ednilton Moreira GAMA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
ednilton.gama@ifnmg.edu.br

Roberta Pereira MATOS
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
roberta.matos@ifnmg.edu.br

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre os impactos relacionados à geração de materiais particulados poluentes e ao desrespeito de direitos humanos decorrente da disputa internacional por mercados. Baseado na análise de dados e mapas, parte-se da hipótese de que, na lógica das trocas globais, situações em que há maior flexibilidade legislativa social e ambiental acarretam em menores custos de produção e em maior produtividade, configurando-se como uma vantagem competitiva, mesmo que as consequências de tais práticas signifiquem violações de

direitos humanos e danos ambientais em escala planetária. Os resultados apontam para a existência de um cenário de contradições em que a lógica da livre concorrência leva à manutenção de economias de alto desempenho com sistemas poluidores indesejáveis, ao mesmo tempo em que motiva as economias emergentes a adotarem estratégias de desenvolvimento agressivas como parte de um processo de *catching up* cujas consequências sociais e ambientais ultrapassam suas próprias fronteiras.

Palavras-chave: Dumping ambiental. Comércio Mundial. Poluição. Direitos humanos.

Abstract

This article proposes a careful consideration on the impacts related to the generation of polluting particulate materials and the disrespect for human rights resulting from the international dispute for markets. Based on the analysis of data and maps, it is assumed that, in the logic of global exchanges, situations in which there is greater social and environmental legislative flexibility lead to lower production costs and greater productivity, becoming a competitive advantage, even if the consequences of such practices mean human rights violations and environmental damage on a planetary scale. The results point to the existence of a scenario of contradictions in which the logic of free competition leads to the maintenance of high-performance economies with undesirable polluting systems, while motivating the emerging economies to adopt aggressive development strategies as part of a catching up process whose social and environmental consequences go beyond its own borders.

Keywords: Environmental dumping. World trade. Pollution. Human rights.

INTRODUÇÃO

A humanidade moderna não se concebe sem uma subumanidade moderna.

Boaventura de Sousa Santos (2007)

As primeiras décadas do século XXI são marcadas por uma economia globalizada, multipolar e de consumo ampliado. Assistiu-se à especialização da produção no mundo dentro de uma lógica industrial flexível, caracterizada, entre outros aspectos, pela identificação de vantagens comparativas e locacionais de produção de mercadorias ao menor custo possível, com alto potencial de competição no mercado global. No esteio desse paradigma de desenvolvimento, as desigualdades sociais aprofundam-se em e entre diversos países à medida que o respeito aos direitos humanos - tais como à dignidade, à saúde e ao meio ambiente - tornou-se contraditório com a lógica da competição do mercado, intensificando e diversificando os conflitos socioambientais.

Por outro lado, a percepção total de mundo viabilizada pela Revolução Técnico-Científica-Informacional da segunda metade do século XX evidenciou a transformação e a destruição dos recursos naturais. As conjecturações cataclísmicas deram lugar à observação científica e sistemática do planeta. Isso acarretou, por um lado, em investimentos em pesquisa sobre

energias limpas e no incentivo ao consumo responsável nos países desenvolvidos. Por outro lado, intensificou a exploração dos recursos naturais dos países em desenvolvimento, sob o argumento de que o crescimento econômico seria o único caminho viável à erradicação de problemas sociais. Nesse caso, embora tenham taxas ínfimas de poluição frente aos países industrializados, pouco relevantes em relação à produção de riqueza interna, esses países acabam sofrendo, proporcionalmente, mais danos socioambientais do que o encadeado entre países desenvolvidos. Basta ver os níveis de poluição da África setentrional, sudeste asiático e Ásia meridional (ANTWEILER,1996; UNICEF, 2016). Além disso, há que se considerar que a relação que produz desigualdades entre países centrais e periféricos se reproduz dentro dos países, por exemplo, na relação de desigualdade (riqueza) entre as regiões metropolitanas e os interiores.

Na prática, reforçou-se a Divisão Internacional do Trabalho, na medida em que os países desenvolvidos passaram a vislumbrar a necessidade de repensar os padrões de consumo em um cenário de escassez de recursos – e assim, desenvolveram mecanismos para promoção do desenvolvimento sustentável (QUEIROZ, 2015) –, enquanto os países em desenvolvimento passaram a disputar de maneira cada vez mais intensa os mercados de commodities (matérias-primas), por meio da aplicação de técnicas agressivas para transformação do solo, abertura de fronteiras ao livre mercado e reprodução de relações trabalhistas indignas e anacrônicas, como parte de um processo de catch up na corrida econômica global.

Paradoxalmente, esta configuração da economia mundial muito favoreceu os países desenvolvidos que poderiam, ao mesmo tempo, usufruir do bem-estar de uma sociedade preocupada com a qualidade ambiental do seu território, e obter ganhos expressivos com a produção em países que não priorizavam esses mesmos valores em razão da sua posição na economia-mundo (ARAÚJO JR & NAIDIN, 1989, p. 27-28).

Evidentemente, a percepção da transformação do mundo por cada sociedade é calcada em sua tradição, na dimensão da formação cidadã da sua população e, ainda, na maneira pela qual os indivíduos percebem e valoram o meio ambiente e a biodiversidade (HENRIQUES & PORTO, 2012). Esses aspectos pautam tanto o ritmo dos processos de transformação dos recursos naturais em mercadoria e energia, quanto a apropriação social dos dividendos dessa exploração, através de ganhos monetários, da transformação dos espaços de convivência, da promoção do bem-estar e/ou da redução das desigualdades.

Partindo da perspectiva da soberania econômica dos Estados, este artigo propõe uma reflexão sobre os impactos da disputa por mercados internacionais em relação à geração de materiais particulados poluentes e à violação de direitos humanos. Parte-se da hipótese de que, na lógica do mercado, situações em que há maior flexibilidade legislativa social e ambiental acarretam em menores custos de produção e em maior produtividade, configurando-se como uma vantagem competitiva, mesmo que as consequências de tais práticas signifiquem violações de direitos humanos e danos ambientais em escala planetária.

1 DUMPING E COMÉRCIO EXTERIOR

Há uma tendência de concentração de mercado que aumenta o poder de monopólio de certas companhias, muitas vezes por meio de práticas ilegais para a eliminação da concorrência que potencialmente viabilizam um aumento de eficiência em longo prazo. Há décadas, práticas como o cartel, o truste e o dumping são combatidas internacionalmente por representarem um

fator de desequilíbrio nos princípios da livre regulação de preços propiciada pela lei da oferta e da procura.

Em termos gerais, o dumping pode ser caracterizado pela venda intencional de mercadorias abaixo do seu custo, ou a preços muito abaixo do normalmente praticado pelo mercado, fora do alcance dos competidores, para a eliminação da concorrência, a conquista de novos mercados ou a vazão da produção excedente (PINTO, 2011). Além disso, pode ocorrer dumping através de subsídios estatais, caracterizados pela redução ou isenção de impostos de maneira a provocar redução no valor final da mercadoria, ou ainda, oferta de benefícios diversos para atração de novas empresas (VILLATORE & GOMES, 2007)[1].

Desde sua identificação como prática monopolista, o conceito de dumping foi estendido e reinterpretado para identificar outras maneiras de se manifestar. Silva (2005, p. 400-401) assim sintetiza tais manifestações (Quadro 01):

Quadro 1 - Tipos de Dumping de acordo com Silva (2005, p. 400-401)

Tipo	Características
Dumping por excedente	Caracterizado pela busca da maximização de vendas ao invés de lucros, é possível pela dissolução dos custos fixos causados por um aumento na produção, trazendo como consequência ganhos em economia de escala. O excesso de produção seria direcionado para a exportação, causando um aumento da oferta do produto e a consequente retração do preço deste no país importador.
Dumping predatório	Este tipo se enquadraria na chamada competição predatória, em que se busca a eliminação da concorrência que fabrica produto similar. Seria semelhante ao que ocorre no mercado interno, onde o fabricante vende, durante um período, a preço abaixo do custo de produção, com a pretensão de acabar com a concorrência e em um segundo momento, quando já estiver em posição privilegiada, subir os preços e lucrar acima do normal. Esta seria a única modalidade condenável.
Dumping estrutural	Ocorre quando o mercado tem um excesso de oferta de produto, o que motiva a exportação a preços mais baixos que os praticados no mercado interno. Os setores mais problemáticos neste aspecto seriam o petroquímico e o siderúrgico. Vale salientarmos que a legislação não prevê em seus dispositivos a necessidade da análise da estrutura do mercado em questão.
Dumping social	As diferenças sociais entre os países-membros, como remuneração e direitos trabalhistas, são consideradas causas que contribuem bastante para a prática do dumping social. O custo final do produto é bastante influenciado pelo custo da mão-de-obra, encontrando-se neste aspecto uma vantagem comparativa para os países em desenvolvimento em relação aos economicamente desenvolvidos, por terem maior oferta de pessoal. Todavia, esta vantagem pode ser compensada pela maior produtividade dos países desenvolvidos. Salários e condições de trabalho variam muito de país para país, logo, uma uniformização disto no âmbito da OMC seria praticamente impossível. A tentativa de caracterização do dumping social é vista pelos países em desenvolvimento como meio de justificar práticas protecionistas aos seus produtos.
Dumping ecológico/ ambiental	Esta modalidade é bastante utilizada pelos europeus sendo caracterizada pela utilização de material não-reciclável, proveniente de fontes naturais não-renováveis. Pode ainda se manifestar quando da transferência de empresas que são consideradas poluentes em um determinado país, para outro local onde as exigências de proteção ao meio-ambiente

[1] O artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio proíbe a prática de dumping entre países, e prevê a aplicação de medidas compensatórias. Todos os critérios e definições mais recentes adotados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) podem ser conferidos no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Antidumping), de 1994, disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1196685120.doc .

	sejam menores, acarretando em menores gastos destinados à proteção ambiental. Neste campo específico, podemos verificar sanções justificadas por um protecionismo disfarçado, que ignora o fato de países desenvolvidos utilizarem material plantando exclusivamente para uso industrial, e aplicam medidas que prejudicam o livre comércio e constituem verdadeiras barreiras a países exportadores e concorrentes.
Dumping cambial	Seria constatado no momento em que os governos nacionais praticam uma manutenção artificial de taxas de câmbio abaixo do que realmente são. Isto reforçaria os preços de exportação e em contrapartida acabariam por "proibir" as importações. Esta situação é facilitada pela ausência de um sistema de compensação internacional de câmbios monetários, que traz como consequência uma falta de base real de equiparação de moedas nacionais, possibilitando desvalorizações ou supervalorizações de acordo com o interesse do governo ou de especuladores privados. (SILVA, 2005, p. 400-401)

Fonte: Extraído de Silva (2005, p. 400-401), adaptado.

Enquanto alguns países buscam praticar intencionalmente o dumping, há outros que promovem e incentivam práticas antidumping. As medidas antidumping têm como objetivo neutralizar os efeitos causados pelas importações que são objeto de dumping, evitando que os produtores nacionais sejam prejudicados. Portanto, é um mecanismo de defesa comercial através, por exemplo, da aplicação de quota de importação específica para determinado produto. Os países que se apoiam em tais medidas consideram que as condições de produção em determinados países em desenvolvimento, que não seguem os mesmos padrões que os países desenvolvidos, tornam a concorrência desleal (SILVA, 2005). Na década de 1990, Barros relatou que

> [a] mais rápida difusão de tecnologia entre os países verificada nas últimas décadas faz com que esse tipo de problema se acentue. Os países desenvolvidos vêm perdendo a capacidade de competição em um número crescente de setores e aceleradamente. Diante disso, eles visam com a proposta de políticas anti-dumping social diminuir os efeitos do baixo custo da mão-de-obra na competitividade relativa do Terceiro Mundo e tentar frear esse processo de dificuldade crescente de competir com os produtores instalados no Terceiro Mundo (BARROS, 1995, p. 33).

As medidas antidumping fundamentam-se nos argumentos da necessidade de proteção da indústria nacional frente a concorrência desleal de mercadorias internacionais produzidas a custos muito inferiores ao seu, que poderiam colocar a sua própria existência em risco. Em países de capitalismo avançado, por sua vez, as medidas antidumping são vistas como uma paliativo intermediária entre o livre mercado e os mercados abrigados por medidas protecionistas, o que garantiria trocas mais justas entre países de desenvolvimento desigual (SILVA, 2005). Sobre o tema, há duas interessantes ponderações de Cordovil:

> Não há dúvidas de que a aplicação de medidas antidumping provoca controvérsia no país investigador. Se o objetivo real de tais medidas é frear as importações a baixo preço (no caso, a preço de dumping), não se pode negar que o antidumping pode barrar importações, provocando aumento dos preços, diminuindo a concorrência no país investigador, o número de ofertas aos usuários, e, muitas vezes, a qualidade e a variedade dos produtos. Por isso,

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

> independentemente da motivação da indústria doméstica e mesmo do país investigador, sempre haverá descontentes. [...]
>
> Um dos grandes dilemas do antidumping, na atualidade, é o desafio de saber dosar os efeitos negativos e efeitos positivos das medidas. Uma medida antidumping pode reduzir a concorrência, mas pode, por outro lado, salvar empregos (na indústria doméstica). Uma medida antidumping pode salvar empregos na indústria doméstica, mas pode, por outro lado, levar ao desemprego milhares de pessoas na indústria consumidora (usuária do produto). A não aplicação de uma medida antidumping pode salvar milhares de empregos na indústria consumidora, mas representar o fim da indústria doméstica, e, com isso, de uma indústria estratégica para o país. (CORDOVIL, 2009, p. 12-13)

Foi na Rodada Uruguai da OMC (1986-1994) que se realizou o terceiro e mais recente grande debate sobre o artigo VI do Acordo Geral do GATT[2], que visou medidas para combater o dumping. A análise de Lampreia (2005) sobre os desdobramentos dessa discussão pode ser assim sintetizada:

a) Conferiu-se maior precisão e clareza às regras para a aplicação de medidas antidumping.
b) Definiram-se metodologias para determinar se de fato está ocorrendo dumping, bem como para os procedimentos de investigação, e os critérios para determinar as características e duração das medidas antidumping. Entre os critérios para suspensão da investigação seria a determinação de que a margem de dumping é mínima e/ou que o volume de importações não é significativo para impactar a economia do país.
c) Determinou-se, ainda, salvo exceções, a suspensão de medidas antidumping cinco anos após a sua imposição.

Mesmo que a busca por soluções pacíficas para questões sobre o justo crescimento econômico esteja em curso, o desigual nível de desenvolvimento global faz com que países periféricos e de industrialização tardia reforcem práticas prejudiciais ao meio ambiente e ao desenvolvimento humano como meio de favorecerem atração de investimentos estrangeiros. Este tipo de estratégia é eficiente na medida em que a cultura do consumo, aliada a práticas de obsolescência programada, não apresentam sinais de que irão refrear-se. Este cenário, que não é novo, tem alimentado a preocupação em relação ao futuro do planeta (SACHS, 1989; ACSELRAD, 1993; LAYRARGUES, 1997).

[2] O debate sobre o artigo VI do Acordo Geral já havia ocorrido na Rodada Kennedy (1964) e na Rodada Tóquio (1973).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Desde a publicação de "Os Limites do Crescimento"[3], comissionado pelo Clube de Roma[4], passando pelo ecodesenvolvimento, pelo Relatório de Brundtland[5], até chegar ao desenvolvimento sustentável, perspectiva intensamente difundida em sociedade mundial conectada em rede, as reivindicações por direitos sociais e ambientais tem se revelado cada vez mais concretas (COSTA et al., 2016). Para além do fundamento humanista, há nessas reivindicações um viés essencialmente econômico. O desrespeito aos direitos humanos e ao meio ambiente prejudica a saúde do planeta e a economia de diversos países, sobretudo daqueles de maior desenvolvimento, revelando-se como contradição. Justifica-se, assim, o debate sobre o combate aos dumpings social e ambiental para formulação de um mercado de trocas justo, capaz de promover a dignidade humana e a sustentabilidade, que se encaixam na tendência mundial observada por Queiroz (2015), para quem

> [no] caso de problemas ambientais de caráter global, como por exemplo, mudanças climáticas, processo de desertificação ou o comércio de pesticidas e herbicidas perigosos, observa-se uma maior tendência à adoção de padrões ambientais comuns estabelecidos a partir de parâmetros negociados multilateralmente no âmbito dos acordos ambientais internacionais (QUEIROZ, 2015, p. 17).

2 DUMPING AMBIENTAL

Desde 1972, um estudo feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) orienta a regulamentação ambiental e o direcionamento de estratégias para a compatibilização de políticas ambientais e comerciais. Denominado de "Princípios orientadores relacionados com os aspectos econômicos internacionais das políticas ambientais" a iniciativa busca a promoção de políticas ambientais harmônicas nos países, capazes de envolver o governo e direcionar a opinião pública para necessidade da promoção do desenvolvimento sustentável (QUEIROZ, 2015). Prevê ainda que tais políticas deveriam respeitar os aspectos socioeconômicos e culturais da população dos países, dada a assimetria entre os desenvolvidos e aqueles em diferentes graus de desenvolvimento.

A redação desse documento, na década de 1970, é consequência das crescentes demandas internacionais por novos modelos de crescimento e desenvolvimento, além do questionamento da lógica do consumo oriunda da competição do livre mercado, principalmente nos países desenvolvidos. Como não há uma política global – cada país é soberano em relação à maneira pela qual organiza as suas leis – observou-se que alguns adotaram legislações mais rigorosas,

[3] Escrito por Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, and William W. Behrens III, trata-se de um relatório publicado em 1972 que previu, a partir de um modelo computacional, as consequências do acelerado crescimento populacional em um contexto de recursos naturais não renováveis. Obra polêmica e ainda muito discutida, teve a acurácia de suas previsões comprovadas por Turner (2008) a partir da análise de dados das três décadas posteriores ao seu lançamento.

[4] Costa et al (2016, p. 100) esclarece que o Clube de Roma era "composto por grandes empresários, lideranças e formadores de opinião de diversos países que se reuniram na capital italiana para debater a temática, chegando a propor em 1968 a diminuição radical da produção com objetivo de garantir o futuro da Terra". Foi o Clube de Roma que propôs, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável.

[5] Elaborado em 1987 com o nome de "Nosso futuro comum", o relatório reitera a noção de que o modelo industrial vigente colocava em risco a capacidade de suporte dos sistemas ambientais.

em atendimento aos anseios populares, enquanto em outros a temática só se tornou pauta política por exigência de órgãos financiadores internacionais, como o próprio Brasil (COSTA *et al*., 2016).

Os impactos no mundo da adoção de políticas ambientais restritivas foram diversos, desde o aumento dos custos de produção até a transferência de fábricas para países com menores exigências, pois, num contexto de comércio internacional, as mercadorias dos países mais exigentes perderam gradativamente a competitividade, já que a consequência natural foi a reorganização das cadeias produtivas, dado o aumento relativo dos custos de produção. A desigual política ambiental resultante desses debates levou aos países que adotaram as regras mais rigorosas a olhar com desconfiança para aqueles que não as adotaram. Por consequência, os mesmos países atribuíram à ausência de regulamentação ambiental em outros a uma prática de dumping. Neste caso, segundo Tomazzete (2007),

> [o] dumping ambiental seria a redução do preço de certas mercadorias em razão da inexistência ou da existência de menores exigências ambientais para a sua produção. Tal prática se relaciona normalmente com a transferência de indústrias poluentes para os países em desenvolvimento, em geral menos rígidos em relação ao meio-ambiente. Diz-se que o dumping ambiental decorreria de uma "vantagem comparativa ilícita advinda da degradação ambiental, nos países em desenvolvimentos". Afirma-se que tal redução de custos, em detrimento da proteção do meio ambiente, seria algo equivalente a concessão de subsídios injustos para a exportação. (TOMAZZETE, 2007, 16)

Embora quase nunca resultem na prática de preços no mercado externo inferiores ao do mercado interno – um dos critérios que definem o dumping – Tomazzete (2007) e Queiroz (2015) relatam que de fato os países com legislação mais branda dariam aos seus produtores uma vantagem injusta e ilegítima, com diversas consequências para a organização do espaço econômico mundial, entre as quais a massiva relocalização industrial. A figura abaixo representa um exemplo emblemático: a Noruega, que tem uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, referência em desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que preza pela integridade ambiental do seu território, é conivente com a exploração de recursos naturais em países que não observam os mesmos valores.

Figura 1 – Manchetes de matérias que evidenciam as diferentes tratativas do governo norueguês dá em relação as suas questões econômicas em diferentes territórios.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital



Fonte: Globo (2019), BBC (2017).

Por outro lado, os países em desenvolvimento apontam que a criação de medidas antidumping - como barreiras sanitárias, quotas de importação, ou tarifas alfandegárias - sob o argumento de forçar a adoção de determinadas políticas ambientais, seriam meramente protecionistas e injustificadas, na medida em tem a clara intensão de interferir em sua própria soberania. Para Tomazzete (2007),

> Em qualquer desses casos citados, o preço baixo decorre de uma política do Estado que não dá tantas garantias trabalhistas ou que não faz tantas exigências ambientais. Não se trata de uma política privada de discriminação de preços. O reconhecimento da prática do dumping, além de esbarrar na própria conceituação legal, é visto com maus olhos pelos países em desenvolvimento. Eles entendem que a busca da configuração de tais situações como dumping representa uma tentativa dos países desenvolvidos de criar barreiras protecionistas nos seus mercados, impedindo o ingresso dos produtos dos países em desenvolvimento, barrando sua crescente participação no mercado mundial (TOMAZZETI, 2007, p. 211).

Tudo isso não significa que, nos países desenvolvidos, as empresas aceitem e adotem de bom grado as legislações ambientais que interferem na sua produção. Barbieri (1998), e Villatore & Gomes (2007) relatam que a preocupação ambiental muitas vezes representa apenas um custo adicional, resolvidos por departamentos técnicos com baixo poder decisório, sem uma reflexão ampla sobre a problemática, mas sim em busca de soluções ao mesmo tempo legais e de baixo custo. Por consequência, há impactos nos processos de licenciamento ambiental e nos

consequentes programas de controle ambiental. A busca por uma gestão ambiental pretensamente eficiente em seus custos é responsável, entre outros, por desastres tecnológicos como os da Samarco (Mariana/MG) e Vale S.A. (Brumadinho/MG), que provocaram centenas de mortes e incontáveis crimes ambientais.

3 NEXOS ENTRE DUMPING AMBIENTAL, POLUIÇÃO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

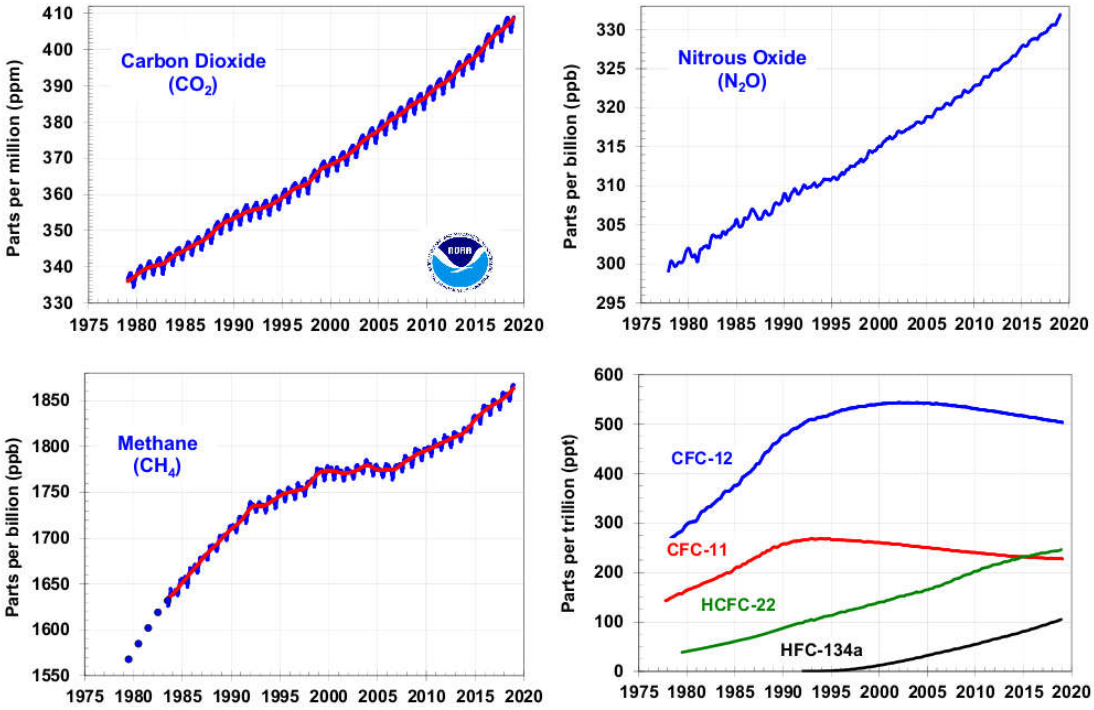
O argumento que se busca defender aqui é de que, em um cenário onde os Estados são soberanos sobre as suas políticas ambientais e que, paralelamente, essa soberania interfere diretamente na maneira através da qual suas economias se organizam, verificar-se-á que haverá, entre eles, oferta de condições desiguais para a produção. Essa oferta de condições desiguais tem como anteparo um cenário em que há prejuízo nas escalas locais, regionais e globais, em diferentes formas e intensidades. A questão é que, embora a soberania dos Estados se limite às suas fronteiras – linhas, muitas vezes, impalpáveis –, os danos passam a ser compartilhados por toda a população mundial, uma vez que gases poluentes entram na circulação atmosférica e os resíduos sólidos são lançados nos oceanos.

Os dados apresentados a seguir têm o objetivo de demonstrar que existe uma relação entre os níveis globais de poluição e o projeto de desenvolvimento de alguns países (p. ex.: alguns países mantêm-se, ao mesmo tempo, como potências econômicas e líderes na emissão de gases poluentes, ao passo que outros países, desejosos de se desenvolver economicamente, apelam para práticas nocivas como o dumping ambiental ou social para tornarem-se mais competitivos). No segundo caso, as estratégias para atração de capital estrangeiro para alimentar modelos de desenvolvimento que se pautam em aspectos econômicos, como única via, podem estar relacionadas a uma série de danos ambientais e violações de direitos humanos presentes no mundo contemporâneo.

Como é sabido, a poluição tem sido um desafio no mundo na medida em que é resultante de processos para a geração de energia. Como exposto, nem todos os países dedicam-se à elaboração e aplicação de regulamentações e políticas públicas para minimizar os seus efeitos na vida das pessoas, tampouco vislumbram efetivamente a substituição de métodos tradicionais de produção de energia por outros mais modernos e limpos. Por consequência, são crescentes as emissões de gases nocivos à saúde humana, como o dióxido de carbono (CO_2) o óxido nitroso (N_2O), o gás metano (CH_4) e os clorofluorcarbonetos (CFC) na atmosfera (Figura 2).

Figura 2 – Evolução da concentração de CO_2, N_2O, CH_4 e gases prejudiciais à camada de ozônio na atmosfera.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital



Fonte: Butler; Montzka (2019, s/p)

Da queima de combustíveis fósseis provêm a maior parte da poluição do ar. A utilização de combustíveis fósseis para a produção, o aquecimento, o transporte e a indústria de eletricidade provocam a emissão excessiva de gases como o CO_2 e NO_2 e, por consequência, contaminam a atmosfera e causam efeitos nocivos ao meio ambiente (PERERA, 2017). A combustão completa de hidrocarbonetos (substâncias que apresentam na sua constituição apenas carbono e hidrogênio) libera gás carbônico (CO_2) e vapor de água. Esse processo é representado pela seguinte equação:

$$\text{Combustível} + \text{ar}\ [O_2 \text{ e } N_2] \rightarrow \text{gases}\ [NO + SO_2 + CO_2] + [\text{partículas}]$$

Os dois mais importantes subprodutos da queima desses combustíveis são enxofre (S) e nitrogênio (N_2), que geram dióxido de enxofre e óxidos de nitrogênio. As reações desses processos podem ser representadas, de forma simplificada, pelas equações abaixo:

$$2SO_2 + O_2 \rightarrow 2SO_3$$

poluente ar

$$2NO + O_2 \rightarrow 2\,NO_2$$

poluente ar

$$2SO_3 + H_2O \rightarrow H_2SO_4$$

ácido forte

$$2NO_2 + H_2O \rightarrow HNO_3$$

ácido forte

A presença desses gases na atmosfera é capaz de intensificar o nível de acidez das chuvas. Essa intensificação é devida à combinação dos gases óxido de enxofre (SO_x) e óxido de nitrogênio

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

(NO_x) com o vapor de água da atmosfera, gerando os ácidos sulfúrico (H_2SO_4) e nítrico (HNO_3), respectivamente, que podem ser conduzidos pelas correntes de ar a grandes distâncias antes de se depositarem em forma de água pluvial. Significa dizer que, mesmo que um país se dedique a reduzir sua produção, ainda assim pode sofrer os impactos pela emissão excessiva desses gases por outro país.

Além do dióxido de carbono proveniente da queima de combustíveis fósseis, existem atualmente emissões preocupantes de metano (CH_4) e óxido nitroso (N_2O), que absorvem parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra e radiam por sua vez parte da energia absorvida de volta para a superfície. A retenção de calor na atmosfera por esses e outros gases compõe um fenômeno conhecido como efeito estufa, essencial para a vida na Terra. O excesso desses gases na atmosfera, todavia, provoca a ampliação da retenção de calor no planeta, causando o aumento da sua temperatura, com diversas consequências negativas. Há uma relação entre a produção de mercadorias no modelo vigente e o aumento da emissão desses gases, visto que suas principais fontes são, além da queima de combustíveis fósseis, o desflorestamento, a decomposição de resíduos sólidos, a queima de biomassa, a decomposição de dejetos animais, a digestão de ruminantes, a produção de solventes, plásticos e aerossóis, entre outros.

A produção de cimento, fundamental ao desenvolvimento industrial de qualquer país, é outra fonte de gases nocivos à saúde humana que vem ganhando importância, pois quando rochas de calcários ricas em carbonato de cálcio ($CaCO_3$) são aquecidas para a obtenção de cal viva (CaO), há liberação de quantidades significativas de gás carbônico (CO_2) para a atmosfera, onde pode percorrer grandes distâncias. Tal reação é representada pela equação abaixo:

$$CaCO_{3(s)} \rightarrow CaO + CO_2\uparrow \text{ (reação de pirólise ou calcinação)}$$

Na produção industrial também estão presentes compostos orgânicos voláteis (COV), cujas aplicações são inúmeras, dentre as quais a produção de solventes de tintas, flavorizantes, combustíveis, fragrâncias etc. Os COV são substâncias orgânicas que evaporam à temperatura ambiente com muita facilidade, dentre as quais destacam-se o metano (CH_4), o benzeno (C_6H_6), o xileno (C_8H_{10}), o propano (C_3H_8) e o butano (C_4H_{10}). Podem se apresentar nos estados sólido, líquido ou de vapor, e são capazes de provocar diversos efeitos danosos aos seres humanos, conforme descrito por Sarigiannis et al. (2011).

Mão se pode deixar de mencionar, ainda, a emissão de clorofluorcarbonetos (CFCs, CFxClx), substâncias que apresentam em sua composição os elementos cloro, carbono e flúor, cuja fotodissociação impacta na camada de ozônio que protege o planeta da radiação ultravioleta solar. Há um enorme desafio para a diminuição da emissão desses gases, tendo em vista que são essenciais à produção de mercadorias voltadas à refrigeração, além de serem empregados na produção de solventes orgânicos e aerossóis.

Por fim, há também a poluição por materiasi plásticos que, devido à sua durabilidade e flutuabilidade, e ainda, às baixas taxas de reciclagem, má gestão de resíduos e intenso uso marítimo, é um poluente que está globalmente distribuído nos oceanos (ERIKSEN et al., 2014; LEBRETON *et al*., 2017) e que ainda é descartado por meio da queima em diversos lugares do mundo. O plástico não é biodegradável, e se degrada em pedaços menores quando exposto ao

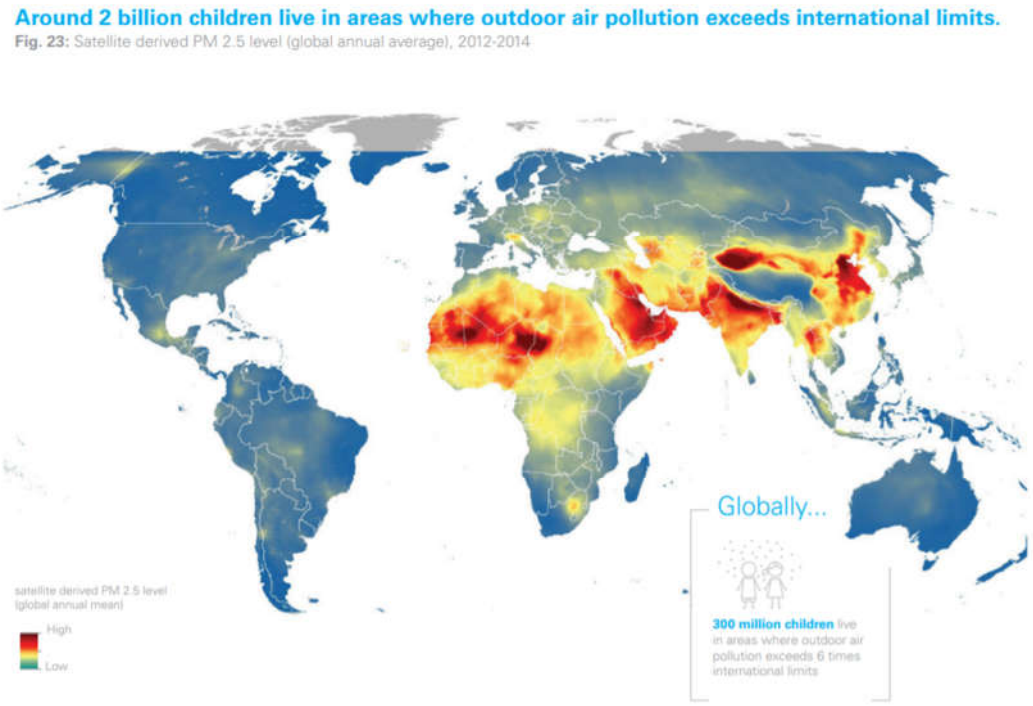
RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

sol pelo processo de fotodegradação, principalmente, e por outras interações físicas e químicas com o ambiente. No ambiente marinho, é frequentemente confundido por animais como alimento tanto pela megafauna marinha como pelos organismos de mais baixo nível trófico (TEUTEN *et al*., 2009; GREGORY, 2009; TANAKA *et al*., 2013), é capaz de transportar contaminantes hidrofóbicos (TEUTEN *et al*., 2007; TEUTEN *et al*., 2009) e Poluentes Orgânicos Persistentes, que são compostos estáveis, resistentes à decomposição e que capazes de bioacumalação em organismos vivos (ANDRADY, 2011; XANTOS; WALKER, 2017). Por consequência, além da mortandade precoce dos animais causada por intoxicação ou bloqueio do trato digestivo, há um crescente comprometimento da alimentação humana.

Este conjunto de poluentes afetam diretamente a qualidade de vida, ademais de fornecerem os indicativos de desequilíbrio econômico-social no tabuleiro das relações internacionais. De acordo com a van Donkelaar et al. (2016), uma em cada sete crianças no mundo (que totalizam 300 milhões de crianças) vivem em áreas de extrema poluição do ar, que ultrapassa em seis vezes os limites internacionais de qualidade do ar. Além disso, duas bilhões de crianças vivem em locais em que o nível de poluição do ar supera os limites aceitáveis. No mapa a seguir, é possível vislumbrar que a concentração de material particulado é mais grave regiões em desenvolvimento industrializadas e não industrializadas (com destaque para China e Índia), representadas por cores quentes, enquanto os tons frios representam ar com menor concentração de particulados.

Figura 3 – Poluição atmosférica no mundo em 2016. O critério utilizado para a medição foi do material particulado inferior a 2,5 micrômetros (PM 2.5), capazes de chegar ao pulmão humano.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital



Fonte: van Donkelaar et al. (2016).

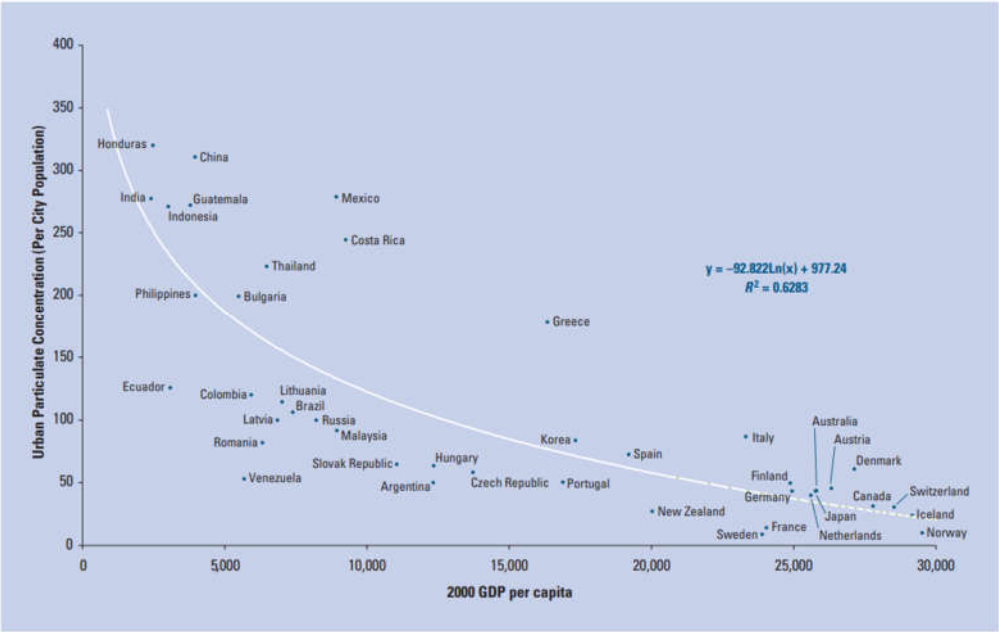
*Título original em tradução livre: Aproximadamente duas bilhões de crianças vivem em áreas onde a poluição do ar em áreas externas excedem os limites internacionais.

Há uma clara associação entre industrialização e produção de poluição, que nesses locais é agravada por vários fatores. Os dados do índice de performance ambiental proposto por Esty e Porter (2002) relacionam, nas Figura 4 e Figura 5, o Produto Interno Bruto per capita *versus*, respectivamente, a proporção de concentração de particulados urbanos (poluição) e a concentração de SO_2 por habitantes urbanos. Embora os dados não sejam atuais, eles evidenciam uma relação que pouco se alterou. Em ambos fica evidente em que há uma relação entre desenvolvimento e bom desempenho ambiental, e vice-versa. Enquanto países industrializados em desenvolvimento como China, Índia, Rússia e Brasil[6] encontram-se com altas emissões de gases e baixa riqueza per capita, países desenvolvidos como Islândia, Noruega, Dinamarca e Holanda apresentam baixas emissões e grande riqueza per capita. Não significa afirmar que os países desenvolvidos não possuem parques industriais complexos e potencialmente poluentes (já que os possuem), ou ainda, que os países menos desenvolvidos não possuem capacidade de legislar ou ter acesso a tecnologias para controle de emissões de poluentes (pois, em boa parte, os possuem). Os dados indicam que, neste caso, o rigoroso controle e fiscalização das emissões de particulados tem maior peso. Por consequência, verifica-se nesses países uma melhor qualidade do ar.

Figura 4 – Relação entre concentração de particulados urbanos e PIB per capita.

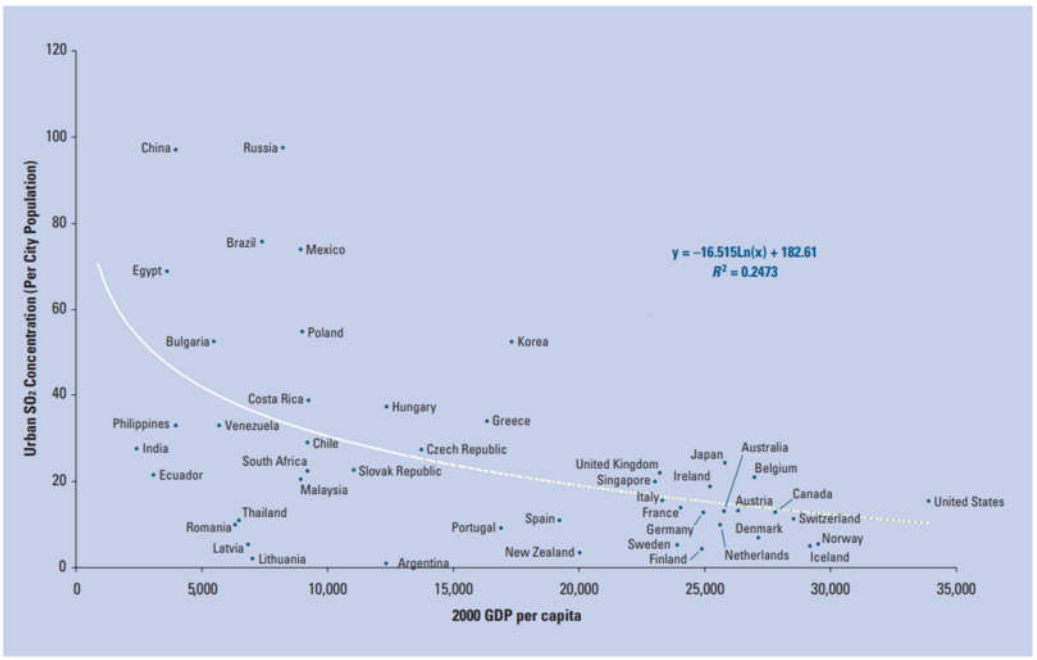
[6] Membros da associação comercial conhecida como BRICS, cuja previsão bastante difundida é de que terão as maiores economias do mundo até 2050.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital



Fonte: Extraído de Esty e Porter (2002).

Figura 5 – Relação entre concentração de SO2 e PIB per capita.



Fonte: Extraído de Esty e Porter (2002).

Já o atlas "2018 Environmental Performance Index", elaborado pela Universidade de Yale em parceria com a Universidade de Columbia e colaboração do Fórum Econômico Mundial, apresenta um complexo índice de avaliação da qualidade ambiental dos países, e leva em

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

consideração tanto a saúde do meio ambiente, que tem em conta a qualidade do ar, da água e a exposição a metais pesados; como a vitalidade dos ecossistemas, por meio de indicadores relacionados a biodiversidade e habitat, florestas, pesca, clima e energia, poluição do ar, recursos hídricos, e agricultura. Os resultados são medidos de zero a cem, sendo que quanto maior o índice, melhor o desempenho. Na Figura 6 são apresentados os resultados: na coluna da esquerda tem-se a colocação no ranking mundial, na da direita, a colocação no ranking continental, diferenciado por cores. Mais uma vez, os países de melhor desempenho são aqueles mais desenvolvidos, sobretudo europeus, ao passo que os piores colocados são os asiáticos e africanos subsaarianos.

Os dados evidenciam uma ligação entre os níveis de pobreza e desenvolvimento e a presença de material particulado na atmosfera. A presença de particulados pode ser interpretada como indicativo de vigor econômico, mas também evidencia a ausência de esforços para implementação de leis e acordos nacionais e internacionais voltados ao controle de emissões, bem como a opção pela não utilização de tecnologias capazes de reduzir o uso de energia no processo produtivo, ou mesmo de torná-lo limpo. Evidencia também a permissividade em relação à produção de materiais particulados pelo setor industrial. Ademais, em diversos países, os altos índices de pobreza e a dilatada desigualdade social fazem com que uma parcela significativa de sua população ainda dependa de combustíveis rústicos para a produção de calor – como lenha, carvão, plástico ou fezes de animais –, e que recorra à queima de resíduos sólidos como alternativa para a redução do seu volume.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 6 – Resultado do índice de avaliação da qualidade ambiental dos países em 2018.



2018 EPI RANKINGS

RANK	COUNTRY	SCORE	REG
1	Switzerland	87.42	1
2	France	83.95	2
3	Denmark	81.60	3
4	Malta	80.90	4
5	Sweden	80.51	5
6	United Kingdom	79.89	6
7	Luxembourg	79.12	7
8	Austria	78.97	8
9	Ireland	78.77	9
10	Finland	78.64	10
11	Iceland	78.57	11
12	Spain	78.39	12
13	Germany	78.37	13
14	Norway	77.49	14
15	Belgium	77.38	15
16	Italy	76.96	16
17	New Zealand	75.96	1
18	Netherlands	75.46	17
19	Israel	75.01	1
20	Japan	74.69	1
21	Australia	74.12	2
22	Greece	73.60	18
23	Taiwan	72.84	2
24	Cyprus	72.60	19
25	Canada	72.18	20
26	Portugal	71.91	21
27	United States of America	71.19	22
28	Slovakia	70.60	1
29	Lithuania	69.33	2
30	Bulgaria	67.85	3
30	Costa Rica	67.85	1
32	Qatar	67.80	2
33	Czech Republic	67.68	4
34	Slovenia	67.57	5
35	Trinidad and Tobago	67.36	1
36	St. Vincent & Grenadines	66.48	2
37	Latvia	66.12	6
38	Turkmenistan	66.10	7
39	Seychelles	66.02	1
40	Albania	65.46	8
41	Croatia	65.45	9
42	Colombia	65.22	2
43	Hungary	65.01	10
44	Belarus	64.98	11
45	Romania	64.78	12
46	Dominican Republic	64.71	3
47	Uruguay	64.65	3
48	Estonia	64.31	13
49	Singapore	64.23	3
50	Poland	64.11	14
51	Venezuela	63.89	4
52	Russia	63.79	15
53	Brunei Darussalam	63.57	4
54	Morocco	63.47	3
55	Cuba	63.42	4
56	Panama	62.71	5
57	Tonga	62.49	3
58	Tunisia	62.35	4
59	Azerbaijan	62.33	16
60	South Korea	62.30	5
61	Kuwait	62.28	5
62	Jordan	62.20	6
63	Armenia	62.07	17
64	Peru	61.92	6
65	Montenegro	61.33	18
66	Egypt	61.21	7
67	Lebanon	61.08	8
68	Macedonia	61.06	19
69	Brazil	60.70	7
70	Sri Lanka	60.61	6
71	Equatorial Guinea	60.40	2
72	Mexico	59.69	8
73	Dominica	59.38	5
74	Argentina	59.30	9
75	Malaysia	59.22	7
76	Antigua and Barbuda	59.18	6
77	United Arab Emirates	58.90	9
78	Jamaica	58.58	7
79	Namibia	58.46	3
80	Iran	58.16	10
81	Belize	57.79	10
82	Philippines	57.65	8
83	Mongolia	57.51	9
84	Serbia	57.49	20
84	Chile	57.49	11
86	Saudi Arabia	57.47	11
87	Ecuador	57.42	12
88	Algeria	57.18	12
89	Cabo Verde	56.94	4
90	Mauritius	56.63	5
91	Saint Lucia	56.18	8
92	Bolivia	55.98	13
93	Barbados	55.76	9
94	Georgia	55.69	21
95	Kiribati	55.26	4
96	Bahrain	55.15	13
97	Nicaragua	55.04	14
98	Bahamas	54.99	10
99	Kyrgyzstan	54.86	22
100	Nigeria	54.76	6
101	Kazakhstan	54.56	23
102	Samoa	54.50	5
103	Suriname	54.20	15
104	São Tomé and Príncipe	54.01	7
105	Paraguay	53.93	16
106	El Salvador	53.91	17
107	Fiji	53.09	6
108	Turkey	52.96	24
109	Ukraine	52.87	25
110	Guatemala	52.33	18
111	Maldives	52.14	10
112	Moldova	51.97	26
113	Botswana	51.70	8
114	Honduras	51.51	19
115	Sudan	51.49	14
116	Oman	51.32	15
117	Zambia	50.97	9
118	Grenada	50.93	11
119	Tanzania	50.83	10
120	China	50.74	11
121	Thailand	49.88	12
122	Micronesia	49.80	13
123	Libya	49.79	16
124	Ghana	49.66	11
125	Timor-Leste	49.54	14
126	Senegal	49.52	12
127	Malawi	49.21	13
128	Guyana	47.93	20
129	Tajikistan	47.85	27
130	Kenya	47.25	14
131	Bhutan	47.22	15
132	Viet Nam	46.96	16
133	Indonesia	46.92	17
134	Guinea	46.62	15
135	Mozambique	46.37	16
136	Uzbekistan	45.88	28
137	Chad	45.34	17
138	Myanmar	45.32	18
139	Côte d'Ivoire	45.25	18
140	Gabon	45.05	19
141	Ethiopia	44.78	20
142	South Africa	44.73	21
143	Guinea-Bissau	44.67	22
144	Vanuatu	44.55	7
145	Uganda	44.28	23
146	Comoros	44.24	24
147	Mali	43.71	25
148	Rwanda	43.68	26
149	Zimbabwe	43.41	27
150	Cambodia	43.23	19
151	Solomon Islands	43.22	8
152	Iraq	43.20	17
153	Laos	42.94	20
154	Burkina Faso	42.83	28
155	Sierra Leone	42.54	29
156	Gambia	42.42	30
157	Republic of Congo	42.39	31
158	Bosnia and Herzegovina	41.84	29
159	Togo	41.78	32
160	Liberia	41.62	33
161	Cameroon	40.91	34
162	Swaziland	40.32	35
163	Djibouti	40.04	36
164	Papua New Guinea	39.35	21
165	Eritrea	39.34	37
166	Mauritania	39.24	38
167	Benin	38.17	39
168	Afghanistan	37.74	22
169	Pakistan	37.50	23
170	Angola	37.44	40
171	Central African Republic	36.42	41
172	Niger	35.74	42
173	Lesotho	33.78	43
174	Haiti	33.74	12
175	Madagascar	33.73	44
176	Nepal	31.44	24
177	India	30.57	25
178	Dem. Rep. Congo	30.41	45
179	Bangladesh	29.56	26
180	Burundi	27.43	46

Rank, EPI Score, and Regional Standing (REG, shown in color) for 180 countries.

Asia
Latin America
Caribbean
Mid East & N.Africa
E.Europe & Eurasia
Pacific
Europe & N.America
Sub-Saharan Africa

© 2018 YALE CENTER FOR ENVIRONMENTAL LAW & POLICY

Fonte: Environmental Performance Index (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a redação da Carta da Terra, no início do século XXI, diversas nações, entidades científicas e organismos internacionais reconheceram que os atuais padrões de produção e consumo causam a devastação ambiental e a extinção de espécies, incluindo-se a própria humanidade. A ideia de que o usufruto de um ambiente equilibrado é um direito humano fundamental, cuja preservação implica em responsabilidade ética com as gerações futuras, está patente na Declaração de Estocolmo das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) e na Declaração do Rio de Janeiro (1992) e na carta de intenções da Rio+20 (2012). Declarações de direitos e assinaturas de chefes de estado são necessárias, mas não suficientes para resolver a contradição entre a organização internacional da produção de bens e os efeitos devastadores da poluição para uma vida minimamente saudável.

Recentemente, grandes organizações financeiras têm alterado a sua estratégia sobre a implementação do "desenvolvimento sustentável". No último Encontro Anual do Fundo Monetário Internacional, representantes dos Bancos Centrais admitiram que as mudanças climáticas constituem o principal risco à estabilidade econômica e fiscal dos próximos anos (FMI, 2019, p. 18). O Fórum Econômico Mundial de 2020 defendeu a mudança de paradigma energético como condição para as relações internacionais de governança (NESLER, 2020), dando grande protagonismo às jovens ambientalistas, como a sueca Greta Thunberg. Além disso, grandes fundos de investimento têm condicionado a alocação de recursos à responsabilidade ambiental, social e de governança dos países. Por um lado, a pressão do mercado financeiro internacional pode ser apenas uma estratégia para proteção de países desenvolvidos, que adotam, em sua maioria, medidas de assistência ambiental dentro de suas fronteiras. Por outro lado, a proximidade de um colapso humanitário e ecológico, não mais vista de maneira cataclísmica, pode forçar à modificação da matriz energética global.

A despeito do debate sobre a efetiva existência das práticas de dumping ambiental, os dados indicam que, do ponto de vista do desenvolvimento planetário sustentável, um cenário desigual de proteções ambientais não é desejável. Embora a competição entre mercados seja salutar em muitas maneiras, defende-se aqui o estabelecimento de critérios internacionais mínimos e máximos de produção e competição, para que violações a direitos humanos e ambientais não se reduzam a meras vantagens locacionais.

É preciso reconhecer, por outro lado, que a superação de uma posição de desvantagem na divisão internacional do trabalho suscita processos de *catching up* que ocorrem não só com poluição, mas com um verdadeiro sacrifício geracional, algo recorrentemente observado em países que conseguem superar o subdesenvolvimento.

Não há solução trivial, contudo. Mesmo que os países mais desenvolvidos mantenham barreiras protetivas contra mercadorias que trazem em sua produção um histórico de práticas sociais e ambientais eticamente indesejáveis, ainda há o desafio de se criar estratégias para que grandes mercados internos como o chinês, o indiano ou o estadunidense se mobilizem e reivindiquem mercadorias oriundas de modelos de produção mais limpos e dignos. As transformações sociais observadas nas últimas décadas levam a crer que a dispersão de valores relacionados à cidadania global através da educação pode, mesmo que lentamente, consolidar a noção de que são diversos os cenários em que o desenvolvimento humano pode ocorrer sem que haja, necessariamente, crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. **Proposta**, 17(56):5-8.1993.

ANDRADY, Anthony L.. Microplastics in the marine environment. **Marine Pollution Bulletin**, [s.l.], v. 62, n. 8, p.1596-1605, ago. 2011. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.marpolbul.2011.05.030.

ANTWEILER, Werner. The Pollution Terms of Trade. Economic Systems Research, [s.l.], v. 8, n. 4, p.361-366, dez. 1996. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/09535319600000027.

ARAÚJO JR., José Tavares de; NAIDIN, Leane Cornet. Salvaguardas, dumping e subsídios: a perspectiva brasileira. **Revista de Economia Política**, vai. 9, n.º 2, abril-junho/1989.

BARBIERI, José Carlos. Competitividade internacional e normalização ambiental. RAP. Rio de Janeiro 32(1):57-71, JAN.lFEV. 1998.

BARROS, Alexandre Rands. Dependência, dumping social e nacionalismo. **Revista de Economia Política***, vol. 15, nQ 3 (59), julho-setembro/95.*

BBC. **Noruega é maior acionista de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia.** 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40423002>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BUTLER, James H.; MONTZKA, Stephen A.. **The NOAA annual greengouse gas index (AGGI).** Boulder, Co: U. S. Departament Of Commerce, 2019. Disponível em: <https://www.esrl.noaa.gov/gmd/aggi/aggi.html>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CORDOVIL, Leonor Augusta Glovine. O interesse público no antidumping. **Tese de doutorado.** Universidade de São Paulo/Universidade de Paris. 2009.

COSTA, Alfredo; FELIPPE, Miguel Fernandes; REIS, Gabriela. Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos minerários: dos alarmes que ninguém escuta à tragédia no rio Doce. **Revista GEOgrafias**, v. 1, p. 95-113, 2016.

EPI/YALE. **Environmental Performance Index - Global metrics for the environment:** Ranking country performance on high-priority environmental issues. Disponível em: https://epi.envirocenter.yale.edu/downloads/epi2018policymakerssummaryv01.pdf. Acessado em 21 de abril de 2019.

ERIKSEN, Marcus et al. Plastic Pollution in the World's Oceans:: More than 5 Trillion Plastic Pieces Weighing over 250,000 Tons Afloat at Sea. **Plos One**, Storrs, Connecticut, v. 12, n. 9, p.1-15, dez. 2014. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0111913&type=printable>. Acesso em: 09 dez. 2019.

ESTY, Daniel C.; PORTER, Michael E.. **Ranking national environmental regulation and performance**: a leading indicator of future competitiveness. In: The Global Competitive Report 2001–2002, New York: Oxford University Press. 2002. Disponível em: https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/GCR_20012002_Environment_5d282a24-bb10-4a9a-88bd-6ee05e8c6678.pdf. Acessado em 21 de abril de 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL [FMI]. **Relatório Anual do FMI 2019** - Síntese. Washington, D. C. 2019. Disponível em https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2019/eng/assets/pdf/imf-annual-report-2019-pt.pdf Acesso em 1 fev. 2020.

GLOBO. **Noruega se recusa a perfurar poço bilionário de petróleo em prol do meio ambiente.** 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/noruega-se-recusa-perfurar-poco-bilionario-de-petroleo-em-prol-do-meio-ambiente-23587701>. Acesso em: 12 abr. 2019.

GREGORY, Murray R.. Environmental implications of plastic debris in marine settings—entanglement, ingestion, smothering, hangers-on, hitch-hiking and alien invasions. **Philosophical Transactions Of The Royal Society B**: Biological Sciences, [s.l.], v. 364, n. 1526, p.2013-2025, 27 jul. 2009. The Royal Society. http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2008.0265.

HENRIQUES, Alen; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil. **E-cadernos CES** [Online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 setembro 2012, consultado a 14 abril 2019. URL : http://journals.openedition.org/eces/1109 ; DOI : 10.4000/eces.1109

ITUC. **ITUC Global Rights Index 2019**. Disponível em: https://www.ituc-csi.org/ituc-global-rights-index-2018?lang=en . Acessado em 21 de abril de 2019.

LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 247-260, Apr. 1995. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100016&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100016.

LEBRETON, Laurent C. M. et al. River plastic emissions to the world's oceans. **Nature Communications**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.1-10, 7 jun. 2017. Springer Science and Business Media LLC. http://dx.doi.org/10.1038/ncomms15611. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/ncomms15611.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

NESLER, Clay. Zero carbon buildings are possible following these four steps. **World Economic Forum Annual Meeting**. Davos, 2020. Disponível em https://www.weforum.org/agenda/2020/01/zero-carbon-buildings-climate/ Acesso em 1 fev. 2020.

PERERA, Frederica. Pollution from Fossil-Fuel Combustion is the Leading Environmental Threat to Global Pediatric Health and Equity: Solutions Exist. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [s.l.], v. 15, n. 1, p.1-17, 23 dez. 2017. MDPI AG. http://dx.doi.org/10.3390/ijerph15010016.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Dumping social ou delinquência patronal na relação de emprego. **Rev. TST**, Brasília, vol. 77, no 3, jul/set 2011

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Meio ambiente e comércio na agenda internacional: a questão ambiental nas negociações da OMC e dos blocos econômicos regionais. Ambiente e Sociedade (Campinas), São Paulo, v. 8, n.2, p. 125-146, 2005.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. SP. **Vértice.** 1986.

SARIGIANNIS, Dimosthenis A. et al. Exposure to major volatile organic compounds and carbonyls in European indoor environments and associated health risk. **Environment International**, [s.l.], v. 37, n. 4, p.743-765, maio 2011. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.envint.2011.01.005.

SILVA, Alice Rocha da. Dumping e direito internacional econômico. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB,** Brasília, v. 2, n. 2, p.390-417, jul./dez. 2005. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/view/199. Acessado em 21 de abril de 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos** - CEBRAP, 79, 71-94. DOI : 10.4000/rccs.753

TANAKA, Kosuke et al. Accumulation of plastic-derived chemicals in tissues of seabirds ingesting marine plastics. **Marine Pollution Bulletin**, Reino Unido, v. 69, n. 1, p.219-222, abr. 2013.

TEUTEN, Emma L. et al. Potential for Plastics to Transport Hydrophobic Contaminants. **Environmental Science & Technology**, Washington, Dc, v. 41, n. 22, p.7759-7764, nov. 2007. Disponível em: https://pubs.acs.org/doi/10.1021/es071737s. Acessado em 08 de dezembro de 2019.

TEUTEN, Emma L. et al. Transport and release of chemicals from plastics to the environment and to wildlife. **Philosophical Transactions Of The Royal Society B**: Biological Sciences, [s.l.], v. 364, n. 1526, p.2027-2045, 27 jul. 2009. The Royal Society. http://dx.doi.org/10.1098/rstb.2008.0284.

TOMAZZETE, Marlon. O conceito de dumping para a regulamentação multilateral do comércio internacional. **PRISMAS:** Dir., Pol.Pub. e Mundial., Brasília, v.4, n, 1, p 194-214, jan/jul. 2007

UNICEF. **Clear the air for children**: the impact of air pollution on children. Division of Data, Research and Policy. Nova Iorque, 2016. Disponível em: https://www.unicef.org/media/60106/file. Acessado em 08 de dezembro de 2019.

VAN DONKELAAR, Aaron et al. Global Estimates of Fine Particulate Matter using a Combined Geophysical-Statistical Method with Information from Satellites, Models, and Monitors. **Environmental Science & Technology**, [s.l.], v. 50, n. 7, p.3762-3772, 24 mar. 2016. American Chemical Society (ACS). http://dx.doi.org/10.1021/acs.est.5b05833.

VILLATORE, Marco Antônio César; GOMES, Eduardo Biacchi. Aspectos sociais e econômicos da livre circulação de trabalhadores e o dumping social. In: Anais do Congresso Internacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Curitiba: Juruá, 2007. p. 151-164.

XANTHOS, Dirk; WALKER, Tony R.. International policies to reduce plastic marine pollution from single-use plastics (plastic bags and microbeads): A review. **Marine Pollution Bulletin**, [s.l.], v. 118, n. 1-2, p.17-26, maio 2017. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.marpolbul.2017.02.048.

Recebido em: *03 de janeiro de 2019*

Aceito em: *05 de fevereiro de 2020*

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

INFLUÊNCIA DOS GRANDES CENTROS PRODUTORES NOS PREÇOS DA MANDIOCA DE MESA E SEUS DERIVADOS DAS REGIÕES NORTE E JEQUITINHONHA/MUCURI DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Influence of large production centers on the prices of cassava and its derivatives from the northern and Jequitinhonha/Mucuri regions, State of Minas Gerais

Luiz Célio Souza ROCHA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
luizrochamg@hotmail.com

Thânia Rodrigues OLIVEIRA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
thania.rod.ifnmg@gmail.com

Emanuelly Alves PELOGIO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
emanuelly.pelogio@ifnmg.edu.br

Raí Inácio Quadros de SOUZA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
raiinacio_1998@hotmail.com

Resumo

Nas regiões mineiras dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além do Norte, a produção da mandioca de mesa tem relevância econômica, social e cultural. Porém, problemas como irregularidade de precipitação e precariedade de assistência técnica rural, refletem na atividade de produção da mandioca, que se caracteriza por baixa tecnificação, baixa produtividade e desorganização da cadeia produtiva. Além disso, a concorrência, proveniente de outras regiões brasileiras que são grandes produtoras de mandioca e derivados, ameaça a atividade desenvolvida pela agricultura familiar. Assim, este trabalho busca analisar se existe influência dos preços da mandioca comercializada em grandes centros produtores, especificamente no Paraná, sobre os preços dos produtos comercializados nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais. Utilizou-se de análises puramente quantitativas, adotando a análise de séries temporais e uma regressão linear múltipla. Todas as regressões analisadas apresentaram significância estatística ao nível de 5%. Portanto, conclui-se que os preços da mandioca produzida e comercializada nas regiões paranaenses influenciam nos preços da mandioca e farinha nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, confirmando a hipótese apresentada em Michels *et al*. (2004) e Araújo e Arruda Junior (2013).

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mandiocultura. Mercado. Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Abstract

The production of cassava roots has great economic, social and cultural relevance in Minas Gerais north and northeast regions (Jequitinhonha and Mucuri valleys, specifically), especially in the small rural properties. However, problems such as irregular rainfall and precarious rural technical assistance are reflected in the production activity of cassava, which is characterized by low technification, low productivity and disorganization of the production chain. In addition, competition from other Brazilian regions that are major producers of cassava and derivatives threatens the activity of family farming. Thus, this work seeks to analyze whether there is an influence of the prices of cassava sold in large producing centers, specifically in Paraná, on the prices of products sold in the north and northeast regions of Minas Gerais. Purely quantitative analyzes were used, adopting the analysis of time series and multiple linear regression. All the regressions analyzed showed statistical significance at the level of 5%. Therefore, it is concluded that the prices of cassava produced and commercialized in the regions of Paraná influence the prices of cassava and flour in the northern and Jequitinhonha/Mucuri regions, confirming the hypothesis presented in Michels et al. (2004) and Araújo and Arruda Junior (2013).

Keywords: Family farming. Cassava cultivation. Market. Jequitinhonha and Mucuri regions.

INTRODUÇÃO

Em um ambiente de grande concorrência, a busca por melhores índices de produtividade, redução de custos e melhoria da qualidade se faz presente em todas as atividades da economia. Desta forma, os princípios da gestão que são aplicados à indústria e ao comércio são também válidos para a agricultura.

Entretanto, deve-se ressaltar que essa tem determinadas características que a diferenciam dos demais segmentos. Segundo Gerhardt (2012) muitos dos fatores de produção, como a terra, por exemplo, que, para a indústria, representa tão somente a base para a instalação do imóvel, para a agricultura, é considerado o principal meio de produção. Nesse mesmo sentido, Ribeiro *et al*. (2006) citam que a atividade agrícola no Brasil apresenta características diferenciadas em relação aos outros setores da economia, estando estas diferenças associadas aos fatores climáticos, ao longo período em que algumas culturas permanecem sem dar retorno, à perecibilidade dos produtos e à grande variabilidade dos preços no mercado físico e futuro. Ainda segundo esses autores, "o somatório de todas essas características confere a esta atividade um elevado risco em face do investimento efetuado" (RIBEIRO *et al*., 2006, p.13).

O agronegócio brasileiro tem relevante participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Uma vez que o agronegócio compreende, além das atividades primárias realizadas no estabelecimento, as atividades de transformação e de distribuição, o agronegócio teve participação estimada de 23 a 24% do PIB no ano de 2017, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017).

Dentro deste contexto, temos as grandes propriedades rurais produtoras de commodities, grãos ou algum produto destinado às indústrias e as pequenas propriedades rurais que apresentam uma produção diversificada e em pequena escala, caracterizada principalmente pela agricultura familiar. De acordo com o IBGE (2009), a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, sendo responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária e por 70%, em média, dos alimentos consumidos pelos consumidores brasileiros (MDA, 2010).

Dentre os vários produtos ofertados pela agricultura familiar a cultura da mandioca se destaca. Cultivada em todas as regiões do país, tem papel importante na alimentação humana e animal, gerando emprego e renda. Segundo Souza e Fialho (2003) a atividade mandioqueira proporciona receita bruta anual equivalente a 2,5 bilhões de dólares. Em função do tipo da raiz, pode ser classificada como mandioca de mesa ou para a indústria, sendo que, na realidade da produção agrícola familiar a mandioca de mesa tem relevância.

Em algumas regiões, como ocorre com as regiões mineiras dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além do Norte, a produção da mandioca de mesa tem relevância econômica, social e cultural. Porém, problemas como irregularidade de precipitação e precariedade de assistência técnica rural, refletem na atividade de produção da mandioca, que se caracteriza por baixa tecnificação, baixa produtividade e desorganização da cadeia produtiva. Além disso, a concorrência, proveniente de outras regiões brasileiras que são grandes produtoras de mandioca e derivados, ameaça a atividade desenvolvida pela agricultura familiar. Assim, este trabalho busca analisar se existe influência dos preços da mandioca comercializada em grandes centros produtores, especificamente no Paraná, sobre os preços dos produtos comercializados nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Gerhardt (2012) a agricultura pode ser definida como o cultivo da terra, incluindo todos os trabalhos relacionados com o tratamento do solo e a plantação de vegetais com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer as necessidades humanas.

No caso do Brasil, a agricultura se destaca entre as maiores do mundo e representa uma fonte de alimentos e de matéria prima para muitos países, sendo este destaque oriundo de inúmeros esforços ao longo do tempo. Segundo Copetti (2008), durante os anos de 1960 e 1970, a agricultura brasileira passou por um processo de modernização, devido especialmente à política agrícola adotada pelo Estado. O principal instrumento utilizado para viabilizar o desenvolvimento da agricultura foi o crédito subsidiado, privilegiando principalmente os setores mais capitalizados, produtores de commodities. Os objetivos centrais da política agrícola eram aumentar a oferta de alimentos, gerar divisas para o país e modernizar a agricultura, de forma que esta passasse a demandar insumos agropecuários.

Este modelo de investimento para a agricultura se mostrou excludente e parcial, gerando um modelo dual de produção, em que as grandes propriedades rurais produtoras de commodities são detentoras de um processo de produção tecnificado e inovador, enquanto as pequenas propriedades se vêem desassistidas tecnicamente e excluídas dos avanços tecnológicos recentes.

Segundo Mattei (2001), somente em meados da década de 1990, o governo brasileiro passou a voltar sua atenção para as reivindicações dos pequenos produtores rurais, que há muito tempo cobravam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para esse segmento. Esses produtores representavam um grande contingente de estabelecimentos familiares e se encontravam fragilizados social e economicamente. Muito dessa fragilização foi decorrente de décadas de descaso com os pequenos produtores, o que acabou por aumentar a concentração de terras e de renda no meio rural, gerou êxodo rural desordenado e prejuízos ambientais, resultantes da adoção dos pacotes tecnológicos não adaptados às condições edafoclimáticas do Brasil (GOLDIN; RESENDE, 1993).

De acordo com Macedo (2014), globalmente, não existe uma definição universal sobre agricultura familiar e em alguns países o conceito é bastante amplo no que se refere ao tamanho da propriedade e aos diferentes níveis de renda e de produção, sendo que o referencial básico diz respeito unicamente à sua condução, estritamente familiar.

Para Souza *et al*. (2012), o termo agricultura familiar designa uma variedade de atores que possuem em comum sua ligação com o campo, através da atividade agrícola, com a utilização dos recursos naturais de que dispõe e o emprego de mão-de-obra familiar. Os agricultores familiares apresentam-se de forma heterogênea, diferenciando-se entre si de várias maneiras, tais como o nível de renda, forma de exploração dos recursos, tipos de atividades, entre outras, além de diferenciarem-se também de acordo com a região brasileira e o bioma natural onde está inserida sua unidade familiar. Desta forma, os ambientes econômico, físico, geográfico e cultural que circundam a propriedade familiar rural interferem diretamente na construção da identidade dos agricultores bem como na atuação econômica destes com vistas a sua reprodução, auxiliando estes a se consolidarem não apenas como um segmento econômico, mas

também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual as propriedades que a compõem se encontram.

Segundo Brum e Trennepohl (2004), a agricultura familiar tem se caracterizado pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar, pela diversificação agrícola, com a renda advinda das lavouras de milho, soja, trigo, feijão, pecuária e outros produtos. Estes desempenham um papel muito importante, pois garantem a subsistência da família, distribuem renda e geram postos de trabalho, garantindo assim o sustento de milhões de brasileiros. Ainda, Brum e Trennepohl (2004) ressaltam que para se manterem na atividade, os pequenos agricultores necessitam da presença do Estado, financiando de forma subsidiada a produção. Um destes financiamentos disponibilizados pelo Estado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece apoio financeiro para a agricultura familiar, financiando projetos ao pequeno produtor rural, com juros mais baixos do que aqueles aplicados aos demais tipos de produtores.

Entretanto, o acesso a este tipo de financiamento tem sido criticado por alguns autores. No Brasil, a partir de 2006 foram definidos alguns critérios que determinam o pertencimento, ou não, de uma produção agrícola em um contexto familiar. Para que seja considerada como da agricultura familiar uma propriedade deve ter no máximo quatro módulos fiscais, a mão de obra empregada na propriedade deve ser predominantemente própria da família, assim como é necessário que a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento (MACEDO, 2014).

Dentre as inúmeras classificações das propriedades agrícolas pelo seu tamanho, mesmo que sejam pequenos, o acesso a financiamento possibilitado por políticas públicas alcança apenas aqueles que estão dentro de normas preconizadas pela lei. Ou seja, apenas aqueles que sejam formalmente reconhecidos como agricultores familiares podem ter acesso a crédito para financiamento da produção.

Assim, Macedo (2014), ao reproduzir a argumentação de Maria Thereza Pedroso, afirma que como atividade econômica seria desejável estabelecer critérios correspondentes a essa realidade e deixar de lado os requisitos definidos na lei, que não retratam os diversos cenários percebidos no meio rural. O que se chama de agricultura familiar é regulamentado por uma lei que está em total desacordo com a realidade, no sentido de que existem pequenos produtores de base familiar que querem ter acesso ao crédito e se inserir nos programas do governo e não conseguem. Algumas questões modernas que descaracterizam alguns produtores como produtores da agricultura familiar são a necessidade de contratar mão de obra, devido ao esvaziamento de suas unidades, com os filhos migrando para zonas urbanas e periurbanas e a questão da renda familiar que é, em grande parte, proveniente de trabalho assalariado em atividades não agrícolas de vários dos seus membros. Desta forma, a institucionalização da expressão agricultura familiar ignorou ser a agricultura uma atividade antes de tudo econômica (MACEDO, 2014).

1.2 GESTÃO RURAL E A CADEIA DA MANDIOCULTURA

Sendo a agricultura familiar uma atividade econômica, esta permanece sujeita às premissas econômicas básicas, como a lei da oferta e procura e seu respectivo impacto no preço do produto comercializado. Especificamente sobre a mandiocultura, Michels *et al*. (2004), ao estudarem a

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

cadeia produtiva deste produto no estado do Mato Grosso do Sul, afirmam que a mandioca é muito sensível à lei da oferta e da procura. Quando a oferta é superior à demanda, os preços caem, podendo, inclusive, chegar a atingir valores abaixo do mínimo necessário para cobrir os custos da produção. Isso prejudica bastante os produtores, que se tornam reféns da instabilidade dos preços. Em contrapartida, os atravessadores sempre conseguem os melhores rendimentos na atividade, comprando a mandioca e seus derivados dos produtores a preços baixíssimos, vendendo, posteriormente, esses produtos por preços que lhes proporcionam boa rentabilidade.

Marx (1978) argumenta que os pequenos proprietários não deixam de produzir mesmo que o preço pago a eles por sua produção esteja bem abaixo de suas expectativas e necessidades. Segundo este autor, os pequenos proprietários não desenvolvem sua produção baseando-se no preço que pretendem conseguir com a venda de seu produto, mas sim para garantir, além de suas próprias necessidades alimentares, uma renda que atenda ao mínimo de suas necessidades vitais. Isto talvez explique o viés de subsistência associado à produção oriunda da agricultura familiar e o porquê, mesmo sendo mal remunerado pela sua atividade, muitos agricultores familiares insistem em se manter na atividade.

Michels *et al*. (2004) ainda argumentam que os preços da mandioca e de seus derivados são definidos pelas indústrias feculeiras do Paraná e de São Paulo. Elas exercem poder sobre a comercialização da mandioca no Centro-Sul nacional, influenciando também a comercialização em âmbito nacional, por meio de informações propagadas, principalmente, via Internet e mídia televisiva. Segundo Cardoso e Souza (2003), o setor feculeiro está conectado ao setor de produção de farinha e ao de cultivo da mandioca, os quais formam a cadeia produtiva da mandioca no Brasil. Considerar essa interdependência de setores ajuda a compreender a determinação dos preços pagos pela mandioca e por seus derivados nos diversos âmbitos do território nacional (ARAÚJO; ARRUDA JUNIOR, 2013).

Por fim, Araújo e Arruda Junior (2013) ressaltam que o Estado brasileiro possui uma Política de Garantia de Preços Mínimos pouco eficiente e que não está atendendo a mandiocultura, deixando os preços muito livres ao comando do mercado. Isso desfavorece os produtores, que ficam à mercê dos ideários do capital dominante.

Coadunando-se a esta perspectiva, Batalha *et al*. (2005) afirmam que embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados, a agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais. Assim, independente dos mercados aos quais destinam a sua produção ou dos canais de comercialização que utilizam, os agricultores familiares devem poder contar com ferramentas de apoio à decisão adequados à sua cultura 'organizacional' e limitações em termos de educação formal e condições gerais do meio no qual estão inseridos. Essas ferramentas não são apenas úteis, mas cada vez mais indispensáveis para a competitividade sustentada dos seus empreendimentos (BATALHA *et al*., 2005).

Em um ambiente de competição, as empresas buscam adotar, a cada instante, estratégias de conduta, como incorporar a presença de inovação tecnológica no processo competitivo, com o intuito de se capacitar a concorrer por preço, esforço de venda, diferenciação de produtos, entre outros, compatíveis com o padrão de concorrência setorial (KUPFER, 1992).

De acordo com Batalha *et al*. (2005) no âmbito dos sistemas agroindustriais, o sentido mais imediato atribuído ao termo tecnologia é aquele vinculado às tecnologias de produto e processo. Segundo os autores, a grande maioria das atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no Brasil, para a agropecuária em geral e para a agricultura familiar em específico, preocupa-se com aspectos ligados a processos de produção e, secundariamente, ao desenvolvimento de

novos produtos. A tecnologia de gestão, que deveria formar ao lado das tecnologias de produto e processo um tripé fundamental para a competitividade sustentada das cadeias agroindustriais nacionais, é muitas vezes mal compreendida e/ou negligenciada quanto a sua importância. Assim, o baixo nível tecnológico dos agricultores familiares brasileiros não pode ser explicado apenas pela falta de tecnologia adequada; ao contrário, em muitos casos, mesmo quando a tecnologia está disponível, esta não se transforma em inovação devido à falta de capacidade e condições para inovar. O reconhecimento de que o desempenho e a viabilidade dos agricultores dependem de um conjunto de fatores e agentes que formam um sistema, mais ou menos integrado ou harmônico, desloca a análise para a cadeia agroindustrial e requer um enfoque sistêmico.

1.3 SÉRIES TEMPORAIS

As técnicas de séries temporais vem sendo muito utilizadas em várias áreas de pesquisa principalmente naquelas em que as observações estão associadas ao tempo e seus métodos evidenciam características dinâmicas dos fenômenos. Isso ocorre, pois as séries temporais são uma coleção de observações feitas sequencialmente ao longo de um período de tempo (EHLERS, 2009).

As séries temporais podem ser contínua, discreta ou multivariada. A primeira está relacionada a observações feitas continuamente, sem intervalos de tempo, a segunda são definidos períodos de tempos a serem observados, enquanto na terceira, as existe correlação entre duas ou mais séries, sendo que estas devem ser analisadas conjuntamente, gerando, em cada tempo, um vetor de observações (EHLERS, 2009).

Uma das maneiras tradicionais de se analisar uma série temporal é através dos componentes de tendência, ciclo e sazonalidade. A tendência de uma determinada série, está diretamente ligada pelas oscilações que ocorrem num determinado período, voltadas ao longo prazo, que podem ser crescente, decrescente ou permanecer estável. Dentro desse processo de tendência, encontram-se os períodos de sazonalidade, que podem ser identificados dentro das séries temporais como as oscilações de subida ou descida que ocorrem em determinados períodos do ano, do mês, da semana ou do dia. Os ciclos são oscilações que ocorrem de forma crescente ou decrescente, ao longo de uma tendência (GUTIÉRREZ, 2003).

O processo de previsão contido nos aspectos de tendência, é justamente vital na tomada de decisão, que através dos métodos e objetivos específicos dará uma visão mais ampla e consequentemente auxiliará para compreender melhor determinado acontecimento.

Dentro das séries temporais, existem procedimentos que são utilizados para previsão. Dentre esses procedimentos, podemos citar os modelos univariados, modelos de função de transferência ou modelos multivariados (GUTIÉRREZ, 2003).

Uma série temporal pode ser estacionária quando o processo aleatório oscilar em torno de um nível constante. Entretanto, uma série pode ser estacionária durante um período muito longo, mas pode ser estacionária apenas em períodos curtos, alternando de nível ou inclinação (DINIZ *et al*., 1998).

A principal característica das séries temporais é a dependência das observações vizinhas e quem utiliza este modelo quer analisar e modelar esta dependência. Além desta característica, existem

outras como por exemplo, considerar a ordem temporal das observações, as observações são dependentes, o que dificulta a análise e requer técnicas específicas, a presença de tendências, variação sazonal ou cíclica é difícil fazer estimativas ou remover, e devido a natureza sequencial é difícil lidar com observações perdidas e dados discrepantes.

2 METODOLOGIA / MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo Bertrand e Fransoo (2002), a pesquisa aqui apresentada se classifica como aplicada, com objetivo empírico descritivo, já que os pesquisadores estão interessados em descrever as relações causais que podem existir na realidade, conduzindo ao entendimento dos processos atuais, favorecendo então, a compreensão dos processos reais. A forma de se abordar o problema é quantitativa.

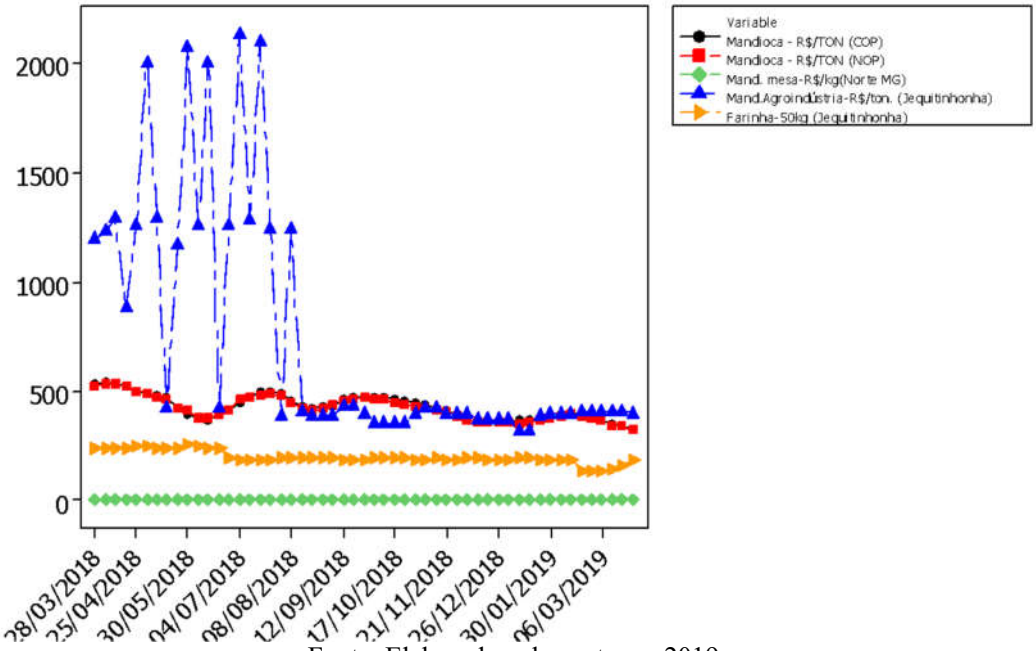
O presente trabalho utilizou-se de análises puramente quantitativas, adotando a análise de séries temporais buscando analisar a existência de correlação entre os preços da mandioca nas principais regiões produtoras do Paraná e os preços de mandioca e derivados nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais. Além da correlação, uma regressão linear múltipla será realizada entre os preços de mandioca e derivados nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais utilizando, como regressores, os dados históricos dos preços da mandioca nas principais regiões produtoras do Paraná juntamente com seus *lags* (ou defasagens) de 1 a 4 semanas. O período da análise estende-se de março de 2018 a março de 2019, com periodicidade semanal e totalizando 53 semanas, onde foram utilizadas as cotações em Reais (R$). Os dados dos preços da mandioca comercializada no centro-oeste paranaense (COP) e no noroeste paranaense (NOP) foram coletados no CEPEA/ESALQ (Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) da USP (Universidade de São Paulo). Já os preços da mandioca de mesa, mandioca para a agroindústria e farinha comercializados nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais foram coletados na EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). Foram considerados os dados dos produtos/regiões que continham todos os valores para a série histórica analisada.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados, somente foi possível definir a série histórica completa para os preços da mandioca no centro-oeste paranaense (COP) e no noroeste paranaense (NOP), para os preços da mandioca de mesa no Norte de Minas Gerais, para a mandioca para a agroindústria e para a farinha na região Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais.

Os dados coletados podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1 - Dados analisados



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Uma vez que os dados se apresentam em diferentes unidades, a padronização é necessária para que a análise não seja prejudicada. A padronização e/ou normalização dos dados é realizada seguindo a seguinte equação:

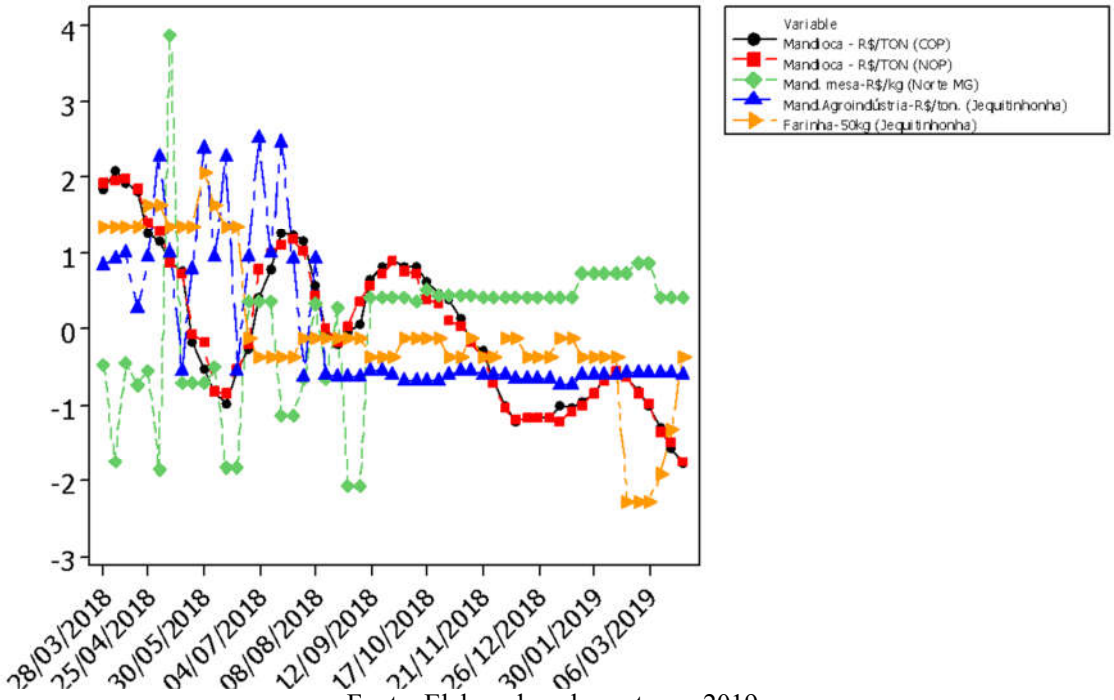
$$z_{np} = \frac{x_{np} - \overline{x}_p}{\sigma_p}$$

onde: $\overline{x}_p$, é a média da variável *p*, σ_p é o desvio-padrão da variável *p*, *n* são os indivíduos ou experimentos e *p* são as variáveis em análise.

Os dados normalizados podem ser vistos na Figura 2.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 2 - Dados normalizados



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Uma vez que os dados foram normalizados, retirou-se o efeito da unidade na análise, permitindo que se verifique a existência de correlação no comportamento dos preços dos produtos analisados.

O método usualmente conhecido para medir a correlação entre duas variáveis é o coeficiente linear de Pearson e pode ser calculado como:

$$\rho = \frac{\sigma_{XY}}{\sigma_X \sigma_y} = \frac{\sum_{i=1}^{n}\sum_{i=1}^{n}(Y_i - \bar{Y})(X_i - \bar{X})}{\left[\sum_{i=1}^{n}(X_i - \bar{X})^2 \sum_{i=1}^{n}(Y_i - \bar{Y})^2\right]^{1/2}}$$

onde: σ_{XY} corresponde à covariância entre X e Y; σ_X corresponde ao desvio-padrão de X; e σ_Y corresponde ao desvio-padrão de Y.

Os resultados para correlação entre as séries históricas dos preços dos produtos analisados e seus respectivos *p-values* podem ser observados na Tabela 1.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Tabela 1 - Correlação entre as séries históricas dos preços.

	Mandioca - R$/TON (COP)	Mandioca - R$/TON (NOP)	Mand. mesa-R$/kg (Norte)	Mand.Agroindústria-R$/ton. (Jequitinhonha)
Mandioca - R$/TON (NOP)	0.992			
p-value	0.000			
Mand. mesa-R$/kg (Norte)	-0.258	-0.295		
p-value	0.062	0.032		
Mand.Agroindústria-R$/ton. (Jequitinhonha)	0.388	0.449	-0.320	
p-value	0.004	0.001	0.019	
Farinha-50kg (Jequitinhonha)	0.439	0.474	-0.409	0.525
p-value	0.001	0.000	0.002	0.000

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Com base na Tabela 1, percebe-se que quase todas as correlações foram significativas ao nível de 5%. Somente a mandioca de mesa da região Norte de Minas Gerais apresentou uma significância maior do que 5% (6,2%) na correlação com os preços da mandioca no COP. Ainda sobre os preços da mandioca de mesa da região Norte de Minas Gerais, tem-se que a correlação com os preços da mandioca no COP e NOP são negativas, evidenciando que o comportamento das séries históricas variam de maneira contrária.

Com relação à intensidade das correlações, de acordo com a classificação de Dancey e Reidy (2005), estas se apresentam variando de fraca (0,1 a 0,3) a moderada (0,4 a 0,6).

Os preços da mandioca para a agroindústria e da farinha na região Jequitinhonha/Mucuri do estado de Minas Gerais são positivamente correlacionados com os preços das regiões COP e NOP. Esses resultados evidenciam que os preços variam de maneira semelhante.

Com o intuito de verificar como os preços das grandes regiões produtoras afetam os preços dos produtos nas regiões mineiras em análise, foi realizada uma regressão linear múltipla, sendo representada pelo seguinte modelo de primeira ordem (MONTGOMERY, 2009):

$$y(x) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \ldots + \beta_k x_k + \varepsilon_i = \beta_0 + \sum_{i=1}^{k} \beta_i x_i + \varepsilon_i$$

onde: $y(x)$ é a resposta de interesse; x_i são as variáveis independentes; β_i são os coeficientes a serem estimados; k é o número de variáveis independentes; ε_i é o erro experimental.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

A estimação dos coeficientes definidos na Equação 3 é tipicamente feita com a utilização do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (*Ordinary Least Squares* – OLS). O método dos mínimos quadrados baseia-se na escolha de valores para β_i, de modo que a soma dos quadrados dos erros seja minimizada (MYERS *et al*., 2009).

Para realizar a regressão foram utilizados *lags* da série histórica dos preços da mandioca na região NOP em relação aos preços da mandioca de mesa no Norte de Minas Gerais, e aos preços da mandioca para a agroindústria e da farinha para a região Jequitinhonha/Mucuri. A escolha de somente utilizar os preços da mandioca na região NOP como regressor se deve ao fato de que os preços da mandioca para a região COP e NOP possuem alta correlação (0,992) e que os preços da região NOP apresentaram maiores correlações com as séries históricas de preços analisadas.

Tabela 2 – Modelos de regressão linear.

Termos	Mandioca Mesa Norte	Mandioca Agroindústria Jequitinhonha/Mucuri	Farinha Jequitinhonha/Mucuri
Constante	0.0388	-0.0395	-0.1837***
NOP - *lag* 0	-1.3596**	-	0.4105****
NOP - *lag* 1	2.4547*	-	-
NOP - *lag* 2	-1.4139*	1.5224*	-0.8208**
NOP - *lag* 3	-	-2.0050**	-
NOP - *lag* 4	-	0.9401***	1.1290*
p-value	0,017	0,008	0,000
R^2 (%)	19,4%	22,8%	48,7%
R^2ajustado (%)	14,3%	17,7%	45,3%

Nota: * = p-value< 1%; ** = p-value< 5%; *** = p-value< 10%; **** = p-value< 15%.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Com base nos resultados apresentados percebe-se que, de maneira geral, os preços da mandioca de mesa na região Norte de Minas Gerais, assim como mandioca para agroindústria e a farinha na região Jequitinhonha/Mucuri sofreram influência dos preços da mandioca cotada na região NOP, grande produtor deste produto. Todas as regressões analisadas apresentaram significância estatística ao nível de 5%, com destaque para os preços da Farinha na região Jequitinhonha/Mucuri onde o R^2 ajustado foi de 45,3%.

Outro resultado que chama a atenção é que em todas as regressões analisadas obteve-se significância estatística para os coeficientes de algum dado passado da série histórica dos preços da mandioca no NOP, dados estes representados pelos *lags* de 1 a 4 semanas. Isto comprova que os dados passados da cotação de preços da mandioca no NOP influenciam os preços da mandioca de mesa na região Norte de Minas Gerais, assim como da mandioca para agroindústria e da farinha na região Jequitinhonha/Mucuri. No caso dos preços da mandioca para agroindústria na região Jequitinhonha/Mucuri o coeficiente dos dados dos preços atuais da mandioca no NOP (NOP - *lag* 0) nem sequer apresentaram significância estatística, deixando

claro que os preços passados da mandioca na região paranaense é que influenciam a cotação do produto na região mineira. Somente a mandioca de mesa na região Norte de Minas Gerais apresentou uma influência relevante dos preços atuais da mandioca no NOP (NOP - *lag* 0) sobre seus preços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar apresenta grande importância para a sociedade brasileira, seja como grande instrumento de fixação do homem no campo, seja como grande fornecedora de alimentos para as regiões urbanas do país. Entretanto, a atividade agrícola familiar, caracterizada pela diversificação, pequena escala e pelo trabalho familiar se vê ameaçada pela concorrência do mercado. Assim, o presente trabalho buscou analisar como os preços da mandioca no centro-oeste paranaense (COP) e no noroeste paranaense (NOP), regiões estas que são grande produtoras da raiz, afetam os preços da mandioca e farinha nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri de Minas Gerais.

Sabe-se que a cultura da mandioca apresenta relevância social, econômica e cultural, principalmente quando se analisa a agricultura familiar brasileira. Porém, a cultura da mandioca há muito deixou de ser atividade apenas da agricultura familiar, passando a apresentar relevância no cenário produtivo dos grande produtores agrícolas. A região centro/sul do Brasil, com destaque para o estado do Paraná, apresenta uma produção industrializada e mecanizada, enquanto a região Norte/Nordeste, com destaque para o Pará, apresenta uma produção fundamentalmente artesanal. Nesta perspectiva, dada a eficiência produtiva, os preços dos produtos na região centro/sul do Brasil tendem a ser menores, puxando para baixo o preço médio do produto.

Com base nos resultados apresentados, conclui-se que os preços da mandioca produzida e comercializada nas regiões paranaenses influenciam nos preços da mandioca e farinha nas regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri de Minas Gerais, confirmando o que afirmam Michels *et al*. (2004) e Araújo e Arruda Junior (2013).

Esta constatação deixa claro que existe uma necessidade urgente por políticas públicas que auxiliem o agricultor familiar a se manter na atividade, seja pelo fornecimento de uma assistência técnica que permita a melhoria da produtividade e profissionalização da cadeia produtiva da agricultura familiar, seja por medidas protetivas, como subsídios ou políticas garantidoras de um preço mínimo, que reconheçam a importância econômica, social e cultural do pequeno agricultor familiar para a sociedade brasileira.

Como limitações da presente pesquisa podemos citar o pequeno número de dados coletados a respeito da série de preços e, em decorrência deste fato, a falta de uma análise mais profunda sobre as características de tendência, ciclo e sazonalidade dos dados.

Como sugestões de pesquisas futuras tem-se o uso de modelos matemáticos mais complexos no intuito de prever o comportamento futuro dos preços da mandioca e seus derivados nas regiões analisadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R.M.; ARRUDA JUNIOR, S. Cultura da mandioca: estudo de caso no agreste potiguar à luz dos relacionamentos inter atores. **Holos**, Ano 29, Vol. 6, 2013.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M.O.; SOUZA FILHO, H.M. (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

BERTRAND, J.; FRANSOO, J. Operations Management Research Methodologies using quantitative modeling. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, p. 241-264, 2002.

BRUM, A. J.; TRENNEPOHL, V. L. **Agricultura Brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas**. 3.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CARDOSO, C. E. L.; SOUZA, J. S. Aspectos econômicos. In: MATTOS, P. L. P.; GOMES, J. C. (Coord.). **O cultivo da mandioca**. (Circular Técnica n° 37). Cruz das Almas, BA: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2003.

COPETTI, L. D. **Fatores que Dificultam o Acesso dos Agricultores Familiares às Políticas de Crédito Rural: O Caso do Pronaf-Crédito no Município de Alegria-RS**. 2008. 205 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

DINIZ, H; ANDRADE, L. C. M.; CARVALHO, A. C. P.; ANDRADE, M.G. **Previsão de séries temporais utilizando redes neurais artificiais e modelos de box e jenkings**. In: Anais do Simpósio Brasileiro de Redes Neurais. [S.I.: s.n], 1998. p. 173-178.

DANCEY, C.; REIDY, J**. Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Artmed: Porto Alegre, 2006.

EHLERS, R. S. **Análise de Séries Temporais.** 2009. Disponível em: http://conteudo.icmc.usp.br/pessoas/ehlers/stemp/stemp.pdf. Acesso em: 28 Jan. 2019.

GUTIÉRREZ, José L. C. **Monitoramento da instrumentação da Barragem de Corumbá-I por redes neurais e modelos de Box & Jenkins**. 2003. Dissertaçao de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Civil.

GERHARDT, A.F. **Análise e Reestruturação de Uma Pequena Propriedade Rural Familiar**. 2012. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2012.

GOLDIN, I.; REZENDE, G. C. **A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO AGROPECUÁRIO 2006 - Agricultura Familiar: Primeiros resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KUPFER, D. **Padrões de concorrência e competitividade**. In: XX Encontro Nacional da ANPEC, Campos do Jordão, SP, 1992.

MACEDO, A. Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo. **Hortaliças em revista**. ano III, n.14, set.-dez., 2014.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária puxa o PIB de 2017**. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTEI, L. **Mudança nas regras de financiamento do PRONAF**. Agência Carta Maior, São Paulo, p. 1, 21 mai. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3895>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei estabelece diretrizes para políticas públicas na agricultura familiar**. 2010. Portal Agricultura Orgânica. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/1184712943.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MICHELS, I. (coord.); CARVALHO, M.C. ; MENDONÇA, C.G. **Mandioca**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004.

MONTGOMERY, D. C. **Design and Analysis of Experiments**. 7 ed. New York: John Wiley & Sons, 2009, 665 p.

MYERS, R. H.; MONTGOMERY, D. C; ANDERSON-COOK, C. M. **Response Surface Methodology: process and product optimization using designed experiments**. 3 ed. New York: John Wiley & Sons, 2009, 680 p.

RIBEIRO, K. C. S.; SOUSA, A. F.; ROGERS, P. Preços do Café no Brasil: variáveis preditivas no mercado à vista e futuro. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v.13, n.1, p.11-30, jan./mar., 2006.

SOUZA, E. F. M.; SILVA, M. G.; SILVA, S. P. A CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCULTURA NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG): uma análise dos aspectos socioprodutivos, culturais e da geração de renda para a agricultura familiar. ***Isegoria*– Ação Coletiva em Revista**, Ano 1, vol. 1, n. 2, set. de 2011/fev. de 2012.

SOUZA, L. S.; FIALHO, J. F. A cultura da mandioca. **Sistemas de produção**, 8, jan., 2003.

Recebido em: *20 de novembro de 2019*

Aceito em: *05 de fevereiro de 2020*

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

FLUTUAÇÕES NO SISTEMA VOCÁLICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Fluctuations in the vocal system of brazilian portuguese

Cláudia Adriana Souza SANTOS
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG),
Campus Almenara
claudia.santos@ifnmg.edu.br

Resumo

As línguas são fundamentalmente dinâmicas, por isso pode-se concebê-las como organismos vivos, submetidos à variação, expostos à mudança. Nessa concepção, o sistema linguístico é sujeito à variação e, portanto, exposto à mudança. Isso caracteriza a heterogeneidade da língua, visto que cada comunidade assume um comportamento peculiar, o que promove a variação linguística específica dos falantes dessa comunidade. Nessa perspectiva, este artigo apresenta um estudo sobre a variação do sistema vocálico do Português Brasileiro, para o que se busca delinear caminhos acerca da investigação das flutuações das vogais médias em posição pretônica. Com isso, compreendem-se as flutuações entre as vogais médias pretônicas e vogais altas como uma herança do latim que passou pelo português arcaico até o português moderno, ou seja, a oscilação do sistema pretônico perpassa a história do português brasileiro e marca as flutuações do sistema vocálico.

Palavras-chave: Flutuações. Sistema vocálico. Português brasileiro.

Abstract

Languages are fundamentally dynamic, for this reason they can be conceived as living organisms, submitted to variation, exposed to change. Within such conception, the linguistic system is subject to variation and, therefore, exposed to change. This characterizes the heterogeneity of the language, since each community assumes a peculiar behavior, which

promotes the specific linguistic variation of the speakers of that community. In this perspective, this article presents a study about the variation of the Brazilian Portuguese vowel system, for which it seeks to delineate paths on the investigation of the fluctuations of the middle vowels in a pretonic position. Hence, the fluctuations between the pretonic middle vowels and high vowels are understood as an inheritance from Latin that passed from archaic Portuguese to modern Portuguese, that is, the oscillation of the pretonic system runs through the history of Brazilian Portuguese and marks the fluctuations of the vowel system.

Keywords: Fluctuations, Vowel system, Brazilian portuguese.

INTRODUÇÃO

As línguas são essencialmente dinâmicas e, nos termos de Martelotta (2011, p. 27), "no quadro de dinamicidade das línguas [...] há uma grande quantidade de variação no uso de uma língua", expondo variações de diversas naturezas: fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas, semântico-lexicais, discursivas e pragmáticas, uma vez que os falantes fazem escolhas por sons, vocábulos, estruturas. Essas realizações não dependem somente de critérios linguísticos, são também implicações da combinação de fatores geográficos, sociais, histórico-temporais, que levam em consideração sexo, faixa etária, dentre outros.

Nessa perspectiva, entende-se a língua como organismo vivo, submetida à variação, exposta à mudança. De acordo com uma concepção naturalista da linguagem, fundamentada nas teorias evolucionistas de Charles Darwin, compreende-se a língua como um organismo vivo, que nasce, desenvolve-se e morre. Essa concepção foi estabelecida pelos neogramáticos que conferiram a evolução histórica das línguas a determinadas leis fonéticas, regulares e imutáveis, a partir das quais seria possível restaurar as formas originais de que haviam surgido. Não obstante às evidentes limitações dessa abordagem fonética, o método e as técnicas dos neogramáticos influenciaram os linguistas que vieram depois.

Em favor disso, o sistema linguístico submetido à variação, exposto à mudança, leva-nos a pensar na heterogeneidade da língua, visto que cada comunidade assume um comportamento peculiar, o que promove a variação linguística específica dos falantes dessa comunidade. No Português Brasileiro, por exemplo, as vogais pretônicas podem marcar a variação dialetal, promovendo a caracterização de uma comunidade linguística.

Os fatores que levam as palavras a mudarem são diversos e, além disso, não podemos fazer uma escolha entre a mudança e a estabilidade da língua. Na verdade, "somos empurrados a construir uma linguagem já que vivemos em sociedade e precisamos fazer comunicação com quem está em nossa volta" (FERREIRA; SOUSA; BELO, 2013), porque somos dotados de necessidades comunicativas. É importante entender, então, a língua em sua pluralidade, em vista de suas peculiaridades histórica, geográfica ou social, determinadas nos estudos como variedade.

No que se refere, por exemplo, ao sistema vocálico do Português Brasileiro, esse caráter variável peculiar à alternância na articulação da fala, promove mapeamentos alternantes nas posições tônica, pretônica, postônica e átona final, resultando em um sistema vocálico submetido a um processo que se configura, conforme os estudos de Camara Jr. (2014), em um

sistema de sete vogais na posição tônica, reduzido para cinco vogais na posição pretônica, quatro na posição postônica não final e três na posição átona final.

Nesse sentido, objetiva-se compreender o processo de variação das vogais médias pretônicas, por meio de estudo realizado sobre o tema, bem como, primeiramente, remontar o histórico da evolução do sistema vocálico do Português Brasileiro e discorrer sobre o subsistema pretônico.

A escolha desse fenômeno próprio das pretônicas será explorado a partir das fundamentações fornecidas por Bisol (1981), Teyssier (1994), Bisol (2003), Mattos e Silva (2006), Fonte (2010), Martelotta (2011), Camara Jr (2014), e Batisti e Vieira (2014).

1 MATERIAIS E MÉTODOS

1.1 METODOLOGIA

O objeto deste estudo é a descrição do sistema vocálico do Português Brasileiro (doravante PB) e o seu comportamento variável, cujo método será a análise desse sistema, a partir da perspectiva estruturalista de Camara Jr. (2014), que apresenta um sistema de sete vogais orais a partir da posição tônica e para o qual a posição é também o ponto de partida para a classificação dos fonemas vocálicos; e com base na perspectiva gerativista de Leda Bisol (1981), para a qual não há uma organização de sistemas vocálicos conforme contextos (tônico/átono), mas há uma gradatividade das sete vogais que atuam na sílaba tônica tonando-se mais fracas quando passam de posições pretônicas a postônicas, caracterizando o sistema vocálico.

Nesse sentido, tomaremos como base as teorias apresentadas por Camara Jr (2014) e Bisol (1981) como corpora para análise do tema.

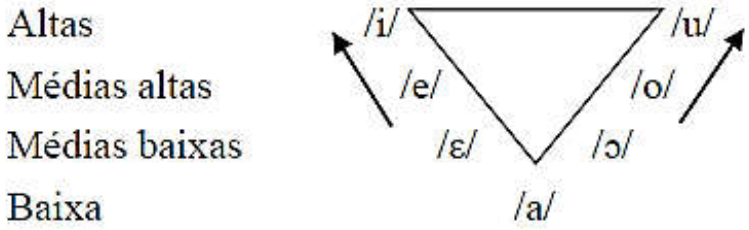
1.2 ANÁLISE

Para Camara Jr. (2014), as vogais do PB formam um sistema triangular e podem ser baixas, médias baixas, médias altas e altas. Assim, na posição tônica é que encontramos o caráter distintivo das vogais e o que permite tal descrição, como em 'm[o]lho / m[ɔ]lho, s[e]co / s[ɛ]co, t[i]do / t[u]do, m[a]la / m[ɔ]la'[1]. Nessa mesma perspectiva, Mattos e Silva (2006, p. 52) considera que esse sistema vocálico tônico de sete vogais foi herdado do latim vulgar para o português arcaico e "persiste na maioria dos dialetos contemporâneos da língua portuguesa", o que nos leva a concordar que o sistema vocálico do português em posição acentuada é mais conservador em relação às posições átonas.

[1]As representações entre colchetes referem-se à transcrição fonética e indicam que se trata de um fone, ou seja, estão relacionadas à fala.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figura 1 – Sistema vocálico tônico oral do Português Brasileiro.

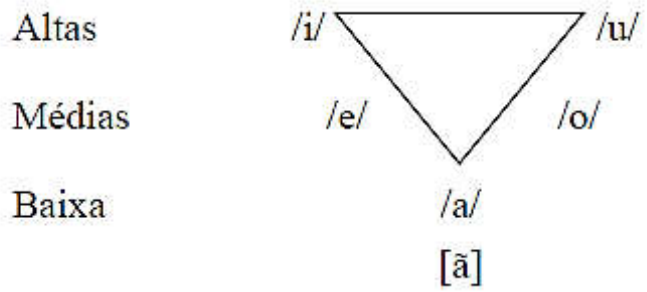


Fonte: Adaptado de Câmara Jr. (2014. p.41).

No entanto, há alteração nesse sistema quando a sílaba tônica é seguida de consoante nasal na mesma sílaba. A oposição entre as vogais desaparece, o que favorece a neutralização das posições médias com eliminação das vogais médias baixas, ocorrendo apenas as médias altas e a redução do sistema a cinco vogais. Por exemplo*: 's[i]nto, d[e]nte, c[a]mpo, p[o]nte, ch[u]mbo'*.

Para Camara Jr. (2014), esse travamento é feito pelo arquifonema /N/ representando a neutralização da nasal em posição de ataque silábico, que mantém o traço comum da nasalidade, sendo articulada dependendo da consoante seguinte (labial /m/- campo, dental /n/ - canto, palatal, velar/ ɲ/ - canga)[2].

Figura 2 – Sistema vocálico tônico seguido de nasal.



Fonte: Adaptado de Câmara Jr. (2014. p.41).

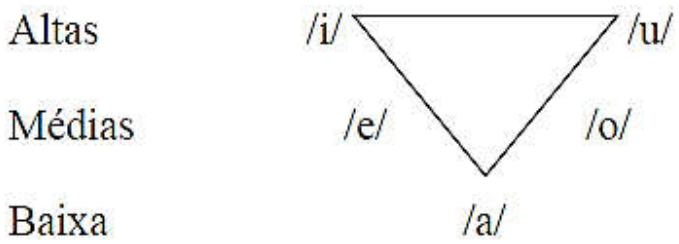
Assim, a partir da figura 2, como em d[e]nte e p[o]nte, não se pode ter * d[ɛ]nte e

*p[ɔ]nte, ou seja, o PB não permite vogais médias baixas seguidas de nasal em posição tônica.

[2]As representações entre barras referem-se à transcrição fonológica. As barras indicam que se trata de um fonema, ou seja, não é o que produzimos na fala, é o que está internalizado, é uma construção mental que está relacionada com a língua.

Já em posição átona, o sistema triangular de Camara Jr. (2014) passa a contar, igualmente ao sistema de vogais tônicas seguidas de nasal, com cinco vogais, visto que também ocorre a neutralização das vogais médias altas e médias baixas.

Figura 3 – Sistema vocálico em posição átona.



Fonte: Adaptado de Câmara Jr. (2014. p.41).

O sistema pretônico, portanto, mantém a triangulação proposta por Camara Jr. (2014), para o qual são cinco vogais em posição pretônica. Nessa direção, as vogais médias baixas são neutralizadas em favor das vogais médias altas. Assim, toma-se como paradigma a distinção /ó/ - /ô/ em posição tônica, prevalecendo a vogal média alta em posição pretônica. Por exemplo, "entre forma (com /ò/ tônico) e forma (com /ô/ tônico) [...] o adjetivo derivado do primeiro desses substantivos (forma com /ò/ tônico) é formoso em que se tem /for/ por causa da posição átona (pretônica) da sílaba" (CAMARA JR., 2014, p. 45)[3], ou seja, "a vogal pretônica mantém-se firme em vocábulos derivados, paradigmaticamente associados aos vocábulos primitivos em que ela é tônica" (CAMARA JR., 2014, p. 45).

Dessa forma, entende-se por neutralização "[...] a perda de um traço distintivo, reduzindo-se dois fonemas a uma só unidade fonológica. Ex.: caf[ɛ] – caf[e]teira, b[ɛ]lo – b[e]leza, s[ɔ]l – s[o]laço, em que [...] o traço distintivo que separa em duas unidades /e/ e /ɛ/, assim como /o/ e /ɔ/, é perdido na posição pretônica" (BATISTI; VIEIRA, 2014, p. 167).

Mesmo considerando esse sistema pretônico de cinco vogais, no que tange à ausência das vogais abertas /ɛ/ e / ɔ / em posição pretônica, Mattos e Silva (2006, p. 61) levanta o questionamento: "haveria variação fonética entre vogais médias abertas e médias fechadas do tipo [e] / [ɛ], [o] / [ɔ]?". A questão encontra hipótese em Teyssier (1994, p. 43) que considera o sistema vocálico em posição pretônica para o português arcaico, já em fase final, em meados de 1500, constituído de oito vogais.

Para Teyssier (1994), as vogais médias abertas tratam-se da contração de antigos hiatos do português. No entanto, Fonte (2010, p. 87) esclarece que esse sistema considerado por Teyssier não é válido para o português arcaico do século XIII e que os estudos analisados por ela "nada comprovam a respeito da possibilidade de existir (...) variação fonética entre vogais médias abertas /ɛ, ɔ/ e médias fechadas /e, o/". Para esta autora, então, o sistema pretônico constitui-se

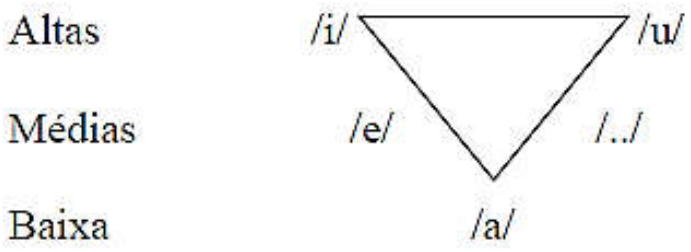
[3]Estudo de Camara Jr. (2014) a partir do português brasileiro (base do registro formal do dialeto social culto) centrado no Rio de Janeiro.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

mesmo de cinco vogais, não havendo "distinção fonológica entre vogais médias abertas e fechadas".

Agora, em posição postônica não-final ocorre outra redução para quatro vogais, conforme Camara Jr. (2014), como em *'vít[i]ma, núm[e]ro, lâmp[a]da, óc[u]los'*, em que as posições médias de /e/ e /o/ tendem a se harmonizar quanto à altura com as vogais tônicas quando estas são /i/ e /u/. Assim, /e/ e /o/ passam a /i/ e /u/, como em *'cutícula'* e '*cutícola'* cuja distinção é praticamente gráfica e a pronúncia é a mesma para os dois vocábulos /ku'tikula/.

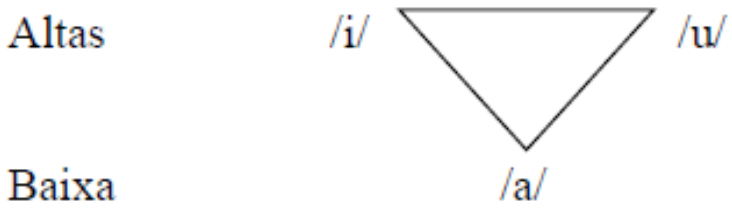
Figura 4 – Sistema de vogais átonas postônicas não-finais.



Fonte: Adaptado de Câmara Jr. (2014. p.41).

Já na posição postônica final, o sistema vocálico fica reduzido a três vogais: '*red[i], cas[a], livr[u]'*. Para Batisti e Vieira (2014, p. 169), então, as átonas finais apresentam maior grau de atonicidade e, seguidas ou não de /S/, mantém-se reduzidas a três vogais. Para Camara Jr. (2014), portanto, as reduções no sistema vocálico ocorrem por processo de neutralização com perda de contraste distintivo, como em *'f[o]rmiga, f[u]rmiga'* e *'f[ɔ]rmiga'*, ou *'[e]scola, [i]scola, [ɛ]scola'*. De tal modo, as vogais médias pretônicas /e/ e /o/ podem variar como vogais médias altas [e] e [o] como em m[e]nino, c[o]ruja; vogais altas [i] e [u], como em *'m[i]nino, c[u]ruja'*; e vogais médias baixas, como em *'m[ɛ]nino, c[ɔ]ruja'*.

Figura 5 – Sistema de vogais átonas postônicas finais.



Fonte: Adaptado de Câmara Jr. (2014. p.41).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Logo, para Bisol (2003), regras de neutralização são processos naturais que atuam sobre o sistema vocálico e o resultado é sempre um sistema mais simples já contido na língua, ou seja, a tendência é a simplificação do sistema, sendo que na posição postônica final a neutralização é um processo estável.

Figura 6 – Sistema de vocálico do PB.

	Tônica		Pretônica		Postônica	
Altas	/i/	/u/	/i/	/u/	/i/	/u/
Médias altas	/e/	/o/	/e/	/o/		
Médias baixas	/ɛ/	/ɔ/				
Baixa	/a/		/a/		/a/	

Fonte: Bisol (1981. p.30).

Nessa abordagem, o sistema pretônico do PB é alvo de variações, ou seja, favorece a ocorrência de processos fonológicos, visto que nessa posição ocorre a neutralização pela redução do quadro de sete vogais tônicas para cinco pretônicas. Esse processo se dá pela "perda de contraste na série das médias" (BATISTI; VIEIRA, 2014, p. 176) causando a variação relativa ao traço de altura. Nesse sentido, o alçamento vocálico acontece quando ocorre a elevação na altura da língua na pronúncia das vogais médias-altas [e] e [o] como vogais altas[i] e [u]. Segundo Bisol, alçamento é "um processo de assimilação regressiva, desencadeado pela vogal alta da sílaba imediatamente seguinte, independente de sua tonicidade, que pode atingir uma, algumas ou todas as vogais médias do contexto" (1981, p. 259), como, por exemplo, *'adormeceria ~adormeciria ~adormiciria ~adurmiciria'* (ibidem, 1981,p. 111).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Geralmente, a variação por alçamento acontece em posição postônica final, como em pato ['patu] e ave ['avi], em que a postônica é foneticamente pronunciada como vogal alta e encontra-se estável. No entanto, o alçamento também acontece em posição pretônica como em menino [mi'ninu] e motivo [mu'tʃivu], com a atuação de uma vogal alta em posição pretônica.

No caso das pretônicas, é previsível o seu alçamento, que caracteriza uma comunidade linguística, dadas as possibilidades de variação que se observa no comportamento das vogais do PB. Bisol (1981) assinala que, além da neutralização apresentada por Camara Jr., o sistema vocálico sofre uma regra de harmonia vocálica em que ocorre a assimilação de traços: a vogal pretônica assimila o traço de altura da vogal seguinte imediata, ou seja, a harmonia vocálica definida por Bisol (1981, p. 259) como "[...] um processo de assimilação regressiva, desencadeado pela vogal alta da sílaba imediata seguinte, independente de sua tonicidade, que pode atingir uma ou todas as vogais médias do contexto". O que configura, então, a harmonia

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

vocálica é o gatilho motivador do alçamento da vogal pretônica, qual seja o traço alto da vogal seguinte. Esse processo pode ser observado em */menino/ ~ [minino]* e */coruja/~ [curuja]*.

Segundo Bisol, é no evento pretônico que ocorre o fenômeno de harmonização vocálica como uma regra natural do Português, "cujas origens remontam o latim do século IV, as etnias e outros fatores socioculturais podem dar conta da gradação de uso, mas as forças imanentes que provocam essas flutuações devem ser encontradas nos princípios que regem o sistema linguístico" (BISOL, 1981, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO

O sistema vocálico do PB passa por processo de neutralização, configurando um sistema de 7 vogais na posição tônica, 5 na posição pretônica, 4 na posição postônica não-final e 3 vogais na posição postônica final.

Além disso, confirma-se na posição pretônica a ocorrência de flutuações, ou seja, um comportamento diferente quanto ao alçamento, concluindo-se que a elevação de vogais médias pretônicas no PB apresenta variação que se confirma no dialeto ou regional ou mesmo social.

Portanto, o sistema vocálico sofre uma regra de harmonia vocálica em que ocorre a assimilação de traços: a vogal pretônica assimila o traço de altura da vogal seguinte imediata. Nesse sentido, compreendemos que as vogais pretônicas no PB são definitivamente um fenômeno variável e presumimos que permanecerá assim por muito tempo.

REFERÊNCIAS

BATISTI, Elisa. VIEIRA, Maria José Blaskovski. O sistema vocálico do Português. In: BISOL, Leda (org). **Introdução a estudos de fonologia do portuguêsbrasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BISOL, Leda. **Harmonização vocálica**. 1981. 332f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. A Neutralização das Átonas. **Revista Letras**. Curitiba: UFPR, n.61, especial, 2003, p. 273-283.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 46. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão. SOUSA, Rayron Lennon Costa. BELO, Aldenora Márcia. Variação dialetal nas cantigas de reisados: usos e desusos no município de São Bernardo – MA. In: **Web-Revista SOCIODIALETO**. v. 4, n. 1 0, Jul/2013.

FONTE, Juliana Simões. As vogais do português. In: **FONTE, JS**. Rumores da escrita,vestígios do passado: uma interpretação fonológica das vogais do português arcaico por meio da poesia medieval[online]. São Paulo: Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico:** fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1994.

Recebido em: *04 de dezembro de 2019*

Aceito em: *13 de fevereiro de 2020*

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS EMBAIXADORES DO VALE DO JEQUITINHONHA (IFNMG-ALMENARA) NO MINIONU (PUC-MINAS)

Experience report on the participation of the Jequitinhonha Valley's Youth Embassadors (IFNMG-Almenara) in MINIONU (PUC-Minas)

Débora Pinheiro SOBRAL
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
debora31sobral@gmail.com

Náthila Mayone Olvieira LACERDA
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
nathila.pa123@gmail.com

Ana Luiza Ferreira BATISTA
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Almenara
ana788315@gmail.com

Resumo

Descreve-se a experiência de três jovens embaixadoras que representaram o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Almenara no MINIONU, um evento de simulação das Nações Unidas organizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no mês de outubro de 2019.

Palavras-chave: MINIONU. IFMUNDO. Simulação.

Abstract

This report describes the experience of three young ambassadors who represented the Federal Institute of Northern Minas Gerais – campus Almenara in MINIONU, a United Nations model simulation event organized by the Pontifical Catholic University of Minas Gerais in October 2019.

Keywords: MINIONU. IFMUNDO. Simulation.

O MINIONU é um dos maiores eventos de simulação dos comitês da ONU na América Latina. Este evento é organizado pelo Departamento de Relações Internacionais da PUC-Minas. Em 2019, entre os dias 12 e 15 de outubro, mais de 30 estudantes dos do ensino médio representaram o IFNMG, como jovens embaixadores, neste modelo de simulação de embaixadores da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste ano, o MINIONU completou a sua 20ª edição. Ao longo deste período, estudantes de escolas públicas e particulares se reuniram em delegações diplomáticas para negociar e debater questões de ordem geopolítica, histórica, ambiental, filosófica e jurídica com o objetivo de propor soluções e novas perspectivas para o mundo (PIMENTA *et al.*, 2019). Os jovens embaixadores do Vale do Jequitinhonha foram selecionados entre os destaques do projeto integrador IFMUNDO[1], após duas rodadas de simulação.

Trata-se de uma experiência única na vida acadêmica e pessoal dos participantes. A qualidade do projeto e o impacto na vida dos estudantes começa com a formação a partir de estudos sobre os países representados e os temas dos comitês. Os professores do IFNMG e os diretores dos comitês, alunos de Relações Internacionais, auxiliaram na formação indicando bibliografias, ensinando regras de decoro e posicionamento em debate que deveriam ser compartilhados, dada a importância dessas habilidades para discussões políticas de qualidade.

O evento é muito bem organizado, a começar pelas informações disponíveis em diversos *blogs* que permitem a cada comite auxiliar nos assunto que serão tratados nos debates, na produção do DPO, em materiais de pesquisas que ajudam nos estudos e na produção de dossiês sobre as delegações. Durante a abertura do evento, houve o respeito entre as delegações. Durante as discussões, a imprensa que eternizou cada um dos muitos momentos maravilhosos que a MINIONU proporcionou, ricos evento em si em conhecimento e diversidade.

A jovem embaixadora, Débora Sobral, atuou como presidente do Comitê Olímpico da Iugoslávia numa simulação histórica do Comitê Olímpico Internacional (COI – 1981), que tinha como contexto de fundo as negociações políticas durante a Guerra fria e o cenário esportivo

[1] O IFMundo é um modelo de simulação dos comitês e agências nacionais e internacionais, especialmente da ONU. Trata-se de um projeto de ensino organizado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Em 2019, o projeto chegou a sua 3ª edição e abrangeu mais de 20 escolas públicas do norte de Minas Gerais e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, contemplando cerca de 3500 estudantes. Cada participante desempenha um papel dentro dos comitês, onde ele deve representar os interesses do ator (país) a ele atribuído, propor e construir soluções consensuais para os problemas globais relevantes, de modo a simular, portanto, o ambiente político e parlamentar dos foros internacionais.

mundial. No primeiro dia de debates, as delegações se conheceram e as regras gerais foram expostas pela mesa diretora. No segundo dia, os debates foram mais calorosos. Cada uma das delegações defendeu os seus interesses, dando realismo à simulação. De início, foi difícil que todos chegassem a um acordo comum que favorecesse todo mundo, pois uma defendia o que era melhor para a sua delegação, mas, aos poucos, foi-se entendendo que o objetivo era o bem estar comum de todos durante os Jogos Olímpicos. No terceiro dia, todos perceberam e entenderam que para se alcançar a paz era necessário entender que, independente do contexto histórico, seja o de 1981 ou o de 2019, o esporte é algo universal, que ajuda na construção do carácter do ser humano, e que divergências políticas não devem influenciar na realização dos Jogos Olímpicos. E assim concluímos as discussões, resolvendo os tópicos e atingindo o principal objetivo da ONU, a paz mundial.

Ao longo das discussões a estudante pôde perceber o quão importante é ter uma conhecimento de mundo mais aprofundado, conhecendo-se, por meio da MINIONU, a importância da trégua olímpica e do esporte, do COI e de políticas que assegurem que as práticas esportivas sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, honesta e que tenha padrões éticos baseados nos Direitos Humanos. Neste sentido, ela modificou o seu próprio ponto de vista inicial a partir da reflexão sobre o posicionamento da sua delegação em contraste com as demais.

A estudante Náthila Lacerda participou dos debates do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS – 2017), como representante da empresa Virgin Galactic. O tema geral foi a Revisão do Tratado do Espaço Sideral e Armas Nucleares. No primeiro dia, explicou-se como seria o uso do espaço sideral de maneira pacífica. Todos os membros, tanto oficiais como observadores, concordaram em proibir o uso armas nucleares de destruição em massa na atmosfera espacial. Porém, para chegarem a ter essa conclusão, foram necessárias discussões entre algumas nações, e se destacaram a China e Rússia, que estavam aliadas à não utilização das armas, contra os EUA que insistia no seu uso como uma forma de proteção nacional e internacional. Essa insistência atrapalhou a decisão, que deveria ser unânime, deixando, portanto, o primeiro tópico da agenda sem resolução.

No segundo dia, focou-se na jurisprudência internacional sobre a utilização de armas no espaço. Construíram-se cenários sobre o que aconteceria caso alguém cometesse um crime no espaço, qual seria sua pena e quem iria se responsabilizar. Além dessas questões criminalistas, falou-se os sobre testes nucleares fora da atmosfera terrestre. Em relação ao primeiro tópico, concluiu-se que os países que enviarem cientistas, tecnólogos e/ou astronautas para a atmosfera devem se responsabilizar por futuros problemas com estes profissionais. Por outro lado, as empresas privadas devem ser regidas sobre as leis do seu país sede, sobre as quais criadas emendas e condições futuras.

Em relação aos testes nucleares, foi unânime a concordância, entre as empresas privadas e as nações, de que não acontecessem em atmosfera espacial. Após um dia inteiro presos nesse tópico da agenda, ao final foi aprovada uma proposta de resolução feita pela Rússia.

No terceiro e último dia, tivemos discussões rápidas em volta das responsabilidades das empresas privadas. Discutiu-se, também, o que seria o turismo espacial. Neste tópico, os representantes das empresas tiveram mais voz, concordando com a ideia de que os países-sede fossem julgados em caso de problemas com naves, crimes e/ou lixo espacial. Sobre o turismo espacial, definiu-que as nações deviam apoiar e criar maneiras de popularizar e maximizar esse mercado que promete várias evoluções e desenvolvimentos científicos. Agora, distante do evento, a estudante consegue perceber que a dificuldade para se chegar a consensos mínimos

de paz tem a ver com os interesses econômicos das diversas entidades e nações. Daí a necessidade de se aprender a construir caminhos por meio do diálogo e do convencimento.

No comitê de Ana Luiza Ferreira Batista, debateu-se a voz política da juventude na América Latina. Uma das discussões foi em torno do poder da juventude para a transformação social, de modo a encontrar alternativas sobre como engajar-la na solução dos problemas da sociedade atual. Este é um tema relevante para todos os jovens, a partir do qual se busca a sua autonomia para investigar as causas e propor soluções cabíveis a diversas realidades. Um dos problemas da gestão pública brasileira são as soluções rápidas e simples para problemas complexos. No caso da simulação, todo o projeto deve ter bases científicas, o que desclassifica falácias postas em debate. Uma vez que os debates são feitos com jovens, a metodologia aplicada teve uma grande importância, pois os participantes da simulação serão os mesmos agentes políticos de amanhã.

O MINIONU proporciona experiências e promove diversas competências intelectuais e sensíveis. Utiliza-se o diálogo para o desenvolvimento da empatia.Além disso, as simulações são capazes de sensibilizar sobre temas que não interferem diretamente na na realidade cotidiana do estudante. Como apontam Martins *et al*. (2018), esta esperiência político-pedagógica promove a compreensão e o engajamento dos estudantes em temas relacionados aos Direitos Humanos, disseminando a consciência de cidadania global, bem como potencializando as competências e as habilidades que respondam aos desafios educacionais do século XXI.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Alex Lara; COSTA, Alfredo; PALHARES, Leonardo Machado. Cidadania global e Direitos Humanos: efeitos educacionais do desenvolvimento de simulação da ONU no Vale do Jequitinhonha. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 7, n. 14, p. 11-39, dez. 2018. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9105/4784. Acesso em: 05 dez. 2019.

PIMENTA, Gabriel Fernandes; NASCIMENTO, Victor de Matos; LIMA, Joelton Carneiro de. Modelo Intercolegial das Nações Unidas - MINIONU: há vinte anos mudando a vida de milhares de jovens brasileiros. In: **IFMundo: diálogos sobre pedagogia da simulação e cidadania global**. Alfredo Costa; Alex Lara Martins; Leonardo Machado Palhares (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, p. 191-208. Disponível em https://www.editorafi.org/709ifmundo. Acesso em: 05 dez. 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso orientador, professor Alex Lara Martins (IFNMG-Almenara, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que nos ofereceu apoio por meio de bolsa de Iniciação Científica Júnior (ICJ), processo 439855/2018-7.

Recebido em: *09 de dezembro de 2019*

Aceito em: *13 de janeiro de 2020*

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

EXPERIENCE REPORT ON STUDENT'S PARTICIPATION IN A UN ENGLISH-LANGUAGE SIMULATED COMMITTEE AT THE IFMUNDO 2019

Relato de experiência sobre a participação de estudantes no Comitê simulado da ONU em língua inglesa no IFMundo 2019

Célio Medina Gonçalo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFNMG),
Campus São João Evangelista
medinabelo@msn.com

Abstract

The communicative practice in English language rests on the pillars of speaking, reading, writing and listening. However, in general, the regular high school Brazilian student does not often find the necessary subsidies to develop these skills in school. The IFMundo project from the Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – campus Almenara was born aiming to providing multidisciplinary, plural and democratic learning. Within the scope of a simulation of the UN committee, the IFNMG English-language committee is also born with the aim to provide the student a possibility to experience a communicative practice through the representation of a nation, seeking to debate and point out suggestions for improving problems of great global relevance. This paper brings an experience report that point out gains and difficulties faced by students acting as ambassadors responsible for defending their country positions with the committee, using a second language. In the preparatory stage, there was a voluntary selection and the chosen group of participants for the project studied, prepared, simulated and problematized various situations linked to what the project proposed. The participation in all project stages allowed the intensive use of the English language in the debate committee, increased the student's vocabulary and self-confidence in speaking the language, and served as a springboard for participants and others involved in emphasizing the importance of learning English for the academic, social and labor market purposes.

Keywords: English language. Oral practice. Simulation. Debate.

Resumo

A prática comunicativa em língua inglesa se apoia nos pilares da fala, leitura, escrita e audição. Entretanto, de forma geral, o aluno regular do ensino médio não encontra subsídios necessários para desenvolver essas habilidades no âmbito escolar. O projeto IFMundo do Instituto Federal do Norte de Minas nasceu com o objetivo de proporcionar um aprendizado multidisciplinar, plural e democrático. No âmbito, de simulação do comitê da ONU, nasce também o comitê em língua inglesa, que visa oportunizar ao aluno a possibilidade de vivenciar uma prática comunicativa através da representação de uma nação por parte do aluno, buscando debater e apontar sugestões de melhoria para problemas atuais de grande relevância. Esse trabalho traz um relato de experiência que aponta ganhos e dificuldades enfrentados por alunos ao atuar como embaixadores responsáveis por defender seu país junto ao comitê utilizando uma segunda língua. Na etapa preparatória, foi feita uma seleção voluntária onde o grupo de participantes escolhidos para o projeto estudou, preparou, simulou e problematizou diversas situações atreladas ao que o projeto se propõe. A participação nas etapas do projeto permitiu o uso intenso da língua inglesa no comitê de debates, ampliou o vocabulário e autoconfiança do aluno em se manifestar nessa língua e serviu como um trampolim para os participantes e demais envolvidos no sentido de ressaltar a importância de se aprender Inglês para o mundo acadêmico, social e para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Língua inglesa. Prática oral. Simulação. Debate.

INTRODUCTION

The idea of the IFMundo English Committee was born when I was able observe the IFMundo debate dynamics where students take on the role of ambassadors from a particular country and meet with other ambassadors (called delegates) where they discuss current global issues of relevance and worldwide interest. I realized that the student needs to take a position on a particular subject not in accordance with his or her own convictions, but in accordance with the official diplomatic position of the country that he represents. Thus, there may be an internal conflict of interests for the young person who needs to vehemently defend a position that does not necessarily represent his or her point of view.

The English committee's theme was "Review of the Universal Declaration of Human Rights for the 21st Century". Within the theme, agendas such as the revision of the definition of human rights that contemplates current phenomena such as the emergence of the internet, homo affective relationships, etc. were proposed. In addition, there were discussions regarding the right to intellectual property, the right to privacy and the inclusion of indigenous peoples in society. The themes were widely debated at the event, where each participant (called a delegate) represented a country, defending its position and interests.

The debate between delegates of each country takes place according to the United Nations Committee's debate model. There was a board that mediated and controlled the debates, ensuring that each participant has the same structural conditions for participating in it. Delegates

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

argue each other on a specific topic and they need to find a balance between their position and another country´s position.

At the end of the event, the delegates are asked to produce a document where the results of the negotiations between nations were presented, as well as its highlights and conclusions on that theme. Among the solutions presented, the importance of respecting the human being as a being of rights and duties, regardless of their sexual, social or political choice in all nations, stands out. For the country that does not have an inclusion policy, it was proposed that the country adopt measures that go in that direction. Within this theme, the signatory countries proposed that the Universal Declaration of Human Rights be applied more rigorously in all nations and that socio-educational measures be taken to guarantee its compliance.

1 PREPARATION PROCESS

When I arrived in IFNMG campus Almenara in May 2018, preparation for IFMundo 2018 was underway (COSTA; MATINS; PALHARES, 2019). I could see the mobilization of teachers to prepare students for the event with periodic meetings to discuss possible topics that would be discussed. The students, in turn, were reading the study guides prepared by the teachers, which worked on aspects related to topics to be discussed in each committee, and technics on public speaking and debate. There was a Spanish teacher who set up a Spanish language discussion committee as well. This teacher had been preparing her students for a few months for the discussions that took place as planned.

Thus, the idea of setting up an English-language discussion committee came to fill an existing gap in which students reported not having the opportunity to express themselves in English in a more formal setting. According to them, what came closest to a communicative context was when they approached their Second English Language teachers in the hallways or even in the classroom to talk in English, but these conversations were short and with simple dialogues.

As a result of that observation, I proposed to set up the debate committee in English, which means that the participants would be in charge of conducting the whole debate using the English Language. As a methodology, I chose to set up a discussion group with students who have a sufficient level of English to understand and be understood, regardless of their limitations. Once established, the group would hold weekly meetings with varied activities that included: English language practice, vocabulary acquisition dynamics, listening practice, pronunciation correction, among others (Figure 1).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figure 1 – Group meeting.



Source: autor.

In addition, a WhatsApp group was created with the purpose of minimizing the response time in which the participant needed to wait to resolve a certain question. This group was of great importance for the training progress, as it allowed the participants to feel more comfortable to interact with the other colleagues in the face-to-face meetings, since they had already exchanged messages through this channel.

For the debate, the methodology used refers to autonomous learning practices, since "autonomy resides in the ability of the subject to take their own training for themselves" (Gottardi, 2015 p.113). Thus, I understand that the student achieves a more meaningful learning when he or she "appropriates" the object to be learned, in this case the selected country, and seeks an information framework for the debate.

When I presented the idea of an English committee on the IFMundo project, there was initially some resistance from the students as they said they were unable to conduct a high level debate in a language they were not sure of using. One of the biggest challenges was to convince them that they would be able to participate in a high-level debate committee, even in a language that they do not completely master and do not feel confident about using it, either because of their limited vocabulary, low self-confidence or other factors inherent in language use in practice.

Regarding the background of the participating students, most of them had a reasonable level of English but had no communicative practice. Most students reported learning English on their

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

own either using computer games or English language games, listening to music and watching TV shows.

The student selection was done on a voluntary basis. The existence of the project was disclosed to all classrooms and the interested students should express their interest through a simple registration with personal information and questions about their English language learning. Subsequently, the participants were summoned to a meeting, where the project dynamics, duration, objectives and goals were explained. From then on, the student who had no interest in participating could choose to give up before starting effectively. The enrolled totaled 28 students, of which four of them chose not to continue the project. After the first meeting, some students again manifested desire to give up under the argument that their English was not good enough to take part in such debates. They were encouraged to continue persisting and learning more and more. Even so, we had two students drop out, equivalent to 8% of the inicial group.

Once the participant group was defined, weekly meetings were held where I brought topics for debating as well as simulated interactions between delegates and delegates with the board of directors, and practiced specific vocabulary focused on the proposed debates. These meetings lasted one hour and only English was used between the participants and me.

A predominantly positive factor was the vocabulary improvement of the participating students. In the first meetings of the preparatory period, the student's English speaking was timid due to the factors already mentioned. This has made me create mechanisms to stimulate student output such as the presentation of word lists used in the context of a committee. I also used video testimonials from students from other institutions who participated in similar events, and finally, the participation of a teenager who had several experiences in UN committee simulations in Brazil and abroad, who exposed her considerations regarding the project and talked about the impact that such experiences had on her life. This participation was crucial in encouraging students and showing that the scope of the project is much larger than the simple debate between delegates from various nations.

3 THE DEBATE

The culmination of the IFMundo project is the debate between delegates. There is a preparation logistics where a group of students are the main protagonists of the organization, preparation and execution of the necessary conditions for the debate. This happens in the same model of the official debates of the United Nations and our English committee followed the same format of the other committees that used the Portuguese language in its scope. Students dress in character, each representing their respective country. The discussions were initiated as directed by the board of directors, with each delegate representing his or her country identified by a nameplate and dressed for formal occasions. The debate took place for two days and was divided into sessions of 2 hours each.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Figure 2 – The debate.



Source: autor.

As in the preparatory meetings, some students performed better than others did due to their improved English level, as well as issues related to personality type, public speaking ability, nervousness, etc. A considerable improvement was observed in all the participants of the group, especially those who were not very comfortable with the use of language in their oral usage. As the meetings took place, the participants ventured more in their linguistic placements and this made them perform better within the group, thus creating a progressive circle of learning improvement.

4 RESULTS DISCUSSION

The communication process encompasses several factors that go beyond mastery of grammatical structures or decontextualized words. To put what is known in theory into practice, is necessary to adopt an active learner posture using communication strategies as

> Communication strategies are revealed as mediating instruments that act as bridges between the learner's desire to communicate significantly in L2 (second language) and his available linguistic repertoire to achieve his communicative target. This fact also raises the question of L2 learner's attempts to link their linguistic knowledge to their interlocutor's linguistic knowledge in real communication situations (FIGUEIREDO, 2001 p. 181).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Thus, speaking English means putting together a skill set that involves both physical and emotional aspects. It is for a person to stand in front of the speaker, understand what he or she says, and give an instant response when receiving information. This process occurs quickly and does not allow time to think and formulate what he or she means, as occurs in a passive communication process. The latter, in turn, is valid but should not be the only form of learning, as the individual can study English for a while, but when it comes to use the language in a real and out-of-school situation, the individual "freezes" and cannot express himself in the desired way.

This is directly linked to emotional and psychological aspects and varies from person to person. An individual who is well-versed in public speaking, who has no problem with shyness and is not ashamed to make mistakes can have positive characteristics when communicating in the English language. On the other hand, the shy and/or introvert person ends up having an extra challenge to communicate in a second language. Some students that showed this profile reported that they would have performed much better if they were not shy. Nevertheless, they rated their participation as positive. "I'm ashamed to present work even in Portuguese, imagine speaking in front of an audience in a language that I don't speak well," said one of the students. "Even so, I managed to overcome my fear and participate in the debate even with few speeches. That was a big leap for me", one concludes.

The IFmundo project improves, among other skills, the participant's argumentative capacity and critical thinking. In the English committee, this was an even bigger challenge because in addition to the participant trying to do their best in a debate, they needed to do it in a language other than their mother tongue, which makes the whole process even more complex. One must really understand what the other delegates meant, his explicit and implicit considerations, and produce an appropriate response or counterargument to succeed in the debate. In this sense, the participant needs to be aware of what he hears and what he will answer in order not to have his position attacked and to have to surrender to the counter arguments. This process aroused in the participant an ability that, according to reports, they did not even know they could do.

Finally, the project gave the students the opportunity to realize a dream, or a task that seemed distant to many because, as much as they had some knowledge of the English language, they could not find an opportunity to put what they had in theory into practice. According to them, it would only be possible to practice English at such a high level if they attended a lecture or an international academic event, which seems far from their reality. In this way, linguistically speaking, the IFmundo project allowed them an international experience without leaving home, where they practiced and improved their vocabulary, their argumentative skills, debate, teamwork, problem solving, among other tasks. The event was an enriching experience for both the students and me as IFMundo is a learning field with infinite possibilities.

CONCLUSIONS AND NOTES

The IFMundo English Project brought significant gains for me as a Second Language English teacher. It was possible to experience in practice a perception gained through reading and classroom experiences but, this time, on a much larger scale.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

High school students generally have little opportunity to actually practice the use of English in the school context. They are housed in an environment in which the current teaching model offers them classrooms with over thirty other teenagers of similar age. The level of knowledge within this environment is vertical with people with low English language skills alongside people who are often almost fluent in the language. In this sense, the teacher is challenged to find a balance so that one or the other group does not feel unmotivated during the classes. This challenge makes it difficult for the teacher to perform better in order to develop key English language skills: speaking, reading, writing and listening.

That said, I highlight an interesting feature in the profile of students participating in this project. They are students from the north of Minas, a region that needs attention from the competent government authorities. Due to being so far away from the big cities, these students are on the fringes of great social and technological advances, as well as other opportunities when compared to other young people from large urban centers. Regarding to the use of the English language, it is modestly used and little explored, since there is still no culture of the importance of learning and mastering English for academic and professional purposes.

The IFMundo's English committee project had, as one of its purposes, to provide a socio-communicative environment where participants interact with each other and with their teacher or tutor, in an environment with a predominantly high language level. This creates an environment conducive to the development of discussions in the target language where it is permissible to make a mistake and, when erroneous, it can be corrected by the participants themselves, who have the opportunity to experience a non-native speaking English with their language addictions, their distorted pronunciations, its grammatical errors and its problems of cohesion and coherence. Unlike listening to a teacher, listening to a colleague speaking English is a different experience because the colleague brings with them these peculiarities. The teacher, in turn, is careful to make the language more comprehensible for his or her learners, using a simpler vocabulary and slower speech rate. The student (or apprentice) is, in most cases, in contact only with the teacher and gets "stucked" to this simpler process of receiving English language input.

REFERENCES

COSTA, Alfredo; MARTINS, Alex Lara; PALHARES, Leonardo Machado (Orgs.). **IFMundo: diálogos sobre pedagogia da simulação e cidadania global** [recurso eletrônico] - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. **O uso de estratégias de comunicação em sala de aula de língua inglesa: a interação em foco.** IV Seminário de Línguas Estrangeiras – O Ensino de Línguas Estrangeiras no Novo Milênio. Universidade Federal de Goiás, 2001.

GOTTARDI, Mônica de Lourdes. **A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno**. Programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa - PUC/SP. Volume 14. 2015.

Recebido em: *07 de janeiro de 2019*

Aceito em: *13 de fevereiro de 2020*

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

AS TRILHAS PERCORRIDAS NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO NO DISTRITO DE ITAPIRU, MUNICÍPIO DE RUBIM/MG: EMANCIPAÇÃO, RESISTÊNCIA E LUTA.

Building the identity of a rural school in the Itapiru district (Rubim-MG): emancipation, resistance and struggle.

Gilda Rodrigues ROCHA
Rede Estadual de Educação de Minas Gerais.
gildarodriguesrocha@yahoo.com.br

Rosineide Pereira Mubarack GARCIA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
rose.mubarack@ufrb.edu.br

Resumo

O artigo apresenta um relato de experiência sobre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Lídio Almeida, que teve por objetivo propor ações formativas alinhadas aos princípios Educação do Campo a fim de afirmar sua identidade de escola do campo através da metodologia da pesquisa-ação. Trata-se de uma escola em que todos os estudantes são oriundos da zona rural. O projeto desenvolvido enfatizou o reconhecimento dos professores como sujeitos do campo, e buscou adequar a identidade da escola às particularidades exigidas a essa modalidade de educação. O referencial do materialismo histórico-dialético foi utilizado com a intencionalidade de compreender o professor como sujeito inserido em uma sociedade de contradições e ancorou-se nas categorias teóricas totalidade, contra-hegemonia, movimento, práticas educativas, e luta de classe, dialogando com Marx (1971, 1988), Gramsci (1978), Brandão (1981), Arroyo (1999, 2004, 2007), Barbier (2007), Caldart (2009, 2010, 2012), Tonet (2014), Molina (2012, 2014, 2015), dentre outros. Os resultados, dentro da própria dinâmica da pesquisa-ação que não se esgota em si mesma, começaram ser esboçados em ações para além da tomada de consciência. Ao longo do processo, as demandas, identificadas pelo próprio coletivo enquanto escola do campo em construção, pautaram a construção do Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação de professores. Materialismo Histórico Dialético.

Abstract

The article presents an experience report on the construction of the Pedagogical Political Project of a Rural School that aimed to propose training actions in line with the principles of Rural Education through the action research methodology. It is a school in which all students are from the countryside. The developed project emphasized the recognition of teachers as rural subjects, and sought to adapt the school's identity to the particularities required for this type of education. The referential of historical-dialectical materialism was used with the intention of understanding the teacher as a subject inserted in a society of contradictions and was anchored in the theoretical categories totality, counter-hegemony, movement, educational practices, and class struggle, dialoguing with Marx (1971, 1988), Gramsci (1978), Brandão (1981), Arroyo (1999, 2004, 2007), Barbier (2007), Caldart (2009, 2010, 2012), Tonet (2014), Molina (2012, 2014, 2015), among others. The results, within the very dynamics of action research that does not end in itself, began to be outlined in actions beyond awareness. Throughout the process, the demands identified by the collective itself as a rural school under construction guided the construction of the Political Pedagogical Project.

Keywords: Field Education; Teacher formation; Dialectical Historical Materialism.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma discussão sobre a construção do Projeto Político Pedagógico de Escola do Campo a partir de uma pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com objetivo de propor ações formativas alinhadas dialeticamente à educação do campo, a fim de afirmar a identidade de escola do campo na Escola Estadual Lídio Almeida, aqui denominada EELA. Essa escola atende em sua totalidade estudantes oriundos do campo. Ela tem a sua identidade pautada em princípios da educação do campo, e tem na formação de professores a expectativa de que se reconheçam como sujeitos do campo.

A EELA, situada no Distrito de Itapiru, município de Rubim, no Vale Jequitinhonha/MG é o cenário na construção desta pesquisa. Recordo bem que, nas primeiras discussões ocorridas na disciplina de metodologia da pesquisa, ansiava que me respondessem como encontrar as categorias e os caminhos metodológicos que embasassem uma pesquisa. Logo percebi que não havia um manual instrucional que indicasse o caminho. Contudo, é em contato com o objeto que se constrói, extrai e materializa os caminhos da pesquisa. Essa perspectiva embasou a escolha pela pesquisa-ação adotada por Barbier (2007), mais à frente detalhada no percurso metodológico. Não era para ser apenas uma pesquisa, era algo além: uma pesquisa-ação.

O Vale do Jequitinhonha, região situada no nordeste do estado de Minas Gerais, é famoso pelos discursos que enfatizam a sua condição de pobreza, mas que, ao mesmo tempo, desconsideram as muitas maneiras de interpretá-la e ressignificá-la pelos contrastes e pelos paradoxos que vão construindo e constituindo as marcas de uma identidade regional.

A educação do campo é um conceito ainda em construção, mas com princípios definidos, com transformações em curso, atrelada ao movimento que a produziu e, portanto, aqui trabalhada como categoria de análise para falar da educação dos trabalhadores rurais. A educação do campo luta por educação, e luta, principalmente, pela sua materialidade de origem: a terra. Terra que remete à questão do trabalho e da cultura, e à existência dos povos do campo. Sem a compreensão dessa materialidade de origem da educação do campo é impossível pensar formação de professores para atuar nas escolas do campo.

É importante trazer aqui as justificativas para a escolha da EELA como objeto da pesquisa:

a) o fechamento das mais de 40 escolas do campo no município de Rubim/MG ao longo dos últimos 20 anos e a intensificação do deslocamento das crianças do campo para as escolas da cidade;

b) a instituição das Diretrizes Básicas em educação do campo através da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que veio reafirmar as orientações presentes na Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação – CNE;

c) a definição em 2015, pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, de uma lista de escolas localizadas no campo ou meio urbano em que a maioria dos estudantes atendidos fossem provenientes do campo. Nesta listagem, a EELA foi classificada como situada em meio urbano, com maioria de estudantes do campo, e solicitada a construir um Projeto Político Pedagógico que a adequasse à legislação em vigor.

Neste contexto, surgiram inquietações e novos desafios, dificuldades reais e a necessidade da própria escola se enxergar nessa nova trajetória. Constituía-se uma oportunidade de se discutir educação do campo: ser escola do campo, primeiro, no papel e, a partir daí, construir-se a identidade de escola do campo? Este constituiu um dos grandes desafios. O que faz a legislação e a política pública efetivas não seria a apropriação destas pelos sujeitos? O que faz uma escola ser escola do campo é somente a legislação ou são os sujeitos de que ela se compõe?

A EELA é vista/tida pelos sujeitos que a constroem como sendo uma escola urbana sem qualquer referência à sua materialidade de origem, o campo. A legislação diz que é uma escola do campo, mas como é ser escola do campo? Construir educação do campo, antes de tudo, é compreender o que significa ser escola do campo a partir da perspectiva da classe trabalhadora, dos camponeses. Desafios postos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo do trabalho foi propor ações formativas alinhadas dialeticamente à educação do campo, a fim de afirmar a identidade de escola do campo na EELA. A formação do educador aqui esboçada fundamentou-se no referencial teórico do materialismo histórico-dialético proposto por Marx (1971; 1988). Foram organizadas e realizadas quatro oficinas de formação adotando a metodologia da pesquisa-ação (BARBIER, 2007). Os dados foram analisados à luz do aporte teórico que aborda as seguintes categorias teóricas: totalidade, contra-hegemonia, movimento, práticas educativas e luta de classe.

Utilizamos da pesquisa-ação, definida por Thiollent (1985, p. 14) como sendo "uma pesquisa social que é concebida em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

realidade a ser investigada de modo cooperativo e participativo". No processo da pesquisa-ação, conforme ressalta Barbier (2007), o seu diferencial em relação à pesquisa clássica é exatamente permitir a negociação e o contrato de participação com a coletividade. O grupo participou dos ajustes ao projeto e decidiu por uma formação de professores e por uma compreensão da EELA como escola do campo com as suas contradições. O contrato de trabalho estabelecido feito com o grupo foi o pontapé inicial. Fez-se uso de instrumentos como a entrevista de grupo focal com o grupo de professores por entender que a construção das suas narrativas flui na participação coletiva. Adotou-se a roda de conversa, o uso de questionários e a observação. Foram utilizados nomes fictícios. A autorização se deu via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A educação do campo vem se reafirmando cada vez mais pautada em uma necessidade dos povos do campo no Brasil. Um conceito ainda em construção, mas com princípios definidos, com transformações em curso, atrelados ao movimento que a produziu e, portanto, aqui trabalhada como categoria de análise para tratar da educação dos trabalhadores rurais. É importante trazer a definição adotada por Caldart (2012), que ressalta que a educação do campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual,* protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas.

À medida que a pesquisa foi ganhando forma, os desafios foram crescendo. Foi identificado nas observações, nos questionários e nas entrevistas que tanto para a gestão escolar, quanto para os estudantes e toda comunidade que permeava a escola, predominava a percepção da EELA como escola urbana sem qualquer referência a sua materialidade de origem, o campo. Em 2015, a partir da deliberação da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, surgiu um grande desafio: como ser escola do campo, primeiro, no papel e a partir daí construir uma identidade de escola do campo?

A EELA, em 2017, possuía um quadro de pessoal composto por 25 funcionários e 133 estudantes matriculados nos segmentos Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Destes, 79 estudantes vêm de comunidades rurais. Outros 54 estudantes residem no distrito de Itapiru. Isso confere à escola uma rotatividade de estudantes do campo e também do corpo docente. Participaram da 1ª e da 2ª oficinas de formação 27 educadores da EELA. Nas 3ª e 4ª oficinas de formação foram contabilizados 25 participantes.

Ao adotar o materialismo histórico-dialético, partiu-se do pressuposto de que a vida social é extremamente complexa e diferenciada e, como afirmou Marx (1971), só é possível compreender essa vida social, a formação para o trabalho e toda sua complexidade se conseguirmos identificar as esferas do ser social, assim como determinar com rigor quais são as condições materiais que permitem a vida desse ser social. Nessa perspectiva, a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) de Escola do Campo necessita responder a perguntas, tais como: quais as condições materiais nas quais que se gestam a escola? O que significa ser camponês e ser camponesa no conjunto social dessa escola? Em que território a escola está inserida? Sem a compreensão da totalidade, das determinações e condições materiais da escola inviabiliza-se a construção do PPP a partir de uma perspectiva emancipatória.

A pesquisa-ação, como instrumento de participação ativa dos sujeitos, foi o método escolhido por proporcionar e exigir maior interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa e, neste sentido, criar um ambiente favorável para a construção coletiva do conhecimento. A pesquisa-ação é assim definida por Thiollent (1985):

> A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p.14).

Como ressalta Thiollent, é compromisso desta metodologia de pesquisa a interação, a participação coletiva de todos os envolvidos tendo a formação de educadores como uma das estratégias de colaboração e participação dos sujeitos da pesquisa. Para Dionne (2007) a pesquisa-ação,

> [a]lém de confrontar com nossos marcos epistemológicos de objetividade, a prática da pesquisa-ação nos confronta com suas próprias finalidades de ação e com possibilidades endógenas de desenvolvimento, ela é, ao mesmo tempo, ferramenta de mudança e de formação (DIONNE, 2007, p.21).

Promover essa formação e buscar a mudança para o desenvolvimento de uma identidade de escola do campo e no campo como a EELA requerem um esforço de compreender melhor a realidade e nela atuar. Partindo dos princípios da pesquisa-ação como apoio ao desenvolvimento local para esta construção de identidade de escola do campo, o levantamento de dados que embasaram a pesquisa e a ação foram dialogados e pactuados com o coletivo participante da pesquisa. Barbier (2007) ressalta que a pesquisa-ação emancipatória pressupõe três pontos essenciais:

> que os pesquisadores técnicos [...] docentes de uma escola percebam o processo educativo como um objeto passível de pesquisa; [...] que estes pesquisadores percebam a natureza social e as consequências da reforma em curso; [...] enfim, que eles compreendam a pesquisa mesma como uma atividade social e política, portanto ideológica (BARBIER, 2007, p. 60).

Esses aspectos nortearam a construção da educação do campo com esse coletivo de professores, pois pensar numa educação emancipatória para e com a classe trabalhadora significa pensá-la como uma atividade social e política. O projeto propunha a formação do educador do campo como ferramenta de mobilização do grupo da pesquisa na reconstrução do PPP da escola pautado nos princípios da educação do campo. No processo da pesquisa-ação, conforme ressalta Barbier (2007), o diferencial em relação à pesquisa clássica é exatamente por permitir essa negociação, esse contrato de participação com o coletivo. Para Barbier (2007), a formulação do problema não deve ser traduzida em instrumentos padronizados, mas consiste em:

> Reconhecer que o problema nasce, num contexto preciso de um grupo em crise. O pesquisador não o provoca, mas constata-o, e seu papel consiste em ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais ligados ao problema, por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva (BARBIER, 2007, p. 54).

Neste sentido, mais do que a contribuição do grupo, buscou-se a apropriação das demandas da escola e a necessidade de se fazer escola do campo. Após a apresentação do projeto de pesquisa ao coletivo da EELA, colocamo-lo em aberto para aprovação ou rejeição, podendo ser reelaborado a partir das demandas escolhidas como prioritárias. Emseguida, o grupo decidiu que uma formação de professores pautada nos princípios da educação do campo seria fundamental para a compreensão ressignificação da escola. As primeiras observações feitas na

EELA foram iniciadas em novembro de 2016. Em comum acordo com o coletivo e, devido às incertezas sobre o quadro de servidores da escola ao final do ano, decidiu-se que a formação só teria início a partir de março de 2017. Ficou acordado que a primeira oficina ocorreria num sábado, com carga horária de oito horas, sendo que as próximas oficinas aconteceriam de acordo a demanda da escola nos horários de Módulo II.

Esse contrato de trabalho feito com o grupo foi o pontapé inicial da participação do coletivo. Conforme Barbier (2007) a pesquisa-ação é um processo libertador e, como tal, torna-se a ciência da práxis exercida pelos sujeitos, assim sendo:

> O objetivo da pesquisa é a elaboração da dialética da ação num processo pessoal e único de reconstrução racional pelo ator social. [...] é relativamente libertador quanto às imposições dos hábitos, dos costumes e da sistematização burocrática. (BARBIER, 2007, p. 59)

Foi nesta construção dialética referendada por Barbier (2007) que a pesquisa foi ganhando contornos na formação dos professores da EELA. Neste contexto questiona-se qual o papel de cada um neste coletivo? As oficinas de formação foram desenvolvidas garantindo o diálogo, buscando práticas educativas transformadoras, produção do conhecimento e participação colaborativa. Para tanto, os autores que contribuíram com o debate teórico do conhecimento foram Marx, Caldart (2004, 2010, 2011) Molina (2008, 2012) Thiollent (1985), Arroyo (1999, 2007), Tonet (2014), Dionne (2007), Barbier (2007), dentre outros.

2 METODOLOGIA

A abordagem dialética e a pesquisa-ação foram escolhidas como caminhos para conduzir a leitura da realidade no desenvolvimento da pesquisa. O método do materialismo histórico-dialético apresenta categorias complexas que exigem rigor em sua apreensão. Essa proposta metodológica esboça a possibilidade de outro projeto de sociedade através da tomada de consciência coletiva de um fazer pedagógico na construção de uma escola do campo. As oficinas se materializaram como o principal produto dessa pesquisa, que, por meio da Pesquisa-Ação foi envolvendo e mobilizando os sujeitos envolvidos. Para Brandão e Streck (2006, p. 228), "a experiência sempre está constituída por ações, isto é, por coisas que fazemos, mas também por nossas percepções. [...] por sensações, emoções e interpretações das pessoas que vivem essas experiências[...]".Nessa perspectiva, as oficinas de formação na EELA foram se constituindo.

Participaram da 1ª e da 2ª oficinas de formação 24 educadores da escola objeto da pesquisa, e três educadores de outra escola, localizada também no distrito de Itapiru. A 3ª e 4ª oficinas de formação contaram, por sua vez, com 25 participantes. Foi realizado um levantamento de dados para traçar um perfil socioeconômico dos participantes da formação através de um roteiro de identificação contendo informações sobre a faixa etária, sexo, renda, moradia e formação. Entrevistou-se um grupo focal buscando, na concepção de Malhotra (2006), obter uma visão aprofundada de um grupo de pessoas apropriado para falar sobre problemas de interesse da pesquisa. A escolha dessa técnica qualitativa de coleta de dados está na possibilidade de alcançar resultados inesperados, o que frequentemente se obtêm de um grupo de discussão livre.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Foram três meses de acompanhamento e observação da dinâmica da escola, incluindo reuniões dos professores e eventos institucionais como a feira ambiental, dentre outras ações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação de toda comunidade escolar por meio da pesquisa-ação – que tem como alicerce o trabalho colaborativo de um grupo durante todo esse processo de formação –, não foi uma imposição ou algo levado por um pesquisador estranho àquele território ou grupo, mas um processo construído coletivamente, de forma que cada oficina reestruturava a próxima a partir dos interesses do coletivo. Esse percurso teve contribuição de vários colaboradores, pesquisadores e parceiros. As oficinas promoveram o marco inicial da construção do PPP da Escola do Campo, inaugurando o debate do lugar da educação do campo e desses sujeitos coletivos que formam a EELA.

Cada oficina foi desvelando, desconstruindo e reconstruindo, coletivamente, modos de ver e pensar a educação do campo por meio das técnicas de grupo focal, entrevista e observações. Promoveu-se essa compreensão de campo, de território e como a escola ali inserida está imbricada nessa construção histórica de educação do campo. As oficinas propuseram reflexões, questionamentos e ações sobre qual escola somos e qual escola queremos ser e ter.

Num primeiro momento, foi essencial discutir esse território onde cada um se faz educador, qual Vale do Jequitinhonha é esse e qual identidade campesina o marca. É fundamental em uma formação de Educador do Campo refletir sobre a escola na perspectiva histórico-social e sobre as representações sociais que os participantes tinham dela. Nos momentos seguintes às oficinas buscou-se o debate sobre as concepções e princípios que constroem a escola do campo. É importante que não compreendamos a educação do campo como sendo uma educação isolada, quando na verdade é importante pensar o todo, o histórico e as condições reais que constroem a escola/educação da classe trabalhadora. Essa discussão foi importante para que o grupo compreendesse que a formação do educador do campo passa pela escola. Portanto, deve-se perguntar: que escola é essa? Qual é a sua origem? Era dado o momento de nos assumirmos enquanto sujeitos, afinal, deveríamos repetir a história ou construir a nossa coletividade em prol de nossa escola do campo?

Nesta perspectiva, é fundamental pensar a educação do campo como sendo a luta por outro projeto de sociedade na concepção de política pública, de educação e de formação humana. O processo de construção de escola do campo está diretamente fundado na materialidade de sua origem, que é a luta pela terra. A construção da educação do campo passa pelo direito à terra como função social e promoção da vida, portanto, atrelada a um processo de construção de uma sociedade contra-hegemônica aqui motivada pela especificidade da EELA de atender em sua totalidade a estudantes oriundos do campo, o que faz dela um tipo especial de escola que necessita se reconhecer e se constituir como tal. Essa característica norteou os princípios da formação dos professores que ali atuam. O grupo chamado à responsabilidade do fazer coletivo, da participação e da luta pela escola do campo, se dispôs a contribuir com a construção da identidade da escola do campo.

A formação de professores durante as oficinas e os grupos de estudo da literatura sobre a educação do campo levou-os a conhecer o arcabouço teórico e a refletir a sua prática enquanto Educador do Campo. A formação de professores na luta pela educação do campo extrapola os

muros da escola e significa que trouxemos a intencionalidade maior que foi a contribuição na construção de processos capazes de provocar mudanças na utilização e na produção do conhecimento do/no campo, rompendo com a fragmentação na produção do conhecimento. Os objetivos sociais e formativos exigiram do grupo um trabalho comprometido de apropriação e de produção teórica, compreendendo a realidade e o mundo numa interpretação do vínculo orgânico entre o que se vive e o que se estuda na EELA.

A pesquisa-ação oportunizou esse diálogo em construção a partir das demandas reais do próprio coletivo ali formado ao encerrar um ciclo e iniciar um longo caminho na construção da educação do campo na EELA. Assim, a pesquisa-ação foi escolhida por ser a possibilidade de fazer pesquisa e ser parte da pesquisa e da ação. Ação pautada na coletividade e numa participação efetiva dos sujeitos onde a pesquisadora atua como militante de uma causa onde os sujeitos são participativos. Essa dinâmica de mudança permitida pela pesquisa-ação constitui-se como base para o desenvolvimento de uma identidade de escola do campo.

Esse coletivo de educadores, por fim, instaurou ali uma grande inquietação que não mais lhes permitiu um olhar ingênuo ou naturalizado sobre a realidade que os cercava, que forma e transformava a escola na qual eles se dedicavam diariamente à construção do saber. Após meses de discussão, fortaleceu-se a ideia de que não era mais possível para adiar ou engavetar o PPP, que passou a ser visto como algo fundamental. Os resultados foram sendo obtidos aos longo das oficinas de formação, não exatamente como um projeto (PPP) acabado em si mesmo, mas principalmente como um processo de formação continuada, dinâmica, colaborativa e comprometida com o processo de construção e defesa das concepções e princípios de escola do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário de investigação, as principais tramas vivenciadas durante as oficinas de formação docente surgiram do chão da EELA e as suas contradições postas constituíram uma complexidade fértil para pesquisa. Em um dos primeiros contatos com o coletivo de professores, eles afirmaram, quando indagados sobre escola do campo, que a noção de campo que conheciam era a do campo de futebol, já outros acreditavam que uma horta na escola definia esta especificidade na origem do campo. Essa representação de escola do campo, numa visão teoricamente imatura, foi o primeiro estímulo para se considerar esta escola passível de pesquisa; não uma pesquisa que os limitasse, mas uma pesquisa-ação que desse conta das demandas próprias da escola, que os tornassem participativos e sujeitos políticos dentro de uma coletividade.

Na construção da concepção de escola do campo o grupo não teve dificuldade em perceber o que concebeu como naturalizado. Mas compreenderam também que esta lógica perversa é a lógica do capitalismo, a lógica da sociedade hegemônica. E mais: de onde decorre a percepção de que existe uma sociedade hegemônica que nos coloca na passividade. Era o caminhar para pensar outro Vale do Jequitinhonha que não fosse o "Vale da Miséria", amplamente divulgado pela mídia e enraizado na percepção que os professores trouxeram desse território na primeira oficina. Foi necessário discutir essa construção de escola pensada não para liberdade e construção do pensamento crítico, mas para segregar passivamente.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

A pesquisa-ação emancipatória, que é a compreensão da pesquisa como uma atividade social e política, portanto, ideológica, exigiu do professor a formação da consciência de classe e de sociedade na qual estamos inseridos. Foi nesta perspectiva de formação, atrelada ao materialismo histórico-dialético que se desenvolveu a dinâmica em que, em um dado momento, pôde se considerar como grande avanço o reconhecer da especificidade da escola do campo. É uma construção que pode parecer mínima, mas refletia nas ações cotidianas da escola uma perspectiva de participação, a colaboração nas atividades coletivas, o apresentar-se nos espaços como professor de escola do campo, e nos pequenos esboços de construção de ações para se tornar escola do campo.

O grupo de professores educadores do campo, ávidos por novas formas de olhar os estudantes, a escola e toda a comunidade que a constitui como um movimento contraditório não linear e se abre para outros horizontes, agora poderá trilhar novos caminhos, seja na construção do seu PPP ou na efetivação de práticas endossadas pelos princípios em educação do campo. Este grupo certamente não será como antes da formação: agora, sabem-se, compreendem-se como Escola do Campo.

Nas mais diversas contribuições daqueles que ali se dedicaram, se propuseram e se deram a oportunidade de novas construções, ficou entendido que a educação do campo é uma forma de se organizar e resistir. Em cada momento tecido, cada gesto de dúvida, de receio e de despertar, surgiu a certeza de que é fundamental compreender essa totalidade que define o lugar social que o sujeito ocupa.

Os professores educadores da EELA demonstraram receio na desconstrução de certezas, se desafiaram a ir além e a trilhar novas construções coletivas na busca constante por emancipação nos mais diversos momentos desta construção. Ali, começaram a repensar o lugar social de cada homem, de cada mulher e de cada professor da educação do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. *Cad. Cedes*, Campinas, 2007, 27.72, p. 157-176.

BARBIER, Renée. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Decreto nº7352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União, Brasília**, 5 de novembro de 2010.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 20 de setembro de 1850.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Agrário**, 18 nov. de 2016. Disponível em http://www.mda.gov.br.

CALDART, Roseli S. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. *Trab. educ. saúde*, Jun 2009, v. 7, n.1, p. 35-64.

CALDART, Roseli S. **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 64-79.

CALDART, Roseli S; FETZNER, Andréa; FREITAS, Luiz Carlos de; RODRIGUES, Romier. C**aminhos para transformação da escola:** reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. educ. saúde**, v. 7, n. 1 Rio de Janeiro Mar./Jun., 2009.

COSTA, Francisco de Assis.; CARVALHO, Horácio Martins de. **CAMPESINATO**: dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, 2012.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-Ação para o desenvolvimento local.** Trad. Michel Thiollent. Brasília:Liber Livro Editora, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed. 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 1**: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1971.

MOLINA. Mônica C.; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ROCHA, Gilda Rodrigues. **A formação docente como estratégia de mobilização e afirmação da escola do campo no Distrito de Itapiru, município de Rubim, MG.** 2018. 107f. Relatório científico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – UFRB, Amargosa, BA.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez,1985.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014.

Recebido em: *05 de dezembro de 2019*

Aceito em: *05 de fevereiro de 2020*

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

RESENHA

IFMUNDO: DIÁLOGOS SOBRE PEDAGOGIA DA SIMULAÇÃO E CIDADANIA GLOBAL

Book Review: IFMUNDO dialogues on simulation pedagogy and global citizenship

Sérgio Lana MORAIS
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)
sergio.morais@ifnmg.edu.br

COSTA, Alfredo; MARTINS, Alex Lara; PALHARES, Leonardo Machado (Orgs.) **IFMundo**: diálogos sobre pedagogia da simulação e cidadania global. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 213 p.

Depois de terem adaptado uma proposta balizada nos princípios da pedagogia da simulação aplicável às particularidades do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) inspirados no projeto MINIONU[1] da PUC Minas, os professores do núcleo de Ciências Humanas do IFNMG Almenara Alfredo Costa, Alex Lara Martins e Leonardo Machado Palhares organizaram recentemente a obra "IFMundo: diálogos sobre pedagogia da simulação e cidadania global" com o compartilhamento das experiências educacionais de um projeto considerado inovador dada a sua prática pedagógica contextualizada a realidade do Ensino Médio Integrado (EMI).

[1] O Modelo Intercolegial das Nações Unidas (MINIONU) organizado pelo curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) é realizado há vinte anos sendo um dos pioneiros no modelo de simulação da ONU no país.

O IFMundo[2] é, atualmente, um projeto de ensino institucional multicampi do IFNMG onde são realizados debates públicos sobre diversas temáticas simulando, em escala local, o ambiente diplomático dos comitês da Organização das Nações Unidas (ONU) e de entidades parceiras através da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. De acordo com os autores, no ano de 2018, cerca de 1.500 estudantes dos *campi* do IFNMG e de escolas públicas convidadas da Rede Estadual de Ensino participaram do evento assumindo quatro funções, a saber: diretores (mediadores) e assistentes de comitês; delegados de países selecionados; jornalistas do Comitê de Imprensa para a cobertura e divulgação do evento em tempo real e como embaixadores responsáveis pela organização da Mostra de Embaixadas.

O livro, que encontra-se disponível gratuitamente em meio eletrônico[3], está dividido em 14 capítulos. Os seis primeiros expõem os temas que nortearam os debates e o relato de alunos e professores sobre a experiência vivenciada em alguns comitês, tais como: a releitura da resolução do pós-Guerra dos Seis Dias no conflito israelo-palestino contextualizado na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU); as negociações multilaterais entre as nações desenvolvidas versus aquelas em desenvolvimento no âmbito da Rodada de Doha de 2015 debatida no comitê da Organização Mundial do Comércio (OMC); a gestão dos recursos hídricos e a famigerada privatização da água analisada no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); a questão da integração dos imigrantes e refugiados no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tratado, inclusive, em Língua Espanhola no campus Almenara; os desafios da alimentação no século XXI simulado através da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês de *Food and Agriculture Organization*) e a controversa implantação de microchips em seres humanos discutida no comitê do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Os tópicos abordados no IFMundo estão em consonância com conteúdos que perfazem o itinerário formativo dos alunos de Ensino Médio em diferentes áreas do conhecimentos e atende a obrigatoriedade de inclusão de temas transversais ao currículo escolar como preconizado pela Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996) e de outras resoluções que atendem à formação da educação profissional técnica de nível médio.

Na sequência do livro há relatos dos processos didáticos que são inerentes à metodologia de organização do IFMundo, com destaque para os momentos intitulados Mostra de Embaixadas e Assembleia Geral de Encerramento. A Mostra de Embaixadas configura-se como um momento que antecede os debates nos comitês onde os alunos (aqui no papel de embaixadores e agentes diplomáticos) organizam estandes de visitação para a exposição de símbolos pátrios, aspectos diplomáticos, geopolíticos, geográficos, culturais, ambientais e científicos dos países que participam do evento.

Apesar da representação lúdica da Mostra das Embaixadas, os autores do capítulo sustentam o sentido integrador da prática pedagógica ao aproximar para a realidade dos alunos conteúdos programáticos, seja da formação geral, seja da formação técnica que, muito provavelmente, não seriam analisados em um trabalho de pesquisa tradicional. Propostas como a representação da

[2] O IFMundo tem ainda a finalidade que seus participantes desenvolvam valores como a "formação cidadã global, a inclusão e a justiça social, o reconhecimento das riquezas e identidades culturais" (MARTINS *et al*., 2018, p. 15). As simulações desenvolvem ainda nos participantes habilidades como a capacidade de negociação, o domínio da oratória e o senso crítico.

[3] Disponível em: https://www.editorafi.org/709ifmundo. Acesso em 30 de novembro de 2019.

Mostra de Embaixadas no IFMundo garantem, então, o legítimo sentido pedagógico da integração, implicando formas de selecionar, de organizar e de ensinar os conhecimentos destinados à formação pretendida (RAMOS, 2017) como também costumam divertir os alunos, isto é, educá-los ao mesmo tempo em que os entretêm (VICENTE, 2005).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a Assembleia Geral de Encerramento do IFMundo também compartilha da ideia de educação como "processo de vida", nas palavras dos autores. Inspirada na Assembleia Geral, que é o principal órgão deliberativo da ONU, a cerimônia de encerramento simula este organismo ao reunir todas as delegações envolvidas nos comitês de debate e nas embaixadas, sob a coordenação de um(a) Secretário(a)-Geral. Na simulação, os diretores de cada comitê convidam um ou mais delegados que se destacaram para serem homenageados e para pronunciar as Propostas de Resolução, que é o documento conclusivo que compendia as soluções dos tópicos contraditórios da agenda de debates de cada comitê. Ainda na cerimônia de encerramento, levando em consideração critérios avaliativos do evento no qual os alunos são corresponsáveis por fazê-los, são definidos os delegados que representarão a comitiva do IFNMG no evento MINIONU da PUC Minas em Belo Horizonte.

Ressalta-se ainda o caráter emancipatório do projeto ao colocar os alunos participantes na posição de corresponsáveis pela organização geral do evento, compartilhando responsabilidades e contribuindo para a formação de uma consciência cidadã global concatenada a uma possibilidade de transformação da realidade local dos estudantes. Neste contexto, os autores do capítulo 08 destacam o engajamento dos alunos da equipe de jornalismo do Comitê de Imprensa do campus Salinas que ao aliar procedimentos de informática com outras áreas do conhecimento científico, desenvolveram e implementaram um *website*[4] para a cobertura jornalística do evento e a interação dos participantes permitindo o aprimoramento de habilidades que vão muito além das convencionais.

Ainda considerando o contexto do protagonismo estudantil e da capacidade do IFMundo em transformar localmente, os autores do capítulo 09 destacam a participação do curso técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio em regime de alternância[5] e sua capacidade de proporcionar que cada aluno se percebesse como indivíduo e cidadão do mundo, independente do seu local de origem.

Para a avaliação da simulação e aprimoramento das edições futuras, os autores do capítulo 11 realizaram uma análise quantitativa sobre a pesquisa de opinião dos participantes do IFMundo 2018 nos *campi* que sediaram o evento (Almenara, Montes Claros, Pirapora e Salinas). Apesar dos resultados indicarem um alto índice de satisfação (média de 3,94 em uma escala que tem 5 como teto), os autores indicam uma série de estratégias para o aperfeiçoamento da metodologia do evento com destaque para maior participação dos alunos no processo decisório da programação geral, principalmente nas cerimônias de abertura e encerramento; seleção dos países/organizações participantes com maior antecedência ampliando o tempo de estudo

[4] O site do Jornal Ágora pode ser acessado em https://jornalifmundo2018.wixsite.com/agora.

[5] O relato da experiência dos alunos em regime de alternância refere-se a turma de Agropecuária integrado do Ensino Médio que foi implantado no campus Almenara em 2017. A pedagogia da Alternância consiste na organização da formação escolar em espaços e tempos diferenciados, pois os educandos ficam um período (letivo) na escola e outro período (letivo) no âmbito familiar (geralmente, no meio rural). Tal prática contribui para a organização e articulação dos conhecimentos em diferentes contextos socioculturais, considerando a tríade escola-família-comunidade (PORTO AIRES *et al*., 2018).

preparatório e capacitação/treinamento prévio dos servidores para um maior envolvimento institucional.

Apesar da recente popularização da pedagogia da simulação nas instituições de ensino no Brasil, ainda há uma lacuna a ser preenchida principalmente acerca da operacionalização destes modelos tendo como público-alvo os alunos de Ensino Médio, sobretudo, do Ensino Médio Integrado da Rede Pública Federal. Este livro vem em boa hora, pois contribuirá igualmente para superar a dicotomia entre a formação humana e a formação técnica, tecnológica e científica ainda evidente nos Institutos Federais. Um dos fatos que demonstram a viabilidade pedagógica e financeira do IFMundo reside no fato que, mesmo com o pouco tempo de execução, o projeto foi reconhecido pela Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC) como uma das experiências pedagógicas exitosas da Rede no ano de 2018.

É mister destacar ainda a inserção do aluno como relator e autor de sua própria experiência, uma vez que houve a parceria entre professores e alunos dos *campi* Almenara, Araçuaí e Salinas na elaboração dos capítulos analisados contribuindo para a formação do aluno pesquisador e para a vocação científica desde o Ensino Médio. A obra foi escrita em uma linguagem acessível e sem academicismos, desta forma, é uma referência indispensável para discentes, docentes, servidores que atuam diretamente no planejamento/execução do ensino (pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e outros profissionais da educação) e, finalmente, a todos aqueles que se interessam pela temática das simulações e das metodologias educacionais inovadoras.

Em vista dos argumentos apresentados, o projeto de ensino multicampi desenvolvido coletivamente pelo IFNMG não se tornou apenas mais um modelo de simulação de organismos das Nações Unidas no Brasil. O projeto IFMundo promove a interdisciplinaridade, rompe com a tradicional fragmentação do ensino e contribui com o protagonismo de estudantes, tornando-os cidadãos globais. O IFMundo, em sua essência, representa o pensar e o fazer pedagógico de uma instituição que está presente em mais de 40% do território mineiro, por isso, é preciso reforçar a tese que "sonho que se sonha junto torna-se realidade" (SEIXAS, 1974).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 04 dez. 2019.

MARTINS, Alex Lara; COSTA, Alfredo; PALHARES, Leonardo Machado. Cidadania global e Direitos Humanos: efeitos educacionais do desenvolvimento de simulação da ONU no Vale do Jequitinhonha. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 7, n. 14, p. 11-39, dez. 2018. ISSN 2316-8323. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9105>. Acesso em: 30 nov. 2019. doi: https://doi.org/10.30612/rmufgd.v7i14.9105.

PORTO AIRES, Helena Quirino; VIZOLLI, Idemar; STEPHANI, Adriana Demite. A prática da Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola de Porto Nacional no estado do Tocantins. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 244-268, abr. 2018. ISSN 2175-795X.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n1p244>. Acesso em: 05 dez. 2019. doi: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2018v36n1p244.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios – Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 20 - 42.

SEIXAS, Raul. **Prelúdio.** Rio de Janeiro: Philips, 1974. Disponível em: https://open.spotify.com/artist/7jrRQZg4FZq6dwpi3baKcu. Acesso em 04 dez. 2019.

VICENTE, Paulo. O uso de simulação como metodologia de pesquisa em ciências sociais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 1, p. 01-09, Mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 dez. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000100008.

Recebido em: *12 de dezembro de 2019*

Aceito em: *05 de fevereiro de 2020*

Recital
Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

MAR INGRATO[1]
Ungrateful Sea

Quem gosta do mar,
Não vê que corre perigo,
Pois se o destino mudar,
Ele poderá levá-lo consigo.

O meu amor gostava do mar,
E um dia resolveu partir,
Com o sol brilhando em seu rosto,
Deu um abraço antes de ir.

Mar... Ingrato mar,
O meu amor partiu,
E pensando que fosse voltar,
Apenas se despediu.

Mas tu foste ingrato,
Condenando o meu amor,
E fazendo uma tempestade,
Restou-me apenas a dor.

Rosângela Ferreira RIBEIRO
rosangela.ribeiro@ifnmg.edu.br

[1] Comentário do parecerista: À sobriedade dos versos, que paradoxalmente não oferecem nenhuma trilha restauradora ao desenlace amoroso, e à espera fraca e muda de algum evento capaz de reverter a situação de abandono (é enxuto o texto), o poema, como coisa derramada, demonstra as amarguras do impasse, e por ser impassível, o amor não pode\pôde se restabelecer, encontra naturalmente uma passagem profunda... O mar, espaço volúvel e "separador", rejeita encontros, impõe distâncias, separações... E evolve apenas restos. Diante de alguns desses elementos e movimentos [...] que esse canto ao doloroso infinito reclama, com amargura, com lucidez sem desespero, por ser expressado, encontrando nestas páginas um lugar, talvez vazio, indefinido, mas um lugar, alguma presença...

Recital
Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

NÃO DESÇA OS DEGRAUS SOZINHO, TIO JALES!

Leonardo Luiz Silveira SILVA
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Salinas
leonardo.silveira@ifnmg.edu.br

Nada como um dia após o outro! O jovem Lenson Donavan poderia sem nenhuma dúvida apelar ao inesgotável clichê. Conseguir o emprego que sempre sonhou e em seguida conviver com uma tragédia era o suficiente para expandir os seus horizontes emocionais. O jovem advogado havia assumido importante cargo na área contábil na prefeitura daquela pequena cidade em que vivia e sempre viveu: Whisper Creek, Arizona. O lugarejo mal podia contar as vinte mil almas naquele fatídico mês de outubro do ano de 1984. Situada próxima a Flagstaff, era uma cidadezinha cansada, envelhecida e empoeirada pela aridez daquelas bandas. Mas era o lugar de suas memórias. Não tinha a ambição de alguns de sua idade, de partir para uma vida cosmopolita típica das grandes metrópoles. Opção difícil de ser explicada para alguém de sua geração. É como Evans Pritchard poderia explicar a relação entre os Nuer e o deserto africano: ninguém os poderia convencer de que aquele deserto não era o melhor lugar do mundo para se viver. Apesar do provincianismo, a tímida cidade era um lugar de passagem. As longas estradas retilíneas que nela entroncavam eram um convite à velocidade. O rapaz que teimava partir dos confins do Arizona rumo ao globalismo cosmopolita perdeu ali alguns personagens de sua infância. Ninguém extremamente próximo ao ponto daquelas vias se posicionarem em um lugar especial nos seus sentimentos. Pelo menos até então.

As gigantescas carretas de quarenta metros de comprimento ou um pouco mais testavam a paciência dos motoristas que ficavam bons minutos aguardando o momento certo da ultrapassagem. Foi uma dessas carretas que impacientou o seu pai. No sábado pela manhã, um dia depois de ter sido comunicado acerca do novo emprego, Lenson foi chamado para reconhecer os corpos dos seus genitores. Frederic e Julia Donavan. Agora estavam sobre mesas de metal frio aguardando pela chegada do seu único filho. Estraçalhados antes que pudessem cumprimentá-lo e discutir sobre as possibilidades do mesmo não ser mais um daqueles depressivos adultos de Whisper Creek que não conseguiram deixar a cidade antes de

envelhecer. Os rostos desfigurados não serviam para identificar nada. As roupas bastante encharcadas de sangue facilitaram o reconhecimento das vítimas. Naquele duríssimo momento, sentia o peso do isolamento. Os poucos parentes que mantinha contato moravam na costa atlântica do país. Culpa da escolha de Frederic e Julia. Os dois se casaram e logo mudaram para o Arizona, onde nascera seu único filho. Para entender o isolamento, era importante destacar que Lenson perdera os avós muito cedo, antes mesmo que pudesse atingir uma década de vida. Alguns dos seus primos, pesarosos pelo difícil momento atravessado pelo rapaz, insistiram para que o mesmo não passasse pela dura experiência de reconhecimento do corpo. Poderiam ficar responsáveis pela mórbida tarefa. O mais novo órfão da família não se importou com o tamanho do fardo e, olhando para aquela massa de carne esmagada, balançou a cabeça positivamente para a autoridade responsável. Aquele sujeito, inclusive, insistia em contar ao enlutado rapaz os detalhes do acidente. O máximo que conseguia guardar eram palavras desconexas: contramão, buraco, choque frontal. Para o entristecido jovem não era importante formar frases em sua cabeça naquele momento.

No velório, caixões fechados. Não havia milagre que alguém pudesse fazer para que aqueles dois estivessem apresentáveis. A tragédia foi intensa e poucos eram os que prestavam homenagens. Naquele salão público era possível contar os parentes presentes com as duas mãos. Eram seis deles. Dois primos que já não os reconhecia mais, tal era o efeito do tempo sobre eles. Pelos nomes, quando foi cumprimentado, resgatou uma imagem na mente que não era advinda de uma experiência concreta: era o velho álbum dos pais que registrava a sua última viagem à Richmond, Virgínia. Retratado em uma fotografia, Lenson não tinha mais do que sete anos e estava ao lado dos dois jovens que estavam ali presentes. No outro canto da pequena sala do velório, estavam duas senhoras que educadamente lhes deram pêsames e tratavam o jovem órfão como um companheiro de longa jornada, apesar de não fazer a mínima ideia de quem eram tais senhoras. Naquele caso, nem mesmo os álbuns velhos, pelos quais tinha certo apreço, contribuíam. Por fim, dois rostos mais conhecidos: seus tios Tara e Jales Donavan. Eram os seus únicos parentes que moravam em uma distância menor do que os mil quilômetros. Viviam em um lugarejo ainda menor do que Whisper Creek. Tratava-se de uma pequena comunidade que sequer possuía autonomia administrativa. Conhecida como Severant, tinha um pouco mais de 4.000 moradores. Localizava-se a cerca de 30 milhas de Whisper Creek, sendo o fato dos tios morarem tão próximos uma grande coincidência geográfica, sobretudo no contexto de uma família pouco extensa e concentrada na costa Atlântica. Naquele tempo, os tios já eram septuagenários e Jales, em especial, apresentava alguma dificuldade de mobilidade, o que contrastava com a relativamente com a sua arisca esposa, Tara. Sempre simpáticos, foram muito importantes emocionalmente, com gestos e ações mais significativos do que aqueles outros quatro familiares que estavam ali no salão do velório se comportando como se fossem operários em uma fábrica posicionados à frente de um relógio de ponto. Tara e Jales chegaram ao salão do velório com uma coroa de flores. Ainda naquele velório, Jales, advogado aposentado, ofereceu assessoria jurídica com as questões associadas ao erário.

O patrimônio que estava à espera de Lenson incluía o apartamento em que vivia, dois automóveis e uma loja no centro comercial de Whisper Creek, que no momento estava locada para um empreendedor que apostou em um centro de formação de condutores. Cuidando de toda a burocracia do *post mortem*, o jovem recebeu o convite de um dos seus primos que esteve presente na cerimônia fúnebre para se mudar para Richmond. Agradecido, mas ciente de que o momento era propício à sua permanência na cidade em que nasceu, rejeitou, o que se explica principalmente pelo novo emprego e pelo pequeno empreendimento familiar.

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

O tempo foi curando as feridas abertas pelo traumático incidente e a ocupação com o novo trabalho ajudava a não pensar em todo momento na dolorosa perda. Avaliava constantemente a possibilidade de se mudar para Richmond. Teria parentes por perto, mesmo que não fossem tão íntimos, e poderia receber alguma ajuda para se colocar no mercado de trabalho por lá e quiçá prolongar seus estudos em uma urbe de maior expressão. Por outro lado, via a possibilidade de empreender na sua cidadezinha, à medida que usou o dinheiro do carro e parte de suas economias para comprar a loja ao lado daquela que já alugava. A transação comercial foi feita com a vizinha, antes mesmo que àquela sempre receptiva senhora pudesse colocar um anúncio na porta do estabelecimento. A então proprietária do imóvel procurou o rapaz oferecendo-o, ciente de que Lenson poderia ter interesse pelo fato de já ser dono da loja ao lado.

Economicamente tudo corria bem. Emocionalmente, um vazio. Dois meses depois da tragédia, um sentimento de culpa pela percepção de que cometia ingratidão tomou conta do jovem. No último mês daquele inesquecível ano, mais precisamente nos seus últimos dias, pensou que já deveria ter ligado há muito tempo para seus tios Tara e Jales. Não tinham uma relação muito estreita, é verdade. Mas a gentileza e a prontidão prestadas no momento difícil merecia retribuição. O Natal iria ocorrer em duas semanas. Quem sabe não poderia passar o feriado com os tios? Foi justamente na sexta-feira do sétimo dia daquele mês, logo após o almoço, a vontade de telefonar para os tios tomou conta. Estava convicto de que chegaria em casa e ligaria para Tara e Jales Donavan. Eis que do escritório da prefeitura, no local de trabalho, pode ver o céu se transformando de maneira incomum para aquela cidade e para aquela época do ano. O tempo escureceu e anunciou uma tempestade. Uma senhora que trabalhava na limpeza da sala olhou para a janela e, suspirando, anunciou:

– Olha o juízo final!

Comentário apropriado se não for levado ao pé da letra, dado o caráter incomum da nebulosidade que tomou conta de Whisper Creek. Nuvens espessas, negras, e trovões. O homem que dividia o escritório com Lenson, que já era um senhor que entrava na casa dos sessenta anos, comentou:

– Aposto que ninguém está de posse de um guarda-chuva. Todos chegaremos em casa como pintos molhados. Mas que diabos! Temporal no Arizona!

A chuva ainda não caía. Quanto mais se aproximava do final do seu expediente, o céu parecia se tornar ainda mais negro, acompanhado de trovoadas cada vez mais frequentes e o vento mais acelerado. Tentando se adiantar frente a provável tempestade, Lenson deixou o trabalho cerca de vinte minutos antes do seu horário habitual. Quando chegou ao amplo estacionamento, a tempestade desabou. Correu em direção ao carro de maneira atabalhoada. Enfim, estava protegido da chuva dentro do carro, não antes que a sua roupa estivesse bastante molhada. Ligou o rádio do carro e ouvia as notícias enquanto relembrava do forte compromisso que havia instalado em sua mente: ligar para seus tios ainda naquele dia. Em meio à chuva e ventania, o galho de uma árvore desprendeu-se e caiu sobre o carro, o que apressou a inevitável ida para casa. Parou em frente ao pequeno bloco de apartamentos e desceu, encharcando-se ainda mais.

Entrou finalmente no apartamento, posicionado no terceiro e último andar daquele prédio. Não podia pensar em outra coisa naquele momento além de um banho quente, tal o estado de sua roupa. Saindo do banho, ainda enrolado na toalha, olhou para o telefone e pensou em ligar para os tios. Quando deu dois passos em direção ao aparelho, coincidentemente, naquele instante, o mesmo passou a tocar. Não esperava por ninguém. Depois da morte dos pais, Lenson se afastou bastante dos amigos. Tornou-se introvertido e sombrio, portador de um pessimismo altamente

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

contagiante. Não mantinha relacionamento amoroso e tinha o foco nos negócios e no trabalho. Com curiosidade, atendeu o telefone:

– Alô?

– Garoto? Você está aí? – Perguntou uma voz rouca característica.

– Tia Tara? – Perguntou o rapaz achando aquilo uma incrível coincidência.

– Seu tio sofreu um acidente... [pausa] ...terrível. Sangue para todos os lados...

A ligação perdeu a qualidade rapidamente. As palavras começaram a ficar inaudíveis. O jovem ainda insistiu:

– Espere por mim. Pegarei a estrada agora mesmo!

– Não há hospital...[chiado forte] ...nesta cidade pequena...[chiado novamente] ...nos ajude... – Balbuciou.

A ligação foi se perdendo até a conversa terminar. Atônito, o jovem se vestia rapidamente enquanto pensava naquela coincidência: tanto tempo sem conversar com os seus tios e, no momento exato em que faria uma ligação, a tia se antecipa, tendo a mesma ideia que ocupou a sua cabeça durante boa parte do dia. Para a criação de uma atmosfera ainda mais estranha, um pedido de ajuda a partir de uma ligação horrível, acrescido de uma descrição incompleta de uma situação que parecia ser grave. Sua saída de casa foi turbulenta, fechando as portas com rispidez e esbarrando em diversos objetos. Ao trancar a casa e passar pelas escadas, quase atropelou uma vizinha que estava entrando no apartamento ao lado. Era a senhora Talmer, a bisbilhoteira viúva dominada pela obesidade mórbida que se via constantemente cercada de gatos. Quando ela estava subindo as escadas, era quase impossível passar por ela sem ter que esbarrá-la. Lenson nunca recuava na escadaria quando a avistava, pois considerava que isto poderia ser uma ofensa a uma pessoa dotada de uma patologia tão sofrida.

– Nossa, está com pressa? – Perguntou.

– Tenho algo importante a resolver em Severant.

– Vai sair com esta chuva? – Continuou a vizinha.

– Não tenho opção. É algo sério. – Disse Lenson correndo escadaria abaixo.

O jovem mal saiu do campo de visão e a mulher falou sozinha, em um tom que seu comentário era inaudível ao jovem:

– Espero que vá com cuidado nesta estrada. Ao contrário, pode acabar como os seus pais.

A chuva continuava a cair e o vendaval a soprar. A noite já estava próxima de sua plenitude. Desafiando a intempérie, seguiu perseverante rumo à Severant. Era a primeira vez que passava pelo trecho que ficou marcado pelo acidente dos seus pais. Fragmentos do automóvel ainda podiam ser vistos ao lado da estrada, ainda que a carcaça tivesse sido retirada. Naquela chuva, contudo, centrou-se na estrada. Logo um longo caminhão que transportava carga viva – uma grande quantidade de frangos – estava à sua frente. Ainda que estivesse ansioso pela urgência da situação vivida em Severant, não ousou ultrapassar o caminhão. A falta de ousadia dele não se explica somente pela chuva, que era obviamente um agravante, mas, principalmente, pelo trauma recente. Assim, a viagem de 30 milhas de distância entre Whisper Creek e Severant, normalmente cumprida em 40 minutos, foi realizada em uma hora e alguns poucos minutos. Saiu da estrada principal e pegou o trevo para Severant, que ficava em uma baixada próxima a

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

estrada. Quando entrou na pequena área urbana da cidade, a chuva caía fina. Abriu o porta-luvas do carro e pegou o endereço dos tios, que estava naquele mesmo lugar desde a morte dos pais. Não se podia ver uma alma na rua naquele momento. Eis que, circulando a igreja presbiteriana que ocupava um lugar central na cidade, chegou à ruela que era o seu destino. Era uma via mal pavimentada e comprida, com uma casa aqui e outra acolá, todas com estilo arquitetônico que denunciavam o envelhecimento daquele povoado e a sua pouca expansão. Tara e Jales moravam em uma casa grande, com dois pavimentos. A hera cobria parte importante de sua fachada frontal, até avançar de forma desajeitada pelas vidraças das janelas. Parou o carro na frente da casa, ao lado de um velho automóvel de propriedade dos seus tios. Mal sabia que eles utilizavam um automóvel. Quando estiveram em Whisper Creek foram de táxi. Enquanto saía do carro e caminhava rumo à porta daquela casa, Lenson imaginava que estava prestes a conduzir os seus tios em outra viagem, desta feita para Flagstaff, cidade que possuía certa infraestrutura hospitalar. Eis que bateu à porta, açodado. Segundos depois, antagonicamente, um movimento delicado abriu a porta. Era a tia Tara. Estampou um sorriso e disse:

– Querido! Que surpresa você por aqui! Porque não nos avisou que viria?

Por um momento, avaliou que a péssima qualidade da ligação telefônica comprometeu o entendimento da tia, e, assim, perguntou Lenson:

– O tio Jales está bem?

– Sim, obrigado por perguntar. Por favor, entre! Esta chuva fina deve estar lhe incomodando.

Entrando na casa, que tinha a decoração marcada pela tapeçaria e mobília pesada e antiga, perguntou:

– O tio se recuperou, então?

– Recuperou-se do que?

– Do acidente. Ele não sofreu um acidente doméstico?

– Não. Porque você teve esta ideia? Você teve um pesadelo?

– Nada disso. A senhora me ligou no final da tarde de hoje me alertando sobre um acidente que o tio teria sofrido. A senhora me solicitou ajuda.

Confusa e incrédula, Tara fechou a porta e a trancou com as chaves. Coçou a cabeça grisalha e então colocou a mão sobre a testa de Lenson, que perguntou:

– O que a senhora está fazendo?

– Vendo se você está acometido pela febre. Quando a temperatura do corpo está muito alta, podemos ter alucinações. Mas você não me parece estar com febre.

– Estou bem e consciente das minhas ações. A senhora me ligou hoje me alertando sobre um acidente.

Nesse momento, descendo cuidadosamente as escadas da casa, Jales surgiu naquele ambiente, perguntando com uma expressão de bom humor:

– Que discussão é essa aqui embaixo?

– Jales... veja quem está aqui! O rapaz enfim veio nos visitar! Contudo, ele alega que liguei para a casa dele solicitando ajuda, por conta de um acidente que você teria sofrido.

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

– Que coisa! Posso lhe garantir que eu não sofri acidente algum. Tampouco a minha velha ligou para alguém. Afinal, o nosso telefone está sem funcionar desde segunda-feira. Nem se quisesse a minha senhora poderia ter ligado à sua casa. Sabe como são as coisas aqui em Severant! Somos muito mal assistidos pelos fornecedores de serviços. Acho que ainda ficaremos sem telefone por uns bons dias.

Perplexo, Lenson olhava para um ponto fixo enquanto pensava no telefonema que havia recebido. Eis que o seu estado letárgico findou-se pelo toque da mão de Tara em um dos seus ombros. Ela disse enquanto fez o gesto:

– Vamos ver pelo lado bom: ninguém se machucou e você veio nos visitar. Sugiro que esqueça este assunto e, já que veio até aqui, passe o final de semana conosco.

– Isso! Será uma maravilha a sua companhia! – Disse Jales.

Lenson balançou a cabeça positivamente e Tara solicitou licença para voltar à cozinha. O jantar estava quase pronto e o cheiro da comida já invadia aquela sala. Jales Donavan sentou-se no sofá ao lado do seu jovem parente e dissertava longamente sobre o cotidiano de Severant, apontando as dificuldades de se viver ali e, principalmente, enaltecendo a tranquilidade do lugar, como se estivesse querendo convencer Lenson a se mudar para aquele povoado, ainda que não dissesse isto com clareza. Tara colocava os pratos e talheres na mesa de jantar e solicitou ao tio e ao sobrinho:

– Sentem-se à mesa! Já vou trazer a sopa!

– Vamos lá, meu rapaz. Este cheiro é inconfundível para mim. São quase 45 anos apreciando o manjar dos deuses. É um dos pratos prediletos da minha senhora! – Disse Jales levantando-se e sentando-se à mesa.

Lenson o acompanhou. Tara trouxe a panela que continha uma sopa com pedaços de carne e gosto apimentado. Ela sentou-se à mesa e iniciou uma breve oração. Finalizou a oração dizendo:

– Pronto, agora vamos todos comer!

Lenson sentou-se em uma posição na mesa de jantar que ficava de frente para a escada. Entre uma colherada e outra de sopa ficava observando uma enorme escultura, de estatura pouco menor do que a de um homem médio. Tratava-se de um guerreiro de longas barbas e com uma roupa provavelmente característica do povo viking. Fixou o seu olhar na expressão facial amedrontadora da peça de arte. Enquanto ficava atento a escultura, a tia dominava o ambiente tagarelando sobre diversos assuntos que soavam enfadonhos aos seus ouvidos. Em um dos seus longos desenvolvimentos, Tara perguntou a Lenson a sua opinião sobre um tema banal, o que escancarou a sua desatenção:

– O que acha mesmo rapaz?

– Eu... desculpe-me! Estava desatento. – lamentou, para em seguida modificar o tema da conversa:

– Conte-me sobre aquela escultura que está no final do lance de escadas! Onde conseguiram aquilo?

Os seus tios se entreolharam e reinou, durante alguns segundos, um silêncio naquela mesa. Eis que, após um suspiro sofrido, Jales falou:

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

– Eu e a minha mania de juntar coisas velhas! Estive em um antiquário em Los Angeles, em Vermont Harbor, para encontrar luminárias que combinassem com esta casa. Eis que me deparei com esta escultura e quis saber mais a respeito dela. O vendedor, que também era o dono do estabelecimento, apresentou-se solícito e contou pacientemente a história da escultura. Esta peça tem pelo menos 250 anos. – discursou num só fôlego.

– Horrível! Esta peça foi motivo de brigas homéricas entre nós. Eu sou muito tolerante quanto aos gostos excêntricos do seu tio, mas esta escultura horrorosa foi demais! – Disse Tara impetuosamente.

– Ela não entende nada de arte! Não lhe dê ouvidos! Continue ouvindo: esta escultura faz referência à cultura viking e homenageia um importante guerreiro do passado. Esse guerreiro possuía o meu nome! Como poderia não comprar esta escultura? – Prosseguiu Jales, buscando uma racionalização dos fatos à sua maneira.

– Que bobagem! Já viu o machado que aquela escultura está empunhando? Afiadíssimo! Aquilo pode machucar alguém! – Disse Tara, insistindo em depreciar as ações do marido.

– Seria um perigo se tivéssemos crianças em casa! Não é o caso! O machado é uma peça real, que está encaixada na empunhadura da escultura. – Continuou Jales com empolgação crescente.

– Agora conte ao rapaz sobre as flores! – Disse Tara, criando um anticlímax para Jales, que rebateu, com veemência:

– Não venha com esta história de novo! Quanta superstição!

– Eu quero saber sobre as flores. Fiquei curioso, tio. Não estou aqui fazendo juízo de valor ou tomando partido. – Contemporizou Lenson.

– Mas é uma história boba! – Disse Jales.

– Que irei contar! Depois que a transportadora trouxe esta escultura horrível aqui para a casa, pude notar que os pequenos vasos de flores que ficam mais próximos dela não germinam! Quanto mais próximos da escultura, menos florescem os vasos. – disse Tara, utilizando-se de um argumento místico.

– Eu avisei que era uma bobagem tremenda! Já não chegamos à conclusão de que isso era explicado pela luminosidade? A casa possui entre os seus ambientes diferentes níveis de luminosidade. Se é necessária a luz em boa quantidade para que haja florescimento, qual é o mistério disso? – Rebateu Jales.

Tara virou-se para Lenson e disse, com a mão na frente da boca, como se quisesse excluir Jales da conversa:

– Os locais onde os vasos eram colocados não eram menos iluminados do que outras áreas da casa em que houve florescimento.

Vendo a irritação dos tios, o jovem tratou de mudar o assunto, trazendo-o para aquilo que os dois mais gostavam de falar: o viver em Severant. Continuaram apreciando o jantar e após todos estarem satisfeitos, Lenson ajudou a tia Tara com a cozinha. Era um espaço pequeno, mas muito bem organizado, com a cor branca dominando armários, fogão, geladeira e azulejos. Depois de lavarem os pratos, a tia foi até um dos cantos da cozinha, onde se encontrava uma gaiola com um casal de pintassilgos americanos. Trocou a água dos pássaros e os serviu com sementes. Enquanto Lenson e Tara estavam na cozinha atarefados, os pássaros impuseram o seu canto, coordenado e imponente.

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Deixaram a cozinha e foram até a sala, onde Jales aguardava-os sentado no sofá. Tara buscou roupa de cama nova para o seu sobrinho e todos os três subiram as escadas. Lenson parou em frente à escultura do guerreiro viking, que impressionava pelo nível de detalhamento. O rosto escultural, que carregava uma expressão de fúria, dava destaque para os tensos músculos da face. Os longos cabelos e as longas barbas adicionavam mais peso à imagem de guerreiro. Na armadura leve da escultura era possível ver manchas vermelhas aludindo ao sangue dos seus inimigos. Estas manchas também estavam presentes no machado, que, assim como Jales, o proprietário havia dito, era uma peça que poderia ser retirada de Jales, a estátua. A lâmina era muito mais afiada do que o bom senso poderia definir como um corte adequado para uma peça decorativa. O nome Jales estava sutilmente escrito no cinto que a escultura carregava. Estar diante daquela escultura causou uma estranha sensação: um misto de pavor e uma paradoxal vontade de continuar contemplando-a, como se o pavor fosse algo bom de ser cultivado. O estado meio hipnótico em que Lenson mergulhou ao examinar a escultura foi interrompido pela colocação de uma mão no seu ombro. Era a tia Tara:

– Deixe essa coisa horripilante aí. Daqui a pouco o seu tio vai achar que você aprovou a compra desta peça!

– Parece que ele já aprovou! Pare de implicar com essa estátua! Já passamos dessa fase! – Rebateu Jales.

– Não há possibilidade de alguém deste mundo aprovar uma escultura dessa dentro de uma casa. No máximo, e olhe lá, em um museu poderia arrumar admiradores. – Insistiu Tara.

Os tios desejaram boa noite e Lenson entrou no primeiro dos três quartos daquele corredor. Os seus tios dormiam no último quarto. Apesar de se tratar de um quarto acolhedor, um cheiro sufocante entrava nas narinas do jovem. Abriu as janelas e viu que caía chuva fina. Apesar de ainda serem dez horas da noite, não havia ninguém nas ruas. Concluiu que o cheiro forte vinha da poeira acumulada no chão e nos poucos móveis do quarto. Um criado que ficava ao lado da cama possuía uma grossa camada de poeira, escancarada pelo fato de Lenson percorrer o dedo indicador naquela superfície suja, revelando a verdadeira cor daquela madeira. Depois de ficar alguns minutos olhando pela janela a chuva fina que teimava cair no vilarejo, tentou dormir. Os lençóis sobre a cama também exalavam forte odor de tecido há muito tempo guardado. O frio não era insuportável, mas era suficiente para impedir o seu forte desejo de deitar-se na cama desnuda, sem os lençóis. Antes de deitar ainda havia tentado encontrar alguma roupa de cama em melhor estado dentro de um pequeno armário embutido. Ali jazia um cobertor cuja simples imagem fez o jovem tossir.

A noite de sono logo foi interrompida. Acordou com grande dificuldade respiratória, com a garganta seca. Olhou para o velho rádio-relógio que estava em cima do criado. Eram duas horas e vinte minutos na madrugada de Severant. Não havia opção: precisava de um copo de água. Ao lembrar que a cozinha ficava no primeiro andar e, principalmente, que teria que passar em meio à escuridão pela escultura do guerreiro nórdico, tentou voltar ao sono. Contudo, o incômodo foi muito maior do que o receio de transitar pela casa a noite. Levantou-se e foi ao corredor, local em que reinava uma intensa escuridão. Concentrava-se nas paredes para tentar encontrar o interruptor, que traria o alívio em forma de luz. Enquanto dava vários passos no breu viu o espectro do interruptor, posicionado caprichosa e quase ironicamente ao lado da escultura assombrosa. Tentou racionalizar os seus medos, esticando rigidamente o seu braço em direção ao interruptor, tentando ao mesmo tempo esconder de sua mente que em parte dela havia a consideração de que a escultura poderia naquele momento ganhar vida. Embriagado de

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

adrenalina, Lenson trouxe a luz ao ambiente. Com ela, desfrutou de uma orgásmica atenuação do medo. Eis que a luz encorajou passos firmes rumo à escada que o conduziria ao primeiro andar, momento em que pode contemplar, em um choque espaço-temporal de duração incalculável, uma imagem-cena viva, que lhe trouxe pavor: o tio Jales desequilibrado e apoiando-se na estátua de guerreiro homônimo, caindo escada abaixo e trazendo consigo a escultura, em um tombo doloroso. A escultura espatifou-se em algumas partes no meio da escada, expondo alguma estrutura interna de metal que lhe garantia estabilidade. Os detalhes da cena se perdiam em meio ao elemento mais chocante e que drenava toda a sua atenção. Caprichosamente, o machado trazido pela escultura atingiu o pescoço esbranquiçado e ressecado do tio, tal como um golpe de um carrasco descuidado, fazendo jorrar o sangue viscoso sobre uma fina peça de tapeçaria que era estendida sobre o centro dos degraus. Cena viva interrompida após o foco no olhar agonizante do tio, lembrando o de um peixe na vidraça de um frigorífico. A barulhenta cena foi acompanhada por piados agudos vindos da cozinha. Os pintassilgos cantavam alto, produzindo uma melodia tensa, avaliada talvez pelo estado de espírito do ouvinte e não como produto da intencionalidade dos artistas pintassilgos. Talvez estivessem cantando a plenos pulmões desde o início da cena. A despoluição sonora que imperou após o tombo permitiu, por sua vez, a percepção clara de cada nota daquela que se tornou uma melodia fúnebre.

Lenson esfregou os olhos e toda a algazarra macabra produzida pelo tombo fatídico se desfez. Olhou para a escultura de soslaio. A mesma permanecia no local de sempre, vigilante. Desceu as escadas sentindo as pernas bambas, apoiando por precaução no fino corrimão. Se as pernas indicavam uma limitação física, o que dizer de sua mente? De forma óbvia, tentava racionalmente concatenar a ligação telefônica misteriosa que havia recebido daquela que jurava ser a sua tia Tara com a visão do acidente do tio. Tentando construir uma solução rápida em sua mente, o que era explicado pelo fato de ser doloroso alimentar o caos dos acontecimentos incomuns, avaliou que a sua tia pode estar sofrendo de algum desequilíbrio mental: demência ou Mal de Alzheimer poderiam ser diagnósticos compatíveis com o fato da tia Tara não se lembrar de ter ido a um telefone público após ter comprado pães franceses na padaria desacompanhada do marido. Nessa ocasião poderia ter feito a ligação telefônica maluca. Avaliou também que a visão da morte do tio, tendo como protagonismo um desequilíbrio difícil de ser explicado e a estátua foram truques de sua mente, alimentados pela ampla discussão sobre a escultura envolvendo os seus tios. Justamente aquele que defendia a aquisição da estátua e a colocação como peça de decoração na casa foi quem perdeu a vida pela lâmina inadequadamente amolada daquela peça de arte. Talvez uma forma estranha de sua mente julgar que o tio agiu errado e com mal gosto por adquirir e decorar a casa com algo medonho, ainda que se reconheça as habilidades do artista que o esculpiu.

Após racionalizar ficou com a mente mais leve, restando uma preocupação de como indicar à tia Tara um exame neurológico que pudesse atestar sua sanidade. Ao entrar a cozinha, acendeu a luz e serviu água à vontade. Eis que os pintassilgos começaram a cantar, com o mesmo timbre, frequência e intensidade percebidas durante a fatídica cena ilusória da morte do tio. Olhando para aqueles pássaros engaiolados com perplexidade, concluiu no intento de buscar o alívio de sua mente, que a coincidência sonora não poderia significar absolutamente nada. Com a sede saciada, deixou a cozinha rumo às escadas, passando pela sala. Quando chegou aos pés da escada, mal pode assimilar: estava diante de uma nova cena, claramente ilusória, mas suficientemente próxima à realidade para ser impedida. O caráter ilusório logo era denunciado pela palidez súbita que acometia as cores, substituindo a vivacidade colorida da realidade. Foi

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

na dimensão da ilusão que Jales, o tio, caminhou em direção as escadas, olhou para o sobrinho que atônito observava no primeiro andar da casa, coçou os ralos cabelos brancos e subitamente perdeu o equilíbrio, buscando a estátua como apoio, tal como na primeira visão que tinha tido. A estátua sucumbiu, vindo ao chão escadas abaixo tal como o tio, enquanto a pequena janela indicava a incoerência temporal que também denunciava o caráter ilusório da cena: feixes de luz solar penetravam no recinto através de uma janela de frente a posição original da escultura. Lenson sabia, afinal, que não eram muito mais do que três horas da manhã. A *causa mortis* de Jales se repete, fragmentos da estátua se espalham, enquanto a lâmina afiada do machado rasgava o pescoço. Como trilha sonora, pintassilgos produzindo um piado agudo e sofrido. O seu olhar tentava avidamente captar todos os detalhes da cena, e, inexplicavelmente percorriam todo o chão. Como detalhe percebido, próximo a porta de entrada da casa, que não ficava muito distante do vão da escada, jazia um jornal aparentemente intocado pelo leitor. Era a última memória da ilusão em questão, truque mental que mais uma vez o atormentava.

Qual seria a probabilidade de eventos tão enigmáticos serem reunidos em um espaço de tempo relativamente curto? O telefonema misterioso é sucedido por um conjunto de duas visões. Há relação causal? São questões que intrigavam Lenson. Então, convicto, concluiu: O telefonema misterioso estava ligado às visões. De tal forma que a ligação enigmática, seja proveniente de sua tia, de um engano telefônico a partir de uma voz que se assemelhava à da mesma, ou ainda de um evento paranormal, poderia se constituir como razão intencional de forças não conhecidas a favor de sua presença na pacata Severant. Sua presença na casa dos tios, por sua vez, seria necessária para impedir a fatídica tragédia anunciada pelas ilusões. Tragédia essa que, a partir do detalhamento da última cena ilusória, estava programada para ocorrer de manhã, quando os primeiros raios de sol vindos do leste irromperiam a janela compondo o arranjo fúnebre da morte de Jales, ironicamente causada pela lâmina afiada do machado de escultura homônima.

Tais conclusões trouxeram-lhe uma certeza patológica que extirpou o beneplácito da dúvida. Adquiriu por intermédio de sua certeza uma coragem incomum, tornando-lhe capaz de caminhar decididamente na direção da escultura, em passos firmes degrau por degrau. Diante da mesma, observando que a arma que carregava era encaixada, retirou-a cuidadosamente de suas mãos. De posse daquele objeto, que era mais pesado do que poderia imaginar, pensava em um destino apropriado ao artefato. Inicialmente imaginou o próprio quarto em que dormia. Vetou a possibilidade instantes depois de formular a hipótese, por considerar que o resto de sua noite de sono seria muito prejudicado ao se deitar tão próximo do objeto que, mesmo no campo das ilusões, causou a morte do tio. Desceu com o machado em mãos até a cozinha. Subiu em uma pequena banqueta de forma muita cuidadosa e colocou o machado em cima do armário da cozinha. O piado insistente do casal pintassilgos parecia estar mais alto e com menor intervalo.

Ao sair da cozinha, um alívio tomou conta de sua alma. Subiu tranquilamente com o sentimento de dever cumprido e foi ate o quarto em que dormia. O radio-relógio já marcava 3:50 da manhã. Colocou o aparelho no colo e programou a função despertar para às 5:50, de modo a acordar antes que os primeiros feixes de luz penetrassem pela janela próxima a Jales, a escultura. Deitou-se na cama e, apesar dos momentos agitados que passara minutos antes, logo adormeceu.

Acordou e olhou para o rádio relógio, com medo da função despertar não ter sido corretamente programada. Eis que acordara alguns poucos minutos antes do horário programado. Foi até a janela do quarto, puxou a cortina para o lado e viu que o sol começara a nascer. Em um misto de apreensão e ansiedade, levantou-se e caminhou até o sofá, posicionado estrategicamente no

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

piso inferior da casa. Sentou-se nele e de lá tinha a visão privilegiada das escadas. Naquele momento, sentado e reflexivo, imaginava que toda a sua mobilização tinha certa possibilidade de ter sido em vão. Pensava também que talvez fosse ele quem tivesse que visitar um profissional que pudesse avaliar a sanidade da mente. Afinal, em que medida a morte trágica e súbita dos seus pais poderia ter interferido no juízo dele? Enquanto direcionava a preocupação quanto ao estado mental de tia, poderia ser ele a vítima de alterações mentais de fundo patológico. Pelo menos, ao pensar nessas questões, imaginava que o confronto entre a realidade e a imaginação estava presente, não estando ele aprisionado no mundo da ficção. Contudo, considerava que o desfecho daquela manhã, quando os raios de sol penetrassem lateralmente na janela em frente à escultura desenhando o cenário construído por uma de suas ilusões, poderia esclarecer se havia desenvolvido algum dom premonitório ou se precisaria marcar hora com algum psiquiatra.

Por volta das 6:15 da manhã, a tia surgiu naquele ambiente, descendo os degraus vivamente, sem ter notado a ausência do machado na escultura que tanto se opunha, mas suficientemente animada para dizer sorrindo:

– Bom dia! Acordou muito cedo!

– Sempre acordo, tia. – respondeu de maneira não muito honesta no intento de não adentrar nos pormenores de sua agitação noturna.

– Pois bem! Vou fazer umas torradas e ovos mexidos para o café. Fique a vontade, querido. O seu tio já acordou. Creio que não demorará a descer.

– Tudo bem, tia. Vou esperar.

Enquanto aguardava, um objeto foi arremessado por debaixo da porta. Era o jornal do dia. Deslizou no chão e estacionou-se harmoniosa e enigmaticamente na exata posição registrada pela sua última ilusão. Tal acontecimento já foi suficiente para elevar-lhe a palpitação. Sentiu a boca seca, mas se negou a deixar o sofá para ir a cozinha buscar um copo de água, como se fosse um disciplinado soldado norte-coreano em um posto avançado de fronteira. Passou a olhar fixamente a janela, percebendo que, para o aumento de sua ansiedade, os primeiros feixes de luz solar começaram a penetrar por ali, incidindo na escultura de Jales e nas paredes do lado oposto à janela. Foi o suficiente para a palpitação aumentar de modo semelhante a alguém em um estado de pânico absoluto. O que não era de se estranhar, pois qualquer avaliador honesto com certa trajetória clínica poderia chegar a essa descrição sobre sua condição, dado ao seu estado semicatatônico. Então, eis que a cereja do bolo é colocada em seu devido lugar: o seu tio surge, caminhando vagarosamente próximo às escadas, em frente à escultura. Olhou para o sobrinho e coçou a cabeça, na mesma ordem dos eventos sequenciados na sua ilusão. Foi neste momento em que Lenson rompe a letargia catatônica e disse em alto tom:

– Não desça os degraus sozinho, tio Jales!

O tio processou a mensagem, mas tentou ignorá-la, por não perceber sentido na pronúncia imperativa do sobrinho. Eis que Lenson, embriagado pela adrenalina, arrancou do sofá em uma esplêndida demonstração de explosão muscular e subiu as escadas, na tentativa de impedir que o tio as descesse sem amparo. Com apenas uma perna degrau adentro, Jales, o tio, viu o braço agarrado pelas duas mãos do sobrinho. Sem saber como processar aquilo que a seu ver não se passava de um devaneio juvenil, mobilizou suas forças para se libertar do apoio de Lenson. Nesse arranque, libertou-se subitamente das mãos do sobrinho, caindo, contudo, em um estado de profundo desequilíbrio que o fez apoiar desesperadamente no braço de Jales, a estátua.

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Apostando equivocadamente na capacidade na estátua de se constituir como um anteparo ao seu desequilíbrio, Jales, o tio, continuou a cair, dessa vez em companhia de Jales, a escultura. Em novo estado catatônico, incapaz de esticar um braço para impedir que um dos Jales fosse ao chão, Lenson assistiu um tombo massivo, estrondoso, causador do arremesso de fragmentos da estátua escada a baixo e de, muito provavelmente, fraturas na estrutura óssea septuagenária de Jales, o tio. Este ainda estava consciente, tendo forças para bradar, mesmo estando sobre parte importante do corpo da estátua, que naquela altura poderia ser chamada propriamente de escombro.

– Você está louco?

Observando que o vão deixado pela ausência do machado se alinhava com perfeição com o pescoço do tio, Lenson ignorou os dolorosos gemidos de agonia e, convicto que havia feito um bem, concentrou-se aprioristicamente no papel que julgava ter desempenhado: o de um herói enviado para evitar uma tragédia maior. Tanto que, com uma voz não muito firme, conseguiu pronunciar, mesmo imerso na zona semicatatônica:

– Tio, eu te salvei!

Expressando facialmente sentimentos entre a dor aguda de sua queda e a rejeição daquilo que o sobrinho acabara de dizer, Jales tentava retirar a estátua de si. O silêncio daquele momento contrastava com o ruidoso barulho do incidente recém-ocorrido. O silêncio era, ao mesmo tempo, estranho e despertava calafrios. Afinal, imaginou Lenson, porque diabos a tia Tara não estava ali, atraída pela barulheira infernal que se sucedera?

Concentrado nesse fato, o jovem desceu os degraus rumo a cozinha, com o foco na tia. Passou pelo tio caído aos degraus da escada ignorando os seus pedidos de ajuda. Ao chegar ao mesmo nível da cozinha, ouvia o piado agudo de uma ave. Era um piado diferente do característico. Não era dobrado, como se o casal estivesse harmoniosamente a construir uma melodia. Mas era um piado ainda mais melancólico e agudo. Claramente isto era somente um detalhe. O foco era entender a ausência da tia na sala. Ninguém pode estar tão concentrada assim fazendo o café.

A resposta veio em uma imagem dolorosa. Focando no piso de mármore branquíssimo, assistiu uma poça rubra se agigantando, em um contraste quase artístico. A velocidade de movimentação dessa poça indicava algo sério, como se confirmou. O jovem passou a ter dificuldade extrema em avançar em cada passo, mas longo viu, com os músculos petrificados de pavor, o corpo da tia deitado desajeitadamente ao chão da cozinha, com o machado ensanguentado ao seu lado. A porta do armário da cozinha estava aberta. Justamente o armário em que repousava em sua porção superior o artefato de Jales, a escultura, colocada por Lenson. O machado acertou em cheio a cabeça da tia que, ao sentir a porta do armário emperrada, forçou a sua abertura, no intento de pegar o pó de café. O que emperrava a porta do armário era justamente a presença do machado. Ao conseguir abri-la, Tara mal pode processar que se tratava de sua última realização em vida. A lâmina acertou em cheio a cúpula do seu crânio, fazendo os seus olhos quase saltarem. O sangue, que naquela altura já invadia a sala e cercava o calçado de Lenson, ainda não era visto por Jales, o tio. Os olhos fortemente tomados pelas lágrimas foram ainda capazes de ver um dos pintassilgos piando em um tom altíssimo, como se indicasse profundo desespero, enquanto o outro animal do casal estava deitado na base da gaiola, inerte, com olhos vidrados, sem vida. Na cabeça, apesar do fato objetivo de uma das aves estar morta, era como se o casal de animais tivesse tentado lhe avisar sobre a burrice de colocar um machado no alto do armário da cozinha, enquanto que, agora, o animal que não havia ainda sido vitimado pelo desespero dos acontecimentos estava condenando-o pela atitude.

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Lenson deixou a cozinha. Ignorou Jales, o tio, que perguntava onde estava Tara e solicitava ajuda. Ignorou fragmentos de Jales, a escultura. Agachou-se próximo a porta e pegou o jornal que estava ao chão. Colocou-o debaixo do braço. Abriu a porta da casa e partiu caminhando pela cidade, atravessando-a e também ignorando o seu carro estacionado em uma das ruas de Severant. Naquela altura não tinha condições de responder as mais simplórias indagações, como, por exemplo, qual era o seu nome. Mas teve a iniciativa de ficar a margem da rodovia solicitando carona aos caminhoneiros. A única coisa consciente que o incomodava era estar perto daquela cidade. Havia um sentimento ruim associado àquela paisagem. Naquela altura não saberia dizer nem mesmo a um psiquiatra a origem desse sentimento. Por isso, menos de duas horas após os fatídicos acontecimentos vivenciados, Lenson estava na condição de carona em um caminhão, sem ter a mínima condição de saber para onde diabos se dirigia.

RECITAL – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set./dez. 2019.
ISSN 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

Recital

Revista de Educação,
Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

RECITAL ENTREVISTA O PROF. LEONARDO LUIZ SILVEIRA DA SILVA (IFNMG)

O IFMundo em perspectiva: avanços e desafios da organização de um dos maiores eventos estudantis do norte de Minas Gerais.

Entrevistadores
Alex Lara Martins (Editor-chefe da Revista Recital)
Alfredo Costa (Editor da Revista Recital)

Transcrição
Carlos Henrique Soares Coelho (Bolsista CNPq)
Juan Cordeiro Bispo (Bolsista CNPq)

Apresentação

Leonardo Luiz Silveira da Silva é professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Salinas. É graduado em Geografia (2002) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Especialista em Gestão de Políticas Sociais (2006) pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG), Mestre em Relações Internacionais (2011) e Doutor em Geografia - Tratamento da Informação Espacial (2016) pela mesma universidade. Foi professor da rede particular de ensino de Belo Horizonte entre 2002 e 2016. Seus temas de interesse estão ligados à Geopolítica, à Geografia Urbana, à Geografia Cultural, ao Pós-colonialismo e aos Estudos Regionais, com ênfase nos estudos de fronteiras. No ano de 2019, foi o coordenador-geral do evento IFMundo no IFNMG. Leonardo é casado com a Larissa, é pai do Vicente, e possui dois gatos: Garibaldi e Quitéria. No tempo livre, acompanha o Atlético Mineiro, joga e desenvolve jogos de tabuleiro, e está preparando o lançamento de Jordão, um jogo que combina geopolítica e estratégia.

Entrevista

Alfredo Costa [AC]: Professor Leonardo, você foi o coordenador geral do IFMundo em 2019. Sabemos que você tem experiência com outros modelos de simulação. Fala pra gente um pouco das suas experiências pedagógicas com outros modelos e quais as diferenças e as semelhanças, os encontros e desencontros entre os modelos que você já participou, principalmente quando você trabalhava lá em Belo Horizonte, e o IFMundo, considerando inclusive as edições anteriores do IFMundo.

Leonardo Silveira [LS]: Entre 2002 e 2016 eu trabalhei na rede privada de Belo Horizonte, então eu tive oportunidade em alguns anos de frequentar a MINIONU da PUC, que é a tradicional simulação que acontece em Belo Horizonte, uma das pioneiras do Brasil. E nesse tempo eu pude ter contato com essa ferramenta muito poderosa de aprendizagem que é a simulação estudantil. E quando cheguei aqui no norte de Minas, com muita felicidade, eu pude ver que a turma de Almenara do Instituto Federal estava trabalhando nessa perspectiva que é uma perspectiva que estava desbravando um terreno virgem. Sabemos que muitas vezes o Instituto, nesse aspecto pedagógico, tem muito o que aprender com outros centros educacionais. Muitas vezes, as práticas pedagógicas daqui remetem ao passado, até por causa da nossa condição de ensino técnico, em que o próprio professorado que se envereda acaba não tendo muita experiência pedagógica. É mais tecnicista mesmo. O que é importante para a proposta do Instituto, mas que, do ponto de vista da mercadoria pedagógica, fica um pouco aquém. Com toda a felicidade eu vi vocês pioneiros aí em Almenara, com a simulação, desbravando terreno mesmo... Qual é a lógica? Na pedagogia moderna, já há um consagrado conceito de que o chamado *deep understanding*, que é o aprendizado mais enraizado, profundo, se dá por meio da emoção e do protagonismo do estudante. Nós estamos aí com três anos de simulação no IF, em Almenara, e dois anos como rede de expansão. Temos ainda muito o que aperfeiçoar e aprender. Simulações mais tradicionais do Brasil estão com duas décadas de experiência, aqui no IF são três anos. E vamos aprendendo cada vez mais a aperfeiçoar, sair do lugar comum, estabelecer um contato melhor com professores de outras áreas que não são só de ciências humanas. É fundamental para o projeto que ele seja abraçado pela comunidade como um todo, então você tem essas questões que são colocadas. De qualquer maneira, o que tem sido feito no IF é de muito valor. Esses meninos raramente são colocados na condição de protagonistas e é justamente o que esse evento faz.

Alex Lara [AL]: Professor Leonardo, você falou sobre a questão da integração entre o ensino técnico e as áreas do núcleo comum. O IF até pouco tempo atrás era uma rede mais voltada para o ensino técnico. Porém, a partir de 2008 houve essa proposta de integração entre essas duas áreas. Uma área que seria mais relacionada ao trabalho e a outra área mais relacionada à ciência. Como que é possível a gente pensar um modelo de simulação que de fato atenda essa característica primordial, fundamental da nossa instituição que é um modelo de Instituto Federal que tem cursos integrados? Como que é possível fazer com que o núcleo técnico se aproxime do núcleo comum nessas simulações?

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set/dez 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

[LS]: Essa é uma excelente pergunta, mas eu acho que a chave, o caminho da resposta está nas iniciativas que vocês começaram a travar. É como se a gente tivesse que inverter o caminho entre princípio, meio e fim, e partisse do fim em direção ao início. O que eu estou querendo dizer com isso? Estou querendo dizer que o entusiasmo que o aluno tem ao participar desse evento contamina. Então mesmo os professores que são da área técnica ou que estão um pouco mais desligados deste evento, acabam sendo contaminados indiretamente. Vamos dizer assim: os alunos ficam ébrios de emoção de participar, e o evento não tem com passar despercebido. Então os meninos trazem essas experiências e o professor, por mais desligado que ele seja, ele acaba querendo procurar saber como é. Eu não vejo um outro caminho que não seja um caminho de uma questão mais formativa mesmo. De uma discussão sobre pedagogia. Eu sei que quando a gente fala de pedagogia, muitas vezes, espanta muitos professores, por incrível que pareça. Quando você fala "Ah vou querer ter uma discussão sobre pedagogia", geralmente o ambiente fica mais esvaziado. Os professores não se preocupam muito com isso, talvez até por considerarem que já são senhores da sua própria atividade laboral e que não precisam nunca dar um passo no sentido de uma formação constante. Não que a gente esteja, nós que estamos engajados com o evento, numa posição de profissionais acabados, longe disso. Mas eu acho que um evento em processo como esse precisa despertar curiosidade em quem tá fora. É o mínimo que se espera. Então eu acho que essas posições formativas têm que ser uma parceria entre professores envolvidos e direção de ensino, em que se abre um espaço em uma reunião grande para colocar quais são os resultados obtidos, o que se conseguiu, quais são os esforços que pretendemos fazer para poder facilitar a integração. E eu digo mais: vocês deram um caminho rumo ao lúdico, ao fazer um comitê lúdico [da Organização Mundial de Saúde, que foi realizada a partir de um jogo de tabuleiro elaborado especificamente para esse fim]. Essa questão do lúdico tem um potencial muito grande de integrar, porque você traz a felicidade e o engajamento por meio do prazer. Essa proposta é muito irresistível. E o lúdico pode inserir elementos de muitas áreas. Então é a gente tentar dar esses passos no sentido de facilitar, durante a escolha da temática dos comitês, a entrada desse pessoal. Antes de a gente estabelecer a temática, levantar quais são as suas necessidades, quais são os seus interesses. Então nós podemos fazer mea-culpa, certo? De a gente pensar em porquê a gente muito insistentemente não ter tomado esse procedimento. Digo até mais, por Salinas: que Almenara está para o IFMundo assim como o Chile está para a América Latina, sempre um passo à frente das coisas que acontecem.

[AC]: Nós sabemos que você dedicou uma parte grande da sua carreira ao estudo da geopolítica e das relações internacionais. Você acha que os debates do IFMundo se assemelham ao que acontece no mundo das relações diplomáticas?

[LS]: O que acontece é o seguinte: as pessoas que nunca estudaram relações internacionais e que leem por curiosidade colunas de jornais, sites, que buscam aprender, leem periódicos, mesmo que não sejam científicos, mas um Le Monde Diplomatique, um Charlie Hebdo, coisas assim, eles acabam por instinto respirando e adotando um saber enciclopédico sobre a geopolítica. Contudo, as pessoas que não estudam puramente as relações internacionais tendem, em sua grande maioria, a se expressar e pensar de acordo com o que se chama de Realpolitik, ou seja, o realismo político. O realismo político é uma forma de pensamento das relações internacionais, que se encaixa bem com quem nunca estudou academicamente os paradigmas das relações internacionais, e o que a gente vê no IFMundo é um predomínio absoluto de uma

abordagem realista da ciência política, justamente por isso. Por outro lado, avançar em uma discussão prévia sobre as diversas formas de se entender as relações internacionais, parece um pouco demais para a tenra idade que é exibida pelos alunos da nossa rede e que participam disso. Mas para se ter uma ideia, existem correntes das relações internacionais que colocam questões ideológicas e culturais acima até mesmo das questões de Estado. Essa corrente é o construtivismo. E outras, que aqui não vou citar, que poderiam dar uma guinada na forma de interpretar e tirar a hegemonia da interpretação do campo do realismo político.

[AC]: Como coordenador do IFMundo 2019 em Salinas, como você avalia cada um dos modos de participação no IFMundo? Digo em relação às modalidades imprensa, embaixada, os comitês e os próprios diretores moderadores. Quais os ganhos pedagógicos e educacionais para os alunos?

[LS]: Legal você ter perguntado isso. Comitê de imprensa tem pouca demanda, então acaba que você filtra mais. Quem chega no comitê de imprensa, chega com um nível de excelência ótimo, porque vai estar muito engajado com aquilo, é o que ele sempre idealizou e sonhou. Então quem participa da imprensa vai com "sangue nos olhos". As outras atividades que agrupam centenas de alunos, por exemplo, os próprios delegados, embora o evento seja um sucesso, pelo menos uns 15% de alunos que acham o IFMundo um saco. É uma exceção, mas isso acontece e se a gente não tomar o cuidado, por exemplo, de não os colocar em posições chave de delegados, isso pode atrapalhar até o ritmo de debate dentro de um comitê. Então isso é um dilema que a gente enfrenta: a obrigatoriedade do IFMundo é um dilema que, na minha cabeça, não resolvi. Se a obrigatoriedade é a coisa melhor a se fazer, porque por enquanto a gente tem obrigado todos a participar. Quando todos participam, alguns infelizes e insatisfeitos estão dentro também.

[AC]: Sobre a questão da satisfação e insatisfação dos alunos, a gente percebeu aqui em Almenara, em 2019, que alguns temas foram um absoluto sucesso, como o do Comitê Olímpico Internacional, que discutiu questões de gênero, e outros que não cativaram tanto os alunos como por exemplo o comitê sobre a perda de biodiversidade genética. Eu queria saber se aí houve uma diferença de aceitação entre os temas, se alguns foram levados a debates mais apaixonados do que outros, e se você vislumbra outra possibilidade de elaboração dos temas a serem debatidos no evento?

[LS]: Isso aí é outro problema quase insolúvel, porque como definidores de temas é óbvio que a gente tem que ouvir as pessoas e as partes interessadas. Mas como atender as demandas que surgem da área técnica e, ao mesmo tempo, os interesses dos alunos e as nossas próprias convicções? Nós até temos uma mente aberta no sentido de abandonar as nossas próprias convicções em detrimento de promover uma melhor satisfação do público presente. Eu acho que a gente tem essa cabeça. Mas o interesse dos professores da área técnica precisa ser integrado. E o interesse do aluno não é exatamente o mesmo. Então há uma necessidade de achar uma equação comum. Eu acho que nós ainda não desenvolvemos a fórmula, e essa é uma fórmula que precisa ser pensada.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set/dez 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

[AL]: Você citou algumas das dificuldades de se organizar um evento, principalmente um evento dessa proporção. Você foi o coordenador institucional de um evento que envolveu mais de três mil alunos em toda a instituição. Em alguns lugares ocorreu de uma forma, outros lugares de outra forma, a gente acabou vendo certa autonomia dos campi de fazer do seu jeito. É claro que tinha um modelo a ser seguido, mas eu percebi que houve diferenças entre campus. Você falou também da dificuldade que é ser obrigatória a participação. Sendo obrigado, o aluno, por um lado, perde autonomia e interesse, pois ele pode não ter aquelas competências específicas que a gente exige. Por outro lado, tem também a possibilidade de o aluno descobrir uma nova habilidade, que talvez ele não soubesse que tinha. Você falou também da dificuldade da definição dos temas. Existe uma outra dificuldade que você gostaria de citar? Principalmente, comparando a organização do ano passado com esse ano, quais foram, a seu ver, os avanços do IFMundo em 2019?

[LS]: Para mim está claro que a reitoria comprou a ideia, e isso foi um avanço. E eu acho que ter uma espécie de poder centralizado ali de apoio ao organizador, que eu como coordenador pudesse reportar a todo momento, facilitou muito isso. Apesar daquela questão da contenção das verbas ter sido uma estaca no nosso coração... Na posição de coordenador, eu acho que uma das principais angústias é o fato de as pessoas terem ritmos diferentes. Para a pessoa que está organizando, existe uma grande ansiedade. Quando se tem os prazos e se vê que um campus, por exemplo, está se movimentando da forma prevista e outro não. Ao mesmo tempo, você tem que estar em uma posição de equilíbrio, para não haver uma cobrança exacerbada que faz com que a pessoa passe a enxergar o evento, não como um prazer e uma solução pedagógica, mas como um fardo pesado a ser carregado. É preciso tentar buscar esse equilíbrio, e esse equilíbrio é difícil na posição de coordenador, eu senti isso muito seriamente. Aqui em Salinas houve mais apoio institucional também, foi uma marca do ano, quando a coordenação de ensino acolheu melhor, os outros professores dividiram as tarefas, a equipe de português apadrinhou o pessoal do jornal, e isso foi ótimo: as postagens tiveram correção em tempo real. Também tinha a equipe de oradores com professores permanentes. Então teve muito avanço. Agora, pensando em anos seguintes, eu acho que esse evento tinha que realmente ser no segundo semestre. É preciso ressaltar aqui o ritmo que o Instituto dá a si mesmo... O Instituto, pelo menos aqui em Salinas, não discute, em dezembro, seriamente o ano seguinte. O ano seguinte é discutido no próprio ano. Então se você coloca um evento dessa magnitude, por exemplo, em maio, começa a correria, uma corrida maluca para as coisas chegarem lá. Se ele coloca um evento desse em setembro, mesmo na posição de coordenador, então você já vai tentando aparar as arestas e a tendência é o evento chegar com mais força, plenitude, mais marcado na memória afetiva de todo mundo. Eu faço essa defesa.

[AC]: A entrevista tomou um rumo interessante. Tudo indica que a coordenação em 2020 vai para o campus Teófilo Otoni. Que tipo de conselho você daria para se fazer um evento melhor e mais organizado no ano que vem?

[LS]: A gente tem que pensar nos acertos. Eu não sei se vou chamar de conselho o que vou dizer. Eles têm que se organizar. Não se pode achar que o seu *feeling*, o bate papo e a conversa

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set/dez 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

vão resolver. Tem que se ter no computador diversas planilhas, e atualizá-las o tempo inteiro, senão você se perde. É fundamental uma boa organização. Outra coisa – aí eu posso chamar de conselho – é chamar realmente a reitoria para participar o tempo inteiro, amolar, pressionar, mostra-se interessado e preocupado para a reitoria. As duas coisas. Interesse e preocupação, porque a preocupação gera movimentação no outro. Eu proponho um exercício rápido de perceber como é que a estrutura está girando. Aqui eu questiono, como faço para que a notícia chegue melhor no campus tal? Quem que é a pessoa que melhor veicula a minha solicitação naquele campus? Esse mapeamento das pessoas que estão envolvidas é crucial, quanto mais cedo fizer, mais fácil vai ser a vida do coordenador.

[AL]: Professor, quando organizamos o evento, sempre imaginamos como ele ocorrerá, principalmente nos dias que o antecedem. Mas sempre acontece alguma coisa surpreendente. Nós planejamos, mas chega num momento e aquilo que pensamos que daria certo, às vezes não dá. Outras vezes você pensa que uma coisa que vai dar errado, mas dá certo no final. O que o surpreendeu mais em 2019?

[LS]: Ah, sem sombra de dúvidas o topo da hierarquia são as embaixadas. O primeiro ano que ouvi falar de embaixada foi ano passado. E a primeira coisa que eu pensei foi o seguinte: "gente, uma 'alunada' dessa com renda média baixa… onde é que eles vão arrumar dinheiro pra conseguir fazer uma decoração?", e mesmo nessas condições você chegava lá e os meninos davam um jeito. Buscava material gratuito, fazia acordo com empresa, e você chegava lá e era cada embaixada! Era inacreditável como eles conseguiam subir. Então, nos dois anos eu fui pessimista, contrário às embaixadas, mas na hora eu chegava nas embaixadas e a primeira coisa que eu pensava era "não é possível que eles deram conta de fazer isso tudo!". E eu estou sendo bem sincero, principalmente do ponto de vista estético. De conteúdo também, mas a estética me preocupava demais. Eu pensava: "esses meninos vão usar papelão usado aí". Chegando lá era cada coisa bonita, cara, nova, com o tecido da família que combinava com a cultura. Esse foi o primeiro ponto. O segundo ponto tem a ver com o pedagógico: quando você tem a surpresa de ver o menino, aquele caladão, que desabrocha quando chega o evento. Não sei se vocês tiveram esses exemplos em Almenara? Você pensa: "não é possível que esse cara tem essa capacidade, essa verborragia, essa eloquência, pois na sala de aula ele ficava todo encolhido e chega num evento desses ele arrebenta a boca do balão, né, bem articulado...

[AC]: A gente sempre tem casos assim de pessoas que se despertam e se descobrem na simulação como debatedores ou como organizadores. Na verdade, às vezes o aluno já é assim e o evento oportuniza. Às vezes em outros ambientes ele não tem oportunidade ou não quer se mostrar.

[LS]: E faz o menino buscar mais, certo? Aqui teve um caso específico de um menino, que participou do IFMundo e depois foi para o Panamá. Ele se infiltrou nas redes sociais, viu o evento, fez uma vaquinha virtual e foi embora para o Panamá, para um evento de simulação. Mateus, do curso técnico de agroindústria. Ele decidiu cursar relações internacionais.

[AC]: Nos últimos três anos, as suas publicações científicas têm trazido a temática da cultura de uma maneira muito clara, e têm adquirido um bom status no cenário nacional, tendo em vista a qualidade das revistas em que elas são publicadas. E uma das suas teses, a partir das reflexões pós-coloniais, é de que existe um hibridismo cultural que torna muito difícil a delimitação de culturas atualmente, se não impossível. Você tem uma discussão também sobre raças, que é muito parecida com essa. Trata-se de uma reflexão de vanguarda dentro da Geografia crítica, talvez até da Geografia Radical. Como lidar com uma discussão dessa em um ambiente em que os alunos são forçados a reproduzir clichês ditos culturais de vestimenta, alimentação, vocabulário, religião? E qual é a melhor estratégia para pensarmos nessas duas possibilidades ao mesmo tempo quando estamos tratando de um público adolescente?

[LS]: Essa discussão não pertence muito ao domínio público. É uma discussão que possui um viés pós-estruturalista. O pós-colonialismo bebe nessas fontes, mas é uma tendência que eu estou trabalhando usando o ponto de vista das produções acadêmicas de não ontologizar fatos e categorias das ciências humanas. Por isso que sobra também para a raça, não só para a cultura. Falar que não existe raça não significa dizer que não exista racismo. Falar que não existe cultura, nesse sentido tangível, não é o mesmo que dizer que as pessoas não brigam por valores que a gente possa chamar de valores culturais. Agora, para um leigo ou uma pessoa que nunca estudou num nível acadêmico, a tendência dela é transformar todas as categorias em entidades. Em relação à cultura, é passível ser descrita e colocada em uma caixinha. A raça é uma categoria muito clara. Quando eu cravo essas questões para o alunado, eu não coloco de uma maneira impositiva. Eu coloco em uma outra via de pensamento, aí eu explico pra eles como essa discussão está sendo feita nos Estados Unidos por alguns autores, porque nas ciências humanas essa não é uma discussão muito dominante no meio acadêmico. No Brasil existe uma espécie de ditadura da ontologização, de você entificar situações. Por quê? Por causa da Geografia Crítica. Tô explicando isso dentro da Geografia Crítica. E a Geografia Crítica entende que a criação de categorias é uma forma de você se expressar para votar a favor de seus direitos. Isso também serve para a questão da raça. Os racialistas também acreditam que existir a raça é uma forma de você reivindicar melhor os seus direitos, senão você perde o seu argumento. Então, não é uma questão de impor para o aluno. Os alunos trazem a concepção deles, a maioria esmagadora uma concepção entificada sobre as categorias das ciências humanas. E eu coloco essas outras abordagens para abrir a cabeça, deixando claro, inclusive, o porquê de certas entificações servirem como ferramentas de luta social.

[AC]: Você chegou a ver esse debate aparecer nos comitês do IFMundo? Ou está avançado demais para os alunos ainda?

[LS]: Não, está muito avançado. No vapor da discussão acaba-se caindo dentro de dois clichês: o clichê realista, do realismo político, e o clichê da entificação de categorias de ciências humanas. É quase que uma ditadura desses dois segmentos. Não é para se condenar o aluno. Porque eu mesmo, fazendo essas reflexões, o tempo inteiro caio nessas armadilhas de enxergar as coisas como categorias estanques. A gente se pega nessa reflexão o tempo inteiro. Era capaz até de Michel Foucault, um pós-estruturalista, pensar dessa forma também e cair nessas armadilhas, porque as sequelas da nossa formação como indivíduo ficam guardadas na nossa

mente. É a mesma pretensão que a gente possa ter, por exemplo, de dizer que nós não somos racistas. Imagine de que forma o racismo altera o nosso pensar em algum nível, mesmo que a gente o deixe completamente adormecido dentro das nossas estruturas formativas, hora ou outra ele dá um grito e interfere na nossa forma de ver as coisas. Eu penso assim.

[AL]: Uma última curiosidade. Vou citar um epígono das nossas entrevistadoras brasileiras, a Marília Gabriella. Ela tinha o quadro "Bate-bola, jogo rápido". Os entrevistados tinham que responder imediatamente. Eu sempre penso qual poderia ser o tema do IFMundo de 2020. Bate-bola, jogo rápido: qual tema você gostaria que fosse debatido em 2020?

[LS]: Eu acho que temas apocalípticos forçam muito os limites da natureza humana. Eu os acho muito interessante porque são temas de uma grande importância filosófica. "Um asteroide vai chegar na Terra? Quem vai para Marte?". Acho esses temas importantes. Agora, tem outros temas que passaram pela minha cabeça e são muito interessantes, temas de julgamentos históricos importantes. Imagine um comitê em que as pessoas estão julgando o Galileu, e o Galileu apresentando a sua perspectiva de mundo. imagine que interessante seria um comitê desse? Então eu acho interessante esses comitês históricos: "a condenação de Joana D'Arc à fogueira". Olha que legal um comitê desse! Ou então: "o Vaticano resolvendo, em 1530, se anularia ou não o casamento do Henrique VIII com a Catarina de Aragão"? Imagina que legal? É fundamental dentro da modernidade até! (Risos)

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 1, n. 2, set/dez 2019.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital